

|

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

TRABALHO, TRIPARTISMO E PROCESSOS SOCIAIS:
CONTRIBUIÇÕES SOBRE O COMPROMISSO NACIONAL DA CANA
DE AÇÚCAR.

GABRIEL PEREIRA DA SILVA TEIXEIRA

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TRABALHO, TRIPARTISMO E PROCESSOS SOCIAIS:
CONTRIBUIÇÕES SOBRE O COMPROMISSO NACIONAL DA CANA
DE AÇÚCAR.**

GABRIEL PEREIRA DA SILVA TEIXEIRA

Sob a Orientação do Professor Dr.

John Wilkinson

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Março de 2013

331.80981

Teixeira, Gabriel da Silva.

T266t

T

Trabalho, tripartismo e processos sociais: contribuições sobre o Compromisso Nacional da Cana de Açúcar / Gabriel da Silva Teixeira, 2013.

205 f.

Orientador: John Wilkinson

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 135-140.

1. Tripartismo – Teses. 2. Trabalho – Teses. 3. Cana-de-açúcar – Teses. 4. Participação social - Teses. I. Wilkinson, John. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

GABRIEL PEREIRA DA SILVA TEIXEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM

John Wilkinson. Dr., CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Sérgio pereira Leite. Ph.D. CPDA/UFRRJ

Ricardo Rezende Figueira. Ph.D. ESS/UFRJ

Raimundo Nonato Santos. Dr. CPDA/UFRRJ

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a meu pai, Ventura Navarro Teixeira, e a minha mãe, Vânia Lucia Pereira da Silva Teixeira, que dedicaram todas as suas vidas à minha criação e de minha irmã. Dedico a eles dois a oportunidade ao estudo e discussão, cujo resultado se materializa nestas próximas páginas. Reconheço os esforços diários e a fé dos dois na educação como portadora de um “novo homem” e de “novas possibilidades”. Espero poder retribuir com a mesma grandeza, profundidade e sacrifício.

Agradeço também a todos os amigos, que em diferentes tempos e de diferentes maneiras, contribuíram para conformar aquilo que hoje entendo como “eu”. A presença de vocês, certamente, é bastante importante para a continuidade desta e de outras atividades.

Agradeço também a meu sobrinho, João Gabriel, que transitando entre os cargos de “irmão mais novo”, “sobrinho” e “filho” inspirou e deu novos significados ao esforço aqui desenvolvido. Certamente aprendi com ele coisas que nenhuma academia ou publicação jamais poderia ensinar.

Aos amigos que me servem de inspiração e referência, pela lucidez e ousadia: José Renato Porto, Daniele Pinheiro, Luis Paulo Lopes, Marcelo Cortez, Marcia Peixoto, Renan Paraíso, Cosme Henrique Miranda, Caio Andrade, Raoni Lustosa e Jade Prata. Agradeço a vocês pelos últimos tempos.

À Luciana Carvalho, em quem encontro apoio, forte companhia, carinho e aquele zelo que acalma, tranquiliza e apaixona. Que saibamos nos reinventar todos os dias.

Aos amigos que fiz no CPDA, entre professores, alunos e funcionários. Não celebraria este momento sem as (diversas) ajudas de todos vocês.

Agradeço à CNPq pela garantia do estudo. Que o financiamento dos estudos possa se estender, cada vez mais, a muitos outros brasileiros.

Agradeço os importantes interlocutores que encontrei durante meu processo de debate e aprendizado: Prof^ª Maria Aparecida Moraes Silva (UFSCar), Prof^ª Leonilde Medeiros (CPDA), Prof^ª Regina Bruno (CPDA), Prof^ª Rosemeire Scopinho (UFSCar), Prof^º Sérgio Pereira Leite (CPDA), Prof^º Paulo Alentejano, Prof^º Mauro Luis Iasi (ESS/UFRJ), Prof^º John Wilkinson (CPDA), Prof^º Ricardo Rezende Figueira (ESS/UFRJ), Prof^º Raimundo Nonato Santos (CPDA), Prof^ª Cladia Job (CPDA) e Prof^ª Vera Botta Ferrante.

Por fim, brindo os companheiros da turma de mestrado e doutorado do CPDA com este resultado. Que o esforço de todos vocês também dê ótimos frutos. Que nossa memória permaneça viva, onde estivermos e que nossos esforços nunca morram em vão.

RESUMO

SILVA, Gabriel Pereira da. **TRABALHO, TRIPARTITISMO E PROCESSOS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES SOBRE O COMPROMISSO NACIONAL DA CANA DE AÇÚCAR**. 2013. 203. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a elaboração do Compromisso Nacional da Cana de Açúcar, pacto tripartite envolvendo o sindicato canavieiro (através da Feraesp/CUT e Contag), representantes patronais (UNICA e Fórum Nacional Sucroalcooleiro) e o governo acerca da melhoria das condições de trabalho na atividade canavieira, celebrado em 2009. Procuramos analisar os elementos que contribuíram para sua elaboração, os problemas a serem resolvidos por esta arena e a forma atribuída à participação. Apontamos o processo de internacionalização do setor sucroalcooleiro, que culminou numa reordenação das principais lideranças e estratégias empresariais na atividade. A nosso ver, o processo de internacionalização do setor sucroalcooleiro nacional também implicou numa reorientação das prioridades empresariais, auxiliando, inclusive, na maior sensibilidade para a problemática trabalhista. Sustentamos a hipótese de que o pacto em questão resulta não só da maior sensibilidade empresarial e governamental para a temática, mas, principalmente, da pressão de segmentos da sociedade civil engajados nas denúncias trabalhistas. Neste sentido o Compromisso nasce também como resposta do executivo para reivindicações dos grupos sociais analisados. Por fim, analisamos as assimetrias nos recursos de poder dos distintos atores que compuseram esta arena institucional, argumentando em favor de controle político das demandas sindicais em favor do não comprometimento da expansão canavieira em marcha naquela momento.

Palavras-chave: Tripartitismo e Pacto Tripartite, Cana-de-açúcar, Trabalho.

ABSTRACT: This research aims at analyzing the development of the National Commitment Sugarcane, tripartite pact involving the union sugarcane (through Feraesp / CUT and Contag), employers' representatives (UNICA Forum and National Sugar and Alcohol) and the government about improving conditions work in the sugarcane industry, celebrated in 2009. We tried to analyze the factors that contributed to its development, the problems to be solved in this arena and form attributed to participation. Point the process of internationalization of this sector, which culminated in a reordering of the main leaders and business strategies in the activity. In our view, the process of internationalization of this sector also resulted in a national reorientation of corporate priorities, helping even the most sensitive to labor issues. Sustain the hypothesis that the covenant in question requires not only the most sensitive business and government to the theme, but mainly pressure segments of civil society engaged in labor complaints. In this sense the commitment comes as a response to the executive's claims of social groups analyzed. Finally, we analyze the asymmetries in power resources of the different parties that composed this institutional arena, arguing for political control of the union demands in favor of the non-impairment of sugarcane expansion underway at that time.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ampliação da participação acionária nas empresas sucroalcooleiras no Brasil.....	39
Quadro 2 - Fundos de investimento e outras configurações financeiras no setor sucroalcooleiro brasileiro.....	40
Quadro 3 - Participação estatal brasileira em empresas do setor sucroalcooleiro.....	41
Quadro 4 - Representantes de empresas do setor sucroalcooleiro no Brasil a partir da internacionalização	49
Quadro 5 - Principais sugestões do CDES para a resolução da problemática trabalhista no setor sucroalcooleiro.....	88
Quadro 6 - Pontos elencados para discussão no momento de constituição da Mesa Nacional de Diálogo em 2008.	100
Quadro 7 - Membros da Comissão Nacional de Diálogo.....	107
Quadro 8 - Trânsito de profissionais entre grupos empresariais sucroalcooleiros e empresas auditoras do Compromisso Nacional.....	125
Quadro 9 - Empresas certificadas e casos de descumprimento da legislação trabalhista vigente durante os anos de atribuição de conformidade, de acordo com o Compromisso Nacional.	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução das vendas de carro a álcool e à gasolina.....	29
Figura 2 – Evolução da Produção Brasileira de Álcool – 1975/76 a 2006/07.....	32
Figura 3 - Mapas da produção sucroalcooleira brasileira e os Biomas.....	58
Figura 4- Cartaz da Campanha Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo	67
Figura 5 - Sítio eletrônico da Campanha Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo	68
Figura 6 – Capa do Plano MDA/Incra para erradicação do trabalho escravo.....	70
Figura 7 – Distribuição espacial das máquinas, implementos e equipamentos, 2007/2008...	117

LISTAS DE ABREVIACÕES

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AIAA - Associação das Indústrias de Açúcar e do Alcool de São Paulo

APLs - Arranjos Produtivos Locais

Bacen – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Camex - Câmara de Comércio Exterior do Governo Federal

CCT - Corte, colheita e transporte

CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Cima - Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool

Conatrae - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

Consecana - Conselho da Cana-de-Açúcar

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI – Equipamento de Proteção Individual

EUA - Estados Unidos da América

FAO - *Food and Agriculture Organization*

Feraesp - Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo

Fetaesp – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo

Fetag – Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

FNS - Fórum Nacional Sucroalcooleiro

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IEA - Instituto de Economia Agrícola

IETA - *International Ethanol Trade Association*

Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Mapa- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MIC – Ministério da Indústria e Comércio

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPA - Ministério Público de Araraquara

MPF - Ministério Público Federal

MPT - Ministério Público do Trabalho

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE - Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

Orplana- Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil

ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PAS - Programa de Assistência Social

PBCB - Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis.

Planalçúcar – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar

Sedes - Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Seplan/SAA - Secretaria de Agricultura do Governo do Estado de São Paulo.

SER - Sindicato de Empregados Rurais

SGPR - Secretaria Geral da Presidência da República

Sinait - Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho

Sine - Sistema Nacional de Emprego

Sopral - Sociedade dos Produtores do Açúcar e do Alcool de São Paulo

SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TEC - Trabalho Escravo Contemporâneo

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UNICA - União das Indústrias da Cana de Açúcar

UE - União Europeia

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

WWF - *World Wide Fund For Nature*

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	15
CAPÍTULO I: SUAS MOTIVAÇÕES.....	27
1.1 PADRÕES DE SUSTENTAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E CULTURA EMPRESARIAL.....	27
1.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ETANOL E DO SETOR SUCROALCOOLEIRO	36
CAPÍTULO II: A SOCIEDADE CIVIL DEBATE.....	58
2. 1 A Organização Internacional do Trabalho – OIT.....	67
2. 2 Repórter Brasil.....	73
2. 3 Comissão Pastoral da Terra – CPT	75
2. 4 União das Indústrias da Cana de Açúcar - UNICA	76
2.5 O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -CDES	80
CAPÍTULO III: SUA FORMA	97
3.1 TRABALHADORES DO COMPROMISSO	111
3.1.1 Novas formas de trabalho	113
3.1.2 As operações de corte, colheita e transporte (CCT)	115
3.1.3 Difusão da mecanização em São Paulo	119
3.2 A METODOLOGIA DE TRABALHO	122
3.3 MAIS DE UMA CERTIFICAÇÃO.....	126
CAPÍTULO IV: SEU ALCANCE.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

ANEXO A – EMPRESAS CERTIFICADAS, CRITÉRIOS E SEUS RESPECTIVOS ÓRGÃOS CERTIFICADORES.	171
ANEXO B – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, SEGUNDO O IBASE.	172
ANEXO C – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SEGUNDO A <i>GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)</i>	175
ANEXO E – CARTA DE REIVINDICAÇÃO DA CONTAG, ENTREGUE AO GOVERNO ANTES DA CONSTITUIÇÃO DA MESA NACIONAL DE DIÁLOGO PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR.	184
ANEXO F – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 01/2011 – SG/PR. CONSTA TAMBÉM A METODOLOGIA A SER APLICADA PELAS EMPRESAS PRIVADAS.	189
ANEXO G – FOTOS DO EVENTO REALIZADO EM BRASÍLIA, EM 2009, DE LANÇAMENTO DO COMPROMISSO NACIONAL DA CANA DE AÇÚCAR.	201

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Nos últimos anos assistimos a uma grande projeção da agricultura brasileira, seja no que diz respeito a safras recordes – produtos como a soja e a cana-de-açúcar, por exemplo –, bem como a projeção política de líderes dos estratos mais abastados de agricultores, seja também pela grande disposição política em solidificar os laços entre economia e agricultura, num momento em que o Brasil se projeta internacionalmente como grande produtor e exportador de produtos primários, agrícolas ou não. Os fartos investimentos na produção de cana-de-açúcar, na construção de novas usinas e destilarias, como também na compra de maquinarias através de programas específicos de financiamento, que segundo Milanez, Barros, e Favaret Filho (2008) somavam um valor em torno de oito bilhões de reais entre 2004 e 2007, incidem ativamente para consolidar um setor agroindustrial internacionalmente pujante, competitivo e tecnologicamente atualizado, portador do que há de mais moderno em termos de processos produtivos.

Especialmente para o setor produtor de cana-de-açúcar e seus derivados, nos anos recentes pudemos observar uma intensa mudança nas formas de ser e produzir sua principal matéria prima e seus principais produtos. Conhecido de longa data na história brasileira, o setor sucroalcooleiro vislumbrou a partir dos anos 2000 o acesso a mercados internacionais significativos, através da possibilidade de estruturação de um mercado global de produção e comercialização de etanol combustível. Neste processo de construção de um mercado global, os dois maiores produtores, Brasil e Estados Unidos (EUA), atuaram globalmente através de debates, conferências a favor da promoção do etanol, estímulo de estudos e comparações entre os distintos impactos dos diferentes combustíveis. No Brasil, contando com a garantia de um mercado consumidor de peso, dado o aumento da frota nacional de carros movidos tanto à gasolina quanto a etanol, os carros *flex fuel*, o país pode ver crescer – novamente – seu setor produtor de álcool e açúcar. Ao longo deste processo o setor sucroalcooleiro foi alvo, novamente, de significativos investimentos por antigos e novos personagens, como bancos nacionais que passaram a estimular a expansão das unidades agroindustriais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, Banco do Brasil), bem como por atores

até então não muito comuns no ramo, como petroleiras, fundos de investimentos, agentes especuladores etc.

A participação de novas empresas e investidores – muitos internacionais e dedicados a outros ramos produtivos – implicou numa reestruturação organizacional e, às vezes, até produtiva das principais empresas, que passaram também a priorizar novas modalidades mecanizadas de colheitas a novas tecnologias de gestão e organização produtiva - como a terceirização de parte de suas atividades. Como parte de algumas das inovações organizacionais e administrativas, algumas das principais empresas se financeirizaram, abrindo seus capitais para venda de suas ações em mercados de títulos; adotaram outros referenciais de prestação de conta, como os balanços empresariais, os relatórios socioambientais, e práticas de participação dos diversos investidores nos rumos das empresas; assimilaram discursos e preocupações socioambientais, também como forma de ampliar o leque de eventuais investidores, bem como forma de ampliar o diálogo com outros setores sociais; muniram-se de quadros técnicos extremamente profissionalizados, com carreiras políticas, com ampla experiência em diversos ramos empresariais; e lançaram-se em busca do chamado *core business*, em parte, através da terceirização de outras etapas produtivas vistas como onerosas, como a colheita e o transporte de matéria-prima, por exemplo, enquanto ampliaram o portfólio de atuação para outras áreas como de alimentos, de logística e de combustíveis.

Por outro lado, apesar da ampla renovação e modernização observada nas empresas, pode-se observar a manutenção e fortalecimento de firmas ainda lideradas por antigos e conhecidos nomes deste ramo agroindustrial, como os Ometto e os Biaggi, por exemplo. A tradição se profissionaliza e ganha novos traços modernos e empresariais, transformações que também passam a se manifestar nos espaços de organização dos empresários do setor, agora comportando novos personagens, novas lógicas de investimento, mas também contendo antigos personagens renovados por este processo de visibilidade e investimentos na matriz sucroalcooleira brasileira. Para permanecerem no mercado, grupos tradicionais se modernizam, adotam novas tecnologias administrativas e organizacionais, convivendo com novos investidores, portadores potenciais de novas formas de ser e produzir na agroindústria canavieira brasileira.

Especificamente sobre o trabalho na atividade canavieira, neste cenário de intensas transformações técnicas, organizacionais e políticas é que surgirão também novos

personagens que passam a compor a relação empregador-empregado no agronegócio canavieiro nacional, como empresas que terceirizam as etapas de corte, carregamento e transporte (mais conhecido como CCT). É neste cenário de ampla visibilidade e estratégias empresariais/estatais de promoção do etanol também que termos como “biocombustíveis” ganham projeção internacional, principalmente nas estratégias de *marketing* que visam ressaltar os aspectos positivos desta nova mercadoria, sendo paulatina e significativamente assimilados pelos diferentes Estados e pelo conjunto da comunidade global, conforme pretendemos evidenciar no decorrer do presente trabalho.

Ganham destaque também temas como os impactos da produção das novas alternativas energéticas. A produção norte-americana, a partir do milho, passa a ser questionada, principalmente por eventuais impactos no encarecimento da cultura, que também é utilizada como base alimentar. O etanol brasileiro, por sua vez, a partir da mobilização de amplos setores sociais, passa a ser questionado quanto à substituição de culturas alimentares que a expansão da produção de cana-de-açúcar poderia promover, frente ao novo cenário de forte investimento e expansão da cultura. Este tema também será discutido em maiores detalhes no decorrer do trabalho.

Outro debate ganhou centralidade para o caso brasileiro: os impactos sociais da produção do biocombustível, que guarda forte relação com condições degradantes de trabalho, seja pela intensidade, pela má remuneração ou pela precariedade das relações contratuais ou das próprias condições de trabalho. Como resposta para o questionamento internacional, e também à ampla mobilização de setores da sociedade civil brasileira, o Governo Federal propõe, no ano de 2008, a elaboração de uma mesa de diálogo tripartite, envolvendo as entidades representativas dos empresários – a União das Indústrias da Cana-de-Açúcar (UNICA) e o Fórum Nacional Sucroalcooleiro (FNS), respectivamente representantes dos empresários e firmas mais dinâmicas da região centro-sul e de outras regiões, principalmente a região nordeste do Brasil– dos trabalhadores, através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). A participação do Governo Federal se dá a partir do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que fica responsável pela condução de

todo o processo de elaboração do pacto tripartite. Cabe ressaltar que a participação dos diferentes ministérios se dá em maior ou menor intensidade nos distintos momentos do debate no Compromisso Nacional..

Essa mesa tripartite de discussão passou a ser chamada de Mesa Nacional de Diálogo e teve duração de um ano, envolvendo, segundo Lambertucci (2010)¹, 18 reuniões entre membros selecionados das distintas entidades, visando elaborar uma plataforma consensual que culminasse num novo marco regulatório para a utilização da força de trabalho na cana-de-açúcar. Antes desse conjunto de encontros, Lambertucci (2010) afirma que foram necessários encontros separados entre os distintos segmentos, de forma viabilizar o pacto nacional. O resultado da Mesa, o conjunto de pontos debatidos e pactuados como um “novo marco”, chamado de Compromisso Nacional da Cana-de-Açúcar, foi lançado em junho de 2009 (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009), consolidando uma determinada forma de resolução para os conflitos vinculados à produção da cana-de-açúcar.

Foi estabelecido, através do Compromisso Nacional, que as empresas que seguissem os pontos elaborados – chamados de “bons tratos” ou “trabalho humanizado” - através da mesa tripartite teriam direito a um selo, concedido pela SGPR, atestando a conformidade e os bons tratos da empresa para com seus trabalhadores. A adesão ao pacto também assumiu caráter voluntário, conforme pressão do patronato.

Após sua conclusão, o pacto foi ainda alvo de diversas discussões. Uma delas dizia respeito à fiscalização dos pontos pactuados e à forma de acompanhamento dos resultados. Como acompanhamento dos resultados e das tramitações dos pedidos de certificação das usinas junto à SGPR, cria-se a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional, também tripartite. A fiscalização foi atribuída a quatro empresas de consultoria independentes, através de um edital de chamada pública, o Edital 01/2011 da SGPR (Anexo F). As empresas selecionadas foram a *Deloitte Touche*, *KPMG*, *Ernest e Young Terco* e *Uhy Moreira Auditoria*. Um fluxograma representando a Mesa e seus principais desdobramentos podem ser visualizados abaixo.

¹ Lambertucci foi, entre 2007 e 2010, assessor do secretário geral da SGPR e grande articulador da Mesa e do Compromisso Nacional. Algumas informações acerca das etapas iniciais de construção do Compromisso Nacional foram observadas através de relatos presentes em Lambertucci (2010).



A metodologia da fiscalização, a cabo das distintas consultoras acima mencionadas, foi também elaborada pela Comissão Nacional e consta, igualmente, no Edital 01/2011 da SGPR e nos anexos finais do presente trabalho.

No presente trabalho pretendemos explorar a elaboração do Compromisso Nacional, atentando para as motivações dos distintos atores que, de alguma forma, contribuíram para sua execução. Para além dos participantes que celebraram o pacto tripartite (empresários, sindicatos e governo), observamos outros atores cujo mapeamento das ações e propostas podem contribuir para ampliar o entendimento acerca das formas e finalidades atribuídas ao Compromisso Nacional. Não obstante das decisões tomadas nos espaços formais, parece-nos importante atentar também, no caso do *Compromisso*, para relações tecidas muitas vezes em outros espaços, que, igualmente, podem contribuir na inteligibilidade desta mesa tripartite. Neste sentido, propomos observar a Mesa e o Compromisso como espaços de disputa, em que distintos projetos se apresentam e se confrotam.

Aqui sustentamos a hipótese que o Compromisso Nacional foi uma resposta à comunidade internacional, mas, sobretudo, à comunidade nacional, amplamente mobilizada em torno da temática dos impactos socioambientais derivados da expansão da produção da cana-de-açúcar verificada nos anos finais da primeira década dos anos 2000. Diversos movimentos sociais se mobilizavam entorno da denúncia e fiscalização das condições de trabalho. Através da elaboração do Compromisso Nacional, diversos destes atores foram

marginalizados dos processos decisórios. Enquanto arena desenvolvida para servir de espaço para resolver “problemas fundamentais da sociedade brasileira” (BRASIL, 2012b, p.1), o Compromisso Nacional foi capaz de disciplinar as formas e os canais de expressão de demandas e reivindicações das entidades que representam os trabalhadores, ao passo que também pode se observar casos significativos de descumprimento dos pontos pactuados, sem que isso implique - pelo menos a partir dos casos observados - em maior politização e mobilização dos trabalhadores representados pelas entidades sindicais participantes.

Para além da continuidade dos conflitos, a despeito da certificação de um número significativo de usinas tidas como “socialmente responsáveis” – designação prevista no pacto tripartite – o Compromisso Nacional sugere também a conformação de novas formas de governabilidade e resolução de conflitos. Tais “inovações”, no caso específico do Compromisso Nacional, como resultado de disputas e embates entre os distintos segmentos que compuseram o pacto, parecem dar certa margem de manobra principalmente para o segmento patronal, que passa a canalizar e ter certa previsibilidade em relação às demandas dos distintos segmentos com quem “consensualiza”. Nossa hipótese também sugere que os efeitos dessa “estatização”, dessa canalização de demandas para resolução dentro de arenas públicas, no caso do Compromisso Nacional, implicaram em ganhos e ônus distintos, que variaram (e variam) de acordo com a natureza do ator. Apontamos que a institucionalização implicou em ganhos diferenciados entre empresários e trabalhadores. Esses últimos parecem situar-se em posições mais desvantajosas do que os empresários em relação à atuação política, nos marcos do Compromisso.

Dando atenção aos documentos oficiais desta arena e de outras relacionadas (como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o CDES, além dos projetos de entidades sindicais), bem como de notícias veiculadas pelos principais debatedores da temática do trabalho na cana-de-açúcar nos anos recentes e dos principais atores participantes, procuramos evidenciar aspectos da negociação formal que nos possibilitassem afirmar tal assimetria dos efeitos dessa institucionalização. Como apontamos acima, também buscamos dados e informações acerca de espaços “informais” que pudessem visibilizar laços e relações de sociabilidade entre os distintos atores que compuseram este espaço de negociação. Neste sentido também sugerimos que esta arena tripartite, regulamentada pela SGPR, , tem em sua raiz muito mais “de informal” do que a própria “formalidade” das atuações e deliberações efetuadas pela Comissão Nacional, o que por si só, já aponta no sentido de reforçar

assimetrias em termos de poder político da atuação dos diferentes atores. Essa relação de amplo intercâmbio entre a dimensão informal e o lado formal da elaboração de políticas foi um ponto sempre presente na análise das distintas etapas do Compromisso. Assim apontamos como forte condicionante e motivador das deliberações do Compromisso Nacional as diversas relações de amizade, de compromisso político, de afinidade programática entre as distintas entidades políticas, principalmente entre o empresariado e membros do executivo, mas também ressaltamos que tais pontos foram observados entre representantes de trabalhadores e governo.

Neste sentido, pensando o Compromisso Nacional, tentamos reconstruir o contexto no qual ele se realiza, contrapondo-o com observações feitas a campo, com dados acerca das transformações no mundo do trabalho no cultivo da cana, com entrevistas de dirigentes sindicais e consulta à literatura especializada. Nas últimas décadas, ser trabalhador na cana-de-açúcar implica em considerar diversas transformações na forma de ser do trabalho, que passa a ser predominantemente mecanizado, fato que realocaliza o trabalhador manual, agora não mais exclusivamente vinculado ao corte nos termos anteriores. O próprio setor sucroalcooleiro nacional passa por grandes transformações que acabam impactando – em maior ou menor intensidade – o universo dos trabalhadores envolvidos, principalmente na atividade aqui observada em maior detalhe, o plantio/colheita. Neste sentido, também fizemos o esforço de atentar em que medida o Compromisso Nacional dá conta dos dilemas a que se propôs, em que medida realmente discute pontos coerentes com a atual realidade do setor e como cada ator se apropria deste espaço.

A partir da pesquisa junto a noticiários, buscou-se situar os debates que se faziam ao redor dos conflitos trabalhistas no setor sucroalcooleiro brasileiro, em diferentes instâncias, considerando o contexto de visibilidade para o etanol e as possibilidades brasileiras de exportação do produto. Situar os distintos atores, suas retóricas e as respectivas alternativas propostas para a questão do trabalho no plantio da cana nos pareceram elementos interessantes para compreender as formas de resolução dos conflitos em questão através da Mesa. Resolver a “questão trabalhista” na cana-de-açúcar brasileira passou a ser mote tanto do governo, do empresariado, de ONGs e de sindicatos, ainda que cada um – como pretendemos mostrar – pudesse propor projetos e soluções das mais variadas para os conflitos na atividade.

Pareceu-nos positivo também, pensar o Compromisso Nacional considerando todo o processo de internacionalização do setor sucroalcooleiro nacional, a entrada de novos atores, de novas lógicas de atuação e organização deste ramo agroindustrial, bem como todo o debate sobre a construção de um mercado mundial de etanol. Pretendemos, ao longo de nossa argumentação, traçar uma relação entre o arranjo institucional tripartite e essa nova cultura empresarial consolidada a partir do processo de “abertura” do setor sucroalcooleiro.

Neste sentido foi buscado um diálogo com a bibliografia que trata do debate acerca da internacionalização do setor sucroalcooleiro, dos processos de fusões e aquisições, da entrada de grupos internacionais, dos novos investidores e do que aqui chamamos de cultura empresarial. Parte importante do trabalho aqui apresentado se baseou numa intensa pesquisa junto a noticiários, principalmente a partir do *Clipping do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura* (OPPA – CPDA/UFRRJ), que acompanhava todo o debate entre os anos de 2007 e 2010. Outras notícias em veículos de comunicação foram também buscadas de forma a complementar eventuais lacunas sobre as estratégias empresariais, governamentais etc. O noticiário também foi utilizado visando localizar os debates e as esferas de discussão, os fóruns, as viagens presidenciais, os discursos patronais, as contestações sociais, os contestadores, os espaços onde tais contestações se davam, etc. Através das notícias, fizemos o esforço de localizar os espaços em que a temática trabalhista foi debatida. Tais espaços foram observados e analisados separadamente, quando se mostravam repletos de significados e significantes para a temática aqui estudada. Antes de contar a história através das reportagens, fizemos o caminho inverso, buscando, a partir das notícias e informações veiculadas pelos atores, remontar os espaços e as estratégias postas em andamento.

São diversos os atores que se movimentaram durante o período analisado pelo noticiário, veiculando interpretações sobre o que viriam a ser os fatos de desrespeito à legislação trabalhista, exploração ou degradação das ocupações na cana-de-açúcar. Diversos são os atores encarregados da difusão de casos que, de outra forma, ficariam invisíveis a outros setores da sociedade brasileira. Da mesma forma, empresários e governo também se inserem no debate, como brevemente comentado.

Neste sentido, devemos também entender o Compromisso Nacional como um espaço criado justamente a partir da atuação de setores específicos da sociedade civil – principalmente organizações não governamentais (ONGs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que conseguiram dar destaque e

visibilidade para a temática dos conflitos envolvendo trabalhadores e agroindústrias sucroalcooleiras.

Este ponto nos ficou evidente ao longo da pesquisa: enquanto parte dos atores envolvidos politicamente com a temática do trabalho na cana-de-açúcar aponta o pacto tripartite entre governo, empresários e trabalhadores como mecanismo de cooptação (como intelectuais, pesquisadores, ONGs e, inclusive, membros internos à própria estrutura sindical), não há como pensá-lo, no entanto, desconsiderando a pressão organizada de parcela significativa da sociedade, incluindo os próprios sindicatos, seja na denúncia dos casos aos órgãos competentes, ou na visibilidade junto ao conjunto da sociedade, na construção de manifestações, de greves etc. Neste sentido, ainda que seu alcance nos pareça limitado, talvez pela sua própria natureza tripartite, o Compromisso Nacional assume um forte caráter de disputa temática e de interpretação acerca das condições de trabalho nos canaviais brasileiros trabalhadores. Guarda em si, então, esse duplo caráter, de cobrança e resposta, portanto, de embate entre as diversas forças e grupos sociais que compõe a sociedade do agronegócio canavieiro.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica e de noticiário citada anteriormente também envolveu um maior detalhamento das ações postas em marcha pelos principais grupos envolvidos com o debate do trabalho escravo no mundo rural em geral e na cana-de-açúcar especificamente. A pesquisa por notícias oportunizou o acesso a muitos documentos, estatísticas, publicações e ações dos distintos atores acerca da divulgação da problemática, veiculados conforme suas interpretações. Ao longo da discussão dos materiais e dados elaborados, construiremos um diálogo maior com referenciais teóricos que nos permitam dar maior inteligibilidade aos casos apresentados.

No entanto, como qualquer outro processo de investigação, este projeto de pesquisa contou também com algumas limitações. Uma dimensão relevante do Compromisso Nacional, visível durante diversas etapas da pesquisa através das grandes polêmicas que se criaram dentro e fora do sindicalismo, ou mesmo através da renúncia de certos atores em falar sobre o assunto, figuraram como dificuldades para o esclarecimento de diversas relações estabelecidas na dinâmica de negociação, que não pode ser compreendida em detalhes. As disputas internas na construção da agenda e das ações que viriam a ser chanceladas pelos membros da Mesa só puderam ser acessada através de algumas publicações (LAMBERTUCCI, 2010) e menções

indiretas de alguns entrevistados. Também houve impossibilidade em entrevistar os principais representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo.

Politicamente, por se tratar de um pacto entre trabalhadores e patrões o Compromisso Nacional passou a ser questionado publicamente por diversos atores como uma manobra de “cooptação” por parte do executivo e empresários e/ou de “peleguismo” por parte dos representantes sindicais (MINISTÉRIO PÚBLICO DE ARARAQUARA, 2012; REIMBERG, 2012; SILVA, 2011). Dificuldades foram encontradas no estabelecimento de pontes e contatos tanto com a direção da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)², representada por Élio Neves, que participou das negociações na Mesa Nacional, bem como com a direção da Contag, através de Antônio Lucas, secretário de assalariados e assalariadas rurais, ambas forças políticas representantes dos trabalhadores e participantes do pacto tripartite. Uma alternativa foi construir contatos e diálogos com dirigentes sindicais das bases municipais vinculados às respectivas entidades, o que nos possibilitou acompanhar um conjunto de fenômenos que exporemos nos capítulos que se seguem. Através do contato com atores e membros das entidades envolvidas – Feraesp e Contag – pudemos recolher impressões e explorar situações que nos permitiram problematizar as implicações e eventuais “efeitos” do Compromisso Nacional sobre o sindicalismo rural brasileiro.

De todo modo, questões mais internas relativas às disputas dentro do Compromisso em torno da elaboração de agendas e pressões por parte dos distintos segmentos, bem como eventuais relações de privilégios ou assimetrias de poder na definição dos pontos e termos da negociação puderam ser constatadas indiretamente, através de entrevistas, de relatos veiculados nos respectivos sites das entidades sindicais ou empresariais, da consulta a documentos oficiais, da análise de investigações judiciais levadas a cabo pelo Ministério Público e da observação em campo acerca da extensão dos pontos pactuados aos trabalhadores no cotidiano produtivo. Cruzando estes dados, pudemos dar contorno a algumas situações que pretendemos problematizar no decorrer do texto.

2 Vinculada à CUT, participou do Compromisso Nacional ao lado da Contag como uma das representantes dos trabalhadores.

Gostaríamos de chamar atenção também para o fato de que termos como “peleguismo” e “cooptação”, que a nosso ver são estratégias da luta política enquanto desqualificações, são aqui mencionadas sem juízos de valor. Ainda que artifícios da própria disputa política, o recurso constante, por parte de diversos atores, a adjetivações como “peleguisse” e “cooptação”, nos permitiram observar, desde o início do trabalho, interessantes processos e relações que mereciam maior compreensão e detalhamento, como o certo grau de divergências entre dirigentes sindicais e presidentes de Federações e a distinção de projetos entre estes.. Outro aspecto, relacionados à exclusão de outros participantes de importantes etapas decisórias evidenciadas através da análise a ser apresentada, também se somam às eventuais críticas observadas em campo. A adoção de termos como “cooptação” e “peleguisse”, a nosso ver, deve ser tratada como expressão dos processos de embate e disputas políticas engendradas no interior dos canaviais paulistas, e não como suposição de uma relação específica, de um único tipo, entre sociedade e Estado. Antes de serem categorias analíticas, a nosso ver, guardam em si processos e relações de disputas, que tiveram de ser entendidas separadamente.

No entanto, ainda que não tenhamos tido acesso as principais lideranças sindicais, membros do executivo e do empresariado, a própria dinâmica de desqualificação derivadas de discordância, ou da reclamação da participação junto aos processos decisórios acabou nos dando a possibilidade de “tatear” aspectos interessantes do pacto em questão. Como também abordaremos, o próprio resultado e alguns desdobramentos nos possibilitam delinear o “estado da arte” da discussão trabalhista no setor sucroalcooleiro.

Através da análise das motivações, dos atores e das redes de relações que sustentaram o Compromisso Nacional, buscamos entender o que estava em jogo, para os distintos atores, durante o momento de elaboração do pacto tripartite. Buscamos entender os respectivos pressupostos, modos de organização, eventuais recursos de poder e força política diante do momento de elaboração do acordo em questão. Através da atuação e das trajetórias recentes dos distintos atores que compuseram as arenas (formais e informais) de atuação política a respeito da temática do trabalho na cana-de-açúcar, tentamos mapear o “situação” de cada ator/organização, suas demandas e projetos, implícitos e explicitamente veiculados durante (e dentro) do Compromisso Nacional.

No próximo capítulo buscamos dar relevo para as motivações que deram suporte à criação desta arena. Discutiremos o projeto do Governo Lula em desenvolver a produção

nacional de agrocombustíveis. Abordaremos também a emergência de novos padrões de organização empresarial, incluindo as novas tendências na organização da empresa e outras características relevantes para se pensar o comportamento dos grupos empresariais no contexto de uma regulamentação tripartite do trabalho. Vínculos e relações extra-institucionais também serão abordados no intuito de compreender pontos que a nosso ver também contribuíram para a determinação do pacto nacional. Os debates em torno da problemática trabalhista são também percorridos, procurando evidenciar as distintas vozes e atores que atravessam e se posicionam no cenário.

No capítulo dois procuramos analisar as especificidades da resposta construída politicamente através do conjunto composto por empresários, governo e representantes das entidades sindicais, desde os atores que participam, a forma como participam, os critérios estabelecidos tanto para os pontos a serem debatidos como para a forma de participação, os mecanismos de atribuição de conformidade, as penalizações e a capacidade dos distintos atores em fazer do pacto celebrado uma ferramenta concreta de reivindicação de suas demandas específicas. Atentamos também para os critérios que estabelecem e diferenciam os “bons” dos “maus” empregadores, bem como eventuais descompassos entre os pontos pactuados e a dinâmica concreta de uso da força de trabalho na agricultura canavieira. Deste modo, visamos problematizar a natureza e intensidade dos conflitos e as interpretações acerca do “problema” a ser resolvido, conforme disposto pelo Compromisso Nacional.

No capítulo três, trazemos algumas informações específicas sobre a dinâmica de funcionamento da Mesa de Diálogo, do Compromisso e da Comissão Nacional de Diálogo. Apresentaremos algumas impressões e fatos ocorridos no interior dos canaviais paulistas, através do acionamento – ou não – dos dispositivos previstos no pacto nacional. A atuação das centrais sindicais pode ser discutida através de alguns casos observados em atividades de campo. No caso das empresas de auditoria e da atuação dos distintos atores que compõe o governo e o empresariado, recorreremos bastante à análise de processos judiciais, à consulta a documentos oficiais e à trajetória dos distintos atores que gravitam ao redor da auditoria privada. Por fim, apresentamos algumas conclusões e apontamentos sobre os distintos significados do Compromisso Nacional, que nos pareceram diferentes para trabalhadores e empresários.

CAPÍTULO I: SUAS MOTIVAÇÕES.

1.1 Padrões de Sustentação Política e Econômica do Setor Sucroalcooleiro e Cultura Empresarial

A grande competitividade atual do setor sucroalcooleiro brasileiro, em termos de escalas e técnicas de produção, deve-se a seu histórico de forte atrelamento ao Estado, quando não de intervenção direta através dos órgãos públicos, que o forjaram como setor competitivo às custas de grandes incentivos, pesados financiamentos e arranjos institucionais consultivos e/ou deliberativos ocupados por seus principais representantes.

O Estado sempre teve intensa participação na conformação do setor sucroalcooleiro nacional. Durante as etapas iniciais de industrialização do país, na década de 30, interessado na regularização do abastecimento de álcool e açúcar para um mercado em ascensão, o Estado cria a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), logo sucedida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. Com o IAA, criam-se estruturas específicas que visavam, sobretudo, normatizar a oferta dos produtos deste setor, através do estabelecimento de cotas produtivas para cada região e para cada produtor, e também do estabelecimento de preços que cobriam os custos de produção, do cobrimento dos encargos com exportação e logística para o escoamento dos produtos etc. É o estabelecimento de um mercado consumidor garantido para a produção dos grupos agroindustriais locais.

A forte relação do setor e seus representantes com o Estado também é bastante citada na literatura, sendo comum a menção dos laços de interdependência política entre as instâncias estatais, bem como processos de apropriação dos respectivos órgãos de regulação da atividade por representantes influentes de grupos e/ou famílias produtoras de cana-de-açúcar (SANTOS, 1993; NOVAES, 2009). Análises mais recentes tratam acerca da participação empresarial nos espaços institucionais de decisão, como conselhos e câmaras temáticas da agricultura (TAKAGI, 2002; GUANZIROLI, 2007; GONÇALVES JÚNIOR et al., 2009; MORAES, 2002; 2006).

As distintas fases de expansão da indústria sucroalcooleira nacional também se ancoravam fortemente no fomento estatal. A partir da década de 60, por exemplo, o IAA lança mão de diversos fundos e programas que tinham como objetivo expandir e ampliar a escala produtiva dos empreendimentos agroindustriais, como o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (em 1961), Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (em 1963), Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (em 1965), Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira Nacional (em 1971) e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar/Planalçúcar (em 1971). Esses planos se voltavam para o desenvolvimento de tecnologias e cultivares, bem como apoios logísticos ou investimentos em ampliação e modernização dos empreendimentos agroindustriais canavieiros. Para Ramos (2011), o elevado grau deficitário do IAA verificado a partir de sua atuação teve forte relação com a expansão da atividade, sustentada em grande medida pelos significativos montantes de recursos públicos que eram direcionados para o setor, funcionando como um fator *sine qua non* para a expansão e modernização do setor.

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), lançado em 1975, adotou os mesmos mecanismos de subsídios e financiamentos, mas agora redirecionando o setor para a produção de biocombustível, destacando-se também pelo seu êxito em conformar o setor sucroalcooleiro de uma forma bem próxima a qual o vemos na atualidade. Seu contexto de formação se encaixa na tentativa brasileira de estruturar alternativas viáveis à utilização do petróleo, posto que até então o Brasil dependia, sobremaneira, da importação do produto, que na época alcançava preços crescentes, onerando a balança comercial nacional. A meta estatal era diminuir o custo com a importação do petróleo em 20-25%.

O Proálcool garantia condições extremamente favoráveis à expansão da produção, já que concedia um pacote de incentivos para estimular a modernização, fusão, incorporação e realocação de usinas menores por grupos já consolidados³. Como resultado, o processo de

3 “Os incentivos do Proálcool destinavam-se tanto à produção industrial quanto agrícola. Em relação ao segmento industrial, o Programa financiava até 80% do investimento fixo, no caso de destilarias que utilizassem a cana de açúcar como matéria prima. Os encargos financeiros englobavam juros de 4% ao ano para as destilarias anexas e 3% para as autônomas na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)/Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e uma correção monetária equivalente a 40% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em relação ao setor agrícola, havia financiamentos de investimentos para a fundação ou ampliação de lavouras (preparo do solo, plantio e tratos culturais até a primeira safra) e financiamento de custeio para as despesas relativas às socas ou às ressocas. O Programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10 (custeio para pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária. Tais condições de financiamento em uma economia sob processo inflacionário equivaliam, na verdade, a juros negativos para a agroindústria” (MOREIRA & TARGINO, 1997 apud NOVAES, 2009, p. 26). Cabe chamar

amplios investimentos no setor de produção de cana-de-açúcar consolida uma vasta gama de empreendimentos agroindustriais altamente tecnificados e munidos de uma produção intensiva. Com os significativos investimentos e incentivos, fortalecem-se empresas oriundas de grupos familiares já tradicionais no setor⁴, bem como passa a ser notada a entrada de grupos novos ao segmento produtivo, ainda que pouco significativos numericamente, atraídos pelas boas perspectivas, incentivos e subsídios oferecidos pelo Estado brasileiro (NOVAES, 2009).

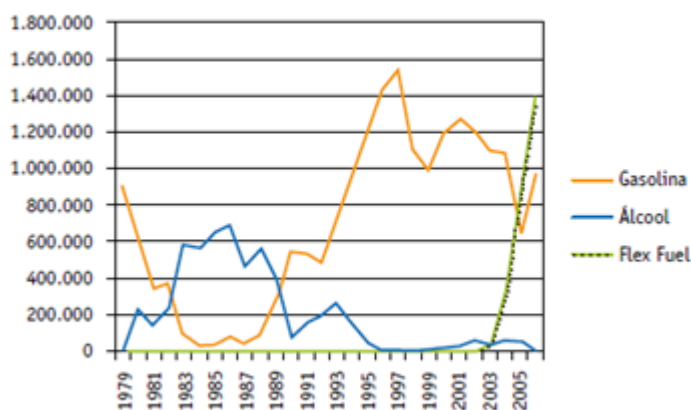
No que diz respeito à organização do trabalho, graças aos principais investimentos oriundos do Proálcool, principalmente aqueles em maquinários e insumos químicos para o aumento da produtividade, o setor sucroalcooleiro brasileiro passa a intensificar, por um lado, a demanda de mão de obra na fase da colheita, pelo grande ganho de área. Por outro lado, entretanto, minimizava a necessidade de trabalhadores em outros ciclos da produção da cana-de-açúcar, como a capina e o preparo da terra, processos já substituídos pelo trabalho da máquina e de herbicidas, inovações oriundas dos recursos injetados no setor pelo Proálcool, como também por meio de outros planos, como os recursos oriundos do Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Ao final dos anos 80, diversos são os fatores que contribuem para o fim do Proálcool. Segundo Moraes (2006), o colapso do Programa se deu por conta de uma retomada de preços mais favoráveis do petróleo importado e da prioridade atribuída ao controle fiscal e inflacionário, dada a crise da dívida do Estado. O Programa, dentre os seus mecanismos, previa também incentivos e a adoção compulsória de etanol pelos postos de combustíveis. O fim dos incentivos levou à diminuição da produção nacional. De uma frota nacional que chegava, de meados dos anos 70 a início dos 80, a ser composta por mais de 70% de carros movidos a etanol, o Brasil passa a registrar a marca de apenas 1% de venda de automóveis movidos a etanol entre o final dos 80 e início dos 90 (ver Figura 1).

atenção para o fato de que historicamente, no Brasil, sempre houve incentivo para produção de matéria prima por parte das agroindústrias, o que se cristaliza em estruturas agroindustriais fortemente verticalizadas, onde em sua maioria, as próprias usinas produzem parte considerável de sua matéria prima.

4 Alguns exemplos de famílias tradicionais na cana de açúcar na região Centro Sul são os grupos Ometto, Balbo, Biaggi, Corona, Zillo-Lorenzetti. Na região Nordeste, temos os grupos Lyra, Maranhão e Bezerra de Melo.

FIGURA 1. Evolução das vendas de carros à álcool e à gasolina.



Fonte: elaborado a partir de Moraes (2006)

O parque sucroalcooleiro brasileiro – à época já bastante extenso – passa a contar cada vez menos com incentivos à produção de etanol. Assiste-se a diversas crises de abastecimento e, aos poucos, vai-se minando a credibilidade no etanol como combustível alternativo à gasolina. Crises de abastecimento são frequentes para o período. Cabe lembrar que o contexto também remete à abertura econômica dos principais setores econômicos brasileiros e a entrada do ideário neoliberal, contexto em que o IAA é extinto, em 1990.

Ao longo da década o setor sucroalcooleiro nacional é obrigado progressivamente a caminhar sobre os próprios pés, ainda que persistam formas explícitas ou implícitas de incentivos fiscais, subsídios e financiamentos⁵. Aqui o que nos interessa é salientar que o setor sucroalcooleiro brasileiro, competitivo e eficiente da forma como é comentado atualmente, é forjado ao longo de décadas, através de incentivos e investimentos graduais – mais esparsos em alguns momentos, mais concentrados em outros – através de uma variedade significativa de ferramentas elaboradas a partir das instituições do Estado: desde subsídios financeiros, passando por isenção/redução de impostos visando garantir um mercado consumidor estável, e até mesmo renegociação de dívidas, quando não a completa anistia (RAMOS, 2011).

A impossibilidade de destinar a este setor, nos termos anteriores, maior montante líquido de recursos impõe às agências estatais o desafio de implementar políticas alternativas

⁵ A liberalização total do setor só ocorreu de fato em 1999. Embora o IAA tenha sido extinto em 1990, no mandato do presidente Collor, manteve-se ainda o tabelamento dos três principais produtos do setor sucroalcooleiro: a cana, o açúcar *standard* e o “mel” derivado da produção de açúcar, utilizado para a produção de álcool.

de estímulo à atividade, como a aquisição compulsória de etanol para mistura à gasolina, isenção fiscal etc. Embora os anos 90 sejam um marco para a estruturação no setor como um todo, até lá, a partir das sucessivas investidas das distintas formas de financiamento do Estado, é que vemos a emergência de configurações que permanecem até os dias atuais: a região centro-sul figurando como a maior região produtora de cana no Brasil, seguida da região norte-nordeste, cuja produção é bem menos expressiva e cuja produtividade é significativamente menor, ainda que grupos empresariais originalmente sediados na região ganhem relevo nacional para toda a época. É a partir dos anos 80 também que notamos o considerável aumento da produção e da produtividade, até certo ponto herdeiras da modernização de 70 e do Estado desenvolvimentista.

Paulillo e Melo (2005) chegam a citar a “mentalidade empresarial” forjada ao longo dessas várias décadas de interdependências entre agências públicas e empresários, de incentivos e investimentos públicos junto às iniciativas privadas, de garantias para a compra dos principais produtos etc. Para os autores, existiriam “vícios” presentes no imaginário e na cultura dos empresários do setor, dado todo um histórico de apoios e incentivos para a atividade canavieira, vícios que “acabam influenciado a capacidade cognitiva e o padrão de atuação e comportamento dos empresários sucroalcooleiros” (PAULILLO & MELO, 2005, p.13) até então.

Ainda que o período analisado pelos autores seja distinto, principalmente no que diz respeito a formas de financiamento e inserção política dos empresários, vários destes “vícios” prevalecem até os dias atuais nas reivindicações dos principais representantes do patronato canavieiro⁶. Caberia também chamar a atenção para modificações e novas tendências que emergem no cenário empresarial com a reconfiguração do setor nos anos 90 e, posteriormente, nos anos 2000, que despertam novos personagens, novas estratégias e novas dinâmicas de funcionamento e estruturação do setor sucroalcooleiro nacional.

6 As constantes críticas do patronato canavieiro à suposta “falta de atenção” do Estado para com o setor, principalmente para com a falta de políticas específicas que auxiliem na sua competitividade, são incongruentes com todo um histórico de fartos financiamentos dirigidos à atividade, mesmo nas décadas recentes. Para maiores detalhes sobre o histórico de financiamentos e subsídios ao setor sucroalcooleiro, e sua condição na atualidade, consultar Ramos (2011). Para maior detalhe acerca dos financiamentos e apoios nas décadas recentes, consultar Milanez, Barros e Favaret Filho (2008).

A bibliografia consultada é unânime em sinalizar que a sobrevivência de empresas e produtores muitas vezes ineficientes e onerosos – por conta dos fartos subsídios e proteções via IAA, seus fundos e seus programas – do ponto de vista competitivo, chegava ao fim com a crise fiscal dos 80. Szmrecsányi (1979) e Ramos (2011) já chamam atenção para o fato de que mesmo antes da abertura econômica, diversos atores integrantes dessa rede conformadora do setor sucroalcooleiro – principalmente os pequenos fornecedores e pequenos empresários – já ficavam de lado diante dos investimentos estatais do regime militar, durante os anos 70.

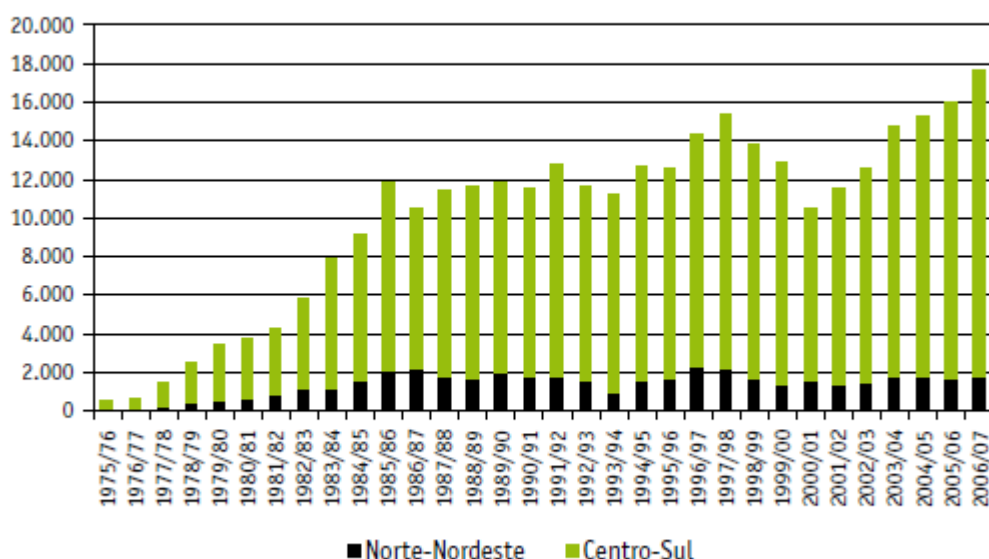
É à luz dessas transformações que surgem as distintas entidades de representação dos industriais do setor sucroalcooleiro. Para Paulilo e Mello (2005), o próprio contexto de saída do Estado como mantenedor principal da estrutura de mercado impôs aos distintos atores da rede sucroalcooleira sua “autorrepresentação” como elemento determinante na disputa por legitimidade como representante do setor, e porta-voz nas decisões governamentais de uma atividade agora liberalizada.

Durante a época de vigor do Proálcool, predominavam em São Paulo duas entidades representativas dos empresários sucroalcooleiros, a Associação das Indústrias de Açúcar e do Álcool de São Paulo (AIAA), que em sua maioria agremiava as principais agroindústrias tradicionais da atividade e a Sociedade dos Produtores do Açúcar e do Álcool de São Paulo (Sopral), que por sua vez aglutinava as unidades agroindustriais de menor porte bem como as destilarias autônomas, herdeiras dos incentivos da última fase do Proálcool.

A extinção do Proálcool e a própria heterogeneidade presente no interior do setor sucroalcooleiro, decorrente em parte da proteção do IAA, criavam tensões e contrapontos dentro do próprio empresariado, onde se posicionavam segmentos contra e outros a favor da liberalização do mercado sucroalcooleiro (MORAES, 2002). A UNICA, criada em 1997 - deriva da primeira entidade citada, a AIAA, ainda que naquele momento agremiasse algumas unidades agroindustriais que se sentiam prejudicadas com a liberalização reivindicada pela entidade - era a favor da liberalização. As empresas contrárias à liberalização, após certo tempo, aglutinaram-se entorno de uma terceira entidade, chamada de Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Álcool (Ceepal), que agremiava ainda outras unidades do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, também pouco eficientes quando comparadas com as empresas filiadas à UNICA.

Se por um lado o contexto dos 90 impunha ao patronato canavieiro uma reformulação na sua forma de ser e agir, por outro, o cenário era pouco animador para os principais produtos do setor (ver Figura 2).

Figura 2. Evolução da Produção Brasileira de álcool - 1975/76 a 2006/07



Fonte: Elaborado a partir de Moraes (2006).

Ainda que se registre alguma oscilação na produção dos anos anteriores, com o decréscimo mais significativo sendo notado somente a partir de 98/99, através da liberalização dos preços, é logo a partir do início da década de 90 que ocorre uma reestruturação das estratégias empresariais no setor, tanto tecnologicamente (seja na aquisição de novos maquinários ou aperfeiçoamento de etapas industriais do processo produtivo) como também na gestão do empreendimento e das formas organizacionais empresariais, agora fortemente baseadas em gestões mais técnicas e profissionais (SCOPINHO & VARELLI, 1995; THOMAZ JR, 1996).

As principais modificações produtivas e organizacionais que se percebem para os anos 90 dizem respeito ao enxugamento dos custos de produção, observado tanto na gestão de trabalhadores empregados, nas áreas industriais e agrícolas. Os investimentos na diferenciação dos produtos eram medidas que praticamente inexistiam no setor até então (NOVAES, 2009). Ampliam-se as inovações em polímeros plásticos derivados da cana-de-açúcar, formas específicas de açúcares para indústrias alimentícias e queima de bagaço para a geração de energia elétrica, por exemplo. Começa, neste período, a se esboçar tendências de

parcerias com *traders* multinacionais, para o fornecimento de produtos específicos. O aproveitamento de subprodutos, resíduos do processo produtivo, também se generaliza.

Outra tendência que dominou os anos 90 para o conjunto do setor canavieiro na região centro-sul é a reformulação das estratégias de gestão de utilização da força de trabalho, principalmente através da reformulação (e em alguns casos a criação) do setor de recursos humanos (RH), implicando na adoção de ideários de uso racionalizado da força de trabalho. Com os trabalhadores agora submetidos a ritmos de trabalho mais intensos (SCOPINHO & VALARELLI, 1995; SCOPINHO, 1999; 2000), parte significativa da literatura trata das consequências da adoção dessas novas formas de gestão do processo produtivo e da força de trabalho no contexto da abertura dos anos 90. A “qualidade total”, mote empresarial para a década da qual nos fala Scopinho (2000), ou a “empresa enxuta” (ALVES, 2003), se traduziam em intensificação do ritmo e da jornada para os trabalhadores, em perdas salariais (DIEESE, 2007), em aumento dos ritmos de acidentes e mortes por excesso de trabalho (NOVAES, 2007; SILVA, 2009) e em perda do poder de barganha dos trabalhadores, principalmente pelo contingente demitido com a adoção incipiente de tecnologias para a colheita mecânica. Outras modificações dizem respeito a inovações tecnológicas no plantio e na extração do álcool da cana, novos cultivares mais produtivos ou melhor adaptados, etc., garantindo maior integração e capacidade de controle da produção.

Por um lado, enquanto as empresas e seus representantes passam por intensas transformações, visando adaptação ao novo contexto de saída do Estado como mantenedor direto da atividade, por outro, a própria estrutura política deliberativa do Estado readéqua suas estratégias de interlocução com a atividade e com o empresariado. Inauguram-se espaços que, ao passo que cobram uma representação unificada e responsiva por parte do setor, servem como arena de interlocução e canalização de demandas para as políticas centrais das instâncias federais, estaduais e às vezes até municipais. Um exemplo é o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA)⁷, inaugurado em meados dos anos 90, que conta com a presença da UNICA enquanto interlocutora, bem como as Câmaras Setoriais Estaduais do Açúcar e do Alcool, sempre atreladas aos órgãos e secretarias de organização do empresariado. (TAKAGI, 2002; GUANZIROLI, 2007; GONÇALVES JÚNIOR et al., 2009).

⁷ Em 1997 assiste-se a criação do CIMA, composto por diferentes ministérios, todos relacionados com a problemática da expansão da atividade sucroalcooleira. Faziam parte do CIMA os seguintes ministérios: Minas e Energia, Meio Ambiente, Agricultura Pecuária e Abastecimento, Transportes, Indústria e Comércio Exterior. A UNICA participa tanto do CIMA como da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool.

Todo este cenário de ascensão de entidades como a UNICA nos anos 90 representa um primeiro passo do empresariado sucroalcooleiro nacional à diferenciação de formas de gestão e governabilidade de seus empreendimentos, que implicavam na adesão a novas práticas, novos padrões de associações entre os membros dos diferentes elos da cadeia produtiva, novas estratégias de legitimação frente ao Estado e às firmas individuais, retóricas, discursos e influências. Diante do cenário em que as principais empresas passam a se sustentar sobre os próprios pés, em que ocorre a busca pela sua manutenção frente ao mercado agora liberalizado, pela busca de maior competitividade frente a um mercado de disputas mais acirradas pelos membros, surgem também as primeiras práticas e discursos sobre meio ambiente e sustentabilidade⁸.

Por outro lado, a autorrepresentação atinge também os outros segmentos envolvidos na dinâmica sucroalcooleira, como os fornecedores. Enquanto os empreendimentos agroindustriais, a partir da UNICA, passam a gozar de uma centralidade significativa na interlocução junto às agências estatais na formulação de políticas públicas, figurando como porta-vozes do setor sucroalcooleiro, os fornecedores de cana-de-açúcar, aglutinados ao redor da Organização dos Produtores e Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Orplana), passam a experimentar uma maior verticalização das unidades agroindustriais paulistas, que, por sua vez, passam a priorizar o volume próprio da matéria prima produzida como estratégia de diminuição de custos, tendência que se aguça sobremaneira na atualidade (SZMRECSÁNYI et al., 2008). Verifica-se, para este período, a reconfiguração da distribuição de poder e capacidade de influência nas políticas nacionais/setoriais, onde cada segmento se lança na tarefa de se fazer ouvir e de influenciar os destinos das políticas relacionadas à produção de cana-de-açúcar e seus derivados (PAULILLO E MELLO, 2005).

A tarefa da autorrepresentação começa, deste modo, a delinear uma tendência importante para o setor sucroalcooleiro: a construção de arranjos institucionais, que congreguem atores diretamente envolvidos na dinâmica produtiva e seus conflitos, como fornecedores e agroindústria, por exemplo, dispostos a resolver eventuais entraves, ou de promover negociações coletivas. Um exemplo é o Conselho da Cana-de-Açúcar (Consecana), esfera de negociação entre os empresários agroindustriais e os fornecedores, para debater preços, calendários de entrega da matéria prima, e quaisquer outros problemas relacionados à

⁸ Em 1997, por pressão de diferentes atores da sociedade civil, o Governo do Estado de São Paulo lança a Lei 10.547 que disciplina o uso de queimadas e estabelece prazos para erradicação desta prática na cultura canavieira em todo o Estado.

atividade de fornecimento. O Consecana, pela importância enquanto instância de autorregulação, acabou virando referência nacional para a formação de preços da matéria prima entregue, mesmo na região norte/nordeste.

Todavia, em todos os arranjos mencionados anteriormente, a participação dos trabalhadores é pouco citada, e quando o é, resumem-se a argumentar a pouca representatividade e capacidade de influência deste ator coletivo (TAKAGI 2002; GUANZIROLI, 2007; GONÇALVES JÚNIOR, 2009; MORAES & BARROS, 2002).

1.2 Internacionalização do Etanol e do Setor Sucroalcooleiro

A partir de 2003 acontecem duas mudanças significativas para o cenário sucroalcooleiro nacional: a produção de carros *flex fuel*, incentivada pelo governo enquanto estratégia de desenvolvimento, e a consolidação gradual de um mercado externo de etanol, principalmente por conta das pressões ambientais, consubstanciadas no Protocolo de Kyoto.

Os carros *flex* permitem maior poder de escolha para o consumidor numa situação de alta dos preços do álcool, pois todo comprador de carro *flex fuel* é um consumidor de etanol em potencial; esperava-se uma demanda de etanol crescente proporcional à venda deste tipo de veículos. Entre 2003 e 2008, ano de criação da Mesa Nacional de Diálogo, a produção brasileira de etanol passou de 15 bilhões de litros para 25 bilhões de litros por ano. Wilkinson e Herrera (2010) estimam a absorção nacional de etanol próxima ao patamar de 20 bilhões de litros, sobretudo por conta da nova frota *flex* (ver Figura 1).

A emergência deste mercado consumidor para o etanol brasileiro se torna um fator *sine qua non* para a retomada do desempenho observado nos anos mais recentes (ver Figura 2). Os baixos custos da produção de etanol a partir da cana de açúcar no Brasil tornam o álcool uma alternativa barata e energeticamente eficiente, principalmente para um mercado consumidor crescente interessado em novas matrizes energéticas menos poluentes. Ribeiro, Atahyde e Castro (2009) sugere que entre 2001 e 2005 a demanda internacional para o etanol brasileiro cresceu 600%. Como se pode notar nos dados da Figura 2, a partir de 2003 as perspectivas para os combustíveis derivados da cana-de-açúcar foram extremamente positivas.

De um lado, para toda a década de 90 e início dos anos 2000, temos um setor que passa a vivenciar suas primeiras experiências com gestão focada em diminuição de custos, em inovações e na adoção de estratégias empresariais inspiradas em grandes firmas estrangeiras. Como desdobramento, percebem-se novas disposições institucionais, tanto por parte do patronato, como por parte dos distintos atores que compõe a atividade, ainda que também se observe uma reordenação dos recursos de poder e, conseqüentemente, das capacidades de influenciar as políticas públicas (PAULILLO & MELLO, 2005). Ainda que as novas disposições institucionais comportem diversos atores, seus respectivos pesos na decisão são distintos. Esta é a grande face do setor sucroalcooleiro e seus principais representantes no início dos anos 2000, anos de grandes possibilidades e de forte expansão econômica.

O contexto dos anos 2000, que aponta para a tendência de aquecimento do setor, principalmente por conta da garantia interna de mercado consumidor em expansão e da possibilidade crescente de estruturação de um mercado internacional de etanol, leva o setor sucroalcooleiro brasileiro a vivenciar uma “avalanche” de investimentos (WILKINSON & HERRERA, 2010). Como veremos, essa “avalanche” acabará impondo outros padrões empresariais, um conjunto de novas tendências e estratégias de governabilidade derivados da ampliação dos atores que passam a constituir a esfera empresarial sucroalcooleira.

Ainda que em ritmos menores, todavia, durante a década de 90 já se percebem algumas transações de aquisição por parte das empresas nacionais. Grupos como a Usina Santa Elisa, Da Barra e São Martinho já se lançavam na ampliação do parque produtivo desde os 90, através de aquisições. Posto um mercado consumidor nacional crescente e a possibilidade de ‘comoditização’ do etanol, impõe-se às empresas deste ramo produtivo se lançarem na frente rumo à permanência na atividade, dados os sinais de interesse no etanol por parte de novos investidores, muitas vezes mais agressivos e afinados com estratégias competitivas.

Empresas nacionais passam a participar cada vez mais de uma corrida rumo à fusão e/ou aquisição de outros empreendimentos. Wilkinson e Herrera (2010) afirmam que em 2010, 50% da produção nacional do setor sucroalcooleiro era oriunda de apenas 40 grupos empresariais, o que nos mostra a relevância das taxas de concentração que acometeram o setor nacional de cana-de-açúcar neste íterim. Esse número desponta num cenário em que o parque brasileiro é composto de um pouco mais de 400 empreendimentos agroindustriais, dentre usinas e destilarias específicas para a produção de etanol.

Não só a busca pela aquisição de empresas já consolidadas desponta como tendência para o período analisado, mas um conjunto de operações que permitam, de alguma forma, ampliar as frentes de rentabilidade das firmas, como a busca por terra por parte dos grupos empresariais e outros investidores, também são visibilizadas. Szmrecsányi et al. (2008) denominam este processo de “autossuprimento”, devido ao aumento significativo dos grandes proprietários de terras para o interior de São Paulo, por exemplo, identificados pelos autores como “acionistas” ou mesmo como “parentes” de membros acionistas dos principais grupos empresariais. De acordo com a bibliografia é comum a presença de agentes financeiros comprando terras em fronteiras agrícolas canavieiras nacionais, visando arrendá-las no contexto de expansão da produção. Tal corrida, na atualidade, se dá na busca por terras em novas fronteiras agrícolas (*greenfield*), principalmente em estados como Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais.

As empresas passam também a ampliar seus portfólios de produtos e serviços, como estratégia para manterem-se firmes e competitivas diante do novo contexto de ampliação de participantes na atividade. A Cosan, por exemplo, maior empresa do setor, pertencente a Rubens Ometto, passa a atuar também na logística de etanol criando a Rumo Logística; no ramo de monitoramento e compra de terras através da empresa *Radar*; e na distribuição de etanol, pela compra da rede de postos de gasolina Exxon. A mesma empresa, em parceria com a Shell, também criou a Raízen, empresa dedicada à produção e comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados.

A venda de títulos financeiros no mercado de capitais também figura como estratégia de ampliação de investimentos e aquisição de recursos. A parceria com empresas multinacionais, como forma de inovar e garantir fatias deste movimento de expansão do investimento e do consumo dos principais produtos do setor, também passa a ser recorrente. A Usina Da Barra, adquirida pelo grupo Cosan em 2009, segundo Novaes (2009), antes da aquisição, realizou um investimento de quatro milhões com a *Corn Product Brazil*, para a produção de açúcar líquido. A *Crystalsev* associou-se a diferentes empresas, dentre elas a *Dow Chemical* e a *Amirys*, objetivando a produção de bioplásticos e diesel de cana, respectivamente.

Pode-se perceber uma participação dos grupos empresariais até mesmo em questões estruturantes, arcando custos anteriormente assumidos unicamente pelos fundos públicos, como a participação na construção de álcooldutos direcionados para as novas frentes

agrícolas, ou na expansão nas áreas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias (P&D). Este último, por exemplo, foi um esforço da Votorantim, multinacional brasileira de cimentos e celulose, através da criação de uma empresa dedicada ao desenvolvimento de biotecnologia para a produção de cana-de-açúcar, etanol e pesquisas em combustíveis de segunda geração⁹, empresa posteriormente vendida à multinacional Monsanto.

Novos personagens até então minoritários no setor, como as grandes *traders* e empresas multi e transnacionais, passam a ampliar significativamente sua participação na matriz sucroalcooleira nacional. ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Tereos, compõe algumas das grandes *traders* transnacionais, seguidas de empresas até então forâneas à atividade, como a Odebrecht e a Petrobras, que cria neste contexto a empresa Petrobras Biocombustíveis (PBio). Abaixo podemos observar a composição das principais empresas brasileiras atuais de álcool e açúcar, seus principais investidores e acionistas e alguns movimentos de aquisição nos anos recentes (Quadro 1).

Quadro 1 - Ampliação da participação acionária nas empresas sucroalcooleiras no Brasil (continua).

GRUPO	FAMÍLIA	GRUPOS ADQUIRIDOS (ano)	PARCERIAS ACIONÁRIAS (grupos parceiros)	ABETURA DE CAPITAIS
Cosan	Família Ometto	Da Serra/SP (2001), Usina Diamante/SP (2001), Grupo Nova América (2009), Grupo Exxon (2008), Grupo União (2009).	Raízen (parceria com a Shell), Tate & Lyle, Sueden, Tereos, Grupo Kuok (Japão), Cargill, ADM, China	2005.
Cosan Limited.	Família Ometto		Gávea Investimentos, Bunge], Aguassanta Participações S.A	2007.
Crystalsev	Família Biaggi e Família Junqueira Franco		Cia. Nacional de Açúcar e Açúcar (parceria com a Global Foods), Dow Chemicals, Amyris, Cargil	
São Martinho	Família Ometto	Grupo Boa Vista (2000) (GO)	Mitsubishi (para construção de uma unidade em Goiás), BNDESPar, Petrobras, GP Investimentos	2007.
Tropical Bioenergia			Santa ElisaVale, British Petroleum, grupo Maeda. Os três grupos se juntaram, em 2008 para a criação da Tropical Bioenergia.	
Açúcar Guarani			Foi adquirido em 2001 pela Béghin-Say, e posteriormente adquirida pela francesa Tereos (também acionista da Cosan)	2007.

⁹ Os combustíveis de segunda geração são aqueles produzidos através da decomposição da celulose presente na biomassa em açúcares solúveis, posteriormente transformados quimicamente em álcool.

Santa Terezinha	Origem familiar, grupo sediado no Paraná			Predomi na gestão familiar.
Grupo Equipav	Famílias Toledo, Tarallo e Vetorazzo		Foi adquirida pela Shree Renuka	

Fonte: Mundo Neto (2012).

Outra singularidade, como já brevemente demonstrada até aqui, é a diversidade dos investimentos/investidores. Se grandes empresas relacionadas com a produção de agrocombustíveis ou alimentos passam a ampliar sua parcela de participação acionária na matriz sucroalcooleira brasileira, fundos de investimentos, fundos de pensão, petroleiras e *holdings* também são presença importante na nova configuração do setor sucroalcooleiro, como indicado no Quadro a seguir (ver Quadro 2).

Quadro 2 - Fundos de investimento e outras configurações financeiras no setor sucroalcooleiro brasileiro (continua).

FUNDO DE INVESTIMENTO	ALGUNS MEMBROS	PARCERIAS ACIONÁRIAS	GRUPOS ADQUIRIDOS (ano)	OBS.
Gávea Investimentos	Armínio Fraga Neto (hoje representante da Cosan e também ex-presidente do Banco Central) foi um dos sócios fundadores do grupo Hélio França, antigo membro dos quadros superiores da Cosan. Participou também de grupos internacionais de comércio de commodities agrícolas, como a Sucre e Deenres, Louies Dreyfus <i>Comodities</i> e gupo Noble.	Cosan		
Tarpon Investimentos		O grupo Tarpon investimentos compunha o quadro de membros do Brenco		
Adecoagro	George Soros			
Brenco	Amber Capital, Ashmore Energy International, The Yucaipa Companies, Tarpon Investimentos, Bill Clinton, Ron Burkle	Foi adquirida pelo ETHBioenergia (subsidiária da Odebrecht)		
Infinity Bio Energy	Marrill Lynch, Stark e Och-ZIFF Management, Kidd & Company	70% das ações da Infinity Bioenergy foram compradas pela Bertin em 2010	Usinas Disa e Cridasa (ES), Infinity Itaúnas,	Abriu capitais em 2008
Agroerg	Roberto Rodrigues, ex-ministro da agricultura Carlos Tambellini, dono da empresa EMPRAL de equipamentos para a produção de etanol			

	Nelson Tartuce Neto, que autou também no BNDES Carlos Baptista Pereira de Almeida, ex-diretor do Banco Chase Manhattan.			
Clean Energy Brazil	Banco Numis, Czarnikow, Agropecuária Orlando Prado Diniz Junqueira	Usina Unialco	Usina Alcooverde (MS), Dourados Açúcar e Alcool (MS), Canavale (MS)	
Fundo Terra Viva	DGF Investimentos, BNDESPar, FINEP, PREVI, PETROS, BANESPREV, Fundo de Previdência Santander, Fundação Itaipú. Bradi Kazan, diretor técnico do Fundo, foi assessor da Presidência do grupo Dedini (empresas de máquinas pesadas para o setor do açúcar e álcool), assessor do centro de tecnologia da Copersucar, presidente e proprietário da Destilaria de Alcool Nova Esperança -SP. Atualmente é sócio-diretor da Kazan & Associados Ltda, membro de Conselhos de Administração e consultor de empresas de açúcar e álcool, com experiência no segmento de mais de 30 anos.			Seu fundador, Sidney Chameh, é apresentado pela empresa como vice-presidente da Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital – ABVCAP

Fonte: Mundo Neto, 2012.

Governos e Estados Nacionais também são notados como novos investidores, como por exemplo, a China em parceria minoritária com a Cosan, no nordeste brasileiro, produzindo cana; ou o Japão com a PBio, através da *Brazil Japan Bioenergy*, ambos os casos visando à segurança energética dos países investidores. No caso brasileiro, ganha destaque a expressiva participação do BNDES no financiamento dessa expansão, seja através do financiamento de novos empreendimentos, ou do financiamento de maquinários para o plantio/corte ou para outras etapas do processo produtivo (MILANEZ, BARROS & FAVARET FILHO, 2008), mas, sobretudo, através da participação da subsidiária BNDESPar como acionista, ainda que minoritária, em vários empreendimentos sucroalcooleiros. No Quadro 3 seguinte está indicada a participação da BNDESPar em algumas empresas pesquisadas.

Quadro 3 - Participação estatal brasileira em empresas do setor sucroalcooleiro.

Empresa	Membro acionário
PBio	Recentemente o grupo açúcar Guarani recebeu o maior investimento da subsidiária da Petrobrás, a PBio, que desde sua criação, em 2006, estudava projetos nos quais poderia ingressar. A PBio adquiriu 46% do capital do grupo Guarani, num plano de investimentos de R\$1,6 bilhões para os próximos anos. Cabe lembrar que o Grupo Guarani pertence à francesa Tereos. Outro grupo no qual a PBio investiu foi o São Martinho, pertencente à família Ometto, cedendo recursos para a construção de novas plantas agroindustriais dedicadas à produção

	de etanol A empresa Brazil Japan Bioenergy é uma parceria entre a PBio e o Japão.
BNDESPar	A subsidiária do BNDES investiu recursos nas empresas TOTVS e DATASUL, que elaboram softwares para empresas sucroalcooleiras. A BNDESPar também investiu nas empresas São Martinho, LDC-Sev e Brenco.
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)	A Finep compõe o fundo Terra Viva, outro investidor no parque sucroalcooleiro nacional.

Elaboração do autor.

Para Wilkinson e Herrera (2010) essas tendências de novos e expressivos investimentos, que até 2010 contemplariam aproximadamente 20% do setor nacional, na maioria das vezes se dão em novas áreas de fronteira agrícola. Os autores frisam também a compreensão desses fenômenos enquanto tendências mundiais, principalmente a busca por terras para segurança energética e alimentar pelos países ricos financeiramente, mas pobres em recursos naturais.

Tais conjuntos de estratégias, se por um lado, demonstram a atratividade do setor sucroalcooleiro brasileiro frente suas possibilidades de expansão, passam a figurar, por outro, como modalidades de investimento num mercado mais competitivo e repleto de novos personagens que, igualmente, também buscam participar das benesses dessa expansão até aqui visualizada, em suas diferentes etapas. Esses novos atores, assim como os novos padrões de organização trazidos ou impostos ao cenário nacional, acabam por engendrar também novas demandas e relações de sustentação econômica e política. Os novos atores parecem também se relacionar de formas distintas com os investimentos no parque sucroalcooleiro nacional, que passa a comportar desde especuladores financeiros a fundos de investimento.

Novas formas de busca de recursos junto a acionistas-investidores interessados nas boas perspectivas da atividade, bem como novas formas de governabilidade e controle dos empreendimentos diante de um cenário repleto de novos investidores, passam a compor o repertório das principais empresas agroindustriais sucroalcooleiras. Para Mundo Neto (2012), a presença de novos atores no setor sucroalcooleiro implica na emergência de uma nova forma de ser e agir empresarial, de novas estratégias de gestão dos empreendimentos e de organização das instâncias decisórias, que passam a ser compostas por mais membros, alguns de natureza distintas dos membros e gerentes que compunham as firmas sucroalcooleiras até então. Para o autor, a emergência deste novo conjunto de práticas empresariais muito se nutre da intenção de implantar no país um ambiente mais favorável e atrativo a diversos investimentos e investidores internacionais. Tal processo é complexo, passando pela exaltação da transparência empresarial perante os distintos segmentos da sociedade e dos distintos

atores com quem as firmas se relacionam, como também passa pela valorização das dimensões ambientais, sociais etc. Difundem-se amplamente, entre as empresas sucroalcooleiras, nos anos recentes, os relatórios socioambientais, os projetos que valorizem o caráter social, ambiental e também econômico do empreendimento. Todos em íntima relação com a nova estruturação dos investimentos e investidores. Ciente de que as práticas e as concepções de ambiente e sustentabilidade são múltiplas, variando conforme a origem e a organização do ator, cabe salientar que o setor sucroalcooleiro vê emergindo preocupações acerca das dimensões sociais e ambientais de seus empreendimentos.

É na transição de práticas empresariais pretéritas para novas formas de ser e organizar a firma – que como vimos tem início a partir da abertura dos anos 90 – que se percebe também uma forte exaltação de outras dimensões, como a sustentabilidade dos empreendimentos frente aos novos e possíveis investidores, bem como a imagem imaculada frente à opinião pública, todos como peças importantes para a atração de investidores que visam aplicar seus recursos em negócios ambiental, econômicos e socialmente seguros. Mundo Neto (2012) afirma e demonstra, na esteira do que aqui argumentamos, os diversos projetos que envolvem mecanismos de desenvolvimento limpo (MDLs), que passam a ser implementados por distintas firmas do setor sucroalcooleiro e posteriormente comercializados nas bolsas de valores específicas. Observam-se também diversas atividades de promoção de questões ambientais por parte de empresas sucroalcooleiras, seja em escolas, seja em projetos de captação de energia solar para alimentar as usinas etc. (UNICA, 2012).

Caberia atentar que, se por um lado essa maior permeabilidade do setor sucroalcooleiro brasileiro a diversos atores forâneos traz consigo novas demandas, padrões e tendências, mudando a dinâmica de funcionamento e ordenação das empresas nacionais, que passam a reorganizar diversas dimensões do cotidiano produtivo, por outro, esses novos padrões e tendências já encontram, nos principais e tradicionais municípios canavieiros, diversas firmas de longa história, comandada às vezes por famílias centenárias tradicionais na atividade (conforme indicado no Quadro 1), protagonistas e herdeiras de grande parte das principais transformações que acometeram o agronegócio canavieiro (BASTOS, CHAIA & FERRANTE, 1987).

Bastos, Chaia e Ferrante (1987), por exemplo, mostram-nos as diversas atuações empresariais durante os anos 80 e 90, muitas coordenadas no sentido de se contrapor à atuação dos trabalhadores. Diversas das “empresas centenárias”, como a Cosan, por exemplo,

hoje modernizadas (no sentido de que contêm participações acionárias, títulos comercializados nas bolsas, conselhos superiores de gestão, fiscalização e deliberação, prestação de contas para os seus acionistas, etc.), fizeram frente às grandes greves que acometeram o interior paulista em décadas anteriores. Muitas das atuais empresas participaram das retaliações a trabalhadores, através da criação de listas negras¹⁰, da negação de lideranças e entidades sindicais, participaram ainda de boicotes às principais lideranças que foram emergindo ao longo do tempo durante os conflitos trabalhistas etc.

A estrangeirização do setor sucroalcooleiro, no sentido que damos aqui, dá-se, no mínimo, a partir de duas lógicas distintas. Passam a coexistir, minimamente, dois conjuntos complexos de atores: os “recém-chegados”, intimamente vinculados a formas organizacionais mais afinadas às técnicas e teorias empresariais de organização e gestão, de pouca tradição no setor canavieiro, e os grupos tradicionais que adotam novos padrões de governabilidade e estruturação. Podemos perceber essa “duplicidade” do patronato canavieiro na fala de Rubens Ometto, numa entrevista feita por Salomão (2007), concedida à Revista Exame:

Se você pegar a história da Cosan vai perceber que ela se confunde com a maneira de a gente ser. O DNA da empresa é muito parecido com o DNA do criador, do presidente - e quer queira ou não. A Cosan sempre foi empreendedora. Tem vontade de crescer e de criar - sem nunca aceitar as coisas como um pacote fechado. Não vou fazer isso ou aquilo porque estão mandando. O nosso primeiro IPO (Initial Public Offering, termo em inglês para abertura de capital) foi um sucesso. Na época, achávamos que ele seria suficiente. Depois começamos a ver que poderíamos e deveríamos crescer mais. E como fazer para crescer mais? Chegamos à conclusão que o melhor seria fazer uma combinação entre financiamento e capital. Mas eu fiquei quebrando a cabeça, por que tinha dois caminhos: montava uma estrutura que permitisse levantar o capital de forma sadia para fazer tudo que é necessário para a companhia ou via a empresa ser vendida. [...] Na época que fizemos o primeiro IPO, éramos namorados por outros produtores de açúcar, principalmente europeus, como o Südzucker, Nordzucker e Tereos. **Em uma segunda fase, veio a turma do agribusiness: Bunge, Cargill, ADM. Olhando para o futuro, acreditamos que o próximo passo será dado pelas empresas de energia, por grandes companhias como as petroleiras.** Se eu montasse uma reestruturação em que me tornasse minoritário, em pouco tempo perderia tudo. Há grandes empresas da área de petróleo que faturam três bilhões de dólares por mês - não dá para brincar com elas. Elas compram o que querem. E depois, se não deu certo para elas, basta fechar. Nossos lançamentos têm o objetivo de trazer dinheiro para fazer a Cosan crescer. Pode ter certeza: estamos preparando uma empresa bacana, organizada, com melhoria contínua. E veja bem: não estou criticando, mas apenas analisando. **O pessoal do mercado financeiro, por exemplo, não tem o link com os negócios que administra.** Trabalham hoje com empresas de varejo, amanhã de cerveja. Eles montam um negócio, esperam as ações valorizarem, vendem e viram a página - vão brincar com outro brinquedo. São homens de negócio. **Eu também sou um homem de negócio. Tenho veia financista. Do contrário não teria chegado até aqui. Mas também estou comprometido com o meu negócio. Comprometido com o açúcar,**

10 Listas negras eram artifícios utilizados pelas usinas durante a década de 80 e 90 para denunciar trabalhadores envolvidos com “baderna” e “bagunça”, como chamavam a atuação sindical (FERRANTE, 1987; 1992). Há relatos da continuidade no usos de listas negras na atualidade (SCOPINHO, 2000).

o álcool e a energia. Talvez isso seja um defeito, mas não sou uma pessoa que hoje está aqui e amanhã, ali. E as pessoas que compraram ações da nossa empresa também estão casadas com o nosso projeto. Estão casadas comigo. E eu tenho de ficar aqui. (SALOMÃO, 2007 apud MUNDO NETO, 2012).

A noção de pertencimento, de “comprometimento com a história do açúcar e do álcool” aparece como figura de distinção, de acordo com o próprio empresário, entre Rubens Ometto e os outros atores que passam a compor o cenário sucroalcooleiro. A nosso ver, tal noção também é a expressão de um histórico de protagonismo, de atuação e vinculação à atividade, acúmulo inexistente para as empresas forâneas que passam a compor a atividade sucroalcooleira. Atores forâneos e firmas centenárias coexistem, passando a adotar as mesmas técnicas de gestão e organização dos empreendimentos. Como vimos, no entanto, parece haver diferença nos significados de cada passo para os diferentes atores. Não a toa, as firmas “recém chegadas” passam a recorrer a nomes de prestígio no cenário político brasileiro para atuarem como seus representantes. Voltaremos a este ponto no decorrer do texto.

A UNICA, neste sentido, cumpre um papel de relevo como difusora de um novo perfil organizativo, de um novo modo empresarial de ser para o conjunto do setor sucroalcooleiro nacional. Em parte porque sua capacidade de influência política lhe rende lugar nas principais arenas decisórias institucionais, em parte porque é composta pelos grupos que lideram o setor da cana-de-açúcar, é notável a importância desta entidade como difusora das novas formas de gestão e governabilidade para o conjunto das atividades da cadeia agroindustrial sucroalcooleira, não só no que diz respeito à construção de um ambiente propício para sua internacionalização – através da exigência junto às empresas de maior transparência e construção de parâmetros que permitam que os investidores avaliem suas possibilidades de investimento – mas também para resolução de conflitos, na adoção de novos valores ordenadores das práticas empresariais, como a sustentabilidade econômica, social, ambiental etc. (JANK & NAPPO, 2009).

Novaes (2009) chama atenção para as investidas e esforços da UNICA na difusão de padrões de certificação, de relatórios de prestação de contas e de balanços sociais entre suas associadas. Segundo a autora, a entidade trabalha desde 2006 para a implantação de relatórios de formato internacional de sustentabilidade, como aqueles presentes nas diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), esforço que culminou no primeiro Relatório Sociambiental do Setor Sucroenergético, em 2008 (UNICA, 2012). A adesão de algumas usinas a outros certificados de conformidade socioambiental também é citada, como os selos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ou parcerias com o Instituto Ethos

(NOVAES, 2009). A respeito de um dos relatórios que avaliam e divulgam os projetos socioambientais do setor sucroalcooleiro, Marcus Jank, então presidente da UNICA em 2009, afirma, através de reportagem na revista Dinheiro Rural, que

[o relatório] se torna uma ferramenta de gestão e ajuda a trazer à tona **a imagem verdadeira do setor**. O objetivo é dar transparência trazendo informação **da boa governança corporativa das associadas nos planos social, ambiental e econômico**. Nós sentíamos que alguns associados tinham resistência, Mas cada vez mais estão querendo participar. Tanto que estamos com uma equipe a campo, **dando assistência e treinamentos nas usinas** para elas fazerem seus próprios relatórios (SUSTENTABILIDADE..., 2009, grifo nossos).

A partir do relato de Jank, observamos o esforço da entidade em difundir entre suas associadas novas práticas de gestão, como os relatórios e os balanços socioambientais. Cabe destacar que o cruzamento dos dados obtidos permite afirmar que embora houvesse todo um processo de difusão e adesão das usinas aos mecanismos de certificação socioambientais propostos pela UNICA¹¹, é comum a identificação de descumprimentos dos direitos trabalhistas e acordos coletivos em diversas das unidades empresariais certificadas. Processos distintos de certificação e atestação de conformidade socioambiental coexistiam com conflitos trabalhistas em diversas das empresas certificadas.

Alguns exemplos são a Usina Santa Elisa, autuada por descumprir a legislação trabalhista, mesmo após certificada também como “empresa socialmente responsável”, de acordo com o Compromisso Nacional (MPT ARARAQUARA, 2012). Temos também a usina São Martinho, pertencente à família Ometto, certificada inicialmente pelo IBASE, que teve 421 trabalhadores resgatados em uma de suas fazendas. Na época, seu principal detentor, Hermínio Ometto Neto, era diretamente vinculado aos Conselhos Superiores da UNICA (BÄCHTOLD, 2008).

Se para sobreviver aos anos 90, principalmente por conta da desregulamentação e a “saída” do Estado, o setor sucroalcooleiro se viu forçado a adotar novas formas de organizar e gerir não só o processo produtivo, mas principalmente sua relação com os outros elos da cadeia produtiva, atualmente o cenário aponta para outras estratégias de gestão que guardam forte relação com o novo cenário consolidado a partir de meados dos anos 2000, como descrito acima.

11 A lista com algumas das empresas certificadas pelo selo IBASE pode ser encontrada no ANEXO A, ao final deste trabalho. Os critérios de certificação pesquisados para os diferentes relatórios também podem ser encontrados nos ANEXOS B e C.

O empresariado sucroalcooleiro se vê diante da tarefa de aderir a outro perfil de gestão, mais técnico-profissional, cada vez mais distante daqueles padrões familiares empresariais anteriores de gestão dos negócios – ainda que alguns casos tenham à frente os mesmos membros de famílias tradicionais. Novo período este caracterizado também por inovações técnicas e organizativas, ampliação dos produtos e portfólios das empresas, alteração da relação com fornecedores e trabalhadores, financeirização das atividades e da captação de recursos, adesão a demandas ambientais e sociais, através de projetos, mitigações e pela valorização de outras esferas de sua atividade produtiva, como “boa governança”.

Com base no exposto até aqui, caberia pensar nas novas dinâmicas e sociabilidades que essa reconfiguração do setor sucroalcooleiro nacional acabou por engendrar durante essa avalanche de investimento, em que novos atores, estratégias e referenciais acabaram por compor o novo cenário e imaginário empresarial. Novas demandas, novas formas de angariação de recursos, novas estratégias de investimento, de centralização administrativa das distintas usinas de uma mesma empresa, novas relações com os investidores, busca pela eficiência e pela diminuição dos custos e novas formas de se relacionar pública e politicamente passaram a compor o repertório de práticas e atuações de empresários e seus representantes¹².

Para Mundo Neto (2012), a presença desses novos investidores, inclusive de acionistas especuladores – por vezes pouco interessados no produto final – cria uma espécie de “jogo”, com novas regras e formas de organização; novos padrões de prestação de contas e de transparência dos empreendimentos para os acionistas estrangeiros, novos riscos (principalmente por conta de investimentos seguidos de ‘desinvestimentos’, feito por rentistas interessados em multiplicar seus montantes de recursos num contexto de mercado mais eufórico) e novas dimensões que passam a ser valorizadas, como a dimensão ecológica, ambiental, trabalhista e “social”. Ademais, parte significativa dos investimentos também só pode ser entendida se considerarmos a natureza do setor e do contexto no qual ele se insere: produção de combustíveis considerados menos poluentes que aqueles derivados do petróleo,

12 No sentido exposto aqui, de que a internacionalização implica também em estratégias de distinção entre os diferentes segmentos que passam a compor o setor sucroalcooleiro, chama atenção a reportagem intitulada “Usineiros buscam prestígios perdidos”, onde usineiros reclamam publicamente da pouca atenção dada a eles em detrimento das grandes multinacionais e seus acionistas, como Bunge, Cargil, Dreyfus, Cosan etc., o que de certa forma no mostra os segmentos hegemônicos dentro de entidades como a UNICA, que passa a comportar tais novos atores além dos usineiros tradicionais (PEREIRA & CHADE, 2012).

num momento de pressão mundial para a mitigação dos impactos ambientais decorrentes do aquecimento global.

Assim, o processo de integração, principalmente por parte das empresas de ponta do setor sucroalcooleiro nacional, a um novo contexto, mais “permeável” a novos atores internacionais, seja através da abertura de capitais, ou através da parceria com multi ou transnacionais em processos de fusão e aquisição etc., passou a servir de ponto difusor de novas formas de gestão e organização das instâncias decisórias para o conjunto das empresas nacionais (muitas até então ainda fortemente vinculadas a padrões de gestão anteriores), visando à adoção de novos padrões de governabilidade para o conjunto do setor. Destacamos o papel da UNICA enquanto mediadora e porta-voz deste processo de difusão das estratégias e de prestação de serviços à suas associadas que auxiliassem na criação de um ambiente propício à internacionalização, ou à aquisição de novos investimentos/investidores de forma coerente com o novo cenário que se delineava. Dentre tais estratégias, dá-se forte atenção a quesitos de sustentabilidade, de responsabilidade social, sendo estas, inclusive, pré-requisito para a participação de empresas em mercados de títulos¹³ (MUNDO NETO, 2012).

Novos atores coexistem com antigos, ainda que estes acabem sendo levados, pelo próprio movimento de expansão posto em marcha, a reorientarem seus negócios como forma de manterem-se competitivos e em posições de liderança – através da extensão dos canais de comunicação e deliberação a seus investidores, a compartilharem os resultados com eventuais acionistas, à serem mais transparentes junto aos mercados de capitais. Neste novo contexto, emerge a preocupação com novos valores e práticas, tanto como forma de desfazer velhas imagens vinculadas à produção da cana-de-açúcar no país, como também de acessar novos acionistas e consumidores, muitos bastante exigentes quanto ao alvo de seus investimentos ou com os impactos oriundos dos produtos a serem consumidos.

Outro fator que ganha destaque neste cenário é a profissionalização de quadros dirigentes das firmas e dos grupos agroindustriais, conforme salientado por Bruno (2012). Repetindo uma tendência nacional (BRUNO, 2012), para o setor sucroalcooleiro podemos

13 Em geral, para participar dos pregões de venda de títulos nos principais mercados de capitais brasileiros, como o pregão da BMF&Bovespa, impõe-se às empresas na forma de requisitos a reformulação de sua estrutura principal de governança, aderindo à gestão dos negócios por Conselhos (Conselho Deliberativo, Conselho Administrativo, Conselho Executivo, Conselho Fiscal etc.), por novas formas de prestação de contas (via “balanços”), etc. A participação nos principais mercados de títulos nacionais é admitida através de distintas modalidades, que comportam diferentes formas consideradas mais ou menos bem vistas pelo mercado, de acordo com a organização adotada pela empresa.

observar que os principais cargos de “homens de frente” das empresas sucroalcooleiras, indicados no Quadro 4, passam a ser ocupados por antigos quadros políticos e técnico administrativos das agências públicas vinculadas ao financiamento ou à decisão de gestão/investimento na atividade sucroalcooleira.

Quadro 4 - Representantes de empresas do setor sucroalcooleiro no Brasil a partir da internacionalização (continua).

Nomes/Grupo	Curso de Graduação/Ins t; Pós/Inst.	Atuação na esfera governamental	Experiência em Finanças	Trajatória profissional em outras áreas
Armínio Fraga Neto/Cosan	Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton e B.A. e M.A. em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro	Ex-presidente do Banco Central do Brasil (mar. de 1999 a dez. de 2002)	Atual presidente do Conselho de Administração da BMF&Bovespa. Sócio fundador da Gávea Investimentos. Anteriormente foi diretor Gerente da Soros Fund Management em Nova York, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, vice presidente da Salomon Brothers, em Nova York e economista chefe e gerente de operações do Banco Garantia.	Foi professor do curso de mestrado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Economia da FGV, da School of International Affairs da Universidade de Columbia e da Wharton School. Acionista da Cosan Limited, representado pelo Conselheiro Hélio Franca Filho.
Eduardo Pereira de Carvalho/ETHbioenergia	Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.	Ex-diretor da Cia. Vale do Rio Doce (1977-79). Ex-secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Secretário Geral no Ministério da Fazenda de 1980-81 e substituto do Ministro da Fazenda. Foi Presidente do BANESPA	Foi Coordenador da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda de 1970-74. Diretor Financeiro da SAFRON TEJIN S/A – Indústria Brasileira de Fibras.	Professor Catedrático da mesma Escola que se graduou. Foi Presidente da UNICA entre 2000 e 2007. É o atual Presidente da PREVER – Previdência Privada (Bancos Bamerindus e Unibanco). Conselheiro da ETHbioenergia até 2010.
Henri Philippe Reichtsul/Brenco	Graduou-se em Economia e Administração de Empresas na USP. Cursou pós-graduação em Hertford College, na Oxford University	Ex-Presidente da Petrobrás, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Trabalhou no Ministério do Planejamento com João Sayad.	Ex-Diretor Vice-Presidente Executivo do Inter American Express Bank S/A. Ao lado de Sayad e Francisco Vidal Luna fundou o Banco SRL, depois comprado pelo grupo American Express.	Conselheiro e CEO da Brenco e sócio fundador. Atuou também como membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, do BNDES, da Caixa Econômica Federal, da Globopar. É membro do Conselho de Administração da Ashmore Energy International, da Repsol-YPF, da PSA-Peugeot Citroen, do Conselho Consultivo da Lhoist do Brasil.
Humberto Casagrande/Terra Viva	Engenheiro de Produção pela UFSCar. Mestre em Administração de Empresas pela PUC-SP.	Ex-Secretário adjunto da SEST/SEPLAN na gestão do Ministro João Sayad	Ex-Diretor dos Bancos Citibank, Sudameris, Credibanco.	Ex-Presidente da APIMEC nacional (2001-4). Ex-conselheiro da Bovespa. Professor de mercado de capitais com diversos livros publicados.
Mailson Ferreira da Nóbrega/Cosan		Ministro da Fazenda entre 1988-90. Carreira no Banco do Brasil e no setor público. Consultor técnico e chefe do departamento de análises de projetos do Banco do Brasil; coordenador chefe de Assuntos Econômicos do Ministério da Indústria e Comércio e Secretário	Atuou como Diretor Presidente do Banco Europeu Brasileiro (Eurobraz) em Londres.	Conselheiro da Cosan e Cosan Limited. desde 2007. Foi membro do Conselho de Administração das Seguintes Cias: Abyara Planejamento Imobiliário, CSU Carsystem S/A., Grendene S/A., Portobello S/A., Rodobens Negócios Imobiliários S/A., TIM Participações S/A. e Veracel Celulose S/A.

		Geral do Ministério da Fazenda.		
Marcus Vinicius Pratini de Moraes/ Cosan	Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul (1963) e pós-graduado em Administração Pública pela Deutsche Stiftung für Entwicklungslander – Berlim (1965) e Administração de Empresas pela Pittsburgh University & Carnegie Tech – Carnegie institute of Technology (1966).	Ministro Interino do Planejamento e Coordenação Geral (1968-69), Ministro da Indústria e do Comércio (1970-74), Ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (1999-2002), além de um mandato de Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul (1982-86).	Membro do Conselho da FIC – International Finance Corporation	Membro do Conselho de Administração da Cosan desde 2005. Foi fundador da FUNCEX (1976-85), Presidente do Conselho Consultivo do Center of Brazilian Studies (School of Advanced Studies/John Hopkins University, entre 1977-81). Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB (1998-99), Membro do Conselho de Supervisão do Banco ABN-AMRO – Amsterdã (2003)- Membro do Conselho Consultivo da BM&F (2003), Presidente do Conselho da ABIEC (2003), Membro do Conselho Empresarial Brasil-China (2004), Presidente do Conselho Empresarial Brasil-Rússia (2004), Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (2005-07) e Vice-Presidente do Serviço de Informação da Carne-SIC (2005).
Pedro Pulen Parente/ BUNGE	Graduado Em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília	Funcionário de carreira do Banco Central, onde se aposentou em 2010. Ex-Ministro (1999-2002), coordenador da equipe de transição do Governo FHC para o Governo Lula.	Foi Consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no país, incluindo Secretarias de Estado e a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo atuado em diversos cargos na área econômica do Governo.	Atuou também como Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia de 2001-02. No período de 2003 até 2009 foi Vice-Presidente Executivo do Grupo RBS. É Presidente e CEO da BUNGE Brasil desde janeiro de 2010. Atualmente é membro dos conselhos da AMCHAM Brasil, RBS, FNQ e da BM&FBOVESPA.
Roberto Rodrigues/ AGROERG	Formou-se em Engenharia Agrônoma com aperfeiçoamento em administração rural pela Escola Superior de Agricultura da USP em 1965.	Ministro da Agricultura (2003-06).	Ex-Conselheiro da BM&FBOVESPA.	Produtor e fornecedor de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Professor Emérito do Depto. De Economia Rural da Unesp de Jaboticabal. Professor da FGV-SP. É membro dos Conselhos da Fundação de Estudos Agrários “Luiz de Queiroz” (FEALQ), da Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV) e da Fundação Bunge. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e membro do Comitê Empresarial de Comércio Exterior do Itamaraty, além de participar de vários conselhos ligados ao agronegócio no Brasil como o Conselho Nacional do Agronegócio do Ministério da Agricultura. Ex-Presidente da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.
Segio Thompson Flores/ Infinity Bio Eenergy	Bacharel e mestre em Relações Internacionais pelo instituto Rio Branco.	Foi diplomata no Serviço Exterior Brasileiro, em um posto Senior no Ministério da Fazenda. Foi Diretor do Finep, com atividades em gestão de fundos financeiros (private equity) e financiamento de projetos.	Entre 1996-2006 dirigiu a Worldinvest, assessoria financeira e de desenvolvimento de negócios no Brasil, da qual foi o principal sócio e fundador.	Membro do Conselho de Administração e diretor presidente da Infinity Bio Energy desde março de 2006.

Fonte: Elaborado a partir de Mundo Neto (2012).

Dada a trajetória de muitos dos “homens de frente”, conforme demonstrado no Quadro acima, caberia pensar em termos do capital cultural e político acumulado por estes membros (BOURDIEU, 1989), acostumados com a burocracia e tramites estatais, além de contar com

amplas redes de relações, amigos e conhecidos de partido, que ocuparam ou ocupam lugar de destaque em outras instâncias decisórias importantes para o desenvolvimento da expansão sucroalcooleira. Como vimos, um forte exemplo é o próprio BNDES, o Bacen, o Banco do Brasil, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, todos já ocupados, em alguma medida, pelos principais nomes que viriam a compor os quadros dirigentes, tanto de empresas sucroalcooleiras, como pelos fundos de investimento (QUADRO 1, 2 e 3). Caberia pensar também, conforme Bourdieu (1989), no monopólio de informações e conhecimentos acerca do acionamento dos tramites legais-burocráticos exigidos pelo cumprimento de suas atividades enquanto ex-membros dos órgãos governamentais citados. Tais homens são portadores de vasto conhecimento acerca do “fazer cotidiano” da máquina pública, da mesma forma como apresentam ampla relação de conhecimento, trabalho e parceria política com outras pessoas, ramos, grupos de interesse e órgãos governamentais estratégicos para o setor sucroalcooleiro. De forma geral, pesquisando sobre os atores que passaram a compor o novo cenário de investimentos e estruturação do setor sucroalcooleiro nacional, pudemos observar grande circulação de membros do governo e do empresariado, que passam a compor os quadros principais das grandes empresas sucroalcooleiras. Observamos parcerias entre políticos e empresários, seja através da arregimentação dos primeiros para liderar grupos empresariais, seja através de parcerias em investimentos, através de grupos investidores ou outras configurações financeiras (ver Quadro 2).

Por outro lado, como ressaltamos, se a nova configuração adotada no setor sucroalcooleiro a partir de sua internacionalização implica em ampliar as esferas empresariais de consulta e deliberação, temos de considerar, igualmente, as sociabilidades decorrentes da participação acionária de empresas como PBio e BNDESPar no setor sucroalcooleiro. Membros destas empresas estatais são levados a trabalhar e planejar atividades e investimentos em parceria com grandes empresas sucroalcooleira, dada a participação acionária. E como vimos, alguns são levados, posteriormente, a trabalhar nas firmas pra quais prestaram serviços. Enquanto representantes do Estado, políticos planejam, executam e dominam os trâmites burocráticos acerca do desenvolvimento de financiamentos, planos e programas, condições de aquisição de recursos etc. Posteriormente passam a compor os filões empresariais, figurando como “homens de frente” das mesmas empresas para quem prestaram serviços enquanto homens públicos. Parece-nos de especial importância ressaltar eventuais vínculos e suas implicações para se pensar os recursos de poder das principais empresas sucroalcooleiras analisadas no decorrer do presente estudo. A condição de serem portadoras

de homens públicos que além de dominarem as etapas burocráticas das entidades de financiamento e planejamento da atividade sucroalcooleira, também contam com “amigos”, “conhecidos” e “ajudantes” dentro destas mesmas instituições também figura como elemento importante na nossa análise.

Moacir Palmeira (1994) traz algumas contribuições que nos possibilitam ampliar as reflexões acerca dessas relações interpessoais enquanto elementos ordenadores do mundo da política. Problematizando as relações pessoais e seus pesos diferenciados nas decisões políticas dentro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Palmeira oferece diversos exemplos para compreendermos a força que relações de outras natureza (como afinidade pessoal, crenças, tradições, retribuição a serviços e benefícios políticos prestados, por exemplo) atribuem a determinadas escolhas “do que fazer” no mundo da política. Segundo o autor, haveria uma “área sombria entre governos e negócios” (PALMEIRA, 1994, p. 65) que contribuiria para que certas decisões fossem tomadas baseando-se não só naquilo que é determinado nos marcos de uma política formal. Por aqui entendemos como formal aqueles espaços institucionais, ou criados institucionalmente para resolução de uma determinada problemática, como fóruns consultivos e arenas de debate e deliberação de caráter tripartite. A “política de corredor” (PALMEIRA, 1994), permeada por distintos laços interpessoais, conforme vimos, ganha destaque como ordenadora da dimensão política, sobretudo das políticas realizadas no âmbito formal. O autor explora a relação entre diferentes facções políticas que compõe uma determinada entidade ou órgão governamental, as quais por acordos oriundos das distintas organizações e partidos políticos de determinada esfera governamental, passam a compor secretarias, institutos e empresas governamentais, cada qual trilhando os rumos determinados pelas plataformas gerais e projetos estratégicos de suas respectivas organizações. Por outro lado, observa também o conjunto de relações interpessoais, muitas se sobrepondo a vínculos partidários e identidades classistas, e pautas partidárias se inter cruzam com a dinâmica dos espaços formais, como diretores e ministros que bebem juntos, que frequentam os mesmos clubes, que almoçam juntos etc.

Todos estes espaços, conforme o autor, são fecundos de possibilidades de influência sobre a política “formal” e o jogo de forças, acordos e compromissos, todos igualmente tributários da “política de corredor”, ganhando relevância como contribuintes para a compreensão do funcionamento da “máquina estatal”. As decisões tomadas nos âmbito das esferas políticas formais, segundo o autor, pagam tributo não só à barganha e poder de ação e

mobilização dos atores e grupos políticos no momento da negociação e atuação numa determinada esfera ou arena, mas cedem também a favores, a articulações elaboradas e tecidas em outros espaços, a vínculos anteriores existentes entre os distintos atores que compõe determinada seara.

Para nossa análise, tais reflexões ganham um destaque significativo, posto que no decorrer da pesquisa deparamo-nos com diversas situações que, aparentemente, passariam despercebidas em diversas perspectivas de análise de políticas e atuações das principais esferas governamentais. O primeiro (e o mais evidente) dos fatos diz respeito às grandes empresas do ramo sucroalcooleiro recorrerem aos chamados “homens de frente” de governos anteriores, antigos diretores de bancos públicos, de ministérios, de empresas públicas vinculadas à atividade sucroalcooleira, como pode ser visualizado no Quadro 4. Conforme Palmeira (1994) parece haver certa preferência das empresas sucroalcooleiras pela escolha de homens públicos que além do grande apelo político sejam também portadores de vasta experiência em finanças e, sobretudo, com longos anos de atuação e conhecimento em setores estratégicos do Estado brasileiro, tais como bancos (BNDES, Banco Central, Banco do Brasil), órgãos do executivo (secretarias do Ministério da Fazenda, secretarias estaduais de agricultura), empresas como Petrobrás etc. Acreditamos que essa arregimentação não é casual, mas resulta de processos de ampla interlocução dos segmentos empresariais com partidos e políticos específicos.

Para além do contato e da experiência acerca do funcionamento e do acionamento de tais órgãos (o que pressupõe vastos conhecimentos de toda sorte de normas, legislações, portarias etc.), que nas palavras de Palmeira (1994, p. 64) são “desconhecidas pela sociedade, mas familiares aos que frequentavam os gabinetes e corredores da burocracia estatal”, parece também estar em jogo questões políticas relacionadas a compromissos políticos, crenças em marcos estratégicos e projetos político-partidários, ainda que os primeiros motivos – como vimos, a arregimentação de homens experientes tecnicamente e politicamente influentes – não mereçam ser reduzidos a fatos secundários.

Temos, portanto, um cenário em que os grandes (e novos) representantes das firmas sucroalcooleiras – como vimos mais profissionais e técnicas, menos relacionadas aos padrões familiares anteriores de gestão - compartilham (ou compartilharam) grandes vínculos político-partidários e administrativos, tendo compondo cargos no executivo decorrentes da

distribuição de postos entre as distintas coalizões partidárias que compuseram governos anteriores.

A mesma ideia aparece no texto intitulado “Com a boca torta pelo uso do cachimbo: Estado e empresários agroindustriais no Brasil” (BRUNO, 2009), onde a autora afirma que,

A despeito da existência de inúmeros canais institucionais de interlocução, existem, lado a lado à representação formal e nos espaços onde essas organizações [agroindustriais] operam, determinados mecanismos que funcionam paralelamente e que se entrecruzam, como por exemplo, o acesso direto ao executivo e aos ministros de Estado. É o conhecido ‘sabe com quem está falando’, analisado por Roberto Da Matta. ‘No momento em que eu quero é só bater o telefone e o ministro ou o presidente fala conosco’, declara um presidente das associações por produto [agrícola]. ‘Eu era amicíssimo do Delfim Neto e acertava com ele pessoalmente as coisas da agricultura. Mandava para ele por escrito o que devia ser despachado em nosso favor. Ele despachava e pronto’, complementa outro entrevistado. (BRUNO, 2009, p. 204).

A autora ainda salienta que o mecanismo de interlocução direta entre lideranças agroindustriais e órgãos estatais estratégicos obedece ainda a outros determinantes:

Se, de um lado, o espaço institucional é aberto a todos, de outro, apenas alguns têm acesso direto ao executivo [...] são práticas que passam por uma hierarquia que não é dada exclusivamente nem diretamente pela riqueza. Eles dependem da conjuntura, dos laços de amizade e de parentesco existentes etc. (BRUNO, 2009, p 204)

Para Bruno (2009), tais relações são constitutivas do mundo da política e figuram também como afirmação do poder social e da dominação política, já que “se vangloriar de tais contatos não deixa de ser uma forma de reforçar sua importância política” (p. 204).

Num cenário em que impera a autorrepresentação, em que a ampliação da estrutura de mercado passa a comportar novas e grandes empresas internacionais, às vezes mais competitivas e acostumadas a lidar com os aspectos financeiros dos seus vários novos negócios, garantir bons homens de frente passa a figurar como recurso de poder indispensável ao novo cenário que se esboça. Trata-se de uma corrida rumo às melhores interlocuções junto aos órgãos estratégicos vinculados às possibilidades de investimento e expansão do setor sucroalcooleiro. Conforme Bruno (2009), há um movimento rumo a uma centralidade maior da política dentre as principais estratégias dos grupos agroindustriais, ainda que entendamos a ação política não só como ação no âmbito formal das esferas públicas, mas também como as atuações em espaços “informais” e as distintas sociabilidades que se sobrepõe ao fazer político (PALMEIRA, 1994). Temos de chamar atenção, também, para o cenário no mínimo contradatório, que se esboça através dos elementos trazidos pelos dados apresentados anteriormente. Temos, de um lado, a ampliação de esferas públicas de deliberação (cujo

Compromisso Nacional é um exemplo), ao passo que mantém-se e/ou reforçam práticas privatistas e pautadas pelo privilégio, por outro, com a indicação de homens de frente capazes de mobilizar os recursos públicos em proveito próprio, através de canais pouco democráticos/democratizadores.

Todos os grupos em questão, e seus respectivos “homens de frente”, compõe o quadro de associados da UNICA, entidade que, conforme a descrição encontrada no site, propõe-se à missão de “[...] liderar o processo de transformação do tradicional setor de cana-de-açúcar em uma moderna agroindústria capaz de competir de modo sustentável no Brasil e ao redor do mundo” (UNIÃO DAS INDÚSTRIAS DA CANA-DE-AÇÚCAR UNICA, s/d).

Na pesquisa do noticiário veiculado no site da entidade também são notáveis os esforços desta em difundir padrões de governabilidade diferenciados, principalmente a partir do início dos anos 2000. Governabilidade que se propõe mais transparente, participativa, democrática, socialmente justa, preocupada com valores ambientais, com os impactos da produção nas sociedades etc. (UNIÃO DAS INDÚSTRIAS DA CANA-DE-AÇÚCAR UNICA, 2012).

Neste sentido, poderíamos pensar nas contribuições desta mentalidade, desta cultura empresarial para o Compromisso Nacional. Poderíamos imaginar tal arena, ainda que parcialmente, como a materialização desta nova preocupação do setor sucroalcooleiro com a imagem de seus negócios, tanto para consumidores quanto para eventuais investidores interessados em possibilidades rentáveis para inversão de seus recursos. Se a entrada de novos atores e processos oxigena a cultura empresarial e remodela suas formas de organização e atuação política, trazendo novas formas de organização e aquisição de investimentos, por outro lado a participação em mercados mundiais passou a se dar à custa de uma imagem imaculada da atividade empresarial, posto que fortemente orientada e divulgada como alternativa para impactos vistos como ambientalmente maléficos.

A nosso ver, a ênfase empresarial na participação nas esferas de deliberação como estratégia de atuação – ainda que nitidamente mais orientada para a relação entre eventuais investidores e a empresa receptora destes investimentos –, além da emergência de quesitos como sustentabilidade, responsabilidade social, autogestão etc., somam-se às experiências de construção de instâncias e arenas próprias para a resolução de conflitos e dilemas próprios ao setor. Ao mesmo tempo em que servem de retórica e valorização dos empreendimentos frente

à opinião pública e aos investidores, esses novos preceitos e valores acabam por condicionar a própria expansão da atividade, que em seu movimento de intensificação se vê obrigada a lidar com eventuais temas correlatos a qualquer uma dessas esferas. Dito e outra forma, a própria valorização empresarial da participação como resolução dos dilemas do setor, de valores como sustentabilidade e da preocupação diante dos impactos dos negócios sucroalcooleiros impõe o desafio de lidar com temáticas como os problemas trabalhistas.

Tais acúmulos, a nosso ver, de acordo com o sentido que temos dado até aqui, poderiam ter contribuído para a conformação de um arranjo tripartite como o Compromisso Nacional, ainda que de forma indireta e tangencial. A necessidade de resolver os dilemas do setor sucroalcooleiro acabou tendo que pagar tributo à nova mentalidade empresarial construída – e constantemente reconstruída – nos últimos anos de expansão de contínua modernização da atividade, ainda que a própria resolução levada a cabo, como destacamos, possa também guardar relação com a íntima interlocução dos empresários com o executivo. A nova cultura empresarial herdada tanto das etapas iniciais de desregulamentação, que durante os anos 90 imprime novas marcas no empresariado nacional, como também a presença de novos investidores, de novas lógicas de organização das empresas e de suas atividades e reatualização das esferas de diálogo e contato entre empresários e Estado criaram condições favoráveis, a nosso ver, para o surgimento do Compromisso Nacional. Se compararmos a atuação das empresas do setor sucroalcooleiro nos anos recentes com a resposta em relação aos conflitos trabalhistas em décadas anteriores, torna-se palpável o peso dessa nova mentalidade, que emerge gradativamente a partir dos anos 2000. Citando a atuação patronal na década de 80 e 90, Ferrante (1980, 1990, 1991, 1992; BASTOS, CHAIA & FERRANTE, 1987), por exemplo, descreve um cenário de negação de conflitos, de estratégias patronais de desmobilização de trabalhadores, de perseguição de líderes sindicais, de boicotes às tentativas de negociação etc. Somos levados a crer, portanto, que a emergência de um arranjo tripartite como o Compromisso, guarda forte relação com essa predisposição patronal a enxergar – ainda que à sua maneira – uma importância na resolução dos impactos socioambientais de seus empreendimentos.

Como veremos na próxima seção, se o Compromisso guarda relação com essa nova cultura empresarial, mais focada nas implicações sociais e ambientais da atividade canavieira, o debate sobre os problemas trabalhistas do setor sucroalcooleiro parecem também pagar tributo às pressões organizadas de movimentos sociais, dentre sindicatos, movimentos sociais,

ONGs, etc. Outros elementos também parecem ter contribuído, como a própria cultura política gestada nas instâncias mais altas de decisão do Governo Lula, como trataremos a seguir.

CAPÍTULO II: A SOCIEDADE CIVIL DEBATE

Como visto até aqui, não poderíamos entender o Compromisso Nacional unicamente como o desdobramento direto e automático de uma nova cultura empresarial, como tendências que visam ampliar a transparência e a boa governança, só para permitir maior manobra aos acionistas¹⁴.

O debate sobre a possibilidade de expansão do setor sucroalcooleiro, dada a euforia do etanol e dos agrocombustíveis¹⁵, é atravessado por diferentes vozes, umas contrárias, outras a favor da expansão, salientando questões que de outra forma poderiam passar despercebidas num contexto de atenção pública à mitigação dos impactos dos combustíveis fósseis e grandes investimentos para a cana-de-açúcar. De forma geral, o momento de expansão do setor sucroalcooleiro, dos investimentos e da atenção dada mundialmente à temática da mitigação do aquecimento global a partir de combustíveis menos poluentes também é acompanhado por um forte debate a respeito das implicações e impactos da expansão do modelo brasileiro de

14 Cabe mencionar que no Brasil a adesão a novos padrões de organização setorial não se dá sem uma reapropriação e ressignificação dos mesmos por parte dos grupos tradicionais. Ressaltamos isso anteriormente, afirmando que coexistem, no caso brasileiro, formas distintas de ser agroindústria canavieira. Uma seria a implantação, em território nacional, de agroindústrias decorrentes dos investimentos de grandes grupos internacionais, como *traders*, fundos de investimento, etc. Outra seria a modernização, em termos semelhantes, de empresas já tradicionais em solos brasileiros. Um exemplo neste sentido é a Copersucar. Apesar de sua natureza cooperativista, recentemente a Copersucar adotou uma estratégia de empresa capitalista: criou a Produbar S/A, cuja natureza jurídica é “sociedade anônima”. Os novos arranjos deliberativos exigidos pela nova forma assumida implicavam na adesão à governabilidade corporativa, na exaltação da responsabilidade social, na profissionalização das atividades executivas. No entanto, a Copersucar consiste na associação de diversas empresas e grupos empresariais fortemente tradicionais e familiares, mas que passam a adotar novos padrões de organização e gestão de seus empreendimentos como forma de se manterem fortemente inseridos na atividade. Outro exemplo, na esteira do argumento acima, é o da Cosan Limited, que por sua vez, foi criada por Rubens Ometto como parte de uma manobra para não perder o controle sobre a empresa Cosan, onde acabou propondo a troca de títulos de seus acionistas, visando assegurar o mando majoritário na Cosan.

15 Até a euforia recente do setor sucroalcooleiro, falar dos agrocombustíveis significava falar em “etanol”, seja de milho ou cana de açúcar. A expressão “biocombustível” surge a partir da exaltação do etanol como combustível mais “limpo”, “ecologicamente correto”, “socialmente seguro”, etc, exaltações que se dão no próprio processo social de disputa que visava consolidar o etanol brasileiro como matriz global. Por outro lado, diversos movimentos sociais, como a Via Campesina, por exemplo, contrapuseram-se à expressão consolidada pelo empresariado e governos, através do termo “agrocombustível”. Caberia pensar, nos termos de Bourdieu (1989), para quem todo o processo discursivo humano é também social, onde mesmo os termos utilizados pela pesquisa científica e pelo universo da política expressam lutas discursivas, que exaltam determinada posição ou compreensão da realidade. Assim, chamamos a atenção para o fato dos termos “biocombustíveis” e “agrocombustíveis” serem também expressões de disputas políticas, como palavras políticas (BRUNO, 2009) resultantes da própria movimentação dos grupos sociais em suas batalhas semânticas. Gostaríamos de mencionar que no presente trabalho, entretanto, a referência aos termos não contém nenhum juízo de valor, salvo os casos em que se mostrar necessário para a própria análise.

produção de etanol. Grosso modo, o debate nacional e internacional a respeito dos biocombustíveis poderia ser dividido em impactos 1) na segurança alimentar; 2) no meio ambiente; e 3) nas sociedades envolvidas na sua produção.

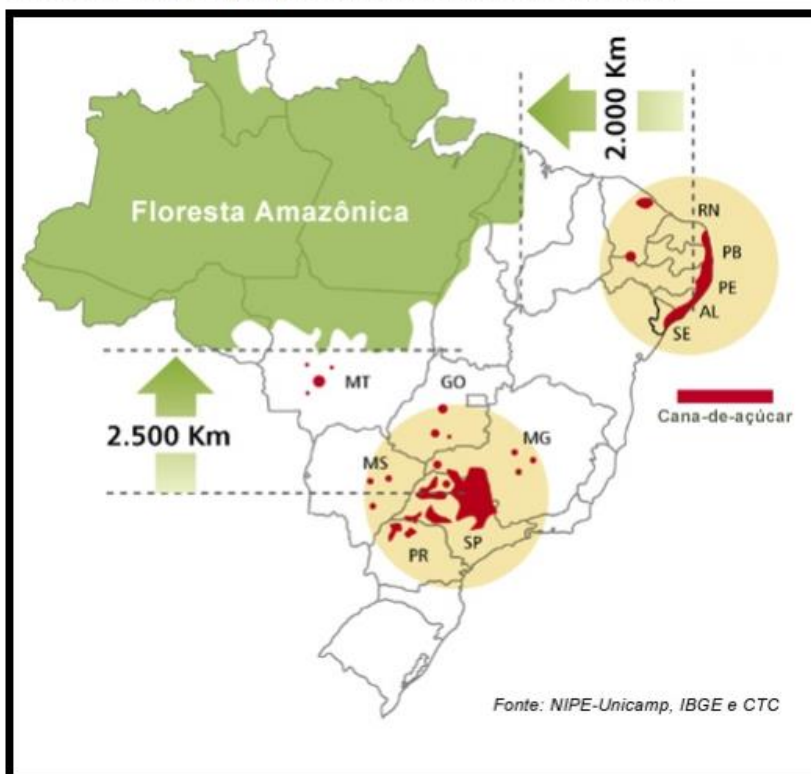
O questionamento acerca da viabilidade das nações envolvidas com a produção em larga escala de etanol em manter níveis aceitáveis de segurança alimentar sempre foi um foco presente no debate sobre os biocombustíveis, principalmente por conta de países da União Europeia (UE), grandes importadores de agrocombustíveis, preocupados com os impactos indiretos de seu consumo de combustíveis alternativos. Wilkinson e Herrera (2010) chegam a salientar, no entanto, que sempre houve, no debate internacional, a ideia de que o Brasil era um caso particular, já que sua matriz produtiva tem como matéria prima, predominantemente, a cana-de-açúcar, enquanto outros países produziam os biocombustíveis a partir de fontes alimentares, principalmente os Estados Unidos (EUA), a partir do milho, e outras nações cuja produção deriva de diferentes cereais. Alguns estudos do Banco Mundial, da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da FAO (*Food and Agriculture Organization*), por exemplo, também vieram ressaltar os impactos pouco significativos em outras culturas da produção brasileira de etanol. ONGs como a WWF (*World Wide Fund For Nature*), mundialmente conhecida pela sua defesa ao meio ambiente, assim como a *Oxfam International*, também endossaram a proposta brasileira de produção de etanol como alternativa ao petróleo. Durante o movimento de expansão visto no setor, entre 2000 e 2008, foi reforçada, internacionalmente, a ideia de que a cana-de-açúcar não colocaria em risco os principais biomas nacionais, muito menos a segurança alimentar brasileira (ver Figura 3)¹⁶. Por outro lado, alguns estudos apontam para o sentido contrário, afirmando que a ampla expansão da cana-de-açúcar, posto que fortemente assentada no avanço das áreas dedicadas à produção e menos no aumento de produtividade, implicaram numa substituição de culturas alimentares (ALENTEJANO, 2010; CLEPS JR., 2009).

Um dos principais personagens envolvidos nessa “difusão positiva” da matriz energética nacional foi a UNICA, que se projetava mundialmente, às vezes em viagens sob a companhia do Presidente Lula e de um corpo de diplomatas brasileiros. O projeto brasileiro

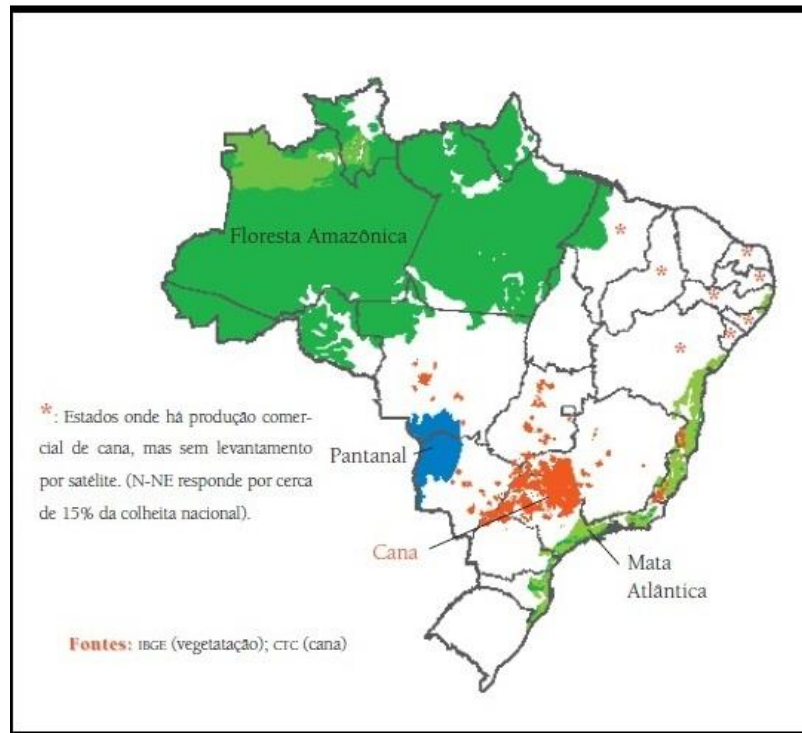
¹⁶ Cabe atentar que todo o debate sobre “impactos ambientais”, sob a ótica empresarial, deixa transparecer um esforço ideologizante, o de que só haveria impacto ambiental e perda de biodiversidade caso o etanol migrasse para áreas como o Pantanal e a Floresta Amazônica. O Cerrado, atual fronteira de expansão da cana de açúcar, chega a aparecer como um grande vazio nos mapas elaborados por entidades interessadas na sua expansão durante o período.

de expansão do etanol contava ainda com o apoio de personalidades destacadas como J. Goldemberg, reitor da Universidade São Paulo (USP) e Roberto Rodrigues, ministro à época, e também mundialmente conhecido (WILKINSON; HERRERA, 2010).

FIGURA 3 - Mapas da produção sucroalcooleira brasileira e os Biomas.



Materiais de divulgação da UNICA.



Materiais de divulgação da UNICA.

Figura4.

No entanto, ainda que o etanol brasileiro tenha contado com apoiadores de peso, o crescimento da produção de cana-de-açúcar, cuja expansão está fortemente baseada na incorporação de novas terras, trouxe também para o debate internacional a preocupação com a incorporação de áreas biodiversas. A partir de 2005, foram noticiados casos de usinas sendo construídas próximas ao Pantanal e a Floresta Amazônica, sendo inclusive algumas flagradas com a presença de trabalho sob formas degradantes (PALMQUIST, 2007). O empresariado e o governo, interessados na mundialização da produção, também se pronunciavam sobre o assunto. A ONG Repórter Brasil, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como outros atores relevantes, também deram destaque a temas como impactos ambientais e trabalhistas advindos do modelo produtivo brasileiro.

Diversas das críticas elaboradas internamente, por diversos segmentos da sociedade civil, tiveram repercussão mundial. O jornal inglês *The Guardian*, por exemplo, publicou diversas reportagens sobre as controvérsias brasileiras na produção de etanol. Numa reportagem intitulada “Apesar das críticas Brasil ainda aposta no etanol”, por exemplo, chama a atenção, num pequeno fragmento, à questão dos trabalhadores e da temática ambiental:

[...] o etanol é visto como uma ameaça às florestas tropicais e à produção de alimentos. [...] Mas a sustentabilidade social é muito mais difícil de defender. Em 2007, mais da metade dos quase 6 mil trabalhadores encontrados por inspetores do governo em condições escravas eram cortadores de cana, a maior parte nas tradicionais plantações do nordeste. Em outra grande área de produção de cana, Mato Grosso do Sul, índios guaranis, que perderam a maioria de suas terras para criadores de gado, garantem mão-de-obra barata e explorada (APESAR..., 2008).

Já no caso dos principais discursos veiculados pelas entidades governamentais, as ocorrências de trabalho degradante são ora inexistentes, ora existentes e chegam até mesmo a ser justificados.

Na oportunidade [Conferência Internacional Biocombustíveis como vetor do Desenvolvimento Sustentável], o subsecretário-geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, coordenador do evento, embaixador André Amado, acaba de rejeitar em bloco qualquer alegação de existência de trabalho escravo no setor de produção de açúcar e álcool. Disse-se “um pouco indignado” pela campanha de “denegrimento” (sic) que visaria o setor com base em denúncias infundadas e confusões conceituais cuja origem não chegou a detalhar [...] (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2008).

Isso é para convencer os europeus de que podem tranquilamente comprar etanol. O que queremos é criar uma situação para acabar com o trabalho escravo (Carlos Lupi, MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO apud CHADE, 2009).

Lula contou, sem dar nomes, que, certa vez, ouviu de uma autoridade estrangeira que o trabalho de corte da cana era muito penoso. ‘Eu respondi que sabia que era um trabalho duro, mas melhor que o trabalho em uma mina de carvão, que foi o que transformou o país dele em uma potência’, disse (BRASIL FIRMA..., 2009).

Dos comentários acima, além do esforço do governo em consolidar uma determinada imagem do setor sucroalcooleiro, ressaltamos o fato de ter promovido e participado também diversos encontros, conferências e debates, muitos até internacionais, acerca da promoção brasileira de etanol. Cabe destacar, como já citado anteriormente, também que muitas das viagens do governo ao exterior visando a promoção do etanol também foram acompanhadas de representantes do empresariado sucroalcooleiro, como o próprio Marcus Jank, além de outros representantes de empresas específicas, falando em nome da produção nacional, de seus novos compromissos e mecanismos de valorização ambiental e social. Nos materiais consultados, empresários e governo se alternam e se sobrepõem na tarefa em defender a produção brasileira dos agrocombustíveis em níveis globais.

Ao deslocar sua atenção para o lado “informal” como tributário das escolhas políticas, Palmeira (1994) nos abre possibilidades de interpretação destes espaços informais, como viagens, clubes, momentos de lazer, conferências etc. Se, conforme Palmeira (1994), somos obrigados a reconhecer a existência de uma “área sombria entre governos e negócios”, somos

igualmente conduzidos a chamar atenção para o fato de que também prevalecem como determinantes das escolhas políticas, no caso do conteúdo e forma do Compromisso Nacional, relações que guardam forte vínculo com compromissos e articulações políticas assumidas, implícita ou explicitamente, no decorrer do processo de internacionalização da matriz sucroenergética brasileira, e que extrapolam em parte os interesses expostos exclusivamente nos espaços formais de negociação. O governo de coalização do PT, tendo em seu interior representantes do sindicalismo cutista e representantes do patronato, colocava tacitamente este embate.

É neste sentido que podemos perceber nas viagens presidenciais acompanhadas dos principais representantes da UNICA – recorrentes durante todo o período aqui debatido – a forte interlocução de representantes empresariais em todas as esferas de debate acerca da internacionalização do etanol (Inmetro, CDES, Câmaras Setoriais etc.), bem como no “sentido inverso”, através de diversos homens que acumularam vastas experiências acerca do funcionamento das entidades e órgãos governamentais (Petrobras, BNDES, Bacen, Banco do Brasil etc.) e que passaram a compor os filões empresariais nos anos recentes. Os esforços observados através de membros do Itamaraty, dos diplomados do governo, de reitores de renomadas universidades, de ministros, entre outros, são elementos também dignos de menção, conforme o problematizado anteriormente. Toda essa dimensão de suporte a políticas, de apoios, etc., parece ganhar importância significativa no caso do Compromisso Nacional. Como mencionaremos mais adiante, o esmo também se dá por parte das instâncias representativas dos trabalhadores. A CUT também contou com diversos de seus quadros dentro da Secretaria Geral da Presidência (SGPR), articulando diretamente o Compromisso Nacional. A presença destes inúmeros atores configura laços de interdependência políticas e visibiliza os embates em torno da temática do trabalho na cana de açúcar durante o primeiro governo Lula. De um lado, trabalhadores, principalmente cutistas, de outro, um governo de coalização fortemente comprometido com os segmentos patronais.

Outro autor interessante que também auxilia na inteligibilidade destes laços pouco focalizados quando se analisa políticas públicas é Bezerra (1995; 1999), analisando relações que, de outro modo, poderiam ser enquadradas nos termos corrupção e privilégios, bem como nas relações clientelistas estabelecidas durante a elaboração de orçamentos públicos. O autor chama a atenção para o grande peso atribuído aos espaços formais e institucionalizados de elaboração de políticas quando se analisa a construção de políticas públicas, bem como para

dinâmicas de negociação e disputas formalmente desenvolvidas pelos distintos segmentos políticos nestes espaços. Bezerra crítica enfoques que atribuem um lugar secundário às relações circunscritas aos universos interpessoais como ordenadoras de certas escolhas e atuações políticas no âmbito dos espaços formais de atuação institucional.

[...] O que parece comum [às interpretações que marginalizam o peso de relações pessoais na política] é o fato de elas atribuírem às relações de patronagem e clientelismo uma espécie de lugar secundário nas análises. Dito de outro modo, as relações e práticas que tem sido descritas sob a rubrica de clientelismo – os vínculos fundados na troca de favores, serviços e apoio, as exigências de lealdade e os compromissos políticos, por exemplo, não são considerados propriamente como fenômenos que detêm um estatuto sociológico próprio. Não são considerados propriamente como ordenadores das relações políticas. O aspecto secundário atribuído a essas relações parece decorrer, entre outros aspectos, do pressuposto, que não parece se sustentar, de que a política, sobretudo a política oficial (estatal), se faz, exclusiva ou predominantemente, através dos canais e instituições oficiais do sistema político (partido, eleições, Congressos) que, ademais, se supõe que funcione segundo um modelo ideal. [...] minimiza-se o que me parece ser um de seus aspectos sociológicos mais importantes [das relações interpessoais], ou seja, o seu caráter estruturante de relações sociais (BEZERRA, 1999. p. 15-16).

As contribuições de Palmeira (1994) e Bezerra (1995; 1999) parecem convergir, portanto, no sentido de dar importância a estes laços, aparentemente despercebidos nas análises políticas, laços que são tecidos em outros momentos e espaços que não aqueles formalmente designados como os espaços formais de negociação acerca de uma determinada problemática. Chama a atenção, portanto, no caso do setor sucroalcooleiro brasileiro atual (ver Quadro 4), mantém-se forte interpenetração entre Estado e empresas. Nota-se também a mesma relação entre empresariado e partidos políticos, entre governos e centrais sindicais (como veremos nas próximas sessões). E mais, o próprio movimento de expansão da atividade sucroalcooleira também recebe suporte de personalidades importantes não só no cenário nacional, mas também internacional¹⁷.

Dando maior atenção à dimensão informal e às diversas relações interpessoais tecidas fora dos espaços formais de negociação, a nosso ver, os autores acima, parecem dar destaque para outros espaços e relações que assumem também uma função determinante da elaboração das políticas governamentais. Neste sentido, viagens e o comprometimento conjunto de empresários e governo na estruturação deste espaço mundial dedicado à produção e consumo

17 Cabe notar que em encontros organizados pelos empresários da atividade sucroalcooleira, percebe-se a participação de nomes como Roberto Rodrigues, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o então presidente Lula e o ex-presidente norte americano Bill Clinton. A nosso ver, mais do que simples participantes, estes nomes evidenciam a complexa e ampla rede que, de diversas formas, sustenta e dá impulso ao próprio movimento de internacionalização e expansão da atividade sucroalcooleira. Como visto acima, Bill Clinton, por exemplo, faz parte de um dos fundos de investimento que aplicam seus recursos na matriz sucroalcooleira nacional em expansão.

de etanol, pode guardar maior importância para se entender a função e a forma dada ao Compromisso Nacional, ou mesmo eventuais limites.

Também foram noticiadas várias visitas de membros dos governos de outros países em missões diplomáticas para debater ou saudar a produção brasileira. Em 2007, por exemplo, o Brasil recebe uma visita de uma representante alemã, interessada em elaborar acordos entre os países que garantissem a compra de um etanol não vinculado a condições degradantes de trabalho, nem à custa de desmatamentos. Em outro caso, em julho de 2008, a União Europeia (UE) ameaça cancelar a importação de etanol brasileiro através da extinção dos apoios aos seus países membros para a compra de etanol “sujo”¹⁸. Até então, segundo o noticiário consultado, as principais cobranças internacionais sobre o etanol brasileiro giravam em torno da imposição de que a produção deste não avançasse sobre culturas agrícolas (pensar que em 2008 vive-se o epicentro da crise alimentar mundial) e principalmente sobre a Amazônia¹⁹.

Os principais importadores do etanol brasileiro, a UE, passam a cobrar alguma forma de certificação da produção nacional que atestasse a ‘sustentabilidade’ do produto. A reportagem da revista Valor Econômico com o título “Brasil proporá selo para etanol”, faz o seguinte apontamento:

O **governo brasileiro** considera que um selo sócio-ambiental para o etanol será uma garantia suficiente para que a UE aceite o biocombustível brasileiro como sustentável. Foi o que indicou o **ministro das Relações Exteriores brasileiro**, Celso Amorim, ao reagir à cobrança do Presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso, de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva faria bem em dar garantias de que o etanol brasileiro não destrói a floresta nem substitui produção agrícola [...]” (PRESIDENTE ..., 2007, grifos nossos)²⁰

Como resposta às críticas acerca dos impactos ambientais, o Governo Federal elabora o Zoneamento Agroecológico da Cana, medida que delimita as áreas disponíveis para a expansão da cana-de-açúcar, lançado em setembro de 2008, dois meses após as principais incursões europeias no Brasil. Ainda que com pressões no sentido contrário, principalmente vindas do Ministério da Agricultura (MAPA), o Zoneamento restringiu a expansão da cultura para áreas como o Pantanal e a Amazônia. O lançamento do Zoneamento Agroecológico,

18 No debate internacional acabou-se atribuindo o nome de sujo àquele volume de etanol produzido às custas de trabalho degradante e às custas de impactos ambientais, como em áreas biodiversas.

19 “Requisitos sócio ambientais para o etanol: UE e Brasil discordam”. Disponível em <<http://ictsd.org/i/news/13303>>.

20 Disponível em www.cptcursospresenciais.com.br/noticias/agricultura/agroenergia/brasil-propora-selo-para-o-etanol.

segundo as fontes consultadas, figurava também como parte da estratégia brasileira diante do contexto da rodada de Copenhague da COP 15, visando minar as críticas feitas à matriz energética brasileira²¹.

Como pudemos ver, as principais críticas ao etanol brasileiro e a tentativa do governo em consolidar globalmente tal agrocombustível como *commodity* implicavam em debater e contornar os impactos ambientais e sociais, principalmente os trabalhistas. Neste quesito, o projeto brasileiro de internacionalização da produção e venda dos agrocombustíveis contou com apoio de grandes nomes e organizações brasileiras. O governo brasileiro, através da figura do Presidente Lula, foi talvez o carro chefe, que conduzia empresários do setor e outros representantes rumo à maior visibilidade do etanol brasileiro. Como mostramos, chama a atenção também o papel do executivo na defesa e promoção dos agrocombustíveis, construindo planos e criando instituições específicas para responder aos anseios mundiais no que tange ao comércio dos agrocombustíveis. O Zoneamento, por exemplo, é mais um dos componentes e aparatos normativos criados pelo governo, em ampla interface com representantes do setor, que visavam regulamentar, dar fundamentação e legitimidade para a expansão nacional na produção de etanol num contexto de construção de um mercado global de agrocombustíveis.

No decorrer da pesquisa pudemos perceber também a presença de outros atores organizados, pressionando no sentido de dar visibilidade a temática dos direitos humanos, do trabalho escravo e dos impactos sociais da expansão sucroalcooleira. Visando entender as pressões de movimentos sociais, a diversidade dos movimentos e suas críticas, caberia entender como certos atores e debates (como o do “trabalho escravo” na cana-de-açúcar, por exemplo) ganham corpo naquele contexto. Ainda que não seja o caso da cana-de-açúcar, pelo menos na grande maioria dos casos correntemente denunciados e analisados, a legislação brasileira e os principais órgãos de combate às condições de trabalho degradantes entendem o Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) como formas trabalhistas que envolvem, necessariamente, o cerceamento da liberdade, feito por diversos mecanismos, desde apreensão de documentos, impedimentos de natureza geográfica, ameaças, mecanismos que gerem dívidas que impeçam a saída do trabalhador etc.

21 “Governo lança zoneamento da cana como “selo verde” do etanol” (disponível em www.ictsd/i/news/pontesquinzenal/56141).

Ainda que para o setor sucroalcooleiro sejam citados casos de ameaças armadas e outros tipos de impedimentos à saída dos trabalhadores, os mecanismos de adesão e envolvimento dos sujeitos às situações descritas como desumanas têm pouca relação com um cerceamento direto à liberdade, aos moldes dos casos relatados pela bibliografia dedicada ao estudo em outras regiões/setores do Brasil (FIGUEIRA, 1999; 2004). Na cana-de-açúcar, os casos retratados como “desumanos” guardam forte vinculação com a grande informalidade atribuída aos postos de trabalho, a crescente intensificação do ritmo de trabalho, a terceirização das atividades e a sazonalidade da demanda de trabalhadores, que migram distâncias territoriais imensas de forma contínua por anos seguidos (ALVES, 2003; DIEESE, 2007; NOVAES, 2007). Ainda assim, no debate político, tratam-se como iguais, como de mesma natureza, casos cujas dinâmicas de envolvimento e adesão dos trabalhadores ao mercado de trabalho são distintas. Atribui-se a elas a mesma insígnia: “trabalho escravo contemporâneo (TEC).

Talvez uma provocação interessante seja a Neide Esterci, para quem a expressão trabalho escravo passa a ser identificada com a diversidade de formas de exploração, de maus tratos e desrespeito aos trabalhadores (ESTERCI, 1994). Neste sentido, para os trabalhadores e alguns mediadores políticos envolvidos com a denúncia e o combate destas modalidades de trabalho, pouco importa se o caso de desrespeito guarda ou não relação com mecanismo que impeçam a locomoção de sujeitos, todos passam a ser enquadrados a partir da noção de trabalho escravo, desde que imponham condições consideradas aviltantes, ameaçadoras, intensas e pesadas por parte daqueles que as sofrem.

A nosso ver, é importante salientar como essa interpretação ganha corpo no debate nacional, os principais atores que as veiculam, como é apropriada e dinamizada através das denúncias engendradas no período, principalmente buscando evidenciar possíveis relações entre a interpretação atribuída ao setor sucroalcooleiro e seus trabalhadores e as medidas públicas dispostas a encarar tal “problemática”, especialmente dentro Compromisso Nacional. Partimos da hipótese de que a interpretação usualmente atribuída ao trabalho escravo no campo brasileiro acabou sendo também assimilada pelo Compromisso Nacional, expressando o caráter de embate e de imposição de agenda política.

2.1 A Organização Internacional do Trabalho – OIT

No sentido exposto acima, um ator fundamental é a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), a OIT tem como missão “promover o acesso de homens e mulheres ao trabalho decente e produtivo” (OIT, 2012). O tema dos direitos humanos ganhou destaque durante toda a reestruturação do setor, especificamente na década de 90 e anos 2000, mobilizando sindicatos, movimentos sociais, órgãos governamentais, universidades etc.

No Brasil, pensando especificamente na temática do trabalho escravo, a OIT atua mais nitidamente a partir de 2002, através de planos e metas específicas, orientadas para combater o trabalho escravo brasileiro. A partir desse ano pode-se perceber maior esforço no sentido de expandir significativamente as formas de ação e apoio da entidade junto ao Governo Federal e a outros atores da sociedade civil. Em 2002, a OIT firma com o Governo brasileiro o projeto “Combate ao Trabalho Escravo no Brasil”. De acordo com Patrícia Audi, representante da OIT no país, o projeto “[...] busca promover a atuação integrada e fortalecer as ações de todas as instituições nacionais parceiras que defendem os direitos humanos, principalmente a CONATRAE [Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo]” (AUDI, 2008, p. 43).

O projeto é amplo e, naquele momento, comprometia-se com a implantação de diversas metas, entre elas o fortalecimento das agências nacionais relacionadas às fiscalizações e ao combate ao TEC, doações de aparelhos eletrônicos, formação e capacitação de parceiros, difusão de informações e a implementação de programas de prevenção ao trabalho escravo e reinserção de trabalhadores resgatados.

A OIT põe em marcha, desde então, diversas medidas para difundir suas concepções sobre o TEC no país. Dentro do Legislativo, por exemplo, a entidade apoiou diversas oficinas de aperfeiçoamento que resultaram em projetos de lei, alguns ainda em discussão. O Tribunal Superior do Trabalho (TST), sob influência de tais debates, criou a Vara do Trabalho Itinerante para julgar crimes de trabalho escravo em áreas mais distanciadas dos grandes centros urbanos. Audi (2008) também cita a realização da I Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo, realizada em 2002, reunindo juízes, procuradores da República, procuradores do trabalho, policiais federais, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) etc. A II Jornada foi realizada em 2004, ampliando o espectro de grupos sociais participantes, mas ainda predominando os membros do Judiciário, especialmente vinculados às Varas do Trabalho e

aos Ministérios Públicos. A menção a deputados e outros parlamentares também é comum como estratégia de interlocução para o período.

Para se pensar a divulgação do TEC também como um processo que guarda atores, estratégias e formas de atuação, cabe atentar para uma frente de ação engendrada pela OIT: a comunicação. Trata-se da criação de espaços de difusão e interlocução onde as concepções a respeito da problemática do trabalho podem ser direcionadas a um conjunto de eventuais parceiros ou receptores sensibilizados. Cria-se, em outubro de 2003, a Campanha Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo²², cuja centralidade era dada à difusão de informações, slogans, cartazes, vídeos através dos principais veículos televisivos, materiais escritos, panfletos, camisas etc. (ver Figura 4). São três os cartazes produzidos nos limites da Campanha, sendo um deles diretamente vinculado ao trabalho na cana-de-açúcar, exposto abaixo.

Figura 4 - Cartaz da Campanha Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.



FONTE: Sítio eletrônico da OIT.

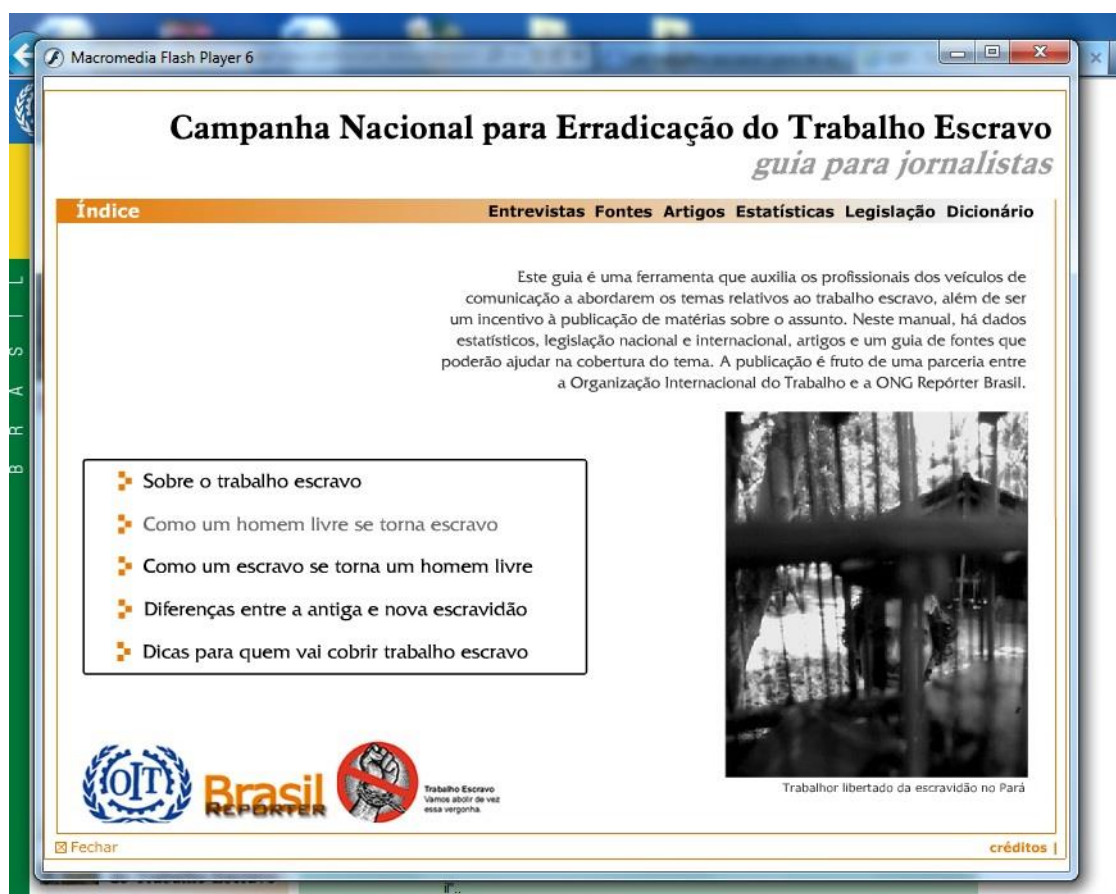
No cartaz consta a inscrição “em 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas nem todo mundo conseguiu ler”. A campanha contou também com divulgação em sites parceiros,

22 Participam da Campanha atores como CONTAG, Rede Social Justiça e Direitos Humanos, CUT, Instituto Ethos, CPT, CNA, Repórter Brasil, dentre outros.

publicações, criações de sítios específicos, informações e estatísticas sobre o trabalho escravo no país, campanhas televisivas etc.

Outra atuação no âmbito da Campanha e do Projeto da OIT foi a atuação junto a repórteres e jornalistas através de um guia sobre trabalho escravo, divulgado inicialmente em dois seminários, um feito em São Paulo, outro em Brasília, através do convite direto aos representantes midiáticos. Nas palavras da OIT, o guia serviria para “incentivar a publicação de materiais sobre o assunto” (sítio eletrônico da OIT, 2012). Num momento posterior, o guia, amplamente divulgado entre os seminários, tornou-se acessível através do site da OIT Brasil (Figura 5).

Figura 5 - Sítio eletrônico da Campanha Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo



No “guia”, disponível eletronicamente ainda hoje, notam-se os seguintes itens: na barra superior ‘Entrevistas’, ‘Fontes’, ‘Artigos’, ‘Estatísticas’, ‘Legislação’ e ‘Dicionário’. No quadro ao canto inferior esquerdo: ‘Sobre o Trabalho Escravo’, ‘Como um homem livre se torna escravo’, ‘Como um escravo se torna um homem livre’, ‘Diferenças entre a antiga e a

nova escravidão’, ‘Dicas para quem vai cobrir trabalho escravo’. Este guia assume uma significativa importância para pensarmos a difusão do conceito de trabalho escravo no Brasil. Explorando os itens e tópicos expostos, chama a atenção a conceituação e os exemplos de TEC difundidos através do guia. A concepção de trabalho escravo guarda forte relação com aquela relacionada ao modelo do “barracão”, típica da região centro-oeste e da região norte brasileira, principalmente na pecuária, para a abertura de fazendas e plantio de pastos²³.

Outras informações, incluindo gráficos, têm sempre como palco as regiões dedicadas à pecuária ou, em menor escala, outras culturas que não a cana-de-açúcar, onde o sistema do barracão funciona mais próximo da forma como descrito. Todavia, mesmo assim a categoria “trabalho escravo” passa a ser associada, crescentemente, com a cana-de-açúcar e com o debate em torno da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. “Trabalho escravo” passa a ser uma definição que cobre um conjunto de situações, diversas entre si, como, por exemplo, a cana-de-açúcar, onde a migração dos trabalhadores é sazonal e contínua ao longo dos anos e onde os “gatos”, muitas vezes, são as próprias usinas, através da criação de empresas específicas para a contratação e traslado dos trabalhadores de que precisam para garantir a colheita (MPT ARARAQUARA, 2012). Várias são as diferenças entre o sistema de barracão, descrito e difundido como ‘o TEC brasileiro’, e o trabalho degradante na cana-de-açúcar.

Ainda assim, Ricardo Rezende e Neide Esterici chegam a produzir um dado que aponta que entre 2000 e 2003 o número de reportagens sobre TEC nos jornais e revistas contou com um aumento da ordem de 1900% (ESTERCI & FIGUEIRA, 2007). Não seria forçoso traçar a genealogia deste *boom* de reportagens e denúncias. Os esforços da OIT contribuíram para a elevação do número e da qualidade das notícias relacionadas à temática dos conflitos trabalhistas. A relação feita entre TEC e cana-de-açúcar passa a ser então quase uma relação natural, dado o grande número de denúncias e problemas trabalhistas constitutivos do setor. Como parte da Campanha, a OIT também passa a divulgar diversos relatórios internacionais,

23 No sistema do barracão, um “gato” alicia trabalhadores em suas comunidades com a promessa de trabalho decente, boa remuneração, carteira assinada, etc. No seu lugar de destino, normalmente, o trabalhador passa a se endividar pelas condições impostas, através da compra de alimentos e materiais de trabalho, normalmente acima do preço que custam nos mercados convencionais. A dívida passa a ser um dos impedimentos à saída do trabalhador, seja através da imposição de que pague, seja através do constrangimento moral de alguns que não aceitam sair sem pagar. Para maiores informações e detalhes sobre o a escravidão por dívida, ver Figueira (1999, 2004) e OIT (2011).

divulgando dados de suas parceiras e anuários estatísticos de TEC no Brasil, auxiliando na construção de uma crítica à produção nacional de etanol.

É a partir desta interpretação sobre “trabalho escravo” que a OIT generaliza entre distintos segmentos da sociedade brasileira a ideia de TEC como palavra política, portadora de uma determinada compreensão a respeito da problemática trabalhista no mundo rural brasileiro. Ainda que, de acordo com a entidade, TEC só proceda enquanto tal desde que tome a liberdade do trabalhador, vemos a promoção do conceito como um guarda-chuva que cobre as distintas formas de exploração, de injustiça e de falta de cumprimento dos direitos humanos e trabalhistas. A temática do TEC passa a ser retórica recorrente para os diferentes atores políticos que se movimentam na defesa e na promoção dos direitos humanos e trabalhistas no campo. Um exemplo é a menção ao “fim do trabalho escravo”, num debate especificamente voltado para esta temática, do qual participam entidades sindicais no interior paulista (FERAESP, 2012). Dessa forma, a OIT parece dar fôlego para a conformação de um debate especializado sobre condições de trabalho no meio rural brasileiro.

A atuação da OIT junto ao governo brasileiro, que como vimos ganhou força significativa dentro, principalmente, do Judiciário, também levou à construção do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e seus diversos mecanismos de combate. Nele, é interessante observar novamente a relação estabelecida entre TEC e cana-de-açúcar (Figura 6).

Figura 6 - Capa do Plano MDA/Incra para erradicação do trabalho escravo.



Fonte: Sítio MDA. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: Nov. 2012.

A publicação do Plano MDA/Incra traz à capa um cortador de cana-de-açúcar, sugerindo, de acordo com a argumentado anteriormente, os níveis de assimilação e capilarização do debate sobre TEC no setor canavieiro, até mesmo entre as agências públicas.

Como resultado da atuação da OIT junto ao governo, através do Plano, outro mecanismo de intervenção criado é a Lista Suja do Trabalho Escravo. Empresas flagradas com TEC passam a compor a Lista e tornam-se inaptas a receber financiamento de bancos públicos e outros bancos privados parceiros. A adesão à Lista, no entanto, só se efetiva ao término do processo judicial, podendo ainda as empresas acusadas recorrerem e tramitarem artifícios judiciais antes de figurarem como “más empregadoras” frente à sociedade internacional.²⁴

2.2 Repórter Brasil

²⁴ São diversas as empresas nacionais que já estiveram presentes na Lista, como a própria Cosan, por exemplo, ainda que seja recorrente a estratégia de recorrer à sentença judicial.

Outro importante ator na promoção de denúncias trabalhistas é a ONG Repórter Brasil. Parceira da OIT em várias de suas frentes de atuação, a ONG também tem assento na CONATRAE. A ONG tem como objetivo fazer um jornalismo que dê visibilidade às condições degradantes de trabalho a que estão submetidos milhares de trabalhadores, dispersos nos diversos segmentos e setores produtivos nacionais. À sua frente tem Leonardo Sakamoto, doutor pela USP, que já foi professor na PUC-SP, numa discussão acerca da reatualização do trabalho escravo no Brasil (SAKAMOTO, 2007), personagem que acumula bastante capital político e cultural diante do cenário político e dentro do campo acadêmico. Através de boletins eletrônicos, documentários e projetos de pesquisa, a Repórter Brasil auxiliava e ainda auxilia na divulgação das condições de TEC no setor sucroalcooleiro brasileiro, inclusive internacionalmente.

É comum a participação da entidade, através da figura de Leonardo Sakamoto, em CPIs sobre trabalho escravo, em debates nacionais e internacionais, colóquios etc. A Repórter Brasil mantém até hoje um site específico para a cobertura de TEC no setor sucroalcooleiro, o Centro de Monitoramento dos Biocombustíveis (REPÓRTER BRASIL, 2012). O Centro lançou também alguns dossiês sobre os agrocombustíveis nacionais, dentre eles o etanol. Um relatório inteiramente dedicado à cana-de-açúcar, intitulado “O Brasil dos agrocombustíveis: Cana”, de 2008, contou, inclusive, com a parceria da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp), uma das signatárias do Compromisso Nacional em sua elaboração.

O relatório se divide entre denúncias dos impactos trabalhistas e dos direitos humanos frente ao movimento de expansão da cana-de-açúcar, bem como impactos na segurança alimentar e no meio ambiente. O relatório contava também com a colaboração da CPT, da ONG Terra de Direitos, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), dentre outros. A Repórter Brasil, em diversas de suas atuações, publicações e demais atividades sobre TEC contava com o apoio de diversas outras ONGs internacionais, como a *Solidaridad*, *Cordaid* e a *Doen*.

Além dos relatórios específicos, a Repórter Brasil divulga denúncias de maus tratos a trabalhadores, empresas flagradas nas fiscalizações do MTE, bem como acompanhamentos das empresas componentes da Lista Suja.

2.3 Comissão Pastoral da Terra – CPT

Outro ator que assume um papel central na estruturação da discussão internacional sobre os conflitos no setor sucroalcooleiro nacional é a CPT. As tabulações dos conflitos nacionais publicados anualmente nos Cadernos de Conflitos no Campo são uma importante ferramenta que subsidiaram, e que ainda subsidiam, o debate sobre o setor sucroalcooleiro nacional. Diversas das publicações da OIT, da Repórter Brasil, da CONATRAE, do MST e mesmo do Ministério do Trabalho e Emprego contavam, ainda que parcialmente, com dados elaborados pela CPT. Ao considerar especificamente os Cadernos de Conflitos no Campo, por exemplo, passa a ser crescentemente observado o número de artigos publicados relacionados com a temática do trabalho na cana-de-açúcar. Ademais, como já descrito, a CPT também era parte integrante da Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, encabeçada pela OIT.

Uma característica interessante da CPT, revelada durante a consulta ao noticiário, diferenciando-a dos demais atores mencionados até aqui, foi sua forte característica internacionalista. A CPT vai a congressos e conferências internacionais, denunciando o modelo brasileiro de produção de cana-de-açúcar baseado na concentração de terras e na sobreutilização informal de trabalhadores manuais, sobretudo na exportação deste modelo de colheita da cana para outros países. A CPT foi uma das únicas entidades a se posicionar, no contexto do debate doméstico e internacional sobre as condições trabalhistas decorrentes da expansão sucroalcooleira, sobre a estrangeirização da matriz brasileira de produção de etanol para outros países, principalmente para países do continente africano. Numa visita a Maputo para uma conferência de agrocombustíveis, a CPT afirmou:

Historicamente, a atividade sucroalcooleira no Brasil tem sido geradora de profundos desrespeitos aos direitos humanos e vem causando graves danos ao meio ambiente. Nos últimos anos, a expansão indiscriminada dos canaviais para a produção de etanol – com o objetivo de atender as expectativas do mercado exterior – vem ampliando a super-exploração dos assalariados da cana e o aumento do número de trabalho análogo à escravidão [...]. Colocar o Brasil como um país chave na produção de energia renovável é fazer uma leitura superficial ou de resultado, é passar uma borracha no passado recente e criar uma falsa impressão que todos os impactos (econômicos, sociais e ambientais) foram superados e que o etanol produzido no Brasil é um combustível limpo. [...] Não podemos permitir que **esse modelo de exploração seja exportado para a África** nem para nenhum outro país do mundo²⁵ (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2008, grifos nossos).

25 Disponível em <http://pt.globalvoicesonline.org/2012/07/23/mocambiquebrasil-criticas-a-diplomacia-do-etanol/>.

Outros atores também são visualizados no campo de discussão acerca dos conflitos em torno da expansão sucroalcooleira. Um exemplo é a ONG Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que auxilia na divulgação de casos de desrespeito aos direitos humanos em diversos setores econômicos do país, principalmente através da publicação de relatórios anuais, de ampla divulgação e repercussão internacional. Tais relatórios contam com dados sobre os conflitos, além de publicações de pesquisadores especializados na temática.

Outros atores como a *Actionaid* e outras ONGs internacionalmente conhecidas participam como apoiadores de todo este debate sobre direitos humanos e trabalho escravo no setor sucroalcooleiro nacional, seja através do financiamento para a publicação de materiais – que contemplavam muitos dos citados aqui – ou através da reverberação e difusão internacional da temática através de suas redes específicas de interlocução.

2.4 União das Indústrias da Cana de Açúcar - UNICA

A entidade representante dos grandes grupos sucroalcooleiros também se posicionou no debate acerca das condições de trabalho na atividade. Discutindo a capacidade de influência dos principais atores empresariais, Vega (2011) também aponta as viagens dos representantes da UNICA junto aos representantes do governo brasileiro, visando à promoção dos biocombustíveis no cenário mundial. Visto como “herói” pelo Presidente, o empresariado sucroalcooleiro também contava com assento nos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), na Câmara de Comércio Exterior do Governo Federal (Camex) e no Conselho Interministerial do Alcool e do Açúcar (CIMA) e na Câmara Setorial do Alcool e do Açúcar (VEGA, 2011). Percebe-se ampla coordenação e ocupação de cargos importantes, tanto para a centralização e planificação das decisões políticas por parte das agências governamentais, como também de influência e difusão de projetos por parte do empresariado. Como apontado anteriormente, as empresas sucroalcooleiras, através de seus homens de frente ou de suas entidades de representação, também passaram a ocupar espaços estratégicos de interlocução, seja com bancos, com órgãos do executivo e a com a própria Presidência da República.

De forma geral, em relação às denúncias de desrespeito aos direitos humanos e à legislação trabalhista, a entidade empresarial apresentava retórica de negação dos conflitos e más condições de trabalho. Para a UNICA, a título de exemplo, em resposta a um estudo do Instituto de Economia Agrícola (IEA), divulgado pela Folha de São Paulo, que argumentava sobre o aumento da tonelagem da cana cortada pelos trabalhadores, verificado nas últimas décadas, observa-se a seguinte resposta: “os dados não devem ser usados para concluir que existe aumento na tonelagem de cana cortada por trabalhador”, já que, segundo a entidade, a metodologia do estudo estaria “comprometida” (PARA USINEIROS..., 2008). Apesar da magnitude e do alarde da frequência com que acontecem os casos de conflitos envolvendo trabalhadores e empresas sucroalcooleiras, o discurso patronal constante no noticiário analisado assegura que os conflitos, quando existentes, são isolados:

São casos pontuais [...], as exceções são transformadas em regra. Não se dá nenhum crédito aos avanços no setor [...]. Só se procuram as exceções, transformadas em reportagem. Isso [os problemas do trabalho] não é amplo, não é generalizado. Há vários avanços de postura. A Unica não aceita que se coloquem questões pontuais e isoladas como regras do setor. Elas não são a regra (PARA USINEIROS..., 2008).

Em outros momentos, o discurso considera os casos flagrados como inerentes a setores da magnitude do setor sucroalcooleiro: “[...] Um setor que atinge a escala que este atingiu vai ter problemas a serem enfrentados o tempo todo, continuamente. Não há nenhum setor desse tamanho em que não se encontrem problemas. Só que as pessoas não procuram os problemas nos outros setores, porque eles não estão no holofote.” (PARA USINEIROS..., 2008).

A retórica patronal também está fortemente carregada da ideia de que os mercados é quem deverão dar conta, por si só, da supressão dos maus tratos e desrespeito trabalhista: “e o próprio mercado fatalmente reconhecerá o valor do protocolo e forçará mudanças graduais e efetivas de cultura e práticas laborais no setor.” (ESTADO DE SÃO PAULO, 27/08/2008). Este fato, a nosso ver, é sugestivo dos principais projetos empresariais para a dinâmica trabalhista na atividade. Como veremos, o comprometimento empresarial à “humanização” do trabalho via Compromisso Nacional irá se dar, não só através da criação de um novo marco regulatório para o trabalho, como também este se caracteriza pela adesão voluntária e não punitiva.

Outro representante da UNICA em Ribeirão Preto, Sérgio Prado, quando abordado sobre um termo de ajustamento de conduta junto ao Ministério Público, devido ao desrespeito trabalhista em fazendas filiadas a entidade, respondeu: “Temos o compromisso de acabar com o trabalho manual até 2017. Então, não temos motivo para discutir essas medidas que só

funcionarão a curto prazo." (MADUREIRA, 2008). Tal fato, por um lado, parecer fortalecer a ideia anterior, de criação de novos marcos regulatórios que visam legislar sobre problemáticas inerentes à atividade. Por outro, nos mostra o comprometimento empresarial com tais medidas e os efeitos das mesmas em subsidiar a postura patronal em desconsiderar normas vigentes. José Pastore, intelectual constantemente utilizado como base legitimadora para as argumentações da UNICA, defende a seguinte tese, em reportagem do jornal Estadão:

Apesar de muito se enaltecerem as virtudes da livre negociação, entre nós ela é mais combatida do que apoiada. A situação é intrigante. Na sua maioria, os sindicatos de empregados e de empregadores evoluíram na arte de negociar. Nas mesas de negociação, o que era um teatro passou a ser um exercício de defesa de posições com base em dados e argumentos. Concluída a negociação, ironicamente, as partes não sabem se o que foi acertado hoje valerá amanhã. Isso porque os poderes públicos interferem sem cerimônia no resultado dela. Procuradores, auditores fiscais e juízes, com honrosas exceções, acham que sabem mais do que as próprias partes. Esta deveria ser a hora de as autoridades se irmanarem na cruzada de tudo fazer para aperfeiçoar as condições de trabalho na difícil cultura da cana-de-açúcar, homenageando, assim, um esforço pioneiro de autocontrole das partes. Esse mecanismo poderia ajudá-las no provimento de dados para a execução de suas próprias missões de fiscalizar e julgar. Afinal, os elementos das verificações do cumprimento do acordo são públicos, em especial, para os poderes constituídos (PASTORE, 2012).

Vemos, portanto, que os principais esforços das entidades patronais é tornar cada vez mais constante a “livre negociação”, entendida como aquela que não guarda, diretamente, relação com os marcos legislativos vigentes. Como já ilustrado anteriormente, o discurso patronal também é fortemente marcado pelo respeito ao meio ambiente e pelo respeito ao trabalho e trabalhadores. Em todo o noticiário, a mecanização – bem como o próprio pacto tripartite em gestação – aparece como oportunidade de materialização desta responsabilidade socioambiental empresarial.

Além das estratégias em relação ao mundo do trabalho, bem como as explicações junto ao aparato midiático, a UNICA, como já mencionado, torna-se uma entidade difusora, inclusive internacionalmente, do etanol enquanto matriz energética de possibilidades globais, na corrida para a consolidação do mercado global deste agrocombustível. Diversos eventos e iniciativas são postos em funcionamento, visando aproximar a temática dos agrocombustíveis aos diversos segmentos da sociedade. Um exemplo é o *Ethanol Summit*, evento bianual, criado a partir de 2007. Em sua primeira edição o evento contou com a participação do presidente Lula, premiado pelos esforços diante da internacionalização, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), Bill Clinton, e diversas personalidades internacionais, bem como diplomatas e parlamentares de outras nações. A presença de tais personalidades e membros do executivo são premissas das relações interpessoais, possivelmente portadores de

oportunidades e privilégios políticos que circundavam as lideranças empresariais sucroalcooleiras no momento analisado, relações de especiais significados para compreensão das formas dadas às resoluções dos dilemas trabalhistas postos em marcha, decorrentes da expansão canavieira.

A última edição do *Ethanol Summit* ocorreu em 2011. Neste evento, a submissão de trabalhos é aceita, contemplando diversas áreas relacionadas à produção de cana-de-açúcar, administração e organização empresarial, contemplando também questões agronômicas, logísticas, inovadoras etc. É comum a participação de intelectuais, estudiosos ou personalidades para as mesas de debate. Durante o evento, percebe-se um conjunto de premiações, elegendo os melhores trabalhos em distintas áreas do conhecimento que, de alguma forma, dialogam com o processo produtivo da cana e do etanol.

Outras iniciativas envolvem a participação de membros da entidade em escolas da rede pública em São Paulo, principalmente nas regiões e municípios produtores, no interior do estado, levando o debate da sustentabilidade, do etanol enquanto matriz energética alternativa, menos poluente, socialmente justa e economicamente viável (UNICA, 2012).

* * *

A problemática do trabalho escravo e/ou degradante, nos anos em questão, conta ainda com um universo significativo de outros atores que influenciaram – e ainda influenciam – a correlação de forças no debate trabalhista no setor sucroalcooleiro. O fato de não terem ganho destaque no presente trabalho diz respeito unicamente à limitação de tempo e recorte exigidos pela pesquisa. Gostaríamos, no entanto, de ressaltar a presença de outros atores importantíssimos para se pensar a discussão sobre relações trabalhistas no interior paulista, como o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, bem como o Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) específicos que muitas vezes fazem a crítica “por dentro” da estrutura sindical etc. Outras entidades, inclusive visitadas e entrevistadas durante as atividades de campo, como o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) e o próprio MST, bem como universidades e pesquisadores, também não tiveram maior destaque no presente texto, embora sua atuação também seja significativa e repleta de significados.

Tais atores contribuem, até hoje, para a continuidade do debate, muitas vezes trazendo dados e informações que permitem questionar a viabilidade dos principais discursos

veiculados dentro do Compromisso Nacional. No entanto, destacamos que, em grande parte, o debate acerca do trabalho escravo no setor sucroalcooleiro contou com esforço – importante – de ONGs e da CPT. A OIT também contou, como vimos, com espaço privilegiado na difusão da crítica especializada ao etanol brasileiro. Como vimos, tal crítica lastreava-se fortemente numa concepção específica de trabalhos análogos à escravidão, como o trabalho de peões em fazendas dedicadas à pecuária no norte e centro-oeste brasileiro.

Essa pressão de segmentos da sociedade civil, que, como argumentamos anteriormente, contribuiu também para a elaboração de um problema a ser resolvido, aos poucos foi ganhando espaço nas instâncias governamentais. Um elemento importante na análise feita até aqui diz respeito às correlações de força entre os distintos segmentos sociopolíticos envolvidos na temática do trabalho escravo, diversos dos movimentos sociais que contribuíram para a emergência da temática do trabalho escravo na agricultura ficaram de fora das arenas decisórias relacionadas ao Compromisso Nacional. Pastorais, ONGs, e como veremos até o Ministério Público, desferiram críticas à elaboração dos marcos regulatórios do Compromisso Nacional. Abordaremos essas tensões proximamente no texto.

2.5 O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES

Até aqui se pode perceber grande intenção das agências e órgãos governamentais, apoiados e apoiando o empresariado, em fazer do etanol – e consequentemente do setor sucroalcooleiro e das diversas atividades a ele relacionadas – uma das molas centrais do desenvolvimento econômico brasileiro para o período.

De um lado, pudemos pensar nas implicações que a emergência de novas formas de estruturação do setor sucroalcooleiro como um todo, como os novos investidores, as novas características e tendências na organização e atuação dos empreendimentos puderam se sobrepor ou contribuir para a consolidação do Compromisso Nacional. De outro, temos novos padrões de gestão empresarial, novas formas de prestação de conta para o conjunto da sociedade, de valorização dos empreendimentos através de noções como sustentabilidade, meio ambiente, “impactos sociais” etc.

Acreditamos que estas novas características – muitas decorrentes da nova forma de estruturação do setor sucroalcooleiro – possam ter contribuído para explicar a emergência de espaços dedicados à resolução de problemáticas anteriormente pouco sensíveis aos empresários sucroalcooleiros, como a do trabalho, por exemplo, aqui materializadas no Compromisso Nacional.

Neste ínterim, pode-se notar também grande reverberação e propagação de uma crítica especializada ao etanol, especialmente o brasileiro. Diversos atores pressionaram publicamente, internacionalmente inclusive, visibilizando casos de desrespeito trabalhista, de concentração de terras, de substituição de culturas, de desrespeito às normas ambientais etc., o que nos mostra que, de certa forma, o Compromisso Nacional também guarda em si certo viés de cobrança de movimentos sociais para que se sanem aspectos relevantes da produção nacional de cana-de-açúcar, num momento em que governo e empresariado planejam sua expansão e projeção em nível mundial.

Ainda assim, alguns aspectos do pacto tripartite podem ser melhor compreendidos se traçarmos certas “genealogias”, percorrendo a trajetória e a movimentação dos atores participantes. O Compromisso Nacional, desde sua proposição inicial pelo Governo Federal, no primeiro semestre de 2008, sempre foi exaltado como um espaço “impensável” em tempos anteriores, pela própria natureza dos atores, como indicado nos jornais O Globo e Valor Econômico, respectivamente:

Lula, que se auto definiu como ‘garoto propaganda’ do etanol no mundo, disse que décadas atrás, os trabalhadores e os donos das usinas eram ‘inimigos de classe, **sem sequer se conhecer**’. Segundo ele, nos últimos anos, começou a haver **uma aproximação entre sindicalistas, o PT e os usineiros** e deu como exemplo o mandato do atual deputado Antonio Palocci como prefeito de Ribeirão Preto (SP), **que ajudou nesse diálogo** (TRABALHADORES..., 2009, grifos nossos).

Para Lula, é um grande avanço. ‘Há quarenta anos, isso seria impensável, pois os trabalhadores e empresários **não se viam como atores da relação capital e trabalho**, mas como inimigos’ (PRESIDENTE..., 2009, grifos nossos).

Essa “novidade” – conforme Lula –, o caráter tripartite como forma de resolução dos conflitos inerentes à cana-de-açúcar, também foi experimentada através de outros canais de interlocução, como a inovação institucional do governo através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Como pudemos discutir anteriormente, essa “novidade”, o tripartitismo, pelo menos no setor da cana-de-açúcar, paga tributo também à nova mentalidade, ao novo *modus operandi* que emerge entre o empresariado da atividade.

O CDES foi criado por meio da Medida Provisória nº 103, em 1º janeiro de 2003 (BRASIL, 2003a), por ocasião da posse de Lula da Silva na Presidência da República. Regulamentado pela Lei nº 10.683 de 28 de maio do mesmo ano (BRASIL, 2003b), o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), órgão de consulta diretamente vinculado à Presidência da República. A SEDES, conhecida como “Secretaria do Conselho”, tem como atribuição dar suporte administrativo e logístico, coordenando as plenárias e demais atividades do CDES, mas destaca-se, principalmente, como órgão governamental que media a relação entre as entidades ali contempladas e o Governo Federal.

Já em 2005, com as alterações trazidas pela Lei 11.204 (BRASIL, 2005 apud GUIOT, 2011), que institucionaliza o CDES, a SEDES passa a ser parte da estrutura da Secretaria de Relações Institucionais, e tem como um dos objetivos “coordenar e secretariar o funcionamento do CDES, visando promover a articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento **capaz de configurar um novo e amplo contrato social**” (apud GUIOT, 2011, p. 3, grifos nossos).

Alguns analistas e pesquisadores veem a Secretaria como portadora dos interesses e demandas do Governo Lula junto ao Conselho. Atribuem a ela a responsabilidade de interagir com o CDES, fazendo com que o conjunto dos trabalhos realizados nas reuniões plenárias se desenvolva em linhas compatíveis com o projeto maior do governo, limitando o poder de agenda dos conselheiros na medida em que a pauta de discussão é definida a priori. O fato das posições apresentadas pela Secretaria serem produzidas e autorizadas pela Presidência da República tenderia a confirmar a interpretação de que a própria natureza consultiva deste espaço implica numa limitação das demandas apresentadas pelos conselheiros (KUNRATH, 2006; FLEURY, 2005). Ou, de outro modo, implica na tradução destas demandas de forma a torná-las coerentes, ou não ultrapassarem os limites dos anseios gerais do governo.

Em 2004, após algumas formatações institucionais no Conselho, o governo, através do site do CDES, passa a disponibilizar a pauta das reuniões plenárias, realizada quatro vezes ao ano, com a presença do Presidente da República, combinando temas apresentados pelo governo e proposições do Conselho, fruto dos Grupos de Trabalho (GTs), prevendo também debates e aferição das posições. Ao Conselho é facultado elaborar informes, estudos especiais e pareceres sobre temas objeto do diálogo, independente de agenda prévia proposta para a discussão.

É papel dos Grupos Temáticos (ou GTs) aprofundar os temas propostos pelo Governo ou objeto de deliberação pela plenária do CDES. Depois de feitas análises e debates das questões, os resultados consensualizados são encaminhados para a deliberação do Pleno. É comum haver contribuições de especialistas em determinados assuntos e/ou áreas, de representantes de governos e de outras instituições como forma de embasamento, aprofundamento ou melhoria das propostas dos GTs sobre os temas debatidos. Os GTs podem também se dividir em subgrupos onde as discussões tratam de temas mais específicos relacionados ao GT.

Os objetivos legais do CDES foram definidos no artigo 8º da Medida Provisória n. 103/2003 (BRASIL, 2003a):

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a **concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados**. (grifos nossos).

A “concertação” aqui mencionada visa, sobretudo,

[...] promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição para **bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade** formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, **que poderá levar a um confronto de ricos e pobres**, sem perspectivas de solução pela política nos marcos da democracia [...] (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2004, grifos nossos).

Também chamado de “diálogo social”, segundos os próprios membros e pensadores desta modalidade de interlocução, o processo de concertação pressupõe a participação dos membros de diferentes segmentos da sociedade civil, como empresários, representantes de instituições financeiras, dirigentes sindicais, acadêmicos e agentes de governo, dentre outros. O chamamento à participação da sociedade civil no CDES é visto como algo “civilizador” das instâncias estatais. Nas palavras de Tarso Genro, em última instância,

[...] estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E **o Estado se “civiliza”**, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado **pressionando democraticamente o Estado e o governo**. (GENRO, 2003, p. 101, grifos nossos).

Takagi (2002) Guanzirolli (2007) e Gonçalves Júnior et al. (2009), estudando outros espaços tripartites, apontam tal estratégia como uma forma mais eficiente de implementar políticas setoriais, muitas vezes porque permitem um acesso organizado e sistematizado a informações que, talvez, em outras condições, acabassem por onerar mais os atores envolvidos, como governos, empresários, trabalhadores etc. Tais espaços consultivos possibilitariam uma atuação coordenada entre governo, iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil e dessa forma auxiliariam numa maior efetividade da ação pública.

Por outro lado, os autores também ressaltam que a criação de arenas consultivas – semelhantes ao CDES – tem igualmente como uma de suas finalidades a obtenção de legitimidade por parte dos governos, que passam a considerar as propostas e avaliações dos distintos segmentos da sociedade civil. A atuação dos governos passa a ser mais bem recebida, mais dificilmente contestada, posto que legitimada em algum nível pelos grupos participantes de sua construção, já que gestada muitas vezes dentro de espaços consultivos. Foi unânime para os autores mencionados, a partir do estudo das arenas em questão, a ideia de que tais espaços serviriam para “harmonizar os interesses” entre os elos dos distintos setores produtivos.

Se, conforme apontado acima, a participação em espaços tripartites e consultivos implica numa diminuição de custos para os atores participantes, por outro lado, como aponta Offe (1989), a participação em arenas consultivas pode implicar na transformação da reivindicação em uma “reivindicação aceitável”. Neste sentido, poderíamos pensar que esta maior participação e efetividade da ação pública, em alguns casos específicos, pode levar ao controle político dos grupos contestatórios, ou mesmo maior controle e disciplina dos grupos privados demandantes, que passaram a atuar de forma circunscrita ao raio de ação proposto e disposto pelos entes governamentais.

O Estado “civilizado”, do qual nos fala Genro (2003), portanto, contaria com um grau maior de legitimidade, posto que sensível às demandas e reivindicações dos diferentes atores com quem passa a dialogar, ainda que sujeitos a algumas limitações do que é “possível”, dentro de seus canais de interlocução.

Especificamente pensando o setor sucroalcooleiro, o CDES sempre contou com representantes das principais firmas sucroalcooleiras como conselheiros. As entidades representantes dos trabalhadores também estiveram presentes. Para o empresariado, Maurílio

Biagi Filho²⁶ sempre esteve no Conselho, desde sua criação. Marcus Jank, então presidente da UNICA, sentou-se como conselheiro no CDES entre 2007 e 2011. Outros representantes do setor, inclusive da região nordeste, também se fizeram/fazem presentes até o momento da pesquisa.

No que diz respeito à menção do setor sucroalcooleiro nacional, o Relatório de Atividades do CDES de 2004 já chama atenção para a internacionalização do etanol como estratégia a ser perseguida pelo Governo Federal: “A ampliação do uso do etanol e a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira são uma alternativa estratégica do ponto de vista econômico, além de dotar o país de novas tecnologias sustentáveis [...]” (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2004).

No Relatório de 2005, observa-se a seguinte passagem:

Na opinião do Conselheiro Maurílio Biagi Filho, o atual governo está promovendo uma significativa mudança positiva na política externa brasileira, com os diplomatas atuando de forma mais firme e comprometida com os interesses nacionais, frente ao Mercosul e a OMC. Neste último organismo, segundo o Conselheiro, o Brasil vem fazendo uma boa negociação tanto com a Europa, quanto com os EUA. Defendeu a importância estratégica do Agronegócio e seu potencial para o comércio exterior, especialmente do setor sucroalcooleiro (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2005).

Não foi objeto específico de nossa análise a organização do empresariado sucroalcooleiro para canalizar para dentro do CDES suas demandas específicas acerca deste movimento de expansão de projeção internacional do etanol brasileiro. Apenas se observa que o Conselho passa a figurar como um palco legítimo de interlocução passível de contemplar as demandas sucroalcooleiras, como veremos a frente. No que diz respeito à temática do trabalho, a discussão internacional acerca da intensificação e do descumprimento constante das leis trabalhistas também passa a ser pautada dentro do CDES.

Em 2007, ano em que também se iniciam as discussões acerca da estruturação da Mesa Nacional de Diálogo (LAMBERTUCCI, 2010) cria-se, dentro do CDES, o GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel, sob a coordenação do então presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos. As atividades do GT passam a ser coordenadas pela CUT, ao passo que não há menção alguma sobre o envolvimento da Contag neste momento da discussão.

26 Membro de uma tradicional família produtora de cana-de-açúcar e soja e representante da empresa Maubisa, componente da UNICA. A família Biagi também esteve à frente do grupo Santa Elisa, eminente grupo do setor, que após a compra de diversos grupos foi adquirida pela francesa Louis Dreyfus.

Em sua primeira reunião, o GT cria um Termo de Referência, com as diretrizes e orientações para o trabalho dos conselheiros ao longo das discussões sobre o etanol e o setor sucroalcooleiro.

O Termo de Referência define como objetivos do GT: 1) analisar e propor recomendações para viabilização dos investimentos públicos e privados na cadeia de produção dos biocombustíveis e da bioenergia, como fator de promoção do **desenvolvimento com equidade [sic]**; 2) levantar e analisar problemas e distorções em todas as etapas da produção e **impactos em relação ao meio ambiente, relações de trabalho, áreas de plantio (produção para biocombustíveis e produção de alimentos)**; 3) avaliar a necessidade de regulação governamental no setor, principalmente levando em conta a produção e comercialização de energia resultante da queima do bagaço e da palha da cana, o incentivo à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, **o zoneamento agrícola e a definição de normas para certificação de biocombustíveis**; e 4) analisar e propor medidas para o fortalecimento do papel das cooperativas, do cooperativismo e da agricultura familiar na produção de bioenergia, bem como propostas que garantam o acesso ao crédito pelo produtor familiar (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007, grifos nossos).

Como pode ser notado, dentre os pontos acima listados, a partir do relatório, predominam aqueles advindos do processo de expansão da atividade sucroalcooleira em níveis internacionais. De toda forma, dentro dos pontos que comporiam a missão de elaboração e proposição do GT junto ao executivo no contexto de expansão da atividade sucroalcooleira, são notados, conforme analisado, temas como os impactos ambientais, trabalhistas e a substituição de culturas agrícolas, pontos sublinhados tanto no debate nacional como internacional no que diz respeito à produção de etanol, especialmente a brasileira.

O GT passa a ser um ponto central para onde convergem, institucionalmente, os principais debates a respeito da atividade sucroalcooleira no contexto de sua expansão. Tanto pela presença dos representantes sindicais, especialmente a CUT, quanto pela própria atuação de grupos e organizações da sociedade civil que fizeram da temática do trabalho escravo uma questão a ser resolvida, como visto anteriormente. A expectativa de desenvolvimento do setor, bem como o pressuposto da equidade proveniente deste desenvolvimento “sustentável” aparece em relato do coordenador do GT.

Em todo o debate visualizado através dos relatórios, ganha relevo a ideia de um desenvolvimento equânime, sustentável, que prioriza o respeito aos trabalhadores, ao meio ambiente e que garante amplas possibilidades econômicas ao país, o que o possibilitaria galgar patamares de liderança na corrida rumo a alternativas energéticas menos poluentes. E neste tom, núcleo central do governo e patronato seguem afinados em termos das pautas relacionadas ao setor sucroalcooleiro.

Outro aspecto que chama atenção, especificamente em relação às deliberações do CDES, especialmente o GT, é que os conteúdos das proposições estão predominantemente vinculados à diminuição de tributos, propostas de aumento das linhas de crédito ao setor, ampliação de programas de financiamento, criação de novas carteiras junto ao BNDES etc. Diversas demandas do empresariado ganham voz através do GT, principalmente aquelas relacionadas a melhorias de condições econômico-institucionais, visando, em última instância, a ampliação do parque produtivo sucroalcooleiro e as condições de venda e investimentos.

Entre 2008 e 2009, o GT amplia seu escopo de proposição, renomeando-se para GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental²⁷. Passa também a se dividir em sete subgrupos, todos focados especificamente em questões consideradas importantes ao contexto de estruturação de um mercado global: 1) Subgrupo Zoneamento Agroecológico, 2) Subgrupo Relações de Trabalho, 3) Subgrupo Papel do Estado, 4) Subgrupo Fortalecimento do Biodiesel, 5) Subgrupo Diagnóstico do Mercado Interno e Externo, 6) Subgrupo Defesa do Etanol e 7) Subgrupo Certificação ou Boas Práticas.

Pensando especificamente sobre os subgrupos e suas respectivas atribuições, dois subgrupos ganham destaque para pensarmos acordos relacionados às condições de trabalho na atividade:

Subgrupo Relações de Trabalho. As discussões do GT convergiram para dois aspectos: 1) **aperfeiçoar e humanizar as atuais relações de trabalho e mitigar os efeitos da mecanização**; e 2) adoção de tecnologias alternativas que preservem os níveis de eficiência produtiva, sem causar desemprego massivo e danos ambientais. **Subgrupo Certificação ou Boas Práticas.** Os processos de certificação socioambiental são uma tendência mundial em muitos setores e servem para melhorar a imagem dos produtos, facilitar a decisão de compra para clientes e consumidores e evitar barreiras ao comércio internacional. O ponto de partida para a discussão de um sistema de certificação deve, obrigatoriamente, abranger os três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. Dessa forma, um produto deve ser ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável para ser considerado “sustentável” no longo prazo (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2008).

Em novembro de 2008, o GT submete um parecer à Presidência da República, intitulado Parecer Sobre Bioenergia e o Desenvolvimento, consistindo no acúmulo elaborado

27 Para entender melhor a emergência de adjetivações à atividade empresarial sucroalcooleira, como “socialmente justa”, “ambientalmente segura”, “desenvolvimento limpo”, bem como de termos e referenciais como “Responsabilidade social” e “equidade”, ver os tópicos 1.1, 1.2 e 1.3. Ver também Nappo e Jank (2009).

a partir das discussões costuradas no interior do CDES, através do qual aconselha sobre políticas e soluções para harmonizar a expansão do setor sucroalcooleiro. Os aspectos priorizados no Parecer foram o Zoneamento Agroecológico, Relações de Trabalho, Diagnóstico dos Mercados Interno e Externo, Defesa do Etanol Economicamente Viável e Ambientalmente e Socialmente Sustentável, Medidas para Fortalecimento do Programa Nacional de Biodiesel, Certificação e, por fim, Papel do Estado.

Especificamente para as relações de trabalho, o Parecer sugere:

1. A construção da padronização de boas práticas e do trabalho decente nas relações de trabalho na produção de biocombustíveis no Brasil, **por meio do diálogo social entre os atores envolvidos.**
2. Promoção de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias alternativas que melhorem os níveis de eficiência sem causar desemprego massivo e danos ambientais. (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2008).

A técnica de diálogo social é recomendada enquanto técnica de resolução dos conflitos trabalhistas na cana-de-açúcar. Há de chamar atenção também para o fato que com a mecanização da lavoura, sugere-se o investimento no desenvolvimento de tecnologias eficientes que não causem desemprego. No Parecer também consta uma lista de pontos que deveriam ser observados durante a construção deste espaço de diálogo social sugerido, conforme apresentado abaixo.

Quadro 5 - Principais sugestões do CDES para a resolução da problemática trabalhista no setor sucroalcooleiro (continua).

QUESTÕES A SEREM OBSERVADAS NO DIÁLOGO SOCIAL	PRINCIPAIS SUGESTÕES
Remuneração, jornada e contrato de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Contratar de forma direta todos os trabalhadores para o corte manual da cana-de-açúcar, eliminando a utilização de empresas prestadoras de serviços (terceiros) até a safra de 2010/2011; • Assegurar, mediante prévio comunicado, o acesso de diretor de sindicato da categoria, devidamente credenciado, aos locais de trabalho para verificar eventuais problemas e buscar soluções junto aos representantes da empresa, visando aperfeiçoar o relacionamento existente; • Realizar estudo tripartite sobre a capacidade física do trabalhador visando analisar o trabalho por produção e os seus efeitos; • Repudiar, com veemência, qualquer transgressão à legislação e convenções internacionais que coíbem o trabalho infantil e o trabalho escravo; • Assegurar seguro desemprego para o trabalhador safrista; • Implantação de procedimento escrito e preciso de aferição da cana colhida, previamente divulgado aos trabalhadores, de forma a dar-lhe ciência de sua produção diária e do correto cálculo da remuneração devida.
Saúde e segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Estudo Técnico pelo governo, com a participação de empresários e trabalhadores, que traga sugestões concretas e precisas, visando a adequação e melhoria dos Equipamentos de Proteção Individual para os trabalhadores rurais; • Garantia de

	<p>fornecimento gratuito de equipamentos de proteção, segurança e ferramentas de trabalho; • Transporte seguro e gratuito para o campo (frentes de trabalho); • Para os trabalhadores contratados em outros Estados, os alojamentos deverão estar de acordo com os requisitos da (o que significa NR?) Norma Regulamentadora (NR) – 31 Rural e NR 24 – Urbano; • Formação de Grupo de Trabalho tripartite para estudar o fornecimento da alimentação nos locais de trabalho; • Melhorar as condições de atendimento médico aos trabalhadores em situações de emergência.</p>
Migrações	<p>• A contratação de trabalhadores migrantes em outros estados deverá ser realizada por meio de intermediação do Sistema Nacional de Emprego (SINE). O governo deve ampliar a abrangência de ação do SINE, principalmente nos polos de contratação de mão-de-obra. Na impossibilidade de atendimento da demanda pelo SINE, a contratação será direta; • Proporcionar acesso aos trabalhadores migrantes contratados em outros estados a meios de comunicação nos alojamentos, para contato com seus familiares; • Incentivar a integração social (atividades culturais, esportivas etc.) do trabalhador migrante contratado em outros estados nos períodos de folga; • Garantir, no âmbito das políticas públicas, iniciativas com vistas à permanência dos trabalhadores e trabalhadoras no setor da cana em seus estados de origem; • Estimular a formação de APL's (Arranjos Produtivos Locais) como parte de uma política de desenvolvimento regional; • Implantar política pública de habitação para os migrantes de forma a atender: i) o trabalhador e sua família no estado de origem; ii) o trabalhador já socialmente integrado no lugar onde trabalha.</p>
Inclusão de Pessoas com Deficiência	<p>• A inclusão de pessoas com deficiência visa cumprir Lei Federal que estabelece cotas para a contratação de pessoas com deficiência. Deve-se desenvolver projetos para que as empresas possam cumprir suas cotas; • Definir projetos públicos para capacitar os portadores de necessidades especiais para os cargos e funções nas empresas (em muitas regiões não existem instituições para que estas pessoas sejam capacitadas).</p>
Qualificação, Requalificação e Recolocação de Mão-de-Obra	<p>• Definição de política pública específica para o setor visando eliminar o analfabetismo, elevar o nível de escolaridade e aumentar o número de salas de aula para atender trabalhadores e trabalhadoras, com vistas à recolocação dos mesmos no mercado formal de trabalho; • Definição de políticas públicas específicas para qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, particularmente, aqueles afetados pela mecanização da colheita; • Desenvolvimento de projetos profissionalizantes e de novos talentos dirigidos aos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho em virtude da mecanização; • Utilizar o período de recebimento do seguro-desemprego para qualificação e requalificação de mão de obra; • Criação de Fundo Social, pelo governo, com gestão tripartite, para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a reinserção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais atingidos pela mecanização do setor sucroalcooleiro; • Ampliação do Programa de Crédito Fundiário como uma das alternativas para a reinserção produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras atingidos pela mecanização.</p>
Fiscalização	<p>• Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e proteção do Ministério do Trabalho, dotando as suas representações estaduais de infraestrutura e orçamento compatíveis com as suas atribuições; • Incentivar a realização de auditorias externas independentes na cadeia produtiva do etanol.</p>

Fonte: Elaborado a partir de Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2008.

Chama a atenção a sugestão de alguns pontos a serem debatidos pela nova arena sugerida, como a “inclusão de pessoas com deficiência” no trabalho de corte da cana-de-açúcar, desde que respeitada uma determinada “cota” a ser debatida. Como já mencionado, tais sugestão são gestadas numa arena já tripartite, que conforme Offe (1989), pode implicar em limites possíveis para as demandas ali veiculadas. O Parecer faz um ultimo conselho à Presidência da República:

“O CDES recomenda que governo, empresários e trabalhadores **constituam um grupo tripartite com o objetivo de estimular um entendimento de abrangência nacional, com vistas à realização da contratação coletiva nacional ou de um protocolo nacional de adesão voluntária, que busque estabelecer pontos**

possíveis de um disciplinamento nacional. Exemplos de pontos sobre os quais é necessário esse entendimento nacional: piso salarial, jornada de trabalho, produção diária, caracterização do trabalho degradante, etc. Por outro lado, é fundamental definir **políticas públicas que beneficiem projetos que estiverem em conformidade com o entendimento nacional acordado entre governo, empresários e trabalhadores**” (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2008, grifos no original).

Por fim caberia enfatizar o fato de que as disputas internas ao CDES, se houveram, seja na formação de agenda, seja na definição dos problemas a serem resolvidos, não foram pontos de atenção do presente trabalho. Acreditamos que por si só tal arena conformaria um objeto particular de estudos, posto que preche de relações, significados, relações e assimetrias no poder, nos demais recursos possuídos pelos distintos participantes etc. No entanto, devido à impossibilidade de entrevistar os principais protagonistas destes espaços, só podemos estabelecer afirmações a partir dos dados elaborados.

Nos limites do presente trabalho gostaríamos apenas de ressaltar tal arena como um espaço onde a concertação e o diálogo social foram postos em prática, dando forma à necessidade de elaboração de outro pacto tripartite, e que contemplasse apenas os atores envolvidos diretamente com a discussão no Conselho. Mais do que isso, como veremos, em sua maioria, os pontos fundamentais que no futuro comporão o pacto nacional já saem preestabelecidos a partir de uma arena composta pela discussão entre empresários e o sindicalismo cutista. Veremos que demandas sindicais distantes das “aconselhadas” originalmente pelo CDES terão pouco lugar dentro dos marcos do Compromisso Nacional.

A necessidade de estruturar uma mesa tripartite de celebração de um pacto trabalhista é criada em função, como vimos anteriormente, de uma pressão internacional dos países importadores, interessados em garantir que seu consumo de agrocombustíveis esteja coerente com a manutenção das áreas biodiversas, com o respeito aos trabalhadores e à legislação trabalhista e com a manutenção de índices aceitáveis de segurança alimentar, mas também por conta da pressão de diversos atores sociais que fizeram dessas temáticas pontos relevantes para o debate internacional sobre biocombustíveis.

* * *

Neste capítulo pudemos discutir as principais transformações do parque nacional sucroalcooleiro nos anos recentes que, conforme tentamos demonstrar, implicaram em diversas mudanças não só em termos de expansão da área plantada e usinas construídas, mas também na relação de empresários novos e antigos com os diversos segmentos com os quais

passaram a lidar, através de seus empreendimentos. A nosso ver, esta caminhada do empresariado sucroalcooleiro brasileiro rumo a novas práticas parece ter contribuído para uma maior abertura e sensibilidade para novos valores e compromissos. Preocupações com o meio ambiente, com a justiça social e ambiental dos empreendimentos são postas em marcha, paulatinamente, a partir da abertura econômica dos anos 90, ganhando força principalmente nos 2000. A nova estruturação do mercado dá sinais também, de reatualização das relações entre empresas, empresários e membros do executivo, cujos vínculos passam a se expressar através de novas formas. Mantêm-se parcerias políticas com os principais órgãos públicos, como bancos, agências de pesquisa e com o próprio executivo. Essas, no entanto, passam a ser estabelecidas de forma distintas daquelas praticadas no passado. Hoje, as empresas vão atrás dos principais homens públicos, de vasta experiência e com grande capital social e político.

Por outro lado, só podemos pensar a construção do Compromisso Nacional se considerarmos a emergência de uma crítica especializada sobre o setor sucroalcooleiro brasileiro e a problemática trabalhista a ser resolvida diante do contexto de expansão da produção nacional. Observamos um número significativo de atores envolvidos na construção dessa crítica, como ONGs, organizações como a CPT, a OIT, membros do judiciário, etc. Salientamos ainda que a crítica especializada emerge também guardando forte relação com atores específicos e com determinadas modalidades de emprego e uso da força de trabalho na agropecuária brasileira, principalmente no desmate de floresta para a abertura de pastos. Grande parte dos atores envolvidos, no entanto, não foram incorporados pela institucionalidade sugerida pela coalização de governo e patronato rural canavieiro. Para as diversas críticas à matriz produtora de etanol, empresariado, governo e representantes da CUT respondem com a proposição de novas instituições disciplinadoras. Se uma crítica especializada acerca da expansão do etanol foi gestada entre segmentos da sociedade civil, a resposta à problemática ficou restrita aos participantes dos órgãos consultivos superiores do executivo. A influência dos trabalhadores em questões “econômicas”, por exemplo – como a definição de critérios mais justos na compra de etanol por parte do Estado, fato que possibilitaria um combate mais eficaz ao descumprimento da legislação trabalhista por dentro das agências públicas e empresas estatais, como a Petrobrás – foi nula, inclusive, à Feraesp (federação filiada à CUT e participante da Mesa de Diálogo e da Comissão de Avaliação, a partir de Élio Neves):

Nós estamos a partir daquela mesa, dialogar com a Petrobras, com o BNDES, com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil. Porque é assim. Essas instituições estatais na verdade são as grandes transmissoras de recursos públicos para o setor privado [...]. Na última reunião eu virei pro Ministro e disse o seguinte: ‘ministro, eu quero saber quando que a Petrobras vem pra mesa?’. Porque a Petrobras é a maior empregadora do setor. ‘Não, não é’, ele respondeu. Claro que é, quem é que compra mais álcool? Então quero discutir com a Petrobras. Porque se a Petrobras exigir contrapartida social nos seus contratos nós resolvemos um problemão (Entrevista com Élio Neves, em MILANO E PERA, 2009).

A fala de Élio Neves revela não só os embates sobre as melhores formas de intervir nos canaviais brasileiros, mas também sugerem importantes limitações em termos das assimetrias de poder presente nestes espaços de discussão, dentre os quais a definição dos participantes joga um importante papel.

Pensando a ação pública enquanto ação social, como um processo complexo, Muller e Surrel (2004) descrevem três tipos de dimensões que deveriam ser consideradas na análise de políticas públicas. Seriam elas as dimensões *polity* (dimensão política), o equivalente a “política” enquanto oposição a “sociedade civil”, por exemplo, sendo o limiar entre os dois uma linha sempre fluida, variando de acordo com o lugar e o tempo histórico; a dimensão *politics* (atividade política), que diz respeito ao debate partidário, debates eleitorais, mobilizações por voto etc., referindo-se ao mundo específico dos políticos e suas ferramentas partidárias de mobilização e atuação; e por fim a dimensão *policy* (ação política), que designa o processo pelo qual são elaboradas ações públicas, entendidas como “dispositivos políticos administrativos coordenados em torno de objetivos explícitos”. Na opinião dos autores, ao atribuir importância a este conjunto amplo de dimensões envolvidas na elaboração e execução de uma política pública, antes de perguntar se existem e quais são as políticas públicas em/para determinados setores, melhor seria indagar-se sobre os mecanismos envolvidos na construção da ação pública nestes espaços. De outro modo, caberia indagar quais seriam os elementos que dão sustentação à construção de uma determinada política, num determinado contexto. Por um caminho inverso, mas igualmente interessados em pensar outros determinantes de políticas públicas e atuações governamentais, Palmeira (1994) e Bezerra (1995; 1999) também contribuem ao deslocar o foco de análise para outros espaços que não só aqueles formalmente designados para a elaboração e negociação de determinada política.

Assim, uma determinada política pública seria o resultado da construção do seu objeto pelos atores envolvidos (o “problema” a ser resolvido), bem como o resultado da ação dos distintos atores políticos e suas respectivas finalidades. Nessa perspectiva, para o presente trabalho caberia, portanto, observar os atores envolvidos na emergência da problemática a ser resolvida e a forma pela qual se fizeram presentes na construção da ação pública em questão, entendendo também que a ‘não participação’ responde igualmente a escolhas políticas tributárias a interesses, recursos de poder, capacidade de influência política etc. Por outro lado, atentar para relações de privilégio, de parcerias políticas e de comprometimento partidário também se torna importante para dar inteligibilidade para o caso aqui analisado.

Parece-nos sugestivo pensar, portanto, que o Compromisso Nacional, ainda que figure como a materialização de reivindicações de diversos movimentos da sociedade civil, em especial da CUT, nasce também como resposta “institucional” a uma demanda pública. Como vimos, a forma como se responde uma demanda pública influencia diretamente seu resultado e eficiência, guardando em si interesses potencialmente distintos daqueles referentes aos ideais iniciais evidenciados pela emergência do problema.

Neste sentido, pensando em termos da forma assumida pela “ação pública” dirigida como resposta, refletir sobre “a maneira pelo qual o processo [de elaboração da política pública] é estruturado e condicionado pelo seu próprio objeto” (LAMOUNIER, 1994, p. 37) pressupõe atentar para o fato de que a escolha dos participantes da Mesa guarda fortes relação com a predisposição dos entes empresariais, do governo e do sindicalismo.

O tema dos direitos humanos ganhou destaque durante toda a reestruturação do setor sucroalcooleiro, especificamente na década de 90 e anos 2000, mobilizando parcela significativa da sociedade brasileira, entre sindicatos, movimentos sociais, órgãos governamentais, universidades etc. Para a internacionalização do etanol, no entanto, o próprio setor sucroalcooleiro e o governo teriam de dar conta das inúmeras situações degradantes costumeiramente veiculadas pela mídia, pelos movimentos sociais e por centros de pesquisa.

Desta forma, como resposta diplomática para o conjunto dos atores internacionais e como resposta política para os atores nacionais, a estruturação dessa arena decisória não comportou os principais críticos organizados, como a CPT e a Repórter Brasil. Ainda que tenham contribuído para a emergência dessa crítica especializada sobre a problemática do

trabalho degradante na cana-de-açúcar, outros fatores parecem ter contribuído para a delimitação dos atores participantes.

Como salientam Muller e Surrel (2004), não se pode entender uma determinada política pública sem considerar as motivações, as coalizações políticas, as concessões e até mesmo as alianças que dão sustentação ao governo que as propõe (as dimensões *polity*, *politics*, e *policy*), o que fica evidente para o caso aqui analisado, cujo presidente se autointitulou “garoto propaganda do etanol” e argumentou em favor da dissolução de identidades sociais historicamente construídas pela relação capital-trabalho no setor. Como vimos também, o próprio Estado, através de algumas empresas estatais, passam a compor os filões produtivos da cana-de-açúcar, em parcerias com grandes empresas sucroalcooleiras.

Viagens conjuntas, vínculos partidários, comprometimento político de antigos assessores e dirigentes de centrais sindicais com o governo, parcerias entre membros do executivo e firmas sucroalcooleiras, pesados investimentos públicos na expansão e produção sucroalcooleira – através de investimento via BNDES, ou através da parceria acionária, ou até mesmo na própria criação de uma empresa dedicada à produção de biocombustíveis (PBio) – bem como a sensibilidade dos órgãos diretamente vinculados à Presidência para com as demandas advindas do empresariado e da CUT, parecem convergir para estabelecer os limites e os alcances propostos através do Compromisso Nacional.

A participação do Presidente da República em espaços como o *I Ethanol Summit*, ou do fato do Compromisso Nacional ter exigido reuniões anteriores à constituição da mesa propriamente tripartite para acordar os termos de sua realização e da natureza das demandas e reivindicações ali acordadas (LAMBERTUCCI, 2010) sugere-nos que além de atentar para existência e a dinâmica de funcionamento dos espaços formais – como a Mesa, os documentos formais analisados e as reivindicações formalmente encaminhadas durante os debates – outras dimensões fora do âmbito da formalidade (PALMEIRA, 1994; BEZERRA 1995, 1999; GALVÃO, 2006) – também se mostram igualmente importantes para a compreensão do conteúdo da forma assumida pelo Compromisso Nacional.

A disposição do governo em investir na expansão e internacionalização da produção de etanol, inclusive através do próprio comprometimento através de parcerias acionárias e dos investimentos, parece estabelecer um limite para a resolução dos conflitos trabalhistas. Neste sentido, parece ganhar peso a participação de atores afinados com as estratégias e programas

governamentais, especialmente a CUT, interlocutora privilegiada no que tangencia o debate sobre condições de trabalho na cana-de-açúcar.

Como veremos ao longo do texto, principalmente nas etapas de certificação e auditoria das empresas sucroalcooleiras, diversos laços e relações interpessoais parecem ter contribuído, igual e significativamente, para a definição do alcance da política pública a ser gestada.

Cardoso (2010), discutindo a participação e influência da sociedade civil no comportamento de setores privados, oferece parâmetros interessantes para se pensar o caso do Compromisso Nacional. Para ela, devem-se averiguar as motivações presentes na emergência das transformações levadas a cabo em setores privados. Segundo Cardoso, a construção dos termos e dos objetos de regulamentação em um determinado ramo ou atividade está sujeita à pressão e influência de diversos segmentos da sociedade civil, desde os empresariais, até os atores impactados ou menos considerados nas dinâmicas postas em marcha. A construção da agenda é, sobretudo, política e, enquanto tal, figura como objeto de disputa e tensão, resultando do embate entre os diferentes grupos e interesses. Variando de acordo com o interesse e a correlação de forças, o desenho institucional atribuído à ferramenta de transformação, reflete, ainda que parcialmente, a “assimetria discursiva entre os membros”, levando a uma “elaboração fraca de responsabilidade social e/ou sustentabilidade” (CARDOSO, 2010, p. 27).

Para o caso estudado, caberia situar que os interesses governamentais estavam focados na expansão da atividade, e na liberação de entraves que pudessem limitar a expansão pretendida. Em determinados aspectos, os interesses governamentais e empresariais se confundiam, de forma que a própria elaboração da arena que regulamentaria a problemática trabalhista parece ter considerado tais interesses em sua formulação. Embora tivéssemos entidades civis alardeando uma determinada crítica acerca da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, entendemos que a forma dada à arena dedicada à resolução deste conflito esteve mais afinada com os interesses governamentais em não comprometer a expansão posta em marcha a partir de meados dos anos 2000.

CAPÍTULO III: SUA FORMA

Nesse capítulo analisaremos algumas especificidades do Compromisso Nacional, como os pontos acordados, algumas tensões e limitações impostas a eventuais demandas específicas aos grupos participantes. Outro objetivo é relacionar as demandas com os pontos pactuados e estes com características e tendências da própria dinâmica de expansão do setor sucroalcooleiro atual. Argumentamos que a forma dada à resolução dos conflitos trabalhistas enunciados guarda forte relação com a própria natureza do movimento político de sustentação da expansão sucroalcooleira e, principalmente, com as motivações dos principais agentes empresariais e governamentais.

Segundo Lambertucci (2010, p. 22), a composição inicial da Mesa foi estabelecida a partir de reuniões preliminares que visavam, sobretudo, afinar as demandas e perceber as expectativas dos distintos atores participantes na arena proposta. O governo, principalmente a partir do núcleo propositor, representado pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), acreditava na criação de marcos e convenções nacionais que apontassem para a regulamentação da utilização da força de trabalho. De acordo com Lambertucci, o empresariado, desde o início, posicionou-se contrariamente a qualquer acordo de caráter vinculativo, de adesão obrigatória e com força de lei.

Nessas reuniões preliminares – conduzidas separadamente entre governo e empresariado (neste primeiro momento apenas a UNICA compunha os diálogos preliminares) e governo e representantes de trabalhadores – os representantes empresariais também reivindicaram espaço para revisão das normas sobre conceituação do trabalho análogo à escravidão, sob o argumento de que há muita subjetividade no processo de fiscalização conduzido pelos agentes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Tal reivindicação, assim que levada para o debate entre o conjunto dos membros, não foi aceita pelos outros participantes, posto que não compunha um dos objetivos imediatos proposto para a nova arena a ser inaugurada.

Por outro lado, no momento dessas reuniões preliminares, os trabalhadores representados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp) apostavam na perenidade do espaço de interlocução junto ao Executivo, dando ênfase na

serventia desse diálogo como potencializador da capacidade do governo em elaborar políticas para o setor, de forma a garantir a influência da Feraesp.

Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), durante as reuniões preliminares, condicionou sua participação à uma demanda aparentemente incontornável: a obrigatoriedade do acordo proposto ao conjunto das empresas sucroalcooleiras nacionais (LAMBERTUCCI, 2010). Segundo o autor, “foram necessárias algumas reuniões para se chegar a um ponto aceitável pelas partes” (p. 24). No entanto Lambertucci (2010) garante que mesmo após a constituição da Mesa o embate em torno da obrigatoriedade dos pontos acordados se manteve. A Contag temia legitimar um acordo sem a garantia de adesão por parte dos empregadores. Já a UNICA temia assumir compromissos que implicassem em imposições jurídico-legais.

Cabe ressaltar que neste estágio inicial de elaboração e delineamento do formato do Compromisso Nacional, a UNICA figurava como única interlocutora empresarial junto ao governo. Segundo Lambertucci (2010), o acordo só passou a integrar o Fórum Nacional Sucroalcooleiro (FNS) a partir de 2008, através de um pedido da UNICA, interessada em dar “caráter nacional” à Mesa de Diálogo.

Como salientamos anteriormente, o papel da UNICA enquanto interlocutora privilegiada foi evidente em diversos momentos da pesquisa ora apresentada. Partindo do que afirma Lambertucci (2010), as etapas iniciais de esboço do que viria a ser a Mesa Nacional de Diálogo tiveram de passar pelo crivo desta entidade empresarial, sob o risco de pacto tripartite não se firmar e não ser reconhecido pela entidade. Outros privilégios, como mostramos anteriormente, consistem nos canais de interlocução com o governo, sejam formais ou informais. Conforme já salientado a partir de Palmeira (1994) e Bezerra (1995; 1999), a nosso ver, tais processos são demonstrativos dos vínculos informais tecidos em outros espaços e momentos do “fazer político”, que passam a ser comportados e expressos no momento formal da política em questão, o Compromisso Nacional.

Essas etapas “preliminares” (LAMBERTUCCI, 2010), necessárias para reduzir as distintas concepções e expectativas acerca do que deveria ser a Mesa e o processo de negociação a ser posto em marcha em pontos “aceitáveis pelas partes”, constituem, justamente o fenômeno sociológico que buscaremos entender neste capítulo para se pensar os impactos e implicações da participação conforme praticada no Compromisso Nacional.

Partimos do suposto de que o processo político de redução do “ideal” ao “possível” (LAMBERTUCCI, 2010) é funcional à manutenção do controle político por parte de certos grupos sociais, ao possibilitar a previsibilidade das demandas dos atores participantes e de disciplinar forças políticas potencialmente obstrutivas (OFFE, 1989). Neste sentido, não só as etapas “preliminares” do Compromisso Nacional, mas todo o processo de institucionalização previsto neste novo arranjo tripartite parecem conter elementos importantes de serem sistematizados e problematizados para se pensar a “estatização” comportada na tripartitização (OFFE, 1989)²⁸.

Se no Brasil a proposição da Mesa é gestada no governo, não se dá sem o aval e participação do empresariado sucroalcooleiro na definição de seus termos, bem como do próprio sindicalismo cutista. Como vimos, ambas as entidades – CUT e UNICA – dão sinais de tecer um complexo e amplo leque de relações e interlocuções técnicas e políticas com o governo, o que nos sugere, conforme Palmeira (1994) e Bezerra (1995; 1999) a participação de outras relações e sociabilidades como definidoras das escolhas políticas formais assumidas através da Mesa e do Compromisso Nacional.

De todo modo, é durante o processo de legitimar unicamente as demandas tidas como aceitáveis que, a nosso ver, o processo de institucionalização de grupos sociais assume seu caráter de controle político. Todavia, se para Offe (1989) a institucionalização assume caráter de estatização, no sentido de que disciplina e muda o tom e os canais por onde as demandas passam a ser expressas, cabe também chamar atenção para o fato de que no Brasil parece haver uma sobreposição deste mecanismo à própria predisposição de entidades sindicais a assumirem uma postura mais propositiva, afinada com concepções menos radicais de reivindicação e com a participação institucional como estratégia de elaboração de políticas públicas que favoreçam suas bases. Desse modo, o esforço aqui desenvolvido vai no sentido de identificar essa “via de mão dupla”, onde, por um lado, têm-se mecanismos políticos que passam a disciplinar e controlar a natureza das demandas e reivindicações em jogo (OFFE, 1989), ao passo que entidades sindicais veem essas estruturas e instituições inovadoras de governabilidade como soluções aceitáveis e dignas de serem replicadas em outros segmentos econômicos.

²⁸De forma semelhante poderíamos pensar até mesmo o próprio Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), também tripartite que, como mostramos, reduzem as demandas e reivindicações as reivindicações possíveis e coerentes com o projeto mais amplo de governo.

Lambertucci (2010) afirma que a partir da constituição da Mesa, em julho de 2008, após o término dessas rodadas preliminares, apresentavam-se para discussão um conjunto amplo de reivindicações (18 tópicos subdivididos em 54 itens), divididos em dois blocos: um “de mais fácil encaminhamento” e outro “mais polêmico”, como afirma o autor. Os pontos estão indicados no Quadro a seguir.

Quadro 6 - Pontos elencados para discussão no momento de constituição da Mesa Nacional de Diálogo em 2008 (SGPR, 2009) .

Pontos apresentados para discussão	
1) contrato de trabalho; 2) saúde e segurança do trabalho; 3) transparência na aferição da produção; 4) alojamento; 5) transporte; 6) migração; 7) escolaridade; 8) qualificação e recolocação; 9) remuneração; 10) jornada de trabalho; 11) alimentação; 12) trabalho infantil e trabalho forçado; 13) organização sindical e negociações coletivas; 14) proteção ao desempregado, com atenção aos trabalhadores no corte manual no período da entressafra; 15) responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva; 16) responsabilidade no desenvolvimento na comunidade; 17) Programa de Assistência Social – PAS da atividade canavieira; 18) trabalho por produção, trabalho decente e trabalho análogo ao trabalho escravo.	<p>Prováveis pontos considerados polêmicos²⁹</p> <p>4) alojamento; 10) jornada de trabalho; 11) alimentação; 13) organização sindical e negociações coletivas; 15) responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva; 17) Programa de Assistência Social (PAS) da atividade canavieira; 18) trabalho por produção, trabalho decente e trabalho análogo ao trabalho escravo.</p>

O debate observado acerca de alguns desses pontos é especialmente importante para analisarmos o caráter de controle político, aqui tornado hipótese de trabalho. Pontos como a aplicação dos recursos do Programa de Assistência Social (PAS) do setor sucroalcooleiro – historicamente reivindicados pelo sindicalismo paulista (FERAESP, 2012) – em alojamentos e alimentação ou ficaram fora das discussões ou foram completamente reformulados a partir da discussão tripartite. Como já salientado anteriormente, acerca do caráter voluntário ou obrigatório do pacto – principalmente reivindicado pela Contag –, pode-se observar que diversas exigências sindicais deixam de ser atendidas, ou melhor, passam a ter de ser traduzidas de formas a tornarem-se aceitáveis e coerentes com o processo político-econômico de expansão do setor sucroalcooleiro nacional que dá folego ao Compromisso. Dentre os outros pontos tidos como polêmicos, também pudemos perceber alguns debates de não entendimentos entre as partes, conforme traremos ao longo desta sessão.

²⁹ Os pontos em questão foram categorizados enquanto “polêmicos” ou porque apresentaram ampla contestação por parte de alguns dos membros participantes ou porque sua consideração não foi levada a cabo no documento final que expressa as cláusulas do Compromisso Nacional.

Outra reivindicação, que parece ter sido comum entre Feraesp e Contag, foi a de que houvesse responsabilização de toda a cadeia pela adoção das “boas práticas” previstas pelo Compromisso Nacional. Tal ponto não foi aceito pelos empresários e não pode, portanto figurar como item acordado no pacto tripartite. O próprio governo, que também apostava num comprometimento obrigatório e nacional, teve de se contentar com aspecto voluntário atribuído pela pressão empresarial (LAMBERTUCCI, 2010).

Por outro lado, pontos consensuais também foram visualizados, como o debate acerca da remuneração e sua vinculação aos salários de outros postos de trabalho e das políticas de incentivo à produção³⁰, onde se pode evidenciar consenso entre a manutenção da remuneração por produção. Empresários eram de acordo com a proposta, afirmando que a produtividade é crucial para garantir competitividade ao setor sucroalcooleiro nacional, enquanto que representantes dos trabalhadores assumiam que o pagamento por produção garantia maior remuneração ao trabalhador a despeito do rebaixamento da remuneração pela fixação de um piso salarial abaixo dos índices salariais atuais (LAMBERTUCCI, 2010).

Neste quesito também foi observado certo descompasso entre as entidades empresariais, representadas pela UNICA e pelo FNS. Os empresários agremiados pela UNICA (com suas bases predominantemente territorializadas na região centro-sul) aceitavam o fim da vinculação da remuneração do trabalhador a outros postos e aos serviços necessários para seu emprego e até mesmo a extinção de políticas de incentivo à produção, enquanto que os empresários agremiados pela FNS (representante do empresariado nordestino) não aceitaram a extinção de benefícios vinculados à produtividade. Coerente com a proposta do consenso prevista pela Mesa, tal ponto não compôs o pacto³¹.

Além dos itens não contemplados pelo acordo tripartite, bem como pelos itens polêmicos que tiveram de encontrar um tom mais “ameno”, coerente e não comprometedor da política de internacionalização sucroalcooleira, havia expectativas em jogo que são importantes de ser enfatizadas. A Feraesp, por exemplo, apostava na perenidade do espaço de interlocução com o governo, dando ênfase à inovação atual que possibilitava a participação do

30 Para mais detalhes acerca das políticas de incentivo a produção e suas implicações, ver Novaes (2007).

31 A redação final deste item ficou a seguinte: “c) eliminar a vinculação da remuneração dos serviços de transporte de trabalhadores, administração e fiscalização, executados pelas próprias empresas ou por terceiros, à remuneração dos trabalhadores no corte manual da cana-de açúcar, respeitadas as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria” (BRASIL, 2012b).

sindicalismo canavieiro na elaboração de políticas públicas para o setor, garantindo sua margem de influência. A Contag esperava que aquele espaço servisse para amenizar as expectativas de suas bases municipais.

O empresariado, por seu lado, esperava que este espaço não implicasse em obrigações legais para as empresas individuais, e que muito menos tivesse caráter obrigatório e nacional. Para a UNICA e FNS, o conteúdo do pacto não poderia homogeneizar diferenças regionais presentes na matriz sucroalcooleira nacional. A Mesa também foi avaliada como positiva por trabalhadores e empresários por possibilitar maior conhecimento e proximidade entre representantes empresariais e sindicalistas (LAMBERTUCCI, 2010).

A Contag, em 2008, antes mesmo da consolidação da Mesa de Diálogo, entregou ao executivo uma pauta de demandas e reivindicações, bastante ampla, cobrindo uma variedade de pontos enxergados como problemáticos para a atividade canavieira. Constatam pontos desde a cobrança de que as usinas “sejam responsabilizadas pelos eventuais entraves trabalhistas de seus fornecedores” (ver ANEXO D) como pontos relacionados à alimentação, anotação na carteira de trabalho, oferecimento de EPIs, segurança e saúde no trabalho, organização sindical por local de trabalho e livre trânsito das lideranças sindicais etc³².

Diversas demandas pontuadas pela entidade ficaram de fora da celebração do pacto, principalmente àquelas relacionadas à extensão de direitos trabalhistas que não contemplam trabalhadores – devido ao caráter sazonal –, organizações por local de trabalho, adesão compulsória das empresas sucroalcooleiras a acordos nacionais³³, livre acesso das entidades sindicais ao local de trabalho, garantias de qualificação e alfabetização dos trabalhadores visando acesso a outras oportunidades de trabalho etc. (ver ANEXO D).

Segundo a Contag, a Mesa de Diálogo nasce como resposta às suas reivindicações, feitas em 2007 no Grito da Terra Brasil³⁴, cobrando posicionamentos do Governo a respeito das condições de trabalho no setor, em reportagem disponível no jornal da Contag:

Segundo o secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da Contag, Antônio Lucas, o acordo é um avanço, devido à relevância da atividade sucroalcooleira para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. “Nossa categoria demonstrou

32 A íntegra do documento pode ser encontrada no anexo IV no final do presente trabalho.

33 Reivindicação também feita pela Feraesp em alguns momentos.

34 Manifestações realizadas pelo MST, CUT e Contag buscando dar visibilidade ao segmento dos agricultores familiares, à questão da reforma agrária e da exploração no campo.

muita capacidade ao conseguir reunir governo e empresários no nível de debate que tivemos. As discussões geraram aprendizado para todas as partes envolvidas e abriram espaço para um desabafo sobre nossa realidade”, comemorou (BOAS..., 2009).

Em publicação posterior, a entidade faz a avaliação de que o Compromisso Nacional ainda não contemplou diversas demandas e reivindicações de interesse dos trabalhadores:

Para a CONTAG, a mesa de diálogo ainda precisa discutir temas importantíssimos para os trabalhadores, como alimentação gratuita nos ambientes de trabalho, organização sindical no local de trabalho e a construção de uma transição no processo de mecanização e substituição de mão-de-obra [sic]. ‘São 80 mil postos de trabalho que deixaram de existir no setor canavieiro pela falta de planejamento, políticas públicas e alternativas para reinserção produtiva dos assalariados’, contabiliza Lucas. Ele fala também sobre a falta de escolaridade e de qualificação dos trabalhadores. ‘Não adianta o governo criar postos ou frentes de trabalho em outras atividades econômicas. É preciso um processo de qualificação que os torne aptos a competir no mercado, através da alfabetização, elevação da escolaridade, qualificação, requalificação e reinserção produtiva’. [...] Entretanto, a CONTAG entende que o Compromisso Nacional não resolveu problemas graves vivenciados pelos trabalhadores e cobra que antes que seja investido mais dinheiro no setor, o Governo Federal possa cumprir as obrigações por ele assumidas no Compromisso Nacional, tendo em vista que até hoje não foram criados ou executados programas de alfabetização, elevação da escolaridade, qualificação, requalificação e reinserção produtiva dos trabalhadores. Para Lucas ‘não se pode investir mais dinheiro no setor sem que o governo invista os direitos dos trabalhadores’ (CONTAG..., 2012).

Observa-se o descontentamento em pontos que ainda precisariam ser debatidos sob a ótica da Contag. Por outro lado, a Feraesp, por exemplo, também entra com um conjunto significativo de reivindicações que ficam de fora daquilo pactuado – muitos pontos semelhantes aos também reivindicados pela Contag – como a exigência necessidade de organização por local de trabalho, suspensão do financiamento e recusa na aquisição de etanol de empresas flagradas descumprindo a legislação trabalhista etc.

Cabe mencionar certos pontos consensuais das entidades sindicais, como a pauta de que a Petrobrás imponha restrição à compra de etanol advindo de empresas autuadas pelo MTE, a organização por local de trabalho e livre circulação sindical, bem como a adesão compulsória do acordo nacional com as empresas sucroalcooleiras. (MILANO & PERA, 2009).

Ainda que seja visível o descontentamento acerca das limitações dos pontos pactuados, cabe destacar que para ambas as entidades, CUT e Contag, a noção de um desenvolvimento econômico pautado na diminuição das assimetrias, na mitigação dos impactos sociais e ambientais e que considere a participação dos diversos atores na discussão, condução e avaliação das etapas necessárias aparece – a todo momento –, seja enquanto retórica, seja enquanto estratégia para ocupação dos assentos nas arenas consolidadas, ou

mesmo como a justificadora para o engajamento e legitimação do espaço em questão. Para a Contag, para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro nacional,

[...] é preciso que a política energética esteja integrada a um processo de **desenvolvimento rural sustentável e solidário**, com uma ampla e massiva reforma agrária e a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, que **seja socialmente incluyente**, que assegure renda e cidadania e que respeite o meio ambiente (CONTAG, 2008, ANEXO IV, grifos nossos).

A fala do presidente da Feraesp, Élio Neves, entidade ligada à CUT também reforça:

Se eu já tenho, veja bem, toda uma sociedade estruturada com base no capital, financiamento, política pública, porque logo eu, trabalhador, vou injetar energia nisso [qualificação] também? Olha, eles [os usineiros] já tem o espaço deles. Na verdade, a gente precisa criar alternativas. Ah tá! Porque em momentos de crise – até porque os trabalhadores sempre estão em crise – se a economia cresce automatiza. [...] Então é mentira dizer que a qualificação profissional gera emprego [...] É esse tipo de qualificação que anda na contramão dos interesses dos trabalhadores. Então na nossa concepção, o movimento sindical ao fazer esse tipo de qualificação cumpre um desserviço porque, na verdade, não é que ele tem que ser contra a máquina, não é disso que eu estou falando. **Não que ele é contra a evolução tecnológica, não é disso que eu estou falando não é? Mas que tipo de contrapartida, que tipo de socialização dos benefícios as novas tecnologias estão trazendo para a classe trabalhadora?** Então o movimento sindical teria que atuar numa direção em que **ele absorvesse os excluídos, ou a perspectiva dos excluídos**. [...] Isso não tem nada de ideológico do ponto de vista de falar ‘é comunismo’, ‘é socialismo’. É capitalismo mesmo, **mas o capitalismo precisa ser eficiente, precisa distribuir**. [...] Bom então nós não temos saída. É claro que, qual é nossa expectativa em participar [da Mesa de Diálogo]? **Criar ambientes de formulação de políticas públicas e políticas até empresariais que efetivamente melhore as condições de vida dos trabalhadores**. E para melhorar a vida dos trabalhadores ele não precisa ser necessariamente cortador de cana [...] (MILANO & PERA, 2009, p. 7, grifos nossos).

Como já visto também no capítulo anterior, a forte participação da CUT na estruturação do Compromisso tal qual apresentado, bem como o engajamento das entidades sindicais na construção deste espaço tripartite, nos permite afirmar a favor da propensão de ambas as entidades a assumirem um caráter mais “propositivo”, caráter salientado por algumas literaturas consultadas para a elaboração do presente trabalho (MEDEIROS, 2010; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA, 2000).

A nosso ver, tal propensão e adesão a um caráter mais propositivo poderia ser explicada pela aproximação das duas entidades em 1995, que culminou num projeto comum de desenvolvimento do sindicalismo rural brasileiro, o Projeto CUT/Contag. Em 1995 temos a filiação da Contag à CUT e a elaboração de propostas conjuntas de atuação, que culminaram na redefinição de novos rumos para o desenvolvimento do sindicalismo rural no país. O

Projeto CUT/Contag tem como suposto uma “fase socialmente articulada de desenvolvimento” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA, 2000), ainda que pouco se explique, inicialmente, o conteúdo dessa nova concepção de desenvolvimento. Tem como objetivo, de acordo com o projeto, nortear as ações dos sindicatos cutistas e contaguianos para os anos subsequentes.

Especificamente no Projeto CUT/Contag, a noção de desenvolvimento ganha um grande destaque, como a orientação que deve ganhar relevo para atuação sindical. Tal noção se esboça gradativamente, entendida inicialmente como uma “perspectiva de mudança social” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA, 2000, p.13), caracterizada também pela “inclusão econômica e participação política dos trabalhadores” (p.18) e que visa, sobretudo, “diminuir a pobreza” (p.12).

Para Medeiros (2010), a emergência do agricultor familiar enquanto segmento específico dos trabalhadores do campo passa a ser mais nítida principalmente a partir dos anos 90, ainda que seja possível observar instâncias e demandas específicas para/deste segmento já nas entidades sindicais em décadas anteriores. De toda forma, é a partir da atuação conjunta de diversos movimentos, principalmente sob os “Gritos da Terra”, que aos poucos esse segmento vai se consolidando enquanto categoria política e normativa, alvo de políticas próprias. Amplas mobilizações levadas a cabo em meados dos anos 90, por exemplo, acabam por pressionar o Governo Federal a elaborar políticas específicas para este segmento.

Para Medeiros (2010), este novo segmento passa a estar na ordem do dia, muito por conta dos efeitos da abertura comercial sofrida durante os anos 90 e de acordos internos à própria CUT, que passaria a estar hegemonizada pelas frentes vinculadas aos segmentos dos agricultores familiares. De todo modo, essa nova “aposta” do sindicalismo rural brasileiro, mais disposto a propor nas instâncias públicas oficiais, mais afinado com uma determinada concepção de desenvolvimento econômico de forma a oferecer contrapartidas aos trabalhadores, parece ter contribuído para a construção de certo consenso sobre a construção de projetos específicos voltados para “mitigar” os impactos de eventuais projetos de desenvolvimentos assumidos pelo governo, ou então pleitear que demandas e reivindicações dos trabalhadores possam ser incluídas nos grandes projetos de desenvolvimento, em parte tomados como prioridade nas estratégias sindicais na atualidade. Se antes o sindicalismo era

visto como radical, portador de ideais socialistas, hoje o vemos disposto a negociar e participar de esferas decisórias do governo de forma a fazer valer seus projetos.

Como aponta o dirigente da Feraesp, participar do Compromisso Nacional foi motivo de orgulho devido uma ampliação inédita das arenas públicas a atores anteriormente alijados do processo decisório: “Nós participamos daquela Mesa de Diálogo com otimismo, até porque é assim, é a primeira vez que o cortador de cana chega ao lado do gabinete presidencial. Isso por si só, eu já acho fantástico e a FERAESP estar lá é motivo de orgulho.” (MILANO & PERA, 2009).

A participação na Mesa Nacional figura, portanto, ao mesmo tempo, como consolidação das estratégias sindicais, conforme enunciadas pelos seus principais representantes – de um lado mais dispostas e inclinadas a fazer de sua estratégia central pressionar por participação política e crenças nas concepções afinadas aos ditames do desenvolvimento com equidade – e como ponto legitimador desta arena de resolução da problemática do trabalho. Enquanto canal, considerado legítimo, de interlocução com o empresariado e com o governo, a Mesa de Diálogo significou a possibilidade das entidades sindicais barganharem ganhos reais, como a melhoria das condições de transporte, o comprometimento das outras entidades em mitigar os efeitos da mecanização acentuada, a criação de mecanismos que pudessem visibilizar a cassação dos benefícios estendidos a empresas que não cumpram os pontos pactuados etc. Cabe ressaltar, todavia, que tal participação, não se deu sem os devidos embargos a demandas e reivindicações que pudessem comprometer a expansão sucroalcooleira posta em marcha. Vários pontos ficaram em aberto, como a distribuição de alimentos, o comprimento da legislação de assistência social (PAS), enquanto outros nem entraram em discussão, como o próprio Élio Neves afirma: “Mas o acordo não elimina a vinculação da remuneração do trabalhador à sua produtividade. ‘Essa é uma questão cultural que dificilmente vai acabar e nem entrou na mesa de negociação’, diz Neves.” (Estado de São Paulo, 21/06/2009).

Assim, de forma geral, a participação na Mesa é, ao mesmo tempo e de certa forma, o coroamento da estratégia sindical – enquanto arena política de decisão ocupada pelas forças sindicais, dispostas a fazer daquele espaço mais um ponto de conquistas e ganhos reais para o grupo que representa – e também um espaço onde se aguçam e se explicitam tensões e divergências em relação aos projetos de desenvolvimento para o mundo rural, a partir do controle político de eventuais demandas que comprometam a expansão canavieira. A nosso ver, o próprio desenho institucional da Mesa, bem como a natureza dos atores envolvidos, já lançam variáveis incontornáveis para se pensar o processo político de decisão.

Neste sentido, outro resultado da Mesa de Diálogo, como mostrado acima, foi a constituição de uma comissão de acompanhamento do pacto, a Comissão Nacional de Diálogo, cuja composição podemos ver abaixo.

Quadro 7 - Membros da Comissão Nacional de Diálogo.

Entidade Representada	Membros Representantes
SGPR	José Lopez Feijó (T*), Nilton Luis Godoy Tubino (T), Jeter Luiz Gomes (S*), Márcia Moraes Blanck (S)
Casa Civil	Rodrigo Augusto Rodrigues (T) e Maria Laura Brandão Canineu (S)
MAPA	Cid Jorge Caldas (T) e Fernanda Hastenreiter Saraiva (S)
MTE	Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque (T), Zilmara David de Alencar (T), Leonardo Soares de Oliveira (S) e Ana Paula Silva (S)
MEC	Mauro José da Silva (T) e Simone de Melo Oliveira (S)
MDA	Marco Antonio Viana Leite (T) e André Grossi Machado (S)
MDS	Denise Reif Kroeff (T) e Katia Cristina Favilla (S)
MS	Carlos Augusto de Vaz Souza (T) e Jorge Mesquita Huet Machado (S)
Sindicatos Estaduais da Fabricação de Açúcar e Alcool	Luiz Custódio Cotta Martins (SIFAEMG) (T), André Luiz Baptista Lins Rocha (SIFAEG) (S), Renato Augusto Pontes Cunha (SIAAP – Pernambuco) (T) e Pedro Robério de Melo Nogueira (SIAA – Alagoas) (S)
UNICA	Marcos Sawaya Jank (T), Luis Carlos Veguin (S), Elimara Aparecida Assad Sallun (T) e Eduardo Leão de Sousa (S)
Contag	Antonio Lucas Filho (T), Carlos Eduardo Chaves Silva (S), Luismar Ribeiro Pinto (T) e Aristides Veras dos Santos (S)
Feraesp	Elio Neves (T), Aparecido Bispo (S), Eduardo Porfírio (T) e Rosimeire Aparecida Cameron (S)

Fonte: Portaria de 23 de agosto de 2011, SGPR.

*T=titular e **S= suplente.

Claus Offe (1989) propõe uma interpretação acerca da institucionalização de grupos sociais a partir de dois processos distintos. Estudando a participação de entidades e grupos privados de interesses na conformação das políticas estatais a partir dos anos 60 na Alemanha, Offe vai argumentar a favor de certa funcionalidade desta modalidade de governança para a estabilidade do sistema político-econômico. Segundo o autor, o debate em torno do contexto de maior permeabilidade aos grupos de interesse frente ao aparato estatal alemão se justificava pela prescrição constante de autocontrole e disciplina na elaboração de demandas privadas, que por vezes assumiam um tom imprevisível diante da capacidade estatal de governar e elaborar políticas responsivas.

Os formuladores alemães de políticas públicas, segundo o autor, perceberam que em contextos usuais as políticas públicas eram passíveis de enfrentar dificuldades políticas para sua implementação, como a falta de consenso entre os demandantes e os elaboradores de política, conflitos de interesses, insatisfação com os pontos atendidos etc. Tal “poder

disruptivo” (OFFE, 1989) é visto como prejudicial por parte dos governos, na medida em que impõe certa dose de imprevisibilidade para a planificação econômica, colocando-o também diante da ameaça de comprometer sua sustentação político-eleitoral. Contrariamente, no entanto, os atores capazes de oferecer certa resistência, são vistos como essenciais, pois possuem valiosas informações para a formulação das políticas e ações públicas. Para Offe (1989), portanto, a institucionalização comportaria pelo menos duas finalidades, dependendo da forma de tal atribuição de *status* públicos aos grupos de interesse.

Haveria inicialmente duas racionalidades distintas que guiariam a institucionalização dos grupos de interesse. Na primeira, teríamos um Estado preocupado em atender ao máximo o número de demandas sinalizadas pelos grupos de interesse. Neste caso, a tarefa então consiste na resolução dos problemas da forma como estes se apresentam, devendo ser atendidos enquanto tal, cabendo ao elaborador de políticas públicas somente achar o equilíbrio correto entre custos, eficiência e efetividade dos resultados. Os interesses a serem contemplados são manifestos e sempre previstos de forma que seu atendimento não comprometa os intentos governamentais, cabendo ao Estado simplesmente atendê-los e resolver o maior número possível de conflitos ou atender ao maior número de demandas.

Na segunda racionalidade, e talvez a principal contribuição de Offe (1989) para pensarmos as especificidades do Compromisso Nacional, vemos o esquema inverso. Nela, “[predomina] o imperativo de manter constantes os resultados [...] nos níveis que são considerados razoáveis ou suportáveis, ao mesmo tempo que se mostrem compatíveis com os recursos disponíveis” (OFFE, 1989, p. 227).

A variável a ser controlada nesta segunda racionalidade não é a dos resultados da ação estatal, mas sim a forma do esquema de representação política que, no fim, tem como meta principal “dar forma e canalizar as demandas de modo a torna-las possíveis de serem satisfeitas” (p.235). No segundo tipo de racionalidade, busca-se a manutenção constante dos resultados, manipulando-se os *inputs* de demanda, de forma que não comprometam os recursos disponibilizados e canalizados via Estado para determinada problemática. De outro modo, manipula-se o sistema de representação de interesses e o modo de resolução dos conflitos, buscando canalizá-los e adequá-los às possibilidades do governo.

Tornam-se mais inteligíveis, a partir da compreensão salientada por Offe, as distintas utilidades e finalidades cabíveis nos movimentos de institucionalização dos grupos, como

observado na Mesa Nacional, incubada pela SGPR. Se na primeira perspectiva de “institucionalização” temos o objetivo de resolver os *inputs* da forma que estes chegam aos formuladores, na segunda temos como principal lastro a racionalidade de moldar os “problemas que chegam” para que estes tenham soluções “aceitáveis”, coerentes com as possibilidades do projeto mais geral do governo. Nas palavras de Offe (1989): “[...], a característica comum da segunda alternativa [...] é estabelecer parâmetros institucionais e/ou físicos e econômicos que garantam que os problemas a serem enfrentados não excedam o raio de ação dos recursos disponíveis e das estratégias de resolução do problema” (p. 228).

Como vimos no capítulo anterior, parte das motivações que contribuíram para conformação da Mesa se explicam pelo intento governamental de promover internacionalmente e ampliar o setor sucroalcooleiro nacional. É neste sentido que poderíamos pensar a limitação de certas pautas e reivindicações sindicais, transformadas em problemas possíveis de serem aceitos, sob a pena de não entrarem em negociação. A análise de Offe (1989) vai no sentido de pensar que a institucionalização, em alguns contextos, implica essa “limitação variável” para a canalização de demandas, não só para os trabalhadores e seus representantes, mas também – como vimos através de certas demandas empresariais que não foram contempladas ou atendidas parcialmente – para todos os outros membros participantes, sejam empresários e membros do governo.

Aquilo que é reivindicado pelos diferentes segmentos sociais passa a estar subordinado aos designios mais gerais do projeto governamental, de forma que suas demandas se tornem coerentes com aquilo que se deseja alcançar. Todos os distintos segmentos sociais são obrigados a atuar não com base em suas concepções sobre o que viria a ser uma sociedade boa ou justa, mas são movidos pela referência pragmática aos requisitos funcionais da participação – como adesão a regras, aos mecanismos legislativos que regulamentação a representação etc. –, pela tolerância e pelos eventuais constrangimentos político-econômicos decorrentes da aceitação indiscriminada das demandas de todos. As políticas econômico-sociais devem ser, portanto, conciliadas com os imperativos do crescimento, da modernização econômica e da competitividade.

A resolução dos conflitos trabalhistas via Mesa Nacional de Diálogo também guarda forte relação com o enquadramento dado ao trabalho escravo, fomentado no cenário público principalmente a partir das ações OIT. A nosso ver, todo o debate acerca da interpretação atribuída e generalizada sob a denominação “trabalho escravo” acabou também influenciando

o debate do Compromisso Nacional, se não concretamente, pelo menos em níveis de retórica. Se de um lado temos novas relações entre trabalhadores manuais e o processo de corte agora significativamente mecanizado, por outro, governo, empresários e líderes sindicais optam por eleger o “gato” como problemática central a ser combatida.

A natureza do problema a ser combatido (o gato) teve forte repercussão midiática, como um dos principais avanços proporcionados pelo Compromisso Nacional:

O presidente Lula deve lançar, em 15 dias, um projeto que, seguido à risca, poderá eliminar do setor sucroalcooleiro uma figura **tida como responsável por parte dos problemas enfrentados por migrantes: o "gato"**. Segundo o ministro interino da Secretaria Geral da Presidência, Antonio Lambertucci, a meta é valorizar boas práticas de trabalho nas usinas do país e dar prazo para quem está inadequado ajustar sua situação. Lambertucci citou quatro problemas a serem resolvidos pelo setor. "A contratação do trabalhador deve ser direta, eliminando o intermediário nefasto [o "gato"], que tanto mal faz ao conceito do setor; contratar migrante por meio do Sine [Sistema Nacional de Emprego]; dar transparência na aferição da cana cortada e, finalmente, valorizar as negociações trabalhistas." (GOVERNO..., 2009).

Temos novas dinâmicas de utilização do trabalho que, por mais que incipientes e tendenciais – como a terceirização de trabalhadores por novas firmas de corte, colheita e transporte (CCT) – apontam para especificidades da relação capital-trabalho no setor sucroalcooleiro que não foram contempladas pelo pacto nacional. Sobre a consolidação do acordo, o dirigente da Feraesp, Élio Neves afirma que: “[...] A Constituição já prevê condições dignas de trabalho e isso nem sempre é cumprido. Embora o compromisso não seja obrigatório, o conteúdo moral e ético é mais forte do que qualquer decreto” (BARBOSA, 2009).

O problema a ser resolvido, em acordo com as afirmações de Offe (1989), passa a estar mais intimamente relacionado com as disposições dos entes envolvidos no processo de expansão e internacionalização da matriz sucroalcooleira nacional. Como veremos, o processo de trabalho e as problemáticas daí decorrentes parecem guardar relação com configurações distintas daquelas que foram defendidas e combatidas pelo Compromisso Nacional. Consideramos, todavia, que os pontos atendidos pelo pacto tripartite, se por um lado representam, de fato, problemas estruturantes das condições precárias e dos conflitos trabalhistas, compõe apenas a margem de disposição dos atores governamentais e, principalmente, empresariais. Cabe atentar que o pacto, ainda que demonstre funcionalidade enquanto ferramenta de dominação política, acaba obrigando também seus idealizadores e principais beneficiários a cederem e aceitarem determinadas reivindicações dos grupos que se deseja controlar, no caso os sindicatos.

Todavia, apresentaremos novas tendências para o mundo do trabalho na cana-de-açúcar que nos sugerem pontos interessantes de reflexão considerando um pacto feito para resolver problemáticas trabalhistas.

3.1 Trabalhadores do Compromisso

Como já mencionado, uma tendência que predominou dentro do setor sucroalcooleiro durante os anos 90, principalmente na região Centro-Sul, foi a reformulação das estratégias de gestão e utilização da força de trabalho, principalmente através da reformulação (em alguns casos a criação) do setor de RH, implicando na racionalização do uso e da gestão do conjunto de cortadores manuais, agora submetidos a ritmos de trabalho mais intensos (SCOPINHO, 1995; SCOPINHO et al., 1999).

Vários estudos tratam das consequências da adoção dessas novas formas de gestão do processo produtivo e da força de trabalho no contexto da abertura dos anos 90. A “qualidade total”, mote empresarial para a década da qual nos fala Scopinho (2000), ou a “empresa enxuta” (ALVES, 2003), se traduziam em intensificação do ritmo e da jornada para os trabalhadores, em perdas salariais (DIEESE, 2007), em aumento dos ritmos de acidentes e mortes por excesso de trabalho (NOVAES, 2007; SILVA, 2009) e em perda do poder de barganha dos trabalhadores, principalmente pelo contingente demitido com a adoção incipiente de tecnologias para a colheita mecânica.

Quando observamos a dinâmica do trabalho das últimas décadas no setor sucroalcooleiro, chama atenção as observações feitas por Ramalho (2011) que defende a necessidade de considerar as especificidades brasileiras nos processos de reestruturação produtiva nos principais setores econômicos. Neste artigo o autor grifa que o ferramental teórico consolidado para o tratamento dos processos enquadrados no conceito de “reestruturação produtiva” é oriundo de outros contextos econômico-sociais, principalmente europeus e americanos, onde nota-se, além de uma estrutura social típica de países de capitalismo central, outra relação entre os atores que gravitam ao redor da atividade produtiva³⁵. Portanto, ganha importância, especialmente para o setor sucroalcooleiro, a

35 Caberia ainda atentar para o fato da literatura ter como referencia principal atividades predominantemente urbanas e, conseqüentemente, todas as implicações decorrentes dessa consideração para o caso brasileiro, como a

compreensão de “reestruturações produtivas” levadas a cabo em sociedades já fortemente marcadas pela desigualdade de renda, por assimetrias na representação política, por precários vínculos de trabalho, pela forte violência para com os grupos de trabalhadores e por estratégias patronais de desmobilização das organizações sindicais³⁶. Caberia, portanto, atentar que a tendência global da “reestruturação do trabalho”, principalmente a partir os anos 90, chega ao setor sucroalcooleiro nacional e já se depara com um cenário onde a precarização, desrespeito, informalidade, sobreutilização e violência junto aos trabalhadores são as regras da dinâmica produtiva (FERRANTE, 1980, 1990, 1992, 1994; BASTOS, CHAIA & FERRANTE, 1987).

As principais contribuições do debate destes últimos 20 anos sobre a reestruturação do trabalho na cana-de-açúcar identificam um processo de ampla intensificação e precarização das ocupações e do ritmo de trabalho. A partir de então, ao trabalhador manual é imposto um ritmo cada vez maior de corte na cana (SILVA, 2009), com a média passando de 5 ton./dia para 15ton./dia em poucas décadas, enquanto nota-se queda dos valores reais dos salários para o mesmo período (DIEESE, 2007). Nota-se uma intensa elaboração de políticas de incentivo à produtividade nas grandes empresas nacionais produtoras de álcool e açúcar, como premiações e participações nos resultados. Novaes (2007) e Scopinho (2000) discutem os programas de premiação oferecidos aos trabalhadores por parte das usinas, visando incentivar a adesão às metas empresariais e, por conseguinte, o aumento da produtividade. Algumas das modalidades de premiação ficaram amplamente conhecidas, posto que os premiados são ainda hoje agraciados com títulos como os de “campeões de produtividade”, ou “podões de ouro”.

Não seria forçoso ressaltar os diversos desdobramentos subjetivos e nas sociabilidades dos sujeitos que tais manifestações criam entre os próprios trabalhadores, posto que incentivados a competir entre si durante algumas etapas de suas atividades produtivas (VETTORASSI, 2009).

Antunes (1997; 2006) nos mostra que a tendência global de reestruturação do trabalho nos marcos do neoliberalismo tem como particularidade a desproletarização³⁷ e a

amplitude das leis trabalhistas e das formas coletivas de representação de interesses que se estendem de forma diferenciada aos trabalhadores rurais. Caberia considerar as reestruturações dentro das “leis” do campo brasileiro.

36 Para maiores detalhes ver Ferrante (1992).

37 Entendida como perda relativa do montante de trabalho assalariado formal diante do conjunto das ocupações totais. Para mais detalhes ver Pochman (2006).

precarização³⁸, mas alerta para a extrema complexidade e heterogeneidade que o processo assume em distintas configurações sociais. Desse modo, se a reestruturação produtiva, conforme acenada por parte significativa da literatura sobre o mundo do trabalho, caracteriza-se pela flexibilidade das ocupações e reestruturações na forma de ser da atividade produtiva, no Brasil canavieiro do início da década de noventa e dos anos 2000 pode-se falar mais numa “importação” de novas ferramentas e estratégias de gestão e uso dessa mão-de-obra do que propriamente em uma reestruturação aos moldes clássicos.

3.1.1 Novas formas de trabalho

Para os anos 90, o trabalho na cana-de-açúcar continuava a ser feito, ainda que em um número significativamente reduzido, principalmente por homens, numa lida diária cortando dezenas de toneladas de cana-de-açúcar. Na atualidade, em que estimativas apontam que mais de 70 mil trabalhadores foram retirados do mercado de trabalho³⁹, o perfil do trabalhador, bem como da ocupação do trabalhador manual, passam a registrar mudanças significativas.

A primeira delas é o próprio perfil de contratação. São cada vez maiores as menções a contratos por tempo indeterminado, onde o trabalhador fica empregado durante a safra, mas também passa a exercer um conjunto de atividades na entressafra, que variam desde aplicação de herbicidas, plantio, manejo de maquinários de pequeno e médio porte, manutenção de colheitadeiras etc. Os trabalhadores, em termos gerais, passam a residir na própria localidade ou nas periferias da cidade, posto que agora a ocupação implica em uma dedicação não mais temporária à unidade agroindustrial. O dirigente do sindicato municipal de Dobrada, por exemplo, afirma que nas empresas sediadas ao redor de seu município já existem trabalhadores aproveitados em outras etapas do ciclo produtivo da cana. São constantes os relatos de trabalhadores que aplicam herbicidas na entressafra, que se voltam para a manutenção de máquinas etc.

Uma segunda característica notada, a partir das entrevistas realizadas é a tendência do trabalho manual restante, mesmo nas lavouras mecanizadas, tornarem-se mais acentuados em suas características precárias e árduas. Os sujeitos passam não só a lidarem com um conjunto

38 Entendida como a inserção dos trabalhadores em novos postos de trabalho, seja sem proteção pela legislação trabalhista, seja em trabalhos do tipo *half-time*, seja em modalidades autônomas, etc.

39 Ver Jank e Neves (2009).

de atividades, mas estas exigem também maior atenção, esforço e utilização de técnicas e aparelhos mais sofisticados.

Dirigentes sindicais alegaram que tem se tornado comum trabalhadores passarem a cortar cana crua, principalmente devido à proibição da queimada (ENTREVISTA STR DOBRADA, 2012). As canas que, de alguma forma, não conseguem ser cortadas pelas colheitadeiras – seja pela declividade do terreno, ou pela própria qualidade da cana, a cana “tombada” – ficam sob a incumbência dos cortadores manuais que acompanham a máquina retocando o trabalho de corte. Em geral estes também passam a reclamar da atividade, posto que a cana crua demora mais a ser cortada, o que implica em menor remuneração pelo período trabalhado.

Silva (2011) também menciona a existência, ou ampliação, de outras inserções na colheita da cana-de-açúcar abertas com o advento da mecanização, entre os quais temos trabalhadoras (segundo a autora, predominantemente mulheres), cuja tarefa consiste em catar pedras que possam vir a danificar as colheitadeiras *in loco*. São as chamadas *faxineiras* do canavial (SILVA, 2011). As chamadas “bituqueiras”⁴⁰ e “trabalhadoras da perca”⁴¹, segundo a autora, também seriam mulheres em sua maioria.

Para Scopinho et al. (1999), esses novos postos de trabalho estariam sendo preenchidos todos por trabalhadores moradores da própria localidade, enquanto que, Silva (2011) descreve as “bituqueiras” como sendo, em sua maioria, esposas de trabalhadores migrantes, podendo sinalizar que a mecanização por si só não interrompe padrões migratórios anteriores, mas os recoloca como objetos a serem melhor investigados. Numa entrevista com um dos representantes do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), instituição da Igreja Católica fundada para dar apoio e auxílio aos trabalhadores da cana-de-açúcar, foi ressaltada a tendência dos trabalhadores migrantes a se estabelecerem aos poucos nas cidades do entorno, trazendo parte da família. Muitas das esposas de migrantes configurariam as “trabalhadoras da perca”, as “bituqueiras” ou as “faixineiras” que catam pedra (ENTREVISTA SPM, 2012).

Ao contrário do argumento bastante difundido de que a mecanização “humaniza” o trabalho no eito da cana (JANK & NAPPO, 2009; BRASIL, 2012b), os achados de Silva (2011), bem como os relatos colhidos em campo, permitem sugerir que não só o trabalho

40 As bituqueiras ou bituqueiros são os trabalhadores manuais cuja tarefa consiste em recolher restos de cana que caíam fora dos caminhões transportadores, os “transbordos”. Também têm a incumbência de cortar canas eventualmente deixadas pelas máquinas.

41 As trabalhadoras da perca tem a tarefa de retocar trabalhos deixados pelos cortadores manuais ou trabalhadores dedicados ao plantio do tolete de cana-de-açúcar.

manual ainda se faz significativamente necessário para a cana-de-açúcar – e certamente será ainda por um longo período – como também continua tendo a marca da precariedade, assim como também sinalizam a reprodução da exploração do trabalho sob novas formas. O trabalho manual na atual configuração produtiva, crescentemente mecanizada, recoloca-se, em novos termos. Subsistem as velhas formas de emprego, ao passo que novas formas de trabalho se esboçam e são experimentadas no interior dos canaviais paulistas.

No entanto ainda são poucos os estudos que focam nessas novas categorias de trabalhadores inauguradas com o advento da mecanização (SCOPINHO et al., 1999; SILVA, 2011). Nesta tarefa, profundamente modificada, temos também a presença dos próprios tratoristas, dos mecânicos, de condutores de caminhões tanque (de água ou combustível), dos operadores de maquinários (terceirizados ou não) ⁴².

3.1.2 As operações de corte, colheita e transporte (CCT)

Se para sobreviver aos anos 90, principalmente por conta da desregulamentação e a “saída” do Estado, o setor sucroalcooleiro se viu forçado a adotar novas formas de organizar e gerir não só o processo produtivo, mas principalmente sua relação com os outros elos da cadeia produtiva, nos últimos cinco a seis anos o cenário consolidado a partir da ampla internacionalização aponta para outras estratégias de gestão e utilização da força de trabalho e dos novos (e antigos) atores que compõe o universo produtivo da cana-de-açúcar. Pensar a forma de se produzir cana-de-açúcar, no atual contexto canavieiro brasileiro, implica necessariamente em considerar os novos atores empresariais, suas estratégias e novos padrões implementados diante deste novo cenário.

No contexto de altos índices de fusões e aquisições e centralização por parte das principais empresas e grupos dedicados à atividade sucroalcooleira, percebe-se, inclusive, a compra de unidades agroindustriais seguidas de sua desativação como parte de estratégias centralizadoras dos grupos compradores, como componentes de novas estratégias de estruturação e governabilidade das empresas no setor sucroalcooleiro nacional. O grupo Raízen, por exemplo, comprou e desativou uma unidade agroindustrial perto do município de

42 Na época da safra, as empresas mecanizadas promovem jornadas de corte que chegam a 15 horas seguidas por tratoristas, enquanto a própria colhedeira fica ligada 24 horas por dia, visando colher o maior volume possível de matéria prima. Mecânicos, combustíveis e eventuais ferramentas e peças são levadas a campo, para eventual utilização, visibilizando a estratégia de utilização dos maquinários em tempo integral.

Matão, interior do Estado de São Paulo, demitindo parte significativa dos trabalhadores ali empregados, transportando as peças para ampliar o parque produtivo de outra usina na região de Ribeirão Preto⁴³.

Uma das novas tendências que se coloca diante do cenário exposto é a terceirização das etapas de corte, carregamento e transporte (CCT). Para Mundo Neto (2012, p. 182), diante do cenário de fortes investimentos e novas estratégias de caráter financeiro, a tendência de terceirização de certas etapas produtivas “é uma estratégia que possibilita a liberação de recursos que, de outra forma, estariam imobilizados nos ativos necessários à colheita mecanizada, para serem investidos em outras atividades mais rentáveis”.

Grandes empresas dedicadas à colheita e logística da matéria prima despontam na atualidade, principalmente a partir de 2008. A Cosan, por exemplo, terceirizou suas operações de CCT em algumas de suas áreas para empresas como a Júlio Simões e a Gafor nos anos recentes. Dados recolhidos junto às empresas de CCT permitem afirmar que os gastos agroindustriais com o processo de corte, colheita e transporte giram em torno de 30-40% dos gastos totais de produção, variando de acordo com a distância entre as áreas de plantio e as plantas industriais (CAMPO..., 2009; JULIO SIMÕES, 2012).

Em relação ao mercado de CCT, a empresa Júlio Simões (JS), em seu penúltimo relatório empresarial (biênio 2009-10), por exemplo, afirma ter celebrado contratos em torno de R\$ 55 milhões só com empresas do setor sucroalcooleiro para realização de CCT. Para o biênio 2009-10, afirma ter alocado aproximadamente 60% de todo o investimento na aquisição de novos maquinários, colheitadeiras e caminhões, apostando na expansão da atividade terceirizada, dando atenção especial às operações de CCT.

Para o biênio de 2011-12, a JS investiu mais de R\$ 800 milhões em suas atividades totais, dos quais um valor próximo a 75% foi reservado para compra de novos maquinários, incluídos aí os de CCT. Afirma também ter 25% da estimativa de sua receita bruta derivada de atividades de gestão e terceirização de frotas no biênio de 2011-12 (JÚLIO SIMÕES, 2012). Entre os clientes da JS estão a Cosan, a Clealco – sendo estas duas no estado de São Paulo – e a ETH Bioenergia, com contratos em algumas de suas unidades produtivas em Goiás.

43 Entrevista realizada com dirigente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Dobrada, agosto de 2012.

Outras empresas do ramo de terceirização e logística que lideram o cenário sucroalcooleiro nacional são a Ouro Verde, que presta serviços também para a ETH Bioenergia, no estado de Mato Grosso do Sul, a Gafor, que tem como uma de suas clientes também a Cosan. Outras empresas também mencionadas para atividades de CCT são a Binotto e a Luft Agro.

O avanço do corte mecanizado e seus atores, processo atrelado à remodelação da estrutura empresarial e suas metas nos últimos anos, que apontam para o aumento da tendência da terceirização, coloca novos desafios tanto para a compreensão da forma de ser do trabalho bem como para a atuação de organizações de representação e organização dos trabalhadores. A emergência de novos atores, inclusive dentro do próprio processo produtivo, recoloca a necessidade de se avaliar o rumo dos distintos segmentos envolvidos na dinâmica produtiva deste setor brasileiro.

Por outro lado, tais dados nos mostram que, enquanto tendência, a terceirização das operações de CCT figura como estratégia importante para as principais empresas do setor. Estas, por sua vez, agremiadas em torno da UNICA, figuram como as principais difusoras de novas práticas e formas de organização para outras grandes e médias empresas sucroalcooleiras brasileiras (MUNDO NETO, 2012).

A emergência de novas formas de ser trabalhador diante do corte mecanizado e a tendência crescente de expansão de firmas especializadas em CCT ainda tem sido pouco estudada. No entanto, o que o cenário exposto nos permite afirmar é que a “humanização” do trabalho, conforme defendida pelo Compromisso Nacional (BRASIL, 2012b), guarda pouca relação com essa nova “forma de ser” que se esboça nos canaviais das empresas de ponta do setor sucroalcooleiro. Ou, dito de outro modo, o Compromisso Nacional parece não considerar estas novas configurações como pontos passíveis de serem resolvidos ou discutidos. Caberia, portanto, considerar a diversidade de atores agora inclusos no mercado de trabalho canavieiro. A emergência do corte mecanizado coloca novas formas de trabalho, bem como novas formas de utilização dos trabalhadores ainda pouco conhecidas e analisadas, inclusive pelos próprios protagonistas políticos aqui analisados.

Ainda que fortemente influenciada por referenciais teóricos concebidos em formações sociais anglo-saxãs, desconsiderando, portanto, certas especificidades brasileiras para se pensar o mundo do trabalho, as teorias que relacionam terceirização dos postos com

precarização do trabalho, representadas no Brasil principalmente por Antunes (1995; 2006; 2011), colocam sugestivos caminhos de pesquisa e pontos futuros de investigação: a relação entre empresas terceirizadas e seus trabalhadores, num contexto de maior competição das empresas sucroalcooleiras e diminuição dos seus custos operacionais.

Os impactos dessa nova configuração do trabalho para a estrutura sindical também são pouco conhecidos. Aqui, pretendemos somente sinalizar a emergência de um conjunto de atores que passam a se movimentar, através de estratégias distintas e particulares, num contexto onde se regulamentam, publicamente, os marcos da gestão do trabalho na cana-de-açúcar. A “humanização do trabalho” instaurada através do Compromisso guarda pouca ou nenhuma relação com o cenário brevemente delineado acima. Conforme salientado anteriormente, somos obrigados a atentar que enquanto praticantes de novas modalidades de emprego e utilização do trabalho de cortadores (sejam manuais ou mecânicos), as firmas sucroalcooleiras parecem se beneficiar deste descompasso entre o que é acordado e o que é praticado.

Observamos, portanto, um descompasso entre a concepção de trabalho desumano enquanto problema a ser tratado pelo pacto e as práticas trabalhistas postas em marcha pelas principais empresas sucroalcooleiras brasileiras. Retomamos, portanto, a noção de “convergência perversa”, conforme Dagnino (2004). Para a autora, analisando os múltiplos sentidos atribuídos a “participação social” durante o processo de abertura econômica e reestruturação do Estado brasileiro durante os anos 90, a perversidade estaria no fato de que a reivindicação (já antiga) por participação social era atendida através de uma subordinação do Estado aos ditames neoliberais, o que implicava numa diminuição do aparelho estatal, que passava para a iniciativa privada parte de suas atribuições. Deste modo, a perversidade estaria no fato de que determinada reivindicação era atendida através da efetivação de um determinado modelo de organização estatal. Dito de outro modo, a perversidade estaria no fato de que a mesma solução ao problema proposto (ampliação das instâncias participativas da sociedade junto às tarefas estatais) guardava significados distintos para os diferentes atores do debate.

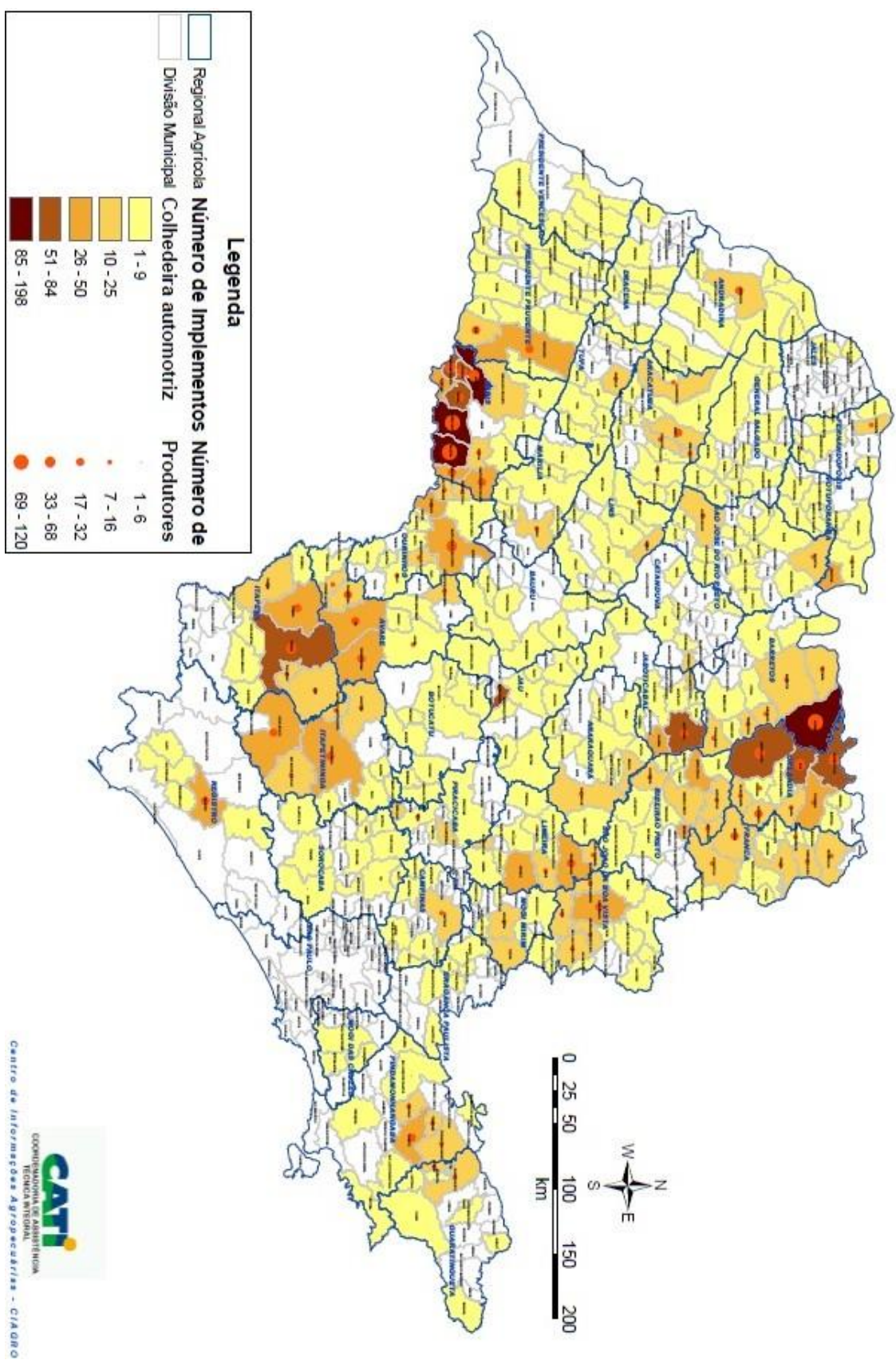
O debate sobre o fim do trabalho precário e intenso na cana-de-açúcar, a nosso ver, guarda certas semelhanças, posto que sua resolução parece significar coisas diferentes para empresários, governo e sindicalistas. A efetivação de novas formas de trabalho, contratação e até mesmo terceirização do corte, colheita e transporte parece motivar a prática empresarial. A

contratação direta do trabalhador, por exemplo, parece significar coisas distintas para empresários e sindicalistas.

3.1.3 Difusão da mecanização em São Paulo

Thomaz Jr. (1996) afirma que a difusão de tecnologias dentro do setor sucroalcooleiro brasileiro é assimétrica, posto que há diferenciações sociais, econômicas e até mesmo na capacidade de influência e organização dos diversos produtores que contribuem para a produção nacional da cana-de-açúcar. Uma sistematização sobre a difusão de maquinários para o Estado de São Paulo, elaborada a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Agricultura do Governo do Estado (SEPLAN/SAA, 2008), nos permite visualizar a distribuição dos equipamentos nas diferentes mesorregiões:

Distribuição espacial das máquinas, implementos e equipamentos, 2007/2008



Como podemos observar na figura acima, diversos são os municípios que não dispõem de um número significativo de colhedores mecânicos. Podemos observar também que a presença predomina no noroeste paulista, Nas divisões regionais de Orlândia, Itapeva, Barretos e Presidente Prudente. A difusão da tecnologia atual de corte mecanizado também é inviável em regiões como o nordeste brasileiro, por exemplo, e certos municípios do interior de São Paulo. De forma geral, as informações contidas no mapa nos permitem dar significado a notícias atuais de desrespeito à legislação trabalhista nos limites da agricultura paulista. As implicações desta distribuição assimétrica de maquinários para a colheita de cana-de-açúcar pode se traduzir em manutenção da utilização de trabalhadores manuais em diversas regiões, seja por conta de limitações oriundas de acentuada declividade, ou mesmo por limitações de acesso a recursos para viabilizar a colheita mecânica.

Entre 2010 e 2012, foram noticiados casos de algumas usinas que, mesmo sendo certificadas como exemplares, de acordo com o Compromisso Nacional, não atenderam aos requisitos mínimos contidos no pacto, ou mesmo desrespeitaram a legislação trabalhista. Um exemplo é a usina Decasa, que em janeiro de 2013, encontrava-se sob greve de seus trabalhadores, a mando do STR de Presidente Venceslau⁴⁴. “À mando” como uma categoria datada, categoria patronal!

Podem ser encontrados outros casos similares de conflitos entre empresas e seus trabalhadores, igualmente certificadas como ‘socialmente exemplares’ de acordo com o selo criado pelo Compromisso Nacional. Alguns exemplos são a Usina Triálcool, do grupo João Lyra, em Minas Gerais, a Biosev⁴⁵ de São Paulo e a Vale Verde, no Mato Grosso do Sul, todas certificadas como empresas socialmente responsáveis, mas autuadas pelos mecanismos públicos de fiscalização, pelo não cumprimento de direitos trabalhistas etc.

Nos limites do Compromisso Nacional caberia ressaltar que o alvo do pactuado é somente o trabalhador manual, num universo de outros trabalhadores e novas formas de apropriação do trabalho manual que emergem como tendência, principalmente a partir das

44 Disponível em www.g1.com.br/economia/agronegocios/noticias/2013/01/crise-provoca-problemas-usinas-de-cana-de-acucar-de-sp-e-go.html. Acesso em 29 jan. 2013.

45 A Biosev é uma empresa resultante da venda do grupo Santa Elisa Vale – antes pertencentes à família Biaggi e outro tradicional grupo paulista – para a Louis Dreyfus Commodities (LDC). A Biosev conta com 13 usinas e um terminal portuário em São Paulo (REPORTER BRASIL, 2012).

próprias firmas que resolvem pactuar o acordo em questão. Também, como vimos, o pacto se propõe nacional, mas não se estende à totalidade das regiões brasileiras produtoras de cana-de-açúcar.

3.2 A Metodologia de Trabalho

Outro desdobramento do Compromisso Nacional é a criação de uma comissão, cujos membros podem ser visualizados no Quadro 6, denominada Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional, como forma de acompanhamento dos resultados e das tramitações dos pedidos de certificação junto à SGPR. A fiscalização foi atribuída a quatro empresas de consultoria independentes, através de um edital de chamada pública, o Edital 01/2011 SGPR. As empresas são a Deloitte Touche, KPMG, Ernest e Young Terco e Uhy Moreira Auditores.

Em março de 2011, Contag e Feraesp, juntamente com os outros membros da Comissão, dão início a um projeto piloto de auditoria das empresas a serem certificadas, que serviria como teste para as realizações certificatórias futuras (CAMPOS, 2010). Desta experiência resulta a elaboração de uma metodologia a ser seguida pelas empresas auditoras, conforme explicitado na chamada pública, o Edital 01/2011 da SGPR, que regulamenta o processo de contratação das empresas de auditoria independentes.

Além de estabelecer os critérios da seleção e as etapas necessárias para as empresas candidatas ao posto de auditoras do Compromisso Nacional, a própria chamada pública condiciona a atuação das empresas de consultoria à aplicação do questionário elaborado e estabelecido pela Comissão Nacional⁴⁶.

Alguns pontos podem ser apresentados visando uma problematização da forma pela qual se optou avaliar as empresas candidatas ao selo de “empresa socialmente responsável”. O primeiro deles diz respeito à forma de avaliação escolhida para a comprovação da maioria dos critérios estabelecidos pelo Compromisso. Para a maioria dos itens avaliados pelas empresas de auditoria, a comprovação fica a cargo de documentos apresentados pela própria empresa candidata durante o ato da auditoria, em sua maioria pedidos antecipadamente à visita

⁴⁶ A metodologia/questionário apresentada na chamada pública em questão pode ser visualizada no Anexo E, ao fim deste trabalho.

procedimental da empresa auditora. Conforme explicitado no edital, os custos com as operações de auditoria privada ficam a cargo da solicitante.

No que diz respeito à forma de comprovação dos itens acordados, chama a atenção a fragilidade dos “mecanismos de fiscalização” (BRASIL, 2011) de alguns dos quesitos averiguados, como por exemplo, os mecanismos adotados para a comprovação de boa empregabilidade nos itens relativos à contratação direta dos trabalhadores para as atividades de plantio e colheita: “MECANISMO DE VERIFICAÇÃO – 1) Solicitação Prévia: **Por amostragem, contratos de trabalho, folha de pagamento e relação atual dos empregados. 2) Entrevista com trabalhadores**” (BRASIL, 2011; 2012, grifos nossos).

O mesmo se dá, por exemplo, nos quesitos relativos à contratação de trabalhadores migrantes, acordo sobre aferição da cana cortada, entrega de equipamentos de proteção individual (EPIs), realização de pausas durante a jornada de trabalho, não cobrança dos transportes para traslado no/para o trabalho, entrega de recipiente térmico para as marmitas etc., que são fiscalizados a partir da apresentação da empresa solicitante de documentos assinados que confirmem as “boas práticas”. Como forma complementar, em certos quesitos, o questionário também prevê a entrevista com trabalhadores e médicos, principalmente nos casos relativos à saúde e medicina no trabalho.

A este respeito, em procedimento jurídico recente, o Ministério Público de Araraquara (MPA) questiona a metodologia de conformidade deliberada pela Comissão Nacional, por não consultar a existência de processos findos e/ou em andamento junto ao Judiciário (MPA, 2012). Segundo o documento, a auditoria, desta forma, “desconsidera eventuais descumprimentos legais, antes ou durante a avaliação” (p. 23). Em pronunciamentos sobre o fato, membros tanto do executivo como do empresariado respondem em nome não da substituição de atribuições (que o Compromisso não substitui a fiscalização por parte de órgãos competentes), mas da sobreposição de instâncias de fiscalização para com o trabalho, quando não de “premiação” daqueles que se destacam pelo cumprimento de “boas práticas” trabalhistas, através das novas instâncias criadas (idem).

Analisando o caso de sete usinas da região da mesorregião de Ribeirão Preto certificadas como socialmente responsáveis de acordo com o Compromisso Nacional, o Ministério Público de Araraquara (MPA) trouxe à tona alguns casos que merecem atenção para pensar eventuais descompassos entre a forma escolhida para atribuir conformidade e as “boas práticas” de fato praticadas.

Todas as empresas certificadas pelo Compromisso e averiguadas pelo MPA apresentavam diversos processos, ainda em tramitação no judiciário, por descumprimento das leis trabalhistas. Foram averiguadas as Usina Maloso, de Itápolis; Raízen (unidade Araraquara); Usina Ipiranga, município de Descalvados, Usina São José da Estívia, também de Itápolis; Raízen (unidade Ibaté); Usina Santa Fé, de Nova Europa; e por fim a Usina Santa Cruz.

Segundo o MPA, haveria descompasso entre o que é atestado pelos critérios estabelecidos pela metodologia do Compromisso e a dinâmica real da utilização de trabalhadores pelas empresas em questão. Um exemplo pode ser buscado em outros levantamentos elaborados no último ano. Segundo uma reportagem no site da CUT⁴⁷, quase metade das usinas certificadas respondiam, em 2012, algum tipo de inquérito judicial devido a autuações da fiscalização do Ministério de Trabalho e Emprego.

De toda forma, todo o procedimento de constituição da metodologia foi ressaltado pela mídia e pelos participantes como desdobramentos de uma arena que se pretendia democrática, aberta e disposta ao diálogo. No entanto, devido ao infortúnio de não poder entrevistar as principais lideranças empresariais e sindicais, pouco podemos afirmar sobre eventuais disputas de agenda ou pontos a serem considerados no momento da avaliação das empresas de auditoria. Entretanto, identificamos que tanto aquilo que é contemplado pela metodologia, bem como a forma de comprová-los, estão sujeitos, ainda, a uma grande margem de práticas comumente postas em andamento na atividade. Trataremos mais desta questão no próximo capítulo.

Aqui nos limitamos a discutir a forma pela qual se optou acompanhar as empresas solicitantes da certificação pelo Compromisso, bem como os critérios que decidem se a solicitante é ou não uma “empresa compromissada”. À Comissão Nacional, cabia a tarefa de considerar os critérios tidos como exemplares a serem considerados pelas empresas especializadas em auditoria. Estas, quando analisadas, mostraram amplo conhecimento e atuação no mercado sucroculor. Pesquisas nos permitiram observar a atuação prévia de todas as empresas que constam como auditoras do Compromisso Nacional em demonstrações financeiras de grandes empresas sucroalcooleiras, em acompanhamentos de desempenho, elaboração de balanços contábeis etc.

47 Reportagem intitulada “Denúncias trabalhistas atingem mais de um terço das usinas de cana com selo de empresa responsável” (disponível em www.cut.org.br/agencia-de-noticias-49141/denuncias-trabalhistas-atingem-mais-de-um-terco-das-usinas-de-cana-com-selo-de-empresa-responsavel acesso em novembro de 2012.)

A Deloitte Touche, por exemplo, tinha como cliente a Biosev⁴⁸ elaborando demonstrações financeiras sobre os exercícios da empresa para os anos 2010, 2011 e 2012. A Deloitte também tem como clientes a própria Louis Dreyfus, a Usina Noroeste Paulista e a Usina Monte Alegre, bem como a Cosan. A Uhy Moreira, por sua vez, prestava serviços para a Usina Caeté, Coruripe, Grupo Carlos Lyra, Adecoagro, Centrolcool, Cocal e Bioenergia do Brasil. Várias das empresas consultadas prestavam serviços de natureza distinta à fiscalização proposta pelo Compromisso, mesmo na vigência do processo de auditoria das empresas perante o pacto tripartite. Pouco sabemos das empresas fiscalizadas e as respectivas auditoras, além das que constam nos processos instaurados pelo Ministério Público ou pelo relato dos atores entrevistados. No entanto, chama atenção o fato das empresas de auditorias contratadas terem ampla experiência no setor sucroalcooleiro, mantendo, inclusive, contratos de outra natureza vigentes com diversas usinas da atividade durante a outorga de selos de “empresas responsáveis”.

Neste sentido, outro ponto interessante visualizado nas pesquisas sobre as empresas auditoras diz respeito ao trânsito de profissionais junto a grupos empresariais sucroalcooleiros, como visualizado no Quadro abaixo.

Quadro 8 - Trânsito de profissionais entre grupos empresariais sucroalcooleiros e empresas auditoras do Compromisso Nacional.

Empresa Auditoria	Trânsito de profissionais dentre empresas de auditoria e empresas sucroalcooleiras
KPMG	Maria Motta Lamoca Torres foi consultora da KPMG entre 2007 e 2008, sendo no mesmo ano contratada como coordenadora do setor fiscal da ETH Bioenergia (Odebrecht). Jorge Lopes trabalhou na Usina Cerradinho Açúcar e Alcool S/A. entre 2004 e 2006. Entre 2007 e 2009 trabalha na Nardini Agroindustrial Açúcar e Alcool. Entre 2009 e 2011 é auditor externo da KPMG. Marcelo Biancolini é auditor da KPMG de 1996 a 2003, tornando-se Gerente Corporativo de Custos e Orçamento no Grupo Farias entre 2006 e 2007. É também Gerente Administrativo e Financeiro do Grupo Equipav entre 2007 e 2009. Alexandre Martins Lucas é Gerente de Auditoria da KPMG entre 2011 e 2012, sendo anteriormente Supervisor Contábil e Fiscal na Paraíso Bioenergia (2010-11) e Controllet na Gaia Energia e Participações (Bertin Energia), entre 2006 e 2010.
Deloitte Touche	O atual Auditor Assistente, Guilherme Ribão Luz, foi estagiário da Clealco em 2011.
Ernst e Young	Renê Nobre Marafante foi sênior de Auditoria da Ernst e Young entre 2005 e 2008, tornando Gerente de Auditoria da mesma empresa entre 2008 e 2010. Entre 2010 e 2011 tornou-se gerente da KPMG no atendimento a clientes no ramo de açúcar, álcool e agronegócio. A partir de 2011 até os dias atuais tornou-se Analista sênior do Grupo São Martinho.
Uhy Moreira	

48 Pertencente à Louis Dreyfus Commodities.

Nota-se grande mobilidade de profissionais entre as empresas de auditoria e as firmas do setor sucroalcooleiro, bem como uma significativa relação entre ambos os setores. O trânsito de profissionais parece acometer todos os setores das empresas de auditoria, desde os auditores propriamente ditos, até funcionários de outros ramos das empresas analisadas. Cabe mencionar que três das empresas auditoras do Compromisso, juntas, dominam mais da metade do mercado de auditorias privadas, sendo também retratado o caso de fusões, aquisições e participações acionárias entre elas⁴⁹. Como argumentamos anteriormente, partindo das premissas de Palmeira (1994) e Bezerra (1995 e 1999), as relações de intenso trânsito e permuta entre os profissionais, visualizada entre firmas de auditoria e empresas sucroalcooleiras, nos permitem sugerir as diversas relações de parceria, amizade, indicação e beneficiamento à particulares possivelmente desenvolvidas entre as partes. Mais do que simplesmente argumentar em favor da inviabilidade das auditorias em garantir uma fiscalização imparcial, damos destaque às relações interpessoais como ordenadoras dos resultados das auditorias. Atribuir à fiscalização acerca dos pontos pactuados a empresas de auditorias já experientes neste ramo, cujos funcionários parece guardar grande acúmulo de capital social e político entre empresas sucroalcooleiras, parece dar margem à um conjunto de favorecimentos para se pensar a efetividade ao Compromisso Nacional.

A este cenário de intenso trânsito de profissionais entre usinas, somado à relação de clientela verificada entre as mesmas para os anos de vigência do processo de auditoria, acrescentaremos informações mais à frente sobre o próprio processo de fiscalização.

3.3 Mais de Uma Certificação

Como já visto nas sessões anteriores, o debate sobre as condições degradantes de trabalho na lida com a produção de cana-de-açúcar motivou um conjunto de atores a visibilizar tais condições através de um sem-número de iniciativas, pressionando pela conformação de uma arena tripartite por parte do Governo Federal para resolver a problemática.

⁴⁹ Disponível em www.analisedebalanco.blogspot.com.br/2010/11/concentracao-em-auditoria.html. Acesso em jan. 2013.

Todavia, o debate sobre as condições de trabalho na cana mereceu atenção por parte do executivo, através de seus diversos canais, não somente através do Compromisso Nacional. Enquanto a elaboração do pacto nacional da cana ficou a cargo da SGPR, outras instâncias do governo ficaram encarregadas de contribuir para o projeto de promoção internacional do etanol, como o Zoneamento Agroecológico (através do Ministério do Meio Ambiente, MMA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa), bem como a elaboração de mecanismos internacionalmente reconhecidos de certificação do etanol, visando sobretudo sua inserção em outros países, que ficou à cargo do Ministério da Indústria e Comércio (MIC).

Através da pesquisa junto às instituições governamentais vinculadas ao cenário de promoção do setor sucroalcooleiro nacional, pudemos observar o esforço coordenado, visando garantir as condições necessárias para todo o processo de consolidação de um mercado global de etanol, criando marcos, regulamentações, estabelecendo parâmetros para a expansão da cultura de forma considerada ambientalmente segura.

Especificamente sobre a comercialização do etanol brasileiro em outras nações, ganha destaque o esforço do Executivo em criar as condições propícias a tal entrada. Em 2007, considerado um ano de intensos debates e movimentações políticas em torno das boas perspectivas de promoção do etanol, o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), responsável também pelo estabelecimento de níveis mínimos de qualidade exigidos para a comercialização de diversos produtos, inaugura o Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis (PBCB). Naquele momento, o PBCB se propunha a estabelecer um amplo diálogo com os distintos setores da sociedade relacionados com a temática dos agrocombustíveis e seus impactos.

Especificamente nos limites do PBCB, em 23 de julho de 2007, em Xerém – RJ, o Inmetro promove o I Painel Setorial Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis: a perspectiva do sistema produtivo, Painel voltado à construção de um diálogo entre os diferentes entes que compõe o processo de produção, comercialização e acreditação deste novo produto nacional visando, sobretudo, colher impressões e contribuições que pudessem culminar numa certificação que “divulgue e auxilie na conformidade e venda do etanol brasileiro” (INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA, 2007).

O Painel conta, como expositores, com Délcio Rodrigues (Vitae Civilis⁵⁰), Paulo de Tarso (Petrobrás), Rosemary França (SGS do Brasil⁵¹), Tatiana Deane (Embrapa), José Feliz da Silva Jr. (UNICA e COPERSUCAR), Carlos Gastaldon (BNDES), Paulo Costa (*International Ethanol Trade Association*, IETA⁵²), Pedro Buzatto (Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT⁵³), Luiz Cortes (UNICAMP) e Inmetro (MIC).

A consulta às apresentações e falas proferidas durante o Painel permitiu identificar a ênfase de discussões em torno de índices, métodos e exigências técnicas a serem consideradas para uma certificação viável do etanol brasileiro, viabilizando sua entrada no comércio mundial, respeitando a normas técnicas e socioambientais requeridas pelas agências internacionais de reconhecimento e acreditação. Cada entidade a seu modo, todas exibiam as contribuições para se pensar a internacionalização do etanol brasileiro. O debate sobre a temática trabalhista aparece, de forma distintas, em apenas dois conferencistas, a de Rosemary França (SGS Brasil) e Délcio Rodrigues (Vitae Civilis).

No caso da SGS, a menção à “conformidade social” guardou maior relação com a necessidade de garantir transparência da produção diante de um contexto de mercado globalizado, bem como a importância de um processo de acreditação para melhorar a imagem de cadeias e de produtos e, consequentemente, a eficiência empresarial (INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA, 2007). No caso da Vitae Civilis, as contribuições vieram no sentido de ampliar eventuais lacunas deixadas de fora na proposta de um marco para a certificação técnica do etanol brasileiro. A ONG em questão salientava que o debate deveria contemplar a criação de mecanismos que garantissem uma expansão da produção associada aos bons tratos junto aos trabalhadores e o cumprimento da legislação trabalhista.

Aproximadamente um ano depois, em 2008, outro seminário é formado para apresentar a proposta de certificação do etanol, certificação que contemplaria os aspectos

50 ONG dedicada à temática dos impactos ambientais.

51 Empresa multinacional especialista em consultoria, auditoria e mecanismos de acreditação e certificação de conformidade.

52 Associação de grandes empresas do setor sucroalcooleiro (p.ex. Cosan, Crystalsev, Biosev, Bunge, Noble, etc) e outras empresas dedicadas à comércio de transporte de commodities. Petrobrás também está presente, assim como a empresa Brasil Japão Bioenergia (onde a Petrobrás é acionista para a produção de etanol).

ambientais, sociais e técnicos, visando ampla aceitação e padronização da produção nacional. Em termos gerais, os critérios “sociais” do marco de acreditação elaborado pelo Inmetro comportam uma quantidade maior de pontos a serem atentados e cumpridos pelos exportadores do que aquele contemplado pelo Compromisso Nacional. A atribuição de conformidade ao etanol passa a estar condicionada ao cumprimento de um conjunto de leis trabalhistas, à fiscalização dos fornecedores, à relação da empresa com as comunidades do entorno, a práticas de valorização dos trabalhadores, a implementação de saúde e segurança no trabalho, dentre outros.

No entanto, nos materiais consultados não fica evidente a forma pela qual o cumprimento de tais pontos é comprovado durante as etapas de certificação pelo Inmetro. Aqui gostaríamos de chamar atenção para o fato de haver, concomitantemente ao Compromisso, a existência de outra certificação, internacionalmente reconhecida e acreditada, nitidamente dirigida à comercialização do etanol, condicionando a venda do produto ao cumprimento de um conjunto maior e mais amplo de exigências trabalhistas. A certificação do Inmetro é elaborada no mesmo contexto que o Compromisso Nacional, no mesmo intervalo de tempo. Coexistem, portanto, duas instituições específicas que, em tese, teriam a mesma finalidade, atribuir “conformidade social” à produção nacional de etanol, ainda que para a certificação do Inmetro outros parâmetros sejam também considerados.

Nos debates relativos à elaboração do parâmetro em questão, por várias vezes é mencionada a reputação ruim atribuída à produção brasileira de agrocombustíveis. Para a SGS, a conformidade ofereceria confiança ao mercado por atestar as novas estratégias adotadas pela/para a produção de etanol no país. Para a Vitae Civilis, a produção brasileira de cana-de-açúcar se assentaria em trabalho escravo.

Segundo outros atores participantes, o setor teria uma imagem ruim, também associada a *lobbys*. Para outros, a problemática da atribuição de conformidade diz respeito não só a mudanças de estratégias empresariais, mas diz respeito também às estratégias de investimento do Estado, em ampliar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que aumentem a eficiência ambiental, social e econômica do setor sucroalcooleiro. Empresários e membros do governo, na época, posicionavam-se em espaços como estes, criados para dar suporte ao etanol nacional.

Em função da percepção interna/externa sobre os impactos diversos da lavoura canavieira no país, Luiz Cortes, professor da Unicamp, sugere a estratégia de certificar o etanol “primeiro internamente, vendo o que é melhor para nós” (INSTITUTO NACIONAL

DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA, 2007). Para o acadêmico, o setor teria uma imagem ruim e, dessa forma – atribuindo conformidade primeiramente no âmbito interno – “desenvolvermos reputação” passa a ser a ênfase da certificação sugerida. Para ele, no entanto, com a certificação “o que não se deseja é criar um problema maior do que o que está tentando resolver” (INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA, 2007)

De uma forma geral não há como separar os intentos governamentais em criar instâncias de resolução dos conflitos na cana-de-açúcar do próprio processo de promoção (inter)nacional do etanol. Vemos a criação de mecanismos diversos de promoção do agrocombustível, como eventos, seminários, apoios institucionais, pesquisas em desenvolvimento de tecnologias e logísticas, bem como a criação de uma extensa rede de suporte diplomático, político, econômico e inclusive legislativo para o setor em expansão.

A criação de um marco de conformidade que viesse possibilitar a penetração do etanol em outros mercados consumidores, observando critérios internacionais de qualidade exigida do produto, é apenas mais uma das etapas para a inserção brasileira no contexto do mercado globalizado. Especificamente sobre o universo do trabalho na atividade canavieira durante o período, percebem-se, inclusive, medidas que, em tese, cumpririam a mesma função, como o Compromisso Nacional e a certificação socioambiental do Inmetro, ambas observando e condicionando a expansão do setor à perseguição de melhores práticas trabalhistas.

A última medida de certificação, no entanto, respalda e dá suporte à capilarização internacional do agrocombustível nacional, através de procedimentos, normatizações, criação de marcos para contornar eventuais barreiras técnicas no comércio internacional etc., tudo levado a cabo pelo próprio Inmetro, instância dedicada especificamente à padronização e acreditação da produção nacional, conforme normas e procedimentos internacionalmente reconhecidos.

Enquanto na certificação técnica dos órgãos de inspeção percebe-se, numa primeira aproximação, uma gama maior de critérios – através da exigência do cumprimento de número maior de exigências e leis trabalhistas, mesmo que pouco possamos afirmar sobre a fiscalização real de tais pontos – no pacto oriundo do Compromisso os termos são mais “flexíveis”, observando pontos já contemplados na maioria das leis vigentes no país.

Ainda que ambos se proponham a conformar as práticas trabalhistas no setor, são nitidamente diferentes no que diz respeito a seus termos e formas de elaboração. Na certificação para o comércio internacional, observa-se a participação de diversos órgãos

vinculados, em termos gerais, com a promoção internacional da atividade dos agrocombustíveis, como a ABNT, o Inmetro, a UNICA, a Petrobras e a Embrapa, cada uma dando suportes diferenciados para o processo de expansão da capacidade brasileira de produção e venda de etanol.

Ainda que este mecanismo de conformidade da produção nacional de etanol condicione, necessariamente, a certificação ao cumprimento da legislação trabalhista, sindicalistas contaram com participação apenas na elaboração do Compromisso Nacional. Não se observou a presença da CUT (Feraesp) ou da Contag como debatedoras e contribuintes para a elaboração dos marcos de acreditação do etanol via Inmetro.

Essa função equivalente de duas arenas, de dois mecanismos distintos, a nosso entender, pode guardar forte relação com a finalidade designada a cada uma, com o intento de melhoramento da imagem do setor, através da resolução conjunta entre empresários, governo e sindicalistas, tanto para a comunidade internacional, como também para a nacional.

A forma de resolução da problemática trabalhista para cada uma dessas instituições (Inmetro e Compromisso Nacional), no entanto, é diferenciada. Para a comunidade internacional, a garantia do cumprimento da legislação trabalhista e ambiental já dá conta de viabilizar o comércio do etanol. Já para a comunidade brasileira, especificamente para os atores que de alguma forma deram e dão maior atenção e fôlego à problemática trabalhista na cana-de-açúcar, a criação de um “marco” para o trabalho, através da incorporação de forças políticas representantes dos trabalhadores dá conta de emprestar legitimidade às decisões e, como mostramos, controlar e dar certa previsibilidade às suas atuações nos limites da atuação governamental.

A diferença entre o Compromisso Nacional e a normatização proposta pelo Inmetro, passa a ser então a incorporação das entidades representantes dos trabalhadores na gestão dos mecanismos inaugurados com o pacto tripartite, através de uma gestão conjunta dos dilemas e projetos para a atividade.

Sobre este aspecto, Offe (1989) argumenta que a participação das principais lideranças políticas de entidades como sindicatos, por exemplo, nestas novas arenas pode implicar em neutralização de eventuais críticas acerca do alcance das medidas estabelecidas a partir de uma gestão tripartite. Para o autor, a presença de representantes políticos dos trabalhadores acaba por emprestar legitimidade, mas também responsabilidade pelo cumprimento e não-cumprimento das medidas acordadas.

Se Takagi (2000 e 2002), Guanziroli (2007) e Golçalves Jr (et al., 2009) também atribuem importância à legitimidade destas arenas perante os atores envolvidos, que passam a ver nestes espaços *locus* de atuação válidos e importantes, Offe (1989) parece atentar para outra dimensão passível de ser desenvolvida ou acionada dentro de espaços tripartites, que é a dificuldade de contestação das decisões, mesmo por parte de membros políticos das organizações participantes. Por se tratar de um arranjo político composto pelos “líderes” de organizações políticas, presume-se que seus membros, de forma geral, compartilhem das decisões políticas tomadas por seus dirigentes. Ainda que não partamos do pressuposto ingênuo de uma homogeneidade ou de horizontalidade total dentro de instituições políticas, acreditamos que a participação de lideranças em acordos desta natureza possa implicar, em algum grau, em dificuldades na contestação de resultados eventualmente indesejáveis. Offe (1989), portanto, chama atenção para a dificuldade de emergência de eventuais oposições, já que as decisões passam a ser referendadas por lideranças das entidades envolvidas.

* * *

Neste capítulo pudemos apresentar alguns aspectos da forma do Compromisso Nacional. Seu conteúdo guarda forte referência ao debate do trabalho escravo, ao “gato” como o cerne da exploração do trabalho na cana-de-açúcar e na relação estabelecida entre mecanização e extinção do trabalho manual, na mecanização como “humanização” do trabalho na cana-de-açúcar. Pudemos observar também que a mecanização recoloca novas formas de ser trabalhador manual na cana-de-açúcar, assim como também cria novos postos de trabalho pouco conhecidos, como os tratoristas, os operadores de maquinários, os mecânicos etc., também pouco contemplados pelas discussões acerca das “boas práticas” trabalhistas.

Os dirigentes sindicais parecem perceber as insuficiências da Mesa e do Compromisso, ainda que de forma distinta de acordo com as respectivas entidades. Esperam que tal espaço consiga consolidar-se como mais uma arena legítima de interlocução com o governo, para onde passam encaminhar suas demandas e reivindicações acerca do (não)cumprimento das boas condições de trabalho acordadas. Além desta expectativa, vimos que a participação das entidades sindicais na Mesa implicou na não consideração de diversas exigências dos trabalhadores, tidas como “inaceitáveis”. Suas demandas e reivindicações tiveram de ser traduzidas para os planos mais gerais de atuação do governo nos marcos da

internacionalização do etanol. Todas as entidades sindicais também partem do suposto de que o próprio processo de desenvolvimento deve dar conta de “mitigar” os impactos nas condições de trabalho.

Com relações às distintas certificações do etanol nacional, cabe destacar que as duas aqui analisadas foram elaboradas e estruturadas institucionalmente de formas distintas, cabendo somente ao Compromisso Nacional a participação dos entes sindicais. Partimos do suposto de que a constituição da Mesa guarda maiores implicações para se pensar a movimentação política nacional acerca da problemática do trabalho na cana-de-açúcar.

Parece ter contado, como legitimador desta nova arena tripartite, a predisposição das entidades sindicais em participar destes novos espaços institucionais, vistos como propulsores e amplificadores potenciais de suas demandas, que passariam a ser consideradas – através da participação e da pressão organizada – nestas novas instâncias deliberativas. No entanto, conforme Offe (1989) chama a atenção, uma das racionalidades possíveis atribuídas a estes espaços é a do controle e ordenamento político das demandas que passam a compor a pauta de discussão e decisão, que como vimos também recaiu sobre governo e empresários, ainda que com diferentes medidas e intensidade.

Governos, empresários e trabalhadores, nesta racionalidade apresentada (OFFE, 1989), estão sujeitos a um processo de tradução de suas demandas, de forma a adequá-las ao projeto mais geral das políticas de Estado. No entanto, Offe (1989) ressalta o fato de que os impactos dessa racionalidade têm efeitos diferenciados de acordo com a natureza do ator. Trabalhadores e capitalistas teriam lógicas distintas de organização que, em última instância, seriam assimetricamente afetadas pelo processo de “tradução” potencialmente previsto na institucionalização. Também observamos que o processo de fiscalização, a cargo das empresas privadas de auditoria, comporta diversas relações interpessoais entre contratantes e contratadas. No próximo capítulo apresentaremos algumas constatações observadas junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e Sindicatos de Empregados Rurais (SERs) do interior paulista que podem auxiliar na compreensão de eventuais efeitos assimétricos da institucionalização para trabalhadores e representantes das empresas sucroalcooleiras. Apresentaremos também alguns descompassos observados para o processo de atestação de conformidade das empresas certificadas, questionando a capacidade do Compromisso Nacional em realmente estabelecer novos marcos e boas práticas trabalhistas.

CAPÍTULO IV: SEU ALCANCE.

Até aqui apresentamos o contexto de realização do Compromisso Nacional, as motivações para sua elaboração, as arenas e os espaços onde seus principais eixos foram definidos e algumas implicações destes processos. Mostramos também a existência de outras instancias que, através de diferentes formatos e composições, serviram igualmente para atestar a conformidade do etanol brasileiro, principalmente em termos dos bons tratos aos trabalhadores dedicados à sua produção. Também discutimos a reatualização das formas de atuação política e vínculos dos empresários sucroalcooleiros diante do contexto de reestruturação do mercado nacional, agora mais internacionalizado.

Nesse capítulo descreveremos alguns casos ocorridos em usinas canavieiras que nos permitam esboçar algumas conclusões sobre os limites e as potencialidades do pacto tripartite. Optamos pela apresentação desses dados aqui para manter certa coerência e organização das informações. Ressaltamos também que mais importante do que afirmar se o Compromisso “funcionou” ou “não funcionou”, é atentar para sinalizações, padrões e comportamentos dos atores durante sua execução que nos permitam salientar novidades e especificidades na forma de ser e agir dos distintos segmentos que atuaram nesta seara, como governo, empresários e trabalhadores.

Nos capítulos anteriores, pudemos discutir a forte reatualização dos vínculos entre empresários e Estado, através dos “homens de frente” das empresas. A novidade, neste caso está menos na relação de privilegiamento e forte interlocução com órgãos específicos do executivo, já antiga entre setores agroindustriais e Estado (BRUNO, 2009; PALMEIRA, 1994), mas sim na sua reatualização, através de empresas nacionais (fortemente reestruturadas) e estrangeiras e políticos e membros antigos do governo.

Discutimos também que as relações interpessoais também estão fortemente presente entre assessores, diretores e lideranças sindicais, principalmente da CUT, com o governo. Sua predisposição em planejar conjuntamente com o empresariado os rumos do desenvolvimento também foi trabalhado no capítulo anterior. Aqui, através da análise do efetivo cumprimento dos pontos pactuados, esperamos apresentar algumas reflexões que nos permitam sinalizar eventuais novidades percebidas para pensar o sindicalismo canavieiro, nos limites do pacto.

Em relação ao alcance dos pontos pactuados no Compromisso Nacional, chama atenção o fato da nova dinâmica de utilização do trabalho e dos trabalhadores engendrada pelos principais grupos de ponta no setor estar pouco contemplada nos pontos acordados

através da Mesa de Diálogo, como já afirmado anteriormente no presente trabalho. O exemplo da empresa Vale Verde, pertencente ao Grupo Farias, certificada pelo Compromisso Nacional, mostra eventuais novas formas de precariedade no trabalho pouco cobertas pelos termos pactuados.

A denúncia, verificada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2012, retrata um acidente ocorrido com um grupo de trabalhadores que carregava caminhões de cana, laborando no período da noite, dado o corte mecanizado que avança ininterruptamente por 24 horas na época da safra. Um dos equipamentos tombou. No acidente, um dos trabalhadores chegou a perder o polegar de uma das mãos. Outras autuações feitas para a mesma usina, na reportagem, mostram também o não respeito às pausas e horários de descanso, a obrigação de trabalhar em feriados e domingos, a prorrogação da jornada, e a alteração de cláusulas contratuais sem o consentimento dos trabalhadores (REPÓRTER BRASIL, 2012).

Outras infrações de usinas certificadas mostram casos de não oferecimento de EPIs, não pagamento de salários e outros benefícios, desrespeito ao tempo de parada, não interrupção das jornadas nos casos previstos pela legislação, não oferecimento de terceirização da contratação. Há casos de trabalhadores atropelados pelos maquinários, tombos, quedas, bem como novas cargas e prejuízos laborais decorrentes da nova inserção de trabalhadores manuais e motoristas (SCOPINHO, 2000).

As próprias usinas analisadas em maior detalhe no decorrer do trabalho, todas certificadas, apresentavam autuações por descumprimento da legislação trabalhista, bem como das “boas práticas” prevista pelo Compromisso Nacional.

Quadro 9 - Empresas certificadas e casos de descumprimento da legislação trabalhista vigente durante os anos de atribuição de conformidade, de acordo com o Compromisso Nacional (continua).

Empresas certificadas	Casos verificados de descumprimento da legislação trabalhista e pontos previstos no Compromisso Nacional.
Usina Ipiranga	Tramite desde 2011 no judiciário um processo em que a usina é acusada por não prever as pausas durante o trabalho, por não anotar a carteira de trabalho de 32 trabalhadores, por não oferecer EPIs.
Raízen - Unidade Araraquara	Totaliza 101 infrações, ainda tramitando no judiciário local, sendo 47 contra o descumprimento da NR31. Deixou de fornecer EPI aos trabalhadores, não oferecimento de local adequado para refeições e instalações sanitárias, contratava trabalhadores sem assinar carteira, não oferecia água. Foi autuada também por anotação falsa de jornada de trabalho, registrando menos horas trabalhadas do que aquelas efetivamente trabalhadas pelos cortadores.
Raízen – Unidade Ibaté	Indiciada por suprimir períodos de descanso dos cortadores e desrespeito a diversos pontos da NR31.

Usina Maloso	Não oferecimento de EPI, deixou de oferecer instalações sanitárias, prorrogou jornada de trabalho além do permitido, deixou de registrar os horários de entrada e saída efetivamente praticados pelos trabalhadores. Neste caso, percebeu-se que os horários de entrada/saída eram pré-assinalados ao sabor da própria empresa. Suprimia também os intervalos de alimentação bem como não pagava os direitos devidos aos trabalhadores.
Usina São José da Estívia	Ações que tramitam no Ministério Público do Trabalho: não pagamento dos encargos devidos, desrespeito à NR31, dezenas de reclamações trabalhistas, fraude na anotação da jornada. Não entregava as guias de seguro desemprego aos trabalhadores, suprimia os intervalos previstos para descanso e almoço, contratava trabalhadores sem registro, não oferecia instalações sanitárias e EPIs, extensão da jornada além do permitido e supressão das folgas semanais. Além disso, a empresa já tinha diversas condenações pela repetição de atos semelhantes. Segundos dados do Ministério Público do Trabalho, empregava a prática de criação de empresa fantasma para contratação. A empresa agroindustrial evitava a contratação direta, sob seu CNPJ, de trabalhadores. Criou uma empresa com CNPJ diferente para contratar trabalhadores, ainda que sob as condições expostas acima.
Usina Santa Fé	Na consulta, totalizava 47 infrações, sendo 21 em desrespeito à NR31. Também foram lavrados autos por violação à jornada de trabalho e supressão dos intervalos previstos. Não disponibilizava água potável. Em vários momentos foi novamente flagrada por estender a jornada e por não oferecer condições alimentares e sanitárias adequadas. A usina Santa tinha ainda anotação falsa sobre o oferecimento de EPI aos trabalhadores.
Usina Santa Cruz	Não cumprimento de diversos pontos da NR31, anotação falsa de entregas de EPI e extensão da jornada de trabalho.

Fonte: Ministério Público de Araraquara, 2012.

Como pode ser visto nesse Quadro, diversos pontos descumpridos pelas empresas certificadas configurariam sua não conformidade, segundo o os pontos pactuados nos limites do Compromisso Nacional. Ainda assim tais empresas foram certificadas como “boas empregadoras”. Pela própria assimetria na aquisição e incorporação de tecnologias no território paulista, observamos o que Szmrecszanyi (et al., 2008) chama de “dualidade do mercado de trabalho”, onde coexistem configurações sociais que apresentam altos índices de mecanização – em que trabalhadores manuais passam a desempenhar outras tarefas e relações com o processo produtivo, conforme discutido anteriormente –, ao passo que permanecem áreas que ainda mantém o corte manual em níveis significativos. Grande parte das infrações das empresas acima guarda ainda forte relação com este último cenário. Todavia, também observamos novas configurações em que os conflitos derivam ou guardam forte relação com o novo cenário de organização da produção.

Emergem novos padrões de inserção no trabalho e sociabilidades decorrentes que não foram contemplados no Compromisso Nacional – como os conflitos na Vale Verde, onde observamos acidentes e descumprimentos das leis trabalhistas devido às novas formas de ser trabalhador manual no corte mecanizado. Em outros casos vemos a manutenção de formas conflitivas derivadas de antigos problemas, como o não pagamento de direitos, utilização de informalização de vínculos dos trabalhadores, falta de segurança no trabalho e no transporte.

Vemos também que a nova inserção do trabalhador, através de novos postos de trabalho e novas funções diante do corte mecanizado não prescinde com a manutenção de práticas de negligência com relação a pagamento de direitos, oferecimentos de EPIs, ainda que os trabalhadores passem a ter registro em carteira de trabalho ou tenham seu vínculo com a empresa aumentado. Como vimos também, mesma a intensa disseminação de máquinas de colheita mecanizada, não dá sinais de esmorecimento de greves.

Retomando as implicações do cenário exposto para se pensar o trabalho na cana de açúcar em geral e Compromisso Nacional especificamente, os exemplos de anotações falsas, seja na carteira de trabalho ou sobre oferecimentos de EPIs, visualizados nos casos acima mencionados, trazem ainda outras implicações se pensarmos os mecanismos de verificação do qual a auditoria independente adotada pela Comissão Nacional lança mão. As comprovações exigidas pela metodologia entregue às empresas de auditoria (inscrições de trabalhadores, guias de pagamento, inscrições de oferecimento de EPIs etc.), no caso das usinas fiscalizadas, não davam conta de traduzir concretamente as formas de utilização dos trabalhadores das quais as empresas lançavam mão.

A prática de obrigar trabalhadores a assinarem papéis como requisito para o preenchimento efetivo de vagas nos turmas de cortes manuais, papéis estes mobilizados pelas empresas conforme seus interesses no caso de prestação de contas junto ao Ministério do Trabalho é amplamente divulgada pela literatura consultada (SILVA, 1999; MPA, 2012). Diversos casos, inclusive, mencionam a assinatura de papéis como pedidos de demissão, comprovantes de entregas de EPI, ou mesmo pedidos de demissão, por exemplo (TOLEDO, 2007). Uma grande empresa situada nessa condição foi a São Martinho, da família Ometto, onde mais de 400 trabalhadores foram tirados dessa condição e a empresa autuada por apresentar anotações e guias de oferecimento de EPIs e pagamentos falsos. A metodologia assumida como adequada pela Comissão Nacional para fiscalização das empresas sucroalcooleiras parece não distinguir uma diversidade de práticas e relações de poder que são próprias da contratação de mão-de-obra na cana-de-açúcar. Os mecanismos de verificação escolhidos para atribuição de conformidade via Compromisso Nacional apresentavam descompassos significativos entre as relações de trabalho efetivamente praticadas pelas empresas aqui analisadas e a conformidade via Compromisso Nacional.

Entre as usinas analisadas no presente trabalho, foi comum e constante a menção a documentos de veracidade duvidosa apresentados para o processo de conformidade requerido

para obtenção do título de empresa exemplar (MPT ARARAQUARA, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d, 2012e, 2012f). Outro exemplo interessante para se pensar a efetividade do selo de conformidade atribuído pelo Compromisso Nacional enquanto tradutor de boas práticas trabalhistas é a participação sindical no processo de auditoria. Regulamentada por decretos presidenciais, normativas da SGPR e respaldadas pelo arbítrio da Comissão Nacional de Diálogo, as auditorias preveem a consideração das entidades sindicais locais para efetivação da outorga do selo às usinas auditadas.

A entrevista tanto com trabalhadores, como com as lideranças sindicais locais não foi observada em alguns casos de auditoria. Especificamente nos casos realizados nas sete usinas consultadas na pesquisa junto a documentos do Ministério Público, pode-se notar um grande descompasso entre as determinações do Compromisso Nacional e a dinâmica concreta da relação empresas-sindicatos.

No caso da Usina Maloso, por exemplo, situada em Itápolis, ainda que o Compromisso Nacional determine como condicionante para a entrega do selo de conformidade a participação dos sindicatos municipais no processo de auditoria⁵⁴, o representante sindical não foi comunicado, ficando ciente, já após o término da mesma, que um técnico da usina encaminhou um *e-mail* para uma conta desativada do STR (MPT, 2012a). Casos semelhantes aconteceram também na Usina São José da Estívia, localizada em Itápolis, nas duas Usinas Raízen, em Araraquara (Ibaté e Araraquara), na Usina Santa Fé, situada no município Nova Europa e na Usina Santa Cruz. Em todos os casos citados⁵⁵ o processo de auditoria das usinas foi feito sem a presença dos respectivos representantes sindicais. O dirigente do STR-Guariba, chegou a afirmar que mesmo que presente, “o dirigente sindical é convidado a ficar calado” durante o processo de auditoria (ENTREVISTA STR – GUARIBA, 2012).

Em todos os casos analisados onde a presença sindical não foi considerada durante a audiência o respectivo tópico nos documentos exigidos pelo processo de avaliação de conformidade necessário foi assinalado como “EM CONFORMIDADE” pelas empresas de auditoria (MPA, 2012). O Ministério Público do Trabalho de Araraquara instaurou processos indiciando as empresas em questão por falsidade ideológica (MPA, 2012).

54 A este respeito consultar Resolução nº 1, Secretaria Geral da Presidência - 23/05/2012.

55 Ressalvas devem ser feitas quanto o caso da usina Raízen/Ibaté, em que o representante sindical também não foi avisado, mas acabou tomando conhecimento dias antes da auditoria, por esforço próprio, enviando um substituto que só pode estar presente no último dia da avaliação.

Na mesma linha, outro caso emblemático foi o do próprio Sindicato de Empregados Rurais (SER) de Araraquara, cujo dirigente é o próprio Élio Neves, que também não pode acompanhar as auditorias realizadas nas usinas de seu município. Nas palavras do dirigente, “não houve acompanhamento da vistoria por auditoria privada nas usinas Tamoio e Araraquara em razão de divergências da direção do Sindicato, na representação da categoria, com a direção da empresa no que diz respeito a essas duas unidades” (MPT, 2012b).

Neste caso, ambas as usinas, pertencentes ao grupo Raízen, foram certificadas como exemplares, de acordo com o Compromisso Nacional. Os casos deixam transparecer um hiato entre as práticas decorrentes do próprio histórico de negação das entidades sindicais pelas empresas e as práticas de avaliação de conformidade impressas no Compromisso Nacional. Nem mesmo Élio Neves, homem de frente do Compromisso Nacional, presidente da Feraesp, escapou da negação empresarial, no contexto de auditoria. A empresa que atestou conformidade para as usinas do grupo Raízen foi a Deloitte Touche, que em relatório requerido pelo Ministério Público garantiu informar, conforme as exigências, os representantes sindicais sobre as datas e locais das audiências. Caberia, neste e em outros casos, entender como (e se) a Comissão Nacional de Diálogo (composta pela Feraesp e pela Contag) se posiciona frente a tais acontecimentos, se tem conhecimento, controle ou mesmo capacidade e/ou interesse em intervir no cenário aqui construído.

No caso das empresas auditadas pelo grupo KPMG, o Ministério Público, encontrou evidência de fraudes no relatório de avaliação de conformidade. No caso em questão, através do cruzamento de dados, o MPA cita a prática de “recorta e cola” em diferentes relatórios de diferentes empresas (MPA, 2012). Diferentes relatórios, segundo o MPA, compartilhariam parágrafos idênticos, descrevendo situações idênticas em usinas diferentes.

Citam também casos de não especificação dos auditores responsáveis. Para a empresa Ernst & Young Terco, o MPA, além das especificações de não consideração de entidades sindicais, na omissão em relação a diversos pontos obrigatórios na auditoria (todos assinalados como “EM COFORMIDADE”), cita a utilização de “documentos de origem e validade duvidosa” na comprovação de certos quesitos no pacto (MPA, 2012). Para a empresa em questão, nota-se também a elaboração de relatórios de avaliação de conformidade feitos na entressafra, período conhecidamente esvaziado de trabalhadores.

Nos relatórios analisados pelo MPA também são salientados a desconsideração de entrevista junto aos profissionais de saúde e de trabalhadores manuais do corte no momento do processo de auditoria, cujos respectivos quesitos de verificação eram sempre assinalados

como “EM CONFORMIDADE” (MPA, 2012). No relatório da Usina Santa Fé, por exemplo, a entrevista de um dos trabalhadores foi realizada diante da presença de um grupo de coordenadores e diretores da empresa.

Em entrevista realizada junto ao assessor da Procuradoria do Trabalho de Araraquara, fomos informados de um pedido de esclarecimento submetido pelo MPA à SGPR, para esclarecimentos e ciência acerca dos episódios investigados. Paralelamente ao pedido de esclarecimentos ao presidente da SGPR, Gilberto Carvalho, o MPA também solicitou o envio de todos os documentos da Secretaria relativos a pedidos de avaliação para fins de certificação, conforme estabelece o Compromisso Nacional.

Como resposta da Secretaria Geral da Presidência, um DVD foi entregue ao MPA, contendo apenas os relatórios de avaliação das 169 usinas certificadas até então. Ao pedir a complementação dos documentos, exigindo os outros necessários à aquisição do selo, conforme estabelecido pela Resolução nº 1 de maio de 2012, o MPA foi informado da “inexistência” de tais documentos (ENTREVISTA, MPA, 2012; MPA, 2012).

Uma das atribuições da Comissão Nacional é avaliar o processo de concessão de certificados de conformidade e reformulá-lo conforme seus interesses. No entanto, como não conseguimos acessar os atores envolvidos, principalmente os representantes sindicais, não foi possível registrar como tais lideranças percebem ou se organizam para mitigar o impacto desses e de outros eventos porventura existentes. Todavia, os fatos demonstram que os processos de auditoria acabaram por encobrir um longo caminho ainda a ser percorrido pelas empresas rumo à utilização plena das “boas práticas” estabelecidas pelo Compromisso Nacional. Dito de outro modo, o processo de auditoria parece encobrir um conjunto de práticas empresariais e relações de poder entre empresas e instâncias sindicais. Relações de poder, de não aceitação/reconhecimento, e estratégias de dominação de empresários sobre trabalhadores parecem, de acordo com os casos analisados, escapar do processo de auditoria conforme estabelecido pela Comissão Nacional de Diálogo.

Ainda que a estratégia de criar novas interfaces políticas, novos marcos regulatórios para a definição do que seriam “boas práticas trabalhistas” seja, por si só, um elemento significativo para a análise – posto o eventual caráter de sobreposição e substituição que tais marcos passam a ter em relação às leis trabalhistas e convenções trabalhistas vigentes – cabe mencionar ainda que a própria definição dos termos do Compromisso Nacional parece

reatualizar, ou pelo menos não interferir, em formas de dominação recorrentes no interior de São Paulo.

Entrevistas com dirigentes sindicais municipais sobre o acionamento e/ou perseguição dos termos do Compromisso Nacional, deixaram transparecer o desconhecimento sobre alguns dos itens acordados no pacto nacional, ou mesmo sobre o desconhecimento acerca dos procedimentos administrativos – na órbita sindical – para o acompanhamento das auditorias, das funções fiscalizadoras etc. Em alguns casos, é notável o desconhecimento dos dirigentes sindicais em relação aos trâmites necessários para uma fiscalização adequada, conforme o pacto celebrado, das usinas em suas respectivas bases municipais.

Quando questionado sobre as auditorias na(s) usina(s) de seu município, o dirigente do STR de Dobrada, por exemplo, só soube se referir à Comissão Nacional de Diálogo e as decisões deliberadas por esta “em Brasília”, numa clara referência de que as decisões e acompanhamentos das vistorias eram de incumbência do grupo seletivo que se reunia no Distrito Federal. Assim, o presidente do STR não soube dar maiores informações sobre as vistorias das usinas situadas na base municipal do sindicato. Quando perguntado sobre o acompanhamento, afirmou que o STR de Dobrada não se fez presente. O mesmo foi dito pelo dirigente do STR de Guariba e do STR de Ribeirão Preto, que pouco sabiam sobre a operacionalização dos pontos acordados no pacto nacional.

Parte dos líderes sindicais entrevistados afirmou também não ter contribuído na discussão dos pontos a serem considerados no Compromisso Nacional, como pode ser visto em parte do depoimento de Sílvio, presidente do STR-Ribeirão Preto, também diretor da Fetaesp. Sílvio afirmou que as discussões do Compromisso Nacional ficaram restritas aos membros da cúpula, tanto da Feraesp como da Contag, entidade a qual a Fetaesp está filiada. Enquanto dirigente da Fetaesp, Sílvio afirmou não ter participado das discussões acerca dos pontos componentes do pacto em questão.

Ainda que pouco possa ser dito a este respeito, já que as investigações junto aos sindicatos ligados à CUT e à Contag não nos permitiram desvelar aspectos importantes das discussões traçadas em Brasília no âmbito da Comissão Nacional, somos obrigados a reconhecer que parte significativa de sua “pauta” já saiu parcialmente sinalizada pelas discussões do CDES, onde apenas a CUT teve assento, da mesma forma como no limite dos STRs e SERs entrevistados pouco se sabia sobre o caráter do pacto além das informações veiculadas pela mídia. Os dirigentes sindicais municipais, mesmo os vinculados à Feraesp,

pouco usavam o pacto enquanto ferramenta de melhoria efetiva das condições de trabalho nas usinas situadas em suas bases municipais.

Outro ponto interessante, notado durante o campo, foi a observação de dinâmicas de contestação, entre os próprios membros da Feraesp, do processo de negociação tripartite. Algumas lideranças sindicais se mostravam contrárias à discussão tripartite, outras a alguns pontos a serem negociados. Este processo de contestação, todavia, não foi levado à Mesa Nacional de Diálogo, predominando os pontos de vista dos seus principais executores. A dirigente do STR de Cosmópolis, afirmou que nas etapas iniciais de estruturação do pacto tripartite, posicionou-se contrariamente, inclusive numa das reuniões preliminares. Afirmou também não ter mais sido convidada a participar, de forma que as reuniões continuaram sem seus posicionamentos (ENTREVISTA STR-COSMÓPOLIS, 2012). A blindagem a eventuais contestações, neste caso, parece ter sido assegurada pela nomeação de participantes específicos para constituir a Comissão Nacional de Diálogo, o que excluía a possibilidade de eventuais dissensos se manifestarem na Mesa de Diálogo.

Sem entrar no mérito de valorizar as distintas opiniões e atuações acerca da viabilidade ou não de um acordo entre capital e trabalho, parece-nos relevante atentar para o fato de que havia posições distintas dentro da Feraesp (e também da Contag, conforme afirmou o dirigente do STR de Ribeirão Preto), que não puderam se manifestar nos limites do pacto tripartite. Houve o estabelecimento de participantes e, conseqüentemente, das teses e predisposições e pressupostos que comporiam e embasariam as discussões.

Ainda que tais informações – ou melhor, a ausência de certas informações, posto que não entrevistamos as principais lideranças envolvidas – possam oferecer poucas certezas em relação à dinâmica de formulações políticas das entidades, ganham importâncias as conclusões de Galvão (2006), que defende a ideia de um “cupulismo” dentro das entidades sindicais na atualidade, entendido como a referência cada vez maior a decisões tomadas no âmbito das principais direções superiores das centrais sindicais. Para a autora, tal tendência tem como relação a forte relação entre CUT e quadros do PT, o recrutamento de antigos assessores e dirigentes sindicais para cargos no executivo, para instâncias deliberativas etc. A autora nos fala também que a ascensão do PT desde o início dos anos 2000 se refletiu também, no que tange a estrutura sindical, principalmente a CUT, não só numa postura mais arredia em relação aos ditames classistas e radicais, como verificados nos marcos de sua criação, mas também numa maior coadunação aos projetos de desenvolvimento propostos pelas instâncias superiores do Governo. Cada vez mais comprometida com as plataformas

governamentais, a CUT – central a qual a Feraesp é filiada – passa a compartilhar um conjunto de assessores e membros de suas executivas com os cargos do Governo⁵⁶. A Contag, por sua vez, sofreria dos efeitos inversos, gozando de pouca interlocução (pelo menos em comparação com a CUT) com as instâncias governamentais e com órgãos do executivo, muito em função do próprio histórico de constituição e vínculo entre CUT e PT.

O desconhecimento em relação aos pontos acordados no pacto tripartite, o pouco conhecimento em relação aos trâmites necessários para a certificação de usinas nas bases municipais dos STRs – ou de sua contestação, caso se mostrassem incapazes de assimilar as reivindicações sindicais –, as deliberações do CDES (centralizadas nas figuras do presidente da CUT), bem como a denúncia de alguns dirigentes sindicais à pouca abertura destes espaços de discussão para suas pautas e interpretações, mesmo internamente às próprias centrais sindicais, sugerem-nos, inspirados em Galvão (2006), pouca capilarização do debate acerca do Compromisso Nacional ao nível das bases municipais. A preponderância dos “líderes”, a centralidade nos dirigentes e na negociação formal/institucional dá sinais de distanciamento entre bases e lideranças.

Outro fator que, a nosso ver, contribui para esse distanciamento verificado é a centralização das discussões e elaborações em pessoas específicas no âmbito da Comissão Nacional de Diálogo. Os participantes foram designados por nome, e não por entidade, o que a nosso ver, pode ter contribuído para evitar, em certa medida, a expressão das vozes destoantes dentro das entidades sindicais. Como afirmado anteriormente, levantamos a hipótese de que a participação foi mais determinada por intenções políticas (a respeito do alcance pretendido pelo pacto) e permeado por relações de favorecimento e comprometimento político com os programas e projetos governamentais. Ressaltamos também, como apontado no capítulo anterior, a presença da crença e comprometimento das principais lideranças envolvidas na efetivação do pacto tripartite com as plataformas governamentais, como fator de contribuição significativa para a consolidação tal qual exploramos anteriormente.

Se o desconhecimento em relação aos pontos acordados no Compromisso Nacional ou mesmo a explicitação da falta de consenso e discussão na elaboração dos mesmos junto aos SERs e STRs sugerem pouca capilaridade nas decisões entre a Feraesp e a Contag, por outro lado, os descompassos entre os pontos acordados e seus cumprimentos efetivos por parte das

56 Vide José Lopez Feijó, ex-assessor da CUT, virando assessor direto do ministro da SGPR e principal mediador do Compromisso Nacional. Sem contar de Artur Henrique da Silva Santos, à época presidente da CUT, Conselheiro no CDES e coordenador do GT de Bioenergia, proponente do Compromisso Nacional nas esferas governamentais.

usinas, observados nos casos analisados em campo, permitem sinalizar algumas fragilidades do processo de conformidade atribuído às empresas através do pacto triparte, como também a manutenção de formas de dominação. O caso do SER de Araraquara é exemplar neste sentido: nem Élio Neves ou os seus conseguiu acompanhar a auditoria das usinas situadas nos municípios sob a jurisdição do sindicato. Ou mesmo o caso dos trabalhadores entrevistados diante dos dirigentes empresariais.

De forma geral, tal cenário também parece nos sinalizar certa inabilidade do sindicalismo rural paulista em lidar com os descompassos comportados pelo Compromisso Nacional, descompasso este possivelmente ocasionado pelo distanciamento entre bases e dirigentes.

Acostumadas a ignorar os SERs e STRs enquanto mediação política legal dos trabalhadores canavieiros, as empresas se utilizaram da “conformidade” atribuída pelo espaço tripartite que é o Compromisso Nacional para melhorar sua imagem internacionalmente, ainda que se mantenham práticas de desconsideração e descaso para com a estrutura sindical enquanto ator relevante para a fiscalização das condições de trabalho. Por outro lado, observamos que os STRs e SERs também possuíam pouca capacidade de acompanhar e fiscalizar os pontos relativos ao pacto.

Cabe apontar ainda, que a despeito dos eventuais hiatos que tenhamos encontrado junto à análise de autuações e inquéritos do MPA, ou mesmo das impressões e entrevistas colhidas em campo, o comprometimento tanto da Feraesp como da Contag no pleno funcionamento dessa arena nos parece um ponto de atenção. A este respeito é digno de nota um pequeno fragmento de carta que a Contag e a Feraesp redigem diante de uma série de críticas tecidas ao Compromisso Nacional.

Nenhuma empresa que adquiriu o selo da verificação do Compromisso terá garantia de mantê-lo, se não pela efetiva manutenção das boas condições de trabalho constatadas no momento da verificação e que continuarão sendo verificadas pelos Sindicatos e pelos demais órgãos de fiscalização (CONTAG/ FERAESP, 2012).

Somos obrigados a reconhecer que ainda que haja fragilidades e desconhecimento em relação aos pontos acordados, bem como o funcionamento da fiscalização, nem tudo está determinado *a priori*. A Comissão Nacional de Diálogo tem o direito de cassar os selos de empresas que não cumprirem as boas práticas trabalhistas. Para as entidades sindicais participantes, o reconhecimento de fragilidades e eventuais não conformidades por parte das empresas, no entanto, não parece como comprometedor do espaço que o Compromisso Nacional da Cana representa:

[...] A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS DE SÃO PAULO - FERAESP vêm a público esclarecerem que participam do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar por entender que o Compromisso Nacional fortalece o diálogo social, **incluindo trabalhadores, empregadores e Governo**, visando contribuir na superação das péssimas condições de trabalho no campo. A CONTAG e FERAESP compreendem que o Compromisso Nacional é um processo em construção e longe do seu fim, não podendo ser desconsiderados os diversos avanços nas condições de trabalho dos assalariados e assalariadas rurais do setor sucroalcooleiro, entretanto, têm consciência de que ainda há um longo caminho a se percorrer para efetivamente aperfeiçoar as condições de trabalho no campo. Para a CONTAG e FERAESP o Compromisso Nacional **jamais substituiu ou substituirá qualquer mecanismo de fiscalização do Estado** ou da própria sociedade, nem diminuiu a sua capacidade de atuação, ao contrário, conta com a ajuda desta fiscalização para que efetivamente as condições de trabalho no campo se aperfeiçoem e, conseqüente mente, melhorem a vida do trabalhador e da trabalhadora rural. Nenhuma empresa que adquiriu o selo da verificação do Compromisso terá garantia de mantê-lo, se não pela efetiva manutenção das boas condições de trabalho constatadas no momento da verificação e que continuarão sendo verificadas pelos Sindicatos e pelos demais órgãos de fiscalização. A CONTAG e FERAESP não descartam a possibilidade de que algumas empresas que receberam o selo descumprirão os termos do Compromisso Nacional ou outras obrigações previstas em lei, **destacando que nestes casos há um procedimento na própria mesa de diálogo que garante a perda do selo e a exclusão da lista positiva das empresas caso sejam constatadas irregularidades**. Importante destacar que as autuações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho e ou o Ministério do Trabalho decorrentes de irregularidades encontradas junto à estas empresas, se forem do conhecimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais **serão denunciadas na Mesa de Diálogo Nacional** (idem, grifos nossos).

A Mesa Nacional de Diálogo, bem como a Comissão dela derivada, ganham centralidade na estratégia de enfrentamento às más condições de trabalho e dos trabalhadores. Reconhecendo-a como legítimas, lideranças sindicais canalizam para esta via de negociação a esperança de modificação das formas de contratação e utilização da mão de obra.

Arbix (1996), estudando o primeiro pacto tripartite brasileiro, do setor automobilístico, menciona o reconhecimento dos distintos atores participantes, enquanto atores relevantes para o processo decisórios das estratégias do setor. Naquele momento, “[...] ao sentarem-se à mesa para discutir, elaborar e decidir sobre implementação de uma política industrial, as lideranças sindicais reconheceram e, ao mesmo tempo, foram reconhecidas em seu direito de decidir sobre políticas até então estranhas ao corpo programático de suas próprias entidades” (ARBIX, 1996, p. 31).

Para Oliveira (1993), estudando o mesmo caso, se até então o trabalho era visto como “ingrediente do processo produtivo”, agora passaria a ser reconhecido pelo Estado e pelos capitalistas como “interlocutores legítimos”. Na opinião do autor, as novas arenas tripartites

de negociação consistiriam em espaços privilegiados para que os trabalhadores pudessem colocar suas demandas específicas, criando acordos em que o “Estado não entra mais como demiurgo de conflitos privados, mas como parte que tem o que perder ou o que ganhar” com o que for acordado (p. 19).

Takagi (2000, 2002) por sua vez, chama a atenção para o fato de que as Câmaras Setoriais do estado de São Paulo não teriam a eficiência que tiveram sem a participação dos sindicatos, ainda que esta tenha se dado de forma modesta. Para a autora, trata-se da legitimidade emprestada à arena devido à participação do conjunto das forças sociais envolvidas. Tais reflexões, tanto a de Arbix (1996), Takagi (2000, 2002) e Oliveira (1993) nos permitem pensar que participando da Mesa, o sindicalismo representado pela Feraesp e Contag poderiam fazer deste espaço institucionalizado uma arena legítima de reivindicação, ainda que os casos aos quais tenhamos recorrido evidenciem dificuldades e descompassos no monitoramento daquilo que foi pactuado.

Ao se reconhecerem como forças políticas capazes de decidir e influir no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, o sindicalismo rural vê na Mesa e no Compromisso Nacional espaços legítimos para canalizar suas demandas e reivindicações. No entanto, para sua eficiência enquanto influenciador, cabe ainda ao sindicato resolver as possíveis interferências que nos foram apresentadas no decorrer do processo de pesquisa. Uma delas, no tocante ao próprio sindicalismo rural, diz respeito à dificuldade do conjunto das demandas e reivindicações dos entes sindicais chegarem à Comissão Nacional a partir dos STRs e SERs municipais.

O Compromisso Nacional dá sinais de ter sido decidido e costurado politicamente “de cima para baixo”, cabendo ainda aperfeiçoar e intensificar uma retroalimentação de “baixo para cima” entre os sindicatos canavieiros contemplados pelo pacto. Além disso, o pacto também dá sinais de forte aparelhamento, contando com articuladores pertencentes aos altos escalões de assessores e dirigentes de centrais sindicais, cúpula do PT etc. A não acessibilidade de outros atores, mesmo da Feraesp e da Contag, ao canal de interlocução com o patronato e o governo também pode figurar como um gargalo em potencial, se pensarmos o espaço como um potencializador dos debates entre os distintos membros das entidades sindicais, por exemplo.

Outros fatores, de natureza mais geral, precisam ser considerados para se pensar a efetividade do Compromisso Nacional. Uma é a própria costura do acordo e dos pontos pactuados. Pouco se trouxe de contribuição dos sindicatos estudados para se elaborar o

Compromisso Nacional. Ao contrário, parece ter havido o caminho inverso. A agenda já sai pronta de um espaço onde sentam os dirigentes da CUT, da UNICA e do governo. Tanto os dirigentes sindicais municipais entrevistados, como os STRs e SERs fiscalizados pelo Ministério Público do Trabalho de Araraquara parecem pouco acionar os termos previstos pelo Compromisso Nacional. Nos limites da Mesa Nacional de Diálogo, governos e empresários se veem levados a pactuar e aceitar pontos eventualmente distintos daqueles sugeridos pelo CDES, mas que, como vimos, acabam por nunca extrapolar os limites do projeto de expansão e projeção do setor sucroalcooleiro brasileiro.

Vimos também os mecanismos de fiscalização. Ainda que possamos afirmar pouco sobre eventuais embates acerca da construção da metodologia a ser utilizada pelas empresas de auditoria, os casos analisados permitem mostrar a afinidade das empresas de auditoria e as empresa sucroalcooleiras, como mostramos, uma relação mais próxima à relação de contratadas e suas respectivas clientes. A relação entre as empresas auditoras e as agroindústrias se dá há longos anos, seja em demonstrações financeiras, seja através do fluxo de intercâmbio de profissionais capacitados assumindo posições de gerência. A atribuição da fiscalização a um agente independente, através de uma metodologia de investigação a ser seguida, neste caso, deu margem a fraudes, procedimentos escusos e toda uma série de favorecimentos⁵⁷. A forma atribuída à fiscalização parece também encobrir um conjunto de relações de poder e dominação entre empresas e trabalhadores nos canaviais paulistas que escapam a simples análise documental, como a verificação de contratos, a conformidades de holerites, de comprovantes de pagamento etc.

Outro aspecto que ganha relevo, neste sentido, é a restrição da Mesa à participação de outros atores. Enquanto resposta a uma reivindicação gestada a partir da sociedade civil, através de diversas ONGs e movimentos sociais como a CPT, por uma Resolução da SGPR, a Comissão Nacional de Diálogo está restrita a membros específicos da CUT, Contag, UNICA, FNS e Governo Federal. CUT e Contag, pelo menos nos casos visibilizados em campo, a partir dos sindicatos de base municipal, dão poucos sinais de construção organizada de uma contraproposta às práticas vigentes no interior paulista.

Neste sentido voltamos às observações de Offe (1989) acerca da institucionalização de grupos de interesse, assim como também apresentaremos as contribuições de Costa (1995) e

57 Um dos processos do MPA vai afirmar que o sistema de auditoria é “privado, contratado e controlado pelos empregadores” (MPA, 2012, p. 39).

Costa & Avritzer (2004), acerca das concepções de esfera pública e atuação da sociedade civil. Aqui, o esforço vai no sentido de pensar os marcos da democracia, conforme problematizada por Costa (1995) e Avritzer e Costa (2004), e a noção de institucionalização como estatização, ou seja, como forma de controle e imposição de disciplina às reivindicações e atuação política de grupos sociais por parte dos grupos dominantes (OFFE, 1989).

Como vimos, para Offe (1989) o processo de institucionalização implica, como uma de suas racionalidades estruturais, na aceitação de que as demandas reivindicadas terão de ser coerentes com aquilo que é tido como aceitável, de acordo com determinada plataforma política e projeto de desenvolvimento. No entanto, o caráter de dominação política de classe do processo de institucionalização de grupos sociais, para Offe (1989), advém do fato de que seus efeitos variam de acordo com a natureza do ator “trazido” para a esfera estatal.

Empresários não veem comprometidas suas finalidades principais (eficiência econômica, lucro do empreendimento etc.) caso não cumpram os pontos acordados num pacto tripartite qualquer. O par capital, por sua própria condição de classe, é obrigado a fazer dos órgãos de representação de interesses um porta-voz de demandas “pessoais”, “individuais”, ditadas quase que exclusivamente pelo norte do aumento da taxa de lucro, da diminuição de custos e/ou qualquer fator que contribuía para um maior sucesso do empreendimento. Para o par capital, a inclusão em espaços “públicos” de resolução de conflitos não implica, no mesmo grau que a adesão implica para os trabalhadores, na consecução dos itens acordados: a participação em arenas institucionais como as descritas aqui, segundo Offe (1989), não diminui seu poder de barganha, ao menos com a mesma intensidade com que diminui o poder de barganha dos trabalhadores, nem garante, por si só, a adesão do conjunto das empresas às metas tidas como desejáveis.

Isso se dá porque os interesses dos atores vinculados à acumulação capitalista já estão parcialmente dados de antemão, a saber, o lucro ou a manutenção de condições propícias à continuidade da acumulação, enquanto que às entidades dos trabalhadores cabe a tarefa de construir um interesse em comum, unificado, para além dos interesses individuais de cada trabalhador. Dito de outro modo, uma entidade representativa de empresas individuais não gera um poder que estas já não tenham, em alguma medida, nem formulam objetivos que não derivem diretamente daqueles que já são definidos - e conscientemente perseguidos - ao nível das empresas individuais participantes (OFFE, 1989, p. 258).

O que uma entidade como a UNICA faria, segundo Offe (1989), e também de acordo como vimos no primeiro capítulo, é prestar serviços às empresas participantes (diminuindo custos, centralizando informações, oferecendo um ambiente propício ao investimento e à acumulação) e formular e defender na esfera política os interesses individuais que são comuns a todas ou à maioria das empresas participantes.

Em contraste com os sindicatos, as associações de empregadores e investidores não criam poder e definições de interesses em consequência de um processo organizado de mobilização e discussão interna entre seus membros; elas meramente manifestam posições de poder já estabelecidas e definições de interesse sobre os quais já foi tomada uma decisão. Portanto a associação de interesses é muito mais essencial à defesa e promoção dos interesses do trabalho do que do capital, porque capital, fusões, monopólios, cartéis, etc. constituem os instrumentos decisivos do aumento de poder social [para capitalistas]. Inversamente a regulamentação política restritiva das formas de associação e atividades organizacionais deve produzir um impacto mais forte sobre as organizações de trabalhadores do que sobre as de empregadores investidores (OFFE, 1989, p. 258- 259).

Dito de outro modo, a organização é, talvez, mais crucial aos trabalhadores, posto que somente a partir da organização coletiva de um interesse em comum estes acumulam e mobilizam potenciais obstrutivos a qualquer fenômeno ou deliberação pública. Já empregadores, dificilmente acumulam algo, distinto daquilo que já possuam naturalmente, a partir de um processo organizativo em entidades como a UNICA, por exemplo. Tal raciocínio nos permite entender, até mesmo, a predisposição de empresários em aceitar participar de negociação como a do pacto tripartite proposto, com entidades do trabalho. Se comprometerem com uma mesa tripartite, desde que sua participação não implique em compromissos jurídico-administrativos, não pressupõe – não no mesmo grau – o comprometimento na consecução e perseguição dos itens acordados. O poder de mobilização dos capitalistas já está dado pela própria posição ocupada socialmente, e se comprometer ao seguimento de regras acordadas, no máximo, implica em seu seguimento voluntário por parte das empresas individuais, sem que seu cumprimento adicione maior poder social às firmas individuais.

Trabalhadores, por sua vez, só conseguiriam ampliar sua capacidade de influência caso passem a atuar coletivamente. A mobilização de trabalhadores só é possível caso estes rompam com circunscrições individualizantes e atuem coletivamente. Para Offe (1989) essas diferenças na racionalidade da organização e na forma de mobilização dos distintos atores da relação capital-trabalho influencia seu poder de barganha no momento de um processo de institucionalização.

A adesão às arenas institucionais corporativas, no caso do trabalho, como vimos, pode implicar em moderação do tom das demandas – que tendem cada vez mais a assumirem um caráter conciliador com os marcos do desenvolvimento, sem negá-lo – e restrição de sua forma de atuação.

Por sua vez, as entidades vinculadas à acumulação são incapazes de comprometerem as unidades empresariais individuais à demandas muito diferentes daquelas já aceitas anteriormente à institucionalização, justamente pela natureza da organização coletiva deste ator. Portanto, consagra-se uma via de mão única, para o capital, em que as demandas das unidades empresariais são veiculadas pelas entidades de representação, mas essas se colocam parcialmente incapazes de impor condições às unidades empresariais individuais. Pela própria natureza dos atores atrelados ao capital, a organização coletiva não implica em aumento da força de atuação e influência, pelo menos não na mesma forma e intensidade que para o trabalho e trabalhadores. Uma firma ou empresa capitalista pode não aceitar cumprir determinada reivindicação conduzida por sua representante, sem com isso perder poder e capacidade de influência política.

Desse modo, partindo das noções de especificidades de lógicas organizativas entre capitalistas e sindicatos (OFFE, 1989), o que os governos podem fazer é assegurar condições para a manutenção da taxa de lucro como fator de estímulo à participação de grupos empresariais na formulação das políticas públicas. Consolidar canais que garantam ou deem novos impulsos ou formas à lucratividade passa a ser o único canal possível de “controlar” representantes do capital, ou melhor, garantir a manutenção de um limite para reivindicações dos trabalhadores, além de certo cenário estimulante para as atividades empresariais, passa a ser uma das poucas formas possíveis de garantir que empresários venham a aderir a acordos desta natureza. Conseguimos compreender, portanto, a partir das lógicas distintas de organização dos atores do capital e do trabalho.

A única forma de comprometer as entidades sucroalcooleiras (UNICA e FNS) ao projeto governamental de elaborar as novas “boas práticas” trabalhistas, passa ser a garantia – ainda que implícita – de que o acordado não comprometa ou extrapole o raio das possibilidades de acumulação ou das disposições empresariais. Isso está presente, por exemplo, na primeira recusa empresarial de participação caso o resultado do pacto tivesse caráter legal ou vinculação obrigatória (LAMBERTUCCI, 2010). Outras exigências sindicais e mesmo governamentais, como vimos, também esbarraram na recusa empresarial (Idem). Poderíamos interpretar, da mesma forma, o ambiente criado pelo governo, em parceria com os empresários, extremamente

favorável para a expansão sucroalcooleira, paralelamente à criação de novas regulamentações e práticas a serem perseguidas pelos mesmos no que diz respeito ao trabalho.

Por outro lado, para os trabalhadores, tal participação só consiste num avanço caso estes estejam em condições de atuar coletivamente, rompendo com circunscrições individuais (OFFE, 1989), o que parece não ter concretude no caso dos sindicatos canavieiros analisados. Ao comporem a Mesa Nacional de Diálogo, sindicatos deixaram de ter suas ações e deliberações exclusivamente determinadas pelos interesses, percepções, ideologias e recursos de seus membros. No decorrer do trabalho pudemos observar diversas dificuldades do sindicalismo no interior paulista em fazer deste espaço um momento efetivo de pressão organizada para minimizar os conflitos advindos do emprego de trabalhadores sob formas precárias e degradantes. Registramos também que, de modo geral, os trabalhadores conseguiram avanços em questões importantes, como alimentação, contratação direta, garantir de alguns benefícios trabalhistas, marmitas térmicas, não vinculação do salário aos gastos decorrentes com seu traslado etc. As novas práticas as quais os empresários passam estar subordinados, como também observamos, apresentam certo hiato em relação ao conjunto de formas de utilização do trabalho que se esboçam dentre as empresas de ponta no setor, principalmente pela terceirização que avança de forma significativa. .

Para Offe (1989), pensar este movimento de atribuição de interesse público a grupos particulares guarda, portanto, um viés de dominação de classe, na medida em que tais modalidades de participação e expressão de demandas podem ser compreendidas como instrumentos que visam disciplinar as organizações da classe trabalhadora. Alterando os canais, mas, sobretudo, os termos em que as reivindicações dos trabalhadores venham a se dar, o autor dá funcionalidade ao mecanismo de institucionalização, que passa a servir de “termômetro” aos governos, dando maior previsibilidade ao comportamento de atores que, de outro modo, apresentariam, ainda que potencialmente, poder de obstrução de políticas públicas e capacidade de mobilização de suas bases.

Para Offe (1989), haveria certo conteúdo de classe na lógica da institucionalização, conforme observada ao longo desta pesquisa. Haveria, portanto, certa “perversidade” deste mecanismo que, ao mesmo tempo em que faz com que distintos grupos canalizem seus esforços e quadros políticos para a atuação institucional, implica em seu comprometimento com esferas que, por sua própria natureza, reatualizam formas de dominação política. Negociar formalmente, nos marcos do capitalismo, “dentro das possibilidades” despolitiza os conflitos entre capital e

trabalho e dá aos primeiros vantagens em escolher se participam ou não de determinada negociação. Ao mesmo tempo, priorizar esferas institucionais, parece contribuir para manter (e quem sabe ampliar) o afastamento entre bases e dirigentes. A organização enquanto fator que potencializa a mobilização do par trabalho parece não encontrar sua razão de ser no sindicalismo analisado. Neste sentido, a institucionalização consegue exprimir, para o sindicalismo rural canavieiro, todo seu potencial de controle e dominação política.

Demandas históricas como a organização por local de trabalho e o comprometimento do conjunto da cadeia com as responsabilidades trabalhistas já previstas pela legislação, ambas pautadas pela Contag e CUT, ainda que observadas durante as discussões, ficaram de fora dos pontos pactuados pelo Compromisso Nacional, tidas como incabíveis, fora de questão. Os descumprimentos das leis trabalhistas, ou mesmo dos pontos deliberados pelo tripartitismo em questão, ainda que evidentes, não encontraram enfrentamento político por parte do sindicalismo organizado. Empresas não cumpriram com os pontos acordados e ainda assim conseguiram a anuência e o comprometimento dos representantes dos trabalhadores na manutenção da esfera tripartite. A nosso ver, o tripartitismo consolidado pela Mesa Nacional de Diálogo deu margem à reatualização formas empresariais de controle, comuns na história do setor sucroalcooleiro, como o condicionamento da atuação sindical nas usinas à decisão e autorização empresarial.

Como vimos, reduzindo as demandas às “demandas possíveis”, os reivindicantes aos “reivindicadores legítimos”, a institucionalização em Offe (1989), também trabalhada a partir da noção de estatização, pode assumir o caráter de manutenção da exploração de classe, politicamente, ainda que com o consentimento das próprias entidades representantes de trabalhadores.

Pensando em outras implicações possíveis do tripartitismo, caberia também ressaltar um caso interessante observado através da consulta a processos judiciais. Goiás, uma importante fronteira agrícola para o cultivo da cana, assistiu um caso onde o um juiz deu causa ganha à empresa, acusada de maus tratos e não cumprimento da legislação trabalhista. Em seu argumento, as alegações não cabiam, posto que a empresa “já era atestada” como empresa exemplar pelo Compromisso Nacional.

Certa usina em Goiás, por exemplo, impetrou mandado de segurança perante o TRT18 contra decisão de primeiro grau que deferia a tutela antecipada requerida pelo MPT em ação civil pública (proc. 01634-2011-012-18-00-2). O relator do MS sensibilizou-se com a alegação de que a empresa já havia sido submetida a auditoria (privada, vinculada ao Compromisso Nacional e realizada durante a entressafra), que não localizou quaisquer problemas trabalhistas, e deferiu a liminar pedida pela empresa,

suspendendo a decisão anterior (MINISTÉRIO PÚBLICO DE ARARAQUARA, 2012, p. 28).

Já que respaldada pelas lideranças das entidades sindicais, os debates sobre o Compromisso parecem instaurar certo consenso sobre uma possível harmonização nos canaviais. Toda e qualquer oposição a eventuais descompassos e não cumprimento do Compromisso, de acordo com as lideranças, deve se dar dentro da Comissão Nacional de Diálogo. Por outro lado, como vimos, toda e qualquer oposição contrária ao próprio movimento de participação também torna-se dificultada, posto que o pacto é de natureza tripartite e conta com o consentimento dos principais representantes dos trabalhadores em sua elaboração. Tal concepção, como vimos, se assenta no suposto, que parece não se sustentar, de que há uma transmissão direta, ou melhor, uma capilarização do debate acerca dos conflitos trabalhistas dentro das entidades sindicais.

Por outro lado, como pudemos ver, as observações em campo possibilitaram enxergar diversas dificuldades em fazer com o pacto tripartite funcionasse como um efetivo instrumento de pressão pelos STRs e SERs municipais às respectivas usinas. Como salientado anteriormente, a capacidade de pressão dos trabalhadores – que para Offe (1989) só se dá coletivamente – parece não se efetivar no caso estudado, posto que evidenciamos diversas dificuldades de organização dos trabalhadores, posto sua natureza itinerante, a intensa sazonalidade do trabalho e a origem dos trabalhadores⁵⁸.

Visando dar maior inteligibilidade aos efeitos do Compromisso Nacional enquanto instância potencial de resolução dos problemas nos canaviais paulistas, utilizamos um importante conceito, o de “esfera pública” (COSTA 1995; COSTA & AVRITZER, 2004). Para Costa (1995), a noção de esfera pública resulta “das tentativas de coordenação sistêmicas, de um lado, e do processo de formação política de pessoas físicas emancipadas, por outro” (p. 58). Essa noção de esfera pública amplia consideravelmente a ideia de esfera pública contida nos marcos do Compromisso Nacional (LAMBERTUCCI, 2010; BRASIL, 2012b.).

Para Costa (1995) e Costa e Avritzer (2004) a esfera pública, além dos canais institucionalizados de consulta e deliberação do Estado constitucional, pressupõe também um

58 Este fato não nos parece menor ou secundário. O elevado grau de burocratização e formalidade das instâncias sindicais parece somar-se, ou até mesmo decorrer, em certa medida, da própria dificuldade em lidar com o contingente itinerante de trabalhadores. As constantes menções ao “medo” dos trabalhadores em se organizar pode ter relação com a própria natureza dinâmica de migração, em que trabalhadores manuais circulam o país inteiro à busca de recursos para se reproduzirem enquanto agricultores familiares em seus locais de origem (SILVA, 1999). A resistência a aderirem a movimentos de contestação e enfrentamento às práticas trabalhistas usualmente verificadas no interior dos canaviais defronta-se com as estratégias patronais de desmobilização, de listas negras e de coerção aos trabalhadores sindicalizados.

espaço social de interação e contato em que atores politicamente motivados, sensíveis e permeáveis aos impulsos provindos de suas bases, se esforçam para recolher as “situações-problema” oriundas dos conflitos cotidianos, desenvolvendo-as e garantido sua preservação enquanto “impulso nos ânimos capaz de alterar os parâmetros constitucionais da formação da vontade política e de pressionar os parlamentos, os judiciários e os governos em favor de determinas políticas” (HABERMAS, 1992 apud COSTA, 1995).

A noção de esfera pública, conforme trabalhada pelos autores, pressupõe um duplo caráter dos atores da sociedade civil: um que eles chamam de “defensivo”, consistindo naquele responsável pela capacidade de determinadas associações e grupos sociais em absorverem e condensarem as “situações problemas” emergentes na sociedade. Por outro lado, o segundo caráter, chamado por de “ofensivo”, consiste na capacidade destas mesmas associações e grupos, após servirem de catalizadoras dessa “vontade política” diante de certas “situações-problema”, atuarem também como canalizadoras da resposta, agora amplificada, aos canais institucionais de consulta e deliberação do Estado.

Costa (1995) e Costa e Avritzer (2004), debatendo e situando eventuais limites do conceito *habermasiano* de esfera pública, listam, portanto, algumas dificuldades que poderiam limitar o pleno funcionamento dos entes civis enquanto catalizadores concretos do processo que chama – citando Habermas – de “práxis democrática radical” (COSTA, 1995). Para os autores, para que possam funcionar adequadamente como catalizadoras dos processos espontâneos de formação da opinião e vontade política, as organizações da sociedade civil não podem se transformar em estruturas demasiadamente formalizadas, dominadas pelos rituais burocráticos. De outra forma, o ganho de complexidade pode significar a perda de permeabilidade junto às bases e o conseqüente distanciamento entre as decisões tomadas no topo e os problemas vivenciados pelas bases.

Vemos, portanto, um cenário em que atores politicamente mobilizados constroem esferas públicas alternativas e complementares às esferas institucionalizadas estatais, de forma a amplificar debates acerca de problemas e situações indesejáveis que acometam homens e mulheres em suas vidas cotidianas. Ao ampliar o debate da participação pública, através do conceito de esfera pública, aqui brevemente apresentado, Costa (1995) e Costa e Avritzer (2004), a nosso ver, dão subsídios importantes para analisar a participação de entidades sociais, como sindicatos, por exemplo, em espaços tripartites como o Compromisso Nacional. Ou, através de

outra perspectiva, permitem pensar o Compromisso em sua capacidade de servir como esfera alternativa que possibilite uma amplificação e formação de vontades políticas.

Ao entender democracia de forma ampliada e, portanto, deslocar o foco de atenção da simples apresentação de demandas em esferas participativas por grupos distintos para a forma como tal participação se dá, ou por outro lado, ao deslocar o foco da representação formal para a representação “radical” – se refletem um esforço de absorção, condensação e amplificação das “situações problema” cotidianas, através da formação de uma “vontade coletiva”, como forma de refletir o que chama de “práxis democrática radical” – Costa (1995) e Costa e Avritzer (2004) oferecem-nos interessantes bases analíticas para problematizar tanto a participação sindical como o próprio Compromisso Nacional.

Ao aproximar a ideia de democracia da ideia de capilarização da discussão junto às bases, pressupondo um movimento de politização constante entre os membros das distintas organizações - especialmente sindicatos e trabalhadores – (COSTA, 1995; COSTA & AVRITZER, 2004), a “democracia” conforme prevista no Compromisso Nacional parece equiparar-se meramente à participação formal (BRASIL, 2012b; LAMBERTUCCI, 2010) dos distintos segmentos envolvidos na dinâmica produtiva, entre os dirigentes sindicais e empresários, através da mediação do governo. A impossibilidade deste espaço em estimular e amplificar o debate acerca das situações-problema para os trabalhadores da cana-de-açúcar – visualizada no descompasso entre a participação sindical na Mesa e na Comissão, e os STRs e SERs municipais, ou mesmo na limitação antecipada em determinar quais demandas ou reivindicações são legítimas - poderia ser pensada como um fator que obstaculiza este espaço como um catalizador de uma “vontade coletiva”, remetendo-nos, antes, a motivações de natureza política, afinadas com o esforço de expansão e internacionalização da produção nacional de etanol. A democracia da Mesa de Diálogo parece mais afinada com sua composição do que propriamente com sua forma e conteúdo.

Parece-nos significativo também a ideia de que a arena tenha sido concebida pelo próprio executivo em parceria com a CUT e a UNICA, evidenciando outros aspectos que, no nosso caso, também contribuíram para a forma e o conteúdo do pacto tripartite em questão. Garantindo o controle dos membros participantes e da forma da participação, o Estado brasileiro experimenta o tripartitismo num setor “quente”, em termos de conflitos, alvo de denúncias e críticas internacionais.

No Brasil, o Compromisso Nacional da Cana-de-Açúcar, oferece pequenos detalhes repletos de significados, como os pequenos processos de privilégio e interlocução entre empresários e Estado. Ademais, passa a ser significativo o peso de uma afinidade com projetos e plataformas políticas entre sindicalistas e governo para com a expansão sucroalcooleira nacional, como condição para a participação em tais arenas. Por outro lado, um cenário trabalhista em metamorfose recoloca diversas formas de ser trabalhador na cana-de-açúcar, tanto manual, como com a ampla difusão dos tratoristas, mecânicos, bituqueiros, faxineiras etc. Foram pouco visualizadas estratégias de atuação nos marcos dessas novas formas de trabalho, tanto por parte do sindicalismo, como por parte do próprio Compromisso Nacional.

CONCLUSÕES

Pudemos observar diversos dilemas que constituem o Compromisso Nacional da Cana-de-Açúcar. Desde a maior interlocução com os grupos empresariais e o governo, passando pela decisão dos pontos em esferas de forma antecipada à presença do sindicalismo canavieiro, até a recusa empresarial como forte determinante para a caracterização dos pontos a serem debatidos.

De todo modo, a existência de novos marcos, novas arenas legitimadas pelos distintos membros, recoloca as possibilidades de disputas em novos termos. Pela sua própria natureza, uma mesa tripartite, conforme Arbix (1996) e Takagi (2000, 2002) afirmam, implica em se considerar os eventuais atores subalternos participantes como entes importantes para a deliberação pública, seja enquanto detentores de importantes informações, seja – conforme a interpretação de Claus Offe (1989) – através da tentativa de seus controle político por parte de grupos e classes dominantes, devido a sua possibilidade de interferência e obstrução em uma determinada temática. Em ambos os casos, pressupõe-se, portanto, certo nível de assimilação das demandas e reivindicações dos grupos institucionalizados.

No caso analisado, mas, sobretudo, na maioria dos casos de dominação política através do tripartitismo, a assimilação de grupos com o fim de discipliná-los implica, até certo ponto, no acolhimento de suas demandas e reivindicações. Ainda que tenhamos observado o descumprimento deliberado dos pontos pactuados – mesmo por empresas estrangeiras e certificadas – a própria existência de um marco que conta com o aval dos empresários nos parece um ponto não desprezível e digno de nota. Enquanto instrumento de denúncia, observamos que o certificado atribuído pelo Compromisso Nacional – e consequentemente às boas práticas por ele implementadas – passa a ser objeto de disputa de trabalhadores, empresários e outros segmentos envolvidos no debate acerca das condições de trabalho na cana-de-açúcar.

Mesmo que tenha havido casos de privilégios, controle político sobre os canais e sobre a forma das reivindicações dos trabalhadores, por contar com a legitimidade e aval dos empresários, o pacto tripartite em questão pode apresentar certa margem de manobra para os trabalhadores. No entanto, como vimos, tal fato só pode ocorrer caso estes consigam atuar coletivamente, de forma a neutralizar as tentativas institucionais de anulação de seu poder de mobilização e barganha.

Ressaltar eventuais possibilidades de luta política relativas ao Compromisso Nacional não implica em desconsiderar que este, por sua vez, também é o coroamento das estratégias empresarias, mais afinadas com a criação de novos marcos políticos de decisão a serem seguidos e implementados e com os ideais da livre negociação. Se o pacto tripartite oferece possibilidades de organização e atuação conjunta visando pressionar patrões e governo, somos também levados a ressaltar que no Compromisso Nacional – muito por conta do próprio “estado da arte” do sindicalismo – negociar livremente significou aderir ou legitimar demandas já há muito sinalizadas pelas convenções e acordos coletivos feitos pelas bases sindicais. Outras questões se colocam quando fazemos o esforço de conceber este pacto como uma alternativa de enfrentamento às condições de trabalho: dirigentes sindicais e eventuais críticas à constituição do acordo ficam impossibilitados de se manifestarem nos limites do Compromisso. O mesmo se dá quando atentamos para sua capilarização diante das bases municipais. Nos importantes municípios canavieiros e bases sindicais analisados pelo presente trabalho, pouco se sabia sobre os pontos pactuados ou sobre o *modus operandi* do pacto nacional. Já não se sabe se a ausência do debate e do amplo conhecimento em relação aos pontos pactuados é causa ou consequência de uma despolitização sobre o debate acerca das condições de trabalho.

Somos obrigados a encarar o dilema dinâmico do trabalho e do trabalhador migrante e eventuais descompasso da ação dos sindicatos, já bastante burocratizados e pouco capazes de atuar ativamente na construção de uma ação política diferente da observada. Por outro lado, somos obrigados a reconhecer que o próprio mundo do trabalho na cana-de-açúcar se transforma e inacabada é a história. Em 2012, pode-se observar uma greve de operadores e tratorista numa usina de cana-de-açúcar. A própria tendência de constituição de laços mais sólidos entre empregados e empregadores parece sinalizar para possibilidades de atuação política para os distintos atores que compõe a ala crítica no debate sobre trabalho no interior paulista. As transformações dos fluxos migratórios, a perenidade dos postos de trabalho e a busca das empresas pela polivalência do trabalhador ao longo de todo o ano agrícola são elementos novos que podem dinamizar o debate acerca do que é ser trabalhador na cana-de-açúcar.

Neste sentido, é digno de mencionar os esforços da Feraesp e Fetaesp em disputar o novo contingente de operadores e tratoristas (CIRCULAR, 2012) diante do novo cenário de ampla adesão ao corte mecanizado. Antes de afirmar o fim do trabalho manual, somos levados

a perceber que este se coloca sob novas vestes e oferece novas possibilidades, tanto de conflitos, como de atuação dos múltiplos atores que se movimentam no interior dos canaviais de São Paulo. Por outro lado, operadores de maquinário, tratoristas, mecânicos etc., são atores pouco conhecidos e estudados para se pensar o trabalho na cana-de-açúcar na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco José. A nova dinâmica do Complexo Agroindustrial canavieiro: precarização dos direitos, concentração e exclusão social. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco José (Orgs). No Eito da Cana: Exploração do Trabalho e Luta por Direitos na Região de Ribeirão Preto/SP. São Carlos: Rima, 2003.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Os impactos do Agronegócio no Brasil. 2010. Mimeografado.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 1 ed. São Paulo, Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1995.
- _____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1997. v. 1. 131 p.
- _____. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, 527 p.
- _____. O Continente do Labor. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p. (Coleção Mundo do Trabalho).
- APESAR das críticas, Brasil ainda aposta no etanol, diz 'Guardian'. 28 mai. 2008. BBC Brasil. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/printable/080528_pressguardianetanol_b a.shtml>. Acesso em outubro, 2012.
- ARBIX, Glauco A. T. Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística. São Paulo: Scritta, 1996.
- AUDI, Patrícia. A Organização Internacional do Trabalho e o combate ao trabalho escravo no Brasil. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante et al. (Orgs.). Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- BÄCHTOLD, Felipe. Ministério flagra 421 pessoas em condições degradantes. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 mar. 2008. Brasil. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2603200814.htm>. Acesso em janeiro de 2010.
- BARBOSA, Mariana. Usinas tentam tirar 500 anos de atraso. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 jun. 2009. Economia e Negócios. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,usinas-tentam-tirar-500-anos-de-atraso,390517,0.htm>>. Acesso em janeiro
- BASTOS, Élide Rugai; CHAIA, Vera Lucia; FERRANTE, Vera Lucia da Botta. Modernização Agrícola no Circuito da Violência. Um mapeamento dos movimentos sociais rurais no Estado de São Paulo no período compreendido entre 1964 e 1987". São Paulo em Perspectiva, vol. 1, nº 3, p. 18-30, 1987.
- BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999 (Coleção Antropologia da Política).

BOAS práticas para o setor sucroalcooleiro entram em vigor. *Jornal da Contag*. Ano VI, n. 59, jun./jul. 2009, p. 5. Disponível em <<http://www.contag.org.br/imagens/f1676contag59baixa.pdf>>. Acesso em nov. 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Medida Provisória n. 103, de 01 janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 2003a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>, Acesso em outubro, 2012.

_____. Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 2003b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm> Acesso em outubro, 2012.

BRASIL FIRMA acordo para melhorar condições de trabalho nos canaviais. Canal do Produtor (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), 25 jun. 2009. Notícias de Mercado. Disponível em: <http://canaldoprodutor2.talk2.com.br/comunicacao/noticias/brasil-firma-acordo-para-melhorar-condicoes-de-trabalho-nos-canaviais>. Acesso em: novembro, 2012.

BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36, 2012, Caxambu, MG. Anais...Caxambu, MG: ANPOCS, 2012.

_____. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Brasília: Editora Mauad X, 2009.

CAMPO aberto para a logística. Transporte Moderno, 2009. Agronegócio, p. 3-4. Disponível em: <www.luftsolutions.com.br/2012/images/docs/agronegocio.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

CAMPOS, Suzana. Projeto piloto de monitoramento das usinas acontece nas próximas semanas. Agência Contag de Notícias. 11 mar. 2010. Setor Sucroalcooleiro. Disponível em <http://contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=6201&mt=1&pt=1>>. Acesso em jan. 2013.

CARDOSO, Fátima. Discutindo a influência da sociedade civil no comportamento do setor privado. Revista Fipe, São Paulo, out., 2010. Temas de Economia Aplicada, p. 25-28.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. Projeto CUT/Contag: Plataforma para o desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil, 2000.

CHADE, Jamil. País quer combater trabalho escravo. O Estado de São Paulo, São Paulo, 16 jun. 2009. Economia e Negócios. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,pais-quer-combater-trabalho-escravo,387818,0.htm>> . Acesso em janeiro, 2011.

CLEPS JR. João. Concentração de poder no agronegócio e (des)territorialização: os impactos da expansão recente do Capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 10, n. 31, set. 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Coordenação Nacional. Etanol e trabalho escravo: aonde o governo brasileiro quer chegar? 2008. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2008/11/18/cpt-etanol-e-trabalho-escravo-aonde-o-governo-brasileiro-quer-chegar/>>. Acesso em: out. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA/ FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DE SÃO PAULO. Nota da Contag e da Feraesp sobre o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na cana-de-açúcar. 2 p. [2012]. Disponível em <http://www.feraesp.org.br/Home/Default.aspx>. Acesso em setembro de 2012.

CONTAG questiona benefícios do selo de boas práticas. Jornal da Contag. Ano VIII, n. 89, jul. 2012, p. 6. Disponível em <<http://www.contag.org.br/imagens/f2203jornal-contag-julho.pdf>>. Acesso em nov. 2012.

COSTA, Sérgio; AVRITZER, Leonardo. Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

COSTA, Sérgio. A Democracia e a dinâmica da esfera pública. Lua Nova, n. 36. 1995.

DIEESE. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. Estudos e Pesquisas. Ano 3, n. 30, fev. 2007.

ESTERCI, Neide. Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

ESTERCI, Neide; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Trabalho Escravo no Brasil: as lutas pelo reconhecimento como crime de condutas patronais escravistas. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 20, p. 85, 2007.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Em: Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil em tempos de globalización. Ed. Caracas, Venezuela: FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DE SÃO PAULO (FERAESP). Circular n. 13. Araraquara. 30 mai. 2012. Disponível em <<http://feraesp.org.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=364>> Acesso em novembro, 2012.

FERRANTE, Vera Lucia da Botta. Aspectos do Sindicalismo Rural em São Paulo. Perspectivas, São Paulo, n. 3, 1980, p. 135-164.

_____. Tamoio: Olha! Tem nó na Cana. Perspectivas, São Paulo, n. 7, p. 31-40, 1984.

_____. Caminhos e Descompassos do Sindicalismo Rural Paulista. Perspectivas, São Paulo, v. 12-13, p. 73-102, 1990.

_____. FERAESP: a controvertida inversão das regras do sindicalismo rural paulista. In: Cadernos do Cedi. Rio de Janeiro, n. 21.p. 50-56, 1991. (Sindicalismo no Campo: reflexões, balanços e controvérsias).

_____. A Chama verde dos Canaviais: uma história de luta dos boias-frias. 1992. Araraquara, 1992. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

_____. Os Herdeiros da Modernização: Grilhões e Lutas dos Boias Frias. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 93-104, jul./set. 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Quão Penosa é a vida dos senhores: discursos dos proprietários sobre o trabalhado escravo. 1999. 194 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FLEURY, Sonia. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula. Texto distribuído entre os conselheiros em agosto de 2005. In: Reflexões sobre o CDES. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/estudo/9628/reflexoes-sobre-o-cdes.html>>. Acesso em 10/11/2011.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical frente ao Governo Lula. Dilemas, desafios e paradoxos. Outubro. São Paulo, v. 14, p. 131-150, 2006.

GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA, Jaime Montalvo et al. Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

GONÇALVES JÚNIOR, Carlos A. et al. Um estudo das deliberações da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool, usando análise de correspondências. RESR, Piracicaba, SP, v. 47, n. 01, p. 183-210, jan/mar 2009.

GOVERNO quer acabar com o "gato" no campo. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 jun. 2009. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0206200930.htm>>. Acesso em janeiro, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na lavoura canavieira. São Paulo: Hucitec, 1980.

GUANZIROLI, Carlos E. et al. Regulação ou cooptação? A ação do Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da agricultura entre 2002 e 2006. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina, Anais... Londrina: SOBER, 2007. CD-ROM.

GUIOT, André Pereira. Sociedade Civil e Hegemonia Burguesa: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva. In: MARX E O MARXISMO 2011: teoria e prática, 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro). Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis. [2007]. Disponível em <<http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/biocombustiveis/index.asp>>. Acesso em janeiro, 2013.

JANK, Marcos Sawaya; NAPPO, Marcio. Etanol da cana de açúcar: uma solução global sob ataque. In: ABRAMOVAY, R. (Org). Biocombustíveis. A Energia da Controvérsia. Editora Senac, 2009.

JANK, Marcos; NEVES, Élio. Cana-de-açúcar, entre o velho e o novo. União da Indústria de Cana-de-açúcar. 2008. Palavra da Presidência. Disponível em <<http://www.unica.com.br/palavra-do->

presidente/25714988920334743692/cana-de-acucar-por-cento2C-entre-o-velho-e-o-novo/>. Acesso em ago 2012.

JULIO SIMÕES. Relatórios anuais. Biênio 2009-10 e 2010-11. Disponível em: <www.ri.jsl.com.br>. Acesso em: 29 jan. 2013.

KUNRATH, Romerio. Representação, participação e cidadania no Brasil: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. In: KUNRATH, R Romerio; VIEIRA, Elias M. (Orgs.) Trabalho e Cidadania no Brasil. 1 ed. Santa Maria/RS: Editoria UFSM, 2006.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. Mesa Nacional de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar: um espaço de participação. Trabalho de Especialização em Formação de Conselheiros Nacionais. Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília, 2010.

LAMOUNIER, B. Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Brasília: IPEA, 1994.

MADUREIRA, Roberto. Folha de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 16 set. 2008. Mercado. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1609200841.htm>>. Acesso em out. 2012.

MEDEIROS, Leonilde. Agricultura familiar no Brasil: Aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo. (Org). Las agriculturas familiares del Mercosur: Trayectorias, amenazas y desafíos. Bueno Aires: Ciccus, 2010.

MILANEZ, Artur Y.; BARROS, Nereida R.; FAVARET FILHO, Paulo de Sá C. O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-36, set. 2008.

MILANO, Mariana; PERA, Jéssica. Entrevista com Élio Neves. Revista REED, v.2, n. 1, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE ARARAQUARA. Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Ipiranga. 2012. Disponível em <https://drive.google.com/?pli=1&authuser=0#my-drive>. Acesso em outubro de 2012.

_____. Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Raízen-Ararquara, 2012b. Disponível em <https://drive.google.com/?pli=1&authuser=0#my-drive>. Acesso em out. 2012.

_____. Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Maloso, 2012c. Disponível em <https://drive.google.com/?pli=1&authuser=0#my-drive>. Acesso em out. 2012.

_____. Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Raízen-Ibaté, 2012d. Disponível em <https://drive.google.com/?pli=1&authuser=0#my-drive>. Acesso em out. 2012.

_____. Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Santa Cruz, 2012e. Disponível em < <https://drive.google.com/?pli=1&authuser=0#my-drive>>. Acesso em out. 2012.

_____. Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina Santa Fé, 2012f. Disponível em <https://drive.google.com/?pli=1&authuser=0#my-drive>. Acesso em outubro de 2012.

_____. Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Usina São José da Estívia, 2012g. Disponível em <https://drive.google.com/?pli=1&authuser=0#my-drive>. Acesso em outubro de 2012.

MORAES, M. A Considerações Sobre a Indústria de Etanol do Brasil. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Org.). Biocombustíveis: realidade e perspectivas. 1 ed. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006, v. 1, p. 137-157.

MORAES, M. A.; BARROS, G. S. A Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro. Revista de Economia Política, v. 22, n. 2 (86), abr./jun., 2002.

MULLER, P., SURREL, Y. A análise das políticas públicas. 2 ed. Pelotas: Educat, 2004.

MUNDO NETO, Martin. Transformações da indústria sucroalcooleira brasileira no início do século XXI: das famílias aos acionistas. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 221.p, 2012.

NOVAES, Elisa Nogueira. Responsabilidade Social e abertura de capitais: uma descrição dentro do complexo agroindustrial canavieiro do Brasil. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

NOVAES, José Roberto. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais. Estudos Avançados, v. 21, p. 167-178, 2007.

OFFE, Claus. Atribuição de status público a grupos de interesse. In: _____. Capitalismo Desorganizado: Transformações contemporâneas do trabalho e da política. 1 ed. Editora Brasiliense, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Perfil dos Principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil. Brasília: OIT, 2011.

_____. Sítio eletrônico. Disponível em <www.oitbrasil.org.br/content/oit-no-brasil>. Acesso em nov./dez. 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. In: Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 36. p. 3-7, 1993.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (org.). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora Unesp, 1994.

PALMQUIST, Helena. MPF/PA denuncia donos da Pagrisa por trabalho escravo: Empresários são acusados de trabalho escravo, frustração de direitos trabalhistas e exposição dos trabalhadores a perigo. Ministério Público Federal do Pará, 21 set. 2007. Disponível em: <www.noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal_mpf-denuncia-donos-da-pagrisa-a-justica-por-trabalho-escravo>. Acesso em xxxxxxxxxx

PARA USINEIROS, problemas são isolados. Folha de São Paulo (sucursal Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 27 ago. 2008. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2708200823.htm>>. Acesso em outubro, 2012.

PASTORE, José. Perseguição e combate à livre negociação. O Estado de São Paulo. São Paulo, 28 ago. 2012, Economia e Negócios, p. B02. Disponível em:<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,perseguiacao-e-combate-a-livre-negociacao-,922585,0.htm>>. Acesso em set. 2012.

PAULILO, Luiz Fernando; MELLO, Fabiana Ortiz. Metamorfoses da rede de poder sucroalcooleira paulista e desafios da autogestão setorial. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 2005.

PRESIDENTE antecipa acordo com usineiros. *Valor Econômico*. 16 jun. 2009. Brasil. Disponível em: www.jornaldacana.com.br/Jornal-Cana/30711+Presidente-antecipa-acordo-com-usineiros. Acesso novembro, 2012.

RAMALHO, José Ricardo. Sociologia do Trabalho: A necessidade de rever caminhos e tradições. In: RIBEIRO, G. L. et al. (Orgs.) *As Ciências Sociais no Mundo Contemporâneo: Revisões e prospecções*. Brasília, 2011. P. 237-251.

RAMOS, Pedro. Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... atual? *História Econômica & História de Empresas*. v. 14, n. 2, p. 7-32, 2011.

REIMBERG, Maurício. Governo prepara protocolo; Alimentação é cara, dizem os usineiros. *Repórter Brasil*, São Paulo, 02 jun. 2009. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1589>. Acesso em ago. 2012.

REPÓRTER BRASIL. Disponível em: www.reporterbrasil.org.br. Acesso em: jul./set. 2012.

RIBEIRO, Alcymar das C.; ATAHYDE, Kátia R; CASTRO, Rogério A. R. Novo Ciclo da Agroindústria canavieira Brasileira: perspectivas de inserção do Estado do Rio de Janeiro. *Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 28, Rio de Janeiro, 2008.
http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_075_534_10881.pdf

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. Os Acionistas da Casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. 2007. 258 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Política e Políticas de uma energia alternativa: o caso do Proálcool. Rio de Janeiro: Editora Notrya, 1993.

SÃO PAULO. Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo: LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>. Acesso em nov. 2012.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VALARELLI, L (Orgs.) Modernização e impactos sociais: o caso da agroindústria sucroalcooleira da região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VIAN, Carlos. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte de cana de açúcar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan/mar, 1999.

SCOPINHO. Rosemeire Aparecida. Qualidade total, saúde e trabalho: Uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. *Revista de Adm. Contemporânea*. Curitiba, v.4, n. 1, p. 93-112, jan/abr. 2000.

SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SEDES). Presidência da República. Carta de concertação do Conselho de Desenvolvimento

Econômico e Social. Brasília, 2004. Disponível em www.cdes.gov.br/conteudo/1428/cartas-de-concertacao.html. Acesso em 29 de jan. de 2013.

_____. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2004. Brasília, 2004. Relatório. Disponível em www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html>. Acesso em 29 de jan. de 2013.

_____. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2005. Brasília, 2005. Relatório. Disponível em www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html>. Acesso em 29 de jan. de 2013.

_____. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2007. Brasília, 2007. Relatório. Disponível em www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html>. Acesso em 29 de jan. de 2013.

_____. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2008. Brasília, 2008. Relatório. Disponível em www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html>. Acesso em 29 de jan. de 2013.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SGPR). Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. 2009. 19 p. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf>>. Acesso em out. 2012.

_____. Edital 01, 2011. Secretaria Geral da Presidência da República. Acesso em nov. 2012.

_____. Resolução normativa n. 01, de maio de 2012, que dispõe sobre a outorga do Selo “Empresa Compromissada”. 2012. Disponível em: www.secretariageral.gov.br/compromissocana/publicacoes-e-documentos/resolucao-no-1-de-23-de-maio-de-2012. Acesso em mar. 2013.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Trabalho nos Canaviais: O que mudou? Teoria e Debate, v. 84, set./out. 2009.

_____. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. Perspectivas, Araraquara, v. 39, p. 11-46, 2011.

SUSTENTABILIDADE é a prioridade, Dinheiro Rural, 14 jan. 2009. São Paulo.

SZMRECSÁNYI, Tamás et al. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 150 p. (Texto para Discussão, n. 32).

SZMRECSÁNYI, Tamás. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1979.

TAKAGI, M. Câmaras Setoriais Agroindustriais: da reivindicação para a auto-regulação? Agricultura em São Paulo, v. 2, n. 49, p. 1-16, 2002.

_____. Câmaras Setoriais Agroindustriais, Representação de Interesses e Políticas Públicas. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

THOMAZ JR. Antonio. Por trás dos canaviais, os ‘nós’ da cana: Relação Capital x Trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1996. Tese (Doutorado em

Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

TOLEDO, Marcelo. Para ganhar mais, bóia-fria eleva corte de cana em SP. Folha de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 28 ago. 2007. Dinheiro. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2808200742.htm>> Acesso em janeiro de 2012.

TRABALHADORES pediam alimentação, mas levaram só marmita térmica. O Globo. 26 jun. 2009.

UNIÃO DAS INDÚSTRIAS DA CANA DE AÇÚCAR (ÚNICA). Notícias. Disponíveis em
<<http://www.unica.com.br/noticias/>> Acesso em: ago./dez. 2012.

_____. Histórico e missão. (s/d). Disponível em: <<http://www.unica.com.br/historico-e-missao>>. Acesso em:

_____. Folder do Programa Renovação. São Paulo, Mimeo. (s/d).

VEGA, Gerardo Cerdas. A Transnacionalização da indústria sucro-energética brasileira: interfaces e redes entre poder estatal e grupos corporativos desde uma perspectiva estratégico-relacional. 2011. Projeto de Qualificação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

VETTORASSI, Andréa. Nativos e “de fora”: padrões de inserção e integração entre grupos sociais no interior paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBS, 2009.

WILKINSON, John; HERRERA, Selena. Biofuels in Brazil: debates and impacts. The Journal of Peasant Studies. v. 37, n. 4, oct., 2010.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BACCARIN, José Giacomo. Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000, 224 p.

PEREIRA, Renée; CHADE, Jamil. **Usineiros buscam prestígios perdidos**. O estado de São Paulo. São Paulo, 10 de janeiro de 2012.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 59-73.

RODRIGUES, Lino. Compromisso para gringo ver: Denúncias trabalhistas atingem um terço das usinas de cana com selo de empresa responsável. O Globo, São Paulo, 21 jul. 2012. Economia. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/compromisso-para-gringo-ver-5549753>. Acesso em novembro, 2012.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da Unesp: 1999.

ENTREVISTAS

Entrevista com Pe. Garcia. Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM). Guariba, out., 2012.

Entrevista com Valditudes. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dobrada (STR-Dobrada). Dobrada. Agosto 2012.

Entrevista com Wilson. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba (STR – Guariba). Guariba. Agosto 2012.

Entrevista com Silvio. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto (STR – Ribeirão Preto). Guataporã. Agosto, 2012.

Entrevista com Rafael, assessor de comunicação do Ministério Público do Trabalho de Araraquara (MPA). Araraquara. Outubro, 2012.

Entrevista com Carlita. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis (STR- Cosmópolis). Junho, 2012, Rio de Janeiro.

ANEXOS

Anexo A – Empresas Certificadas, Critérios e seus Respectivos Órgãos Certificadores.

Anexo B – Critérios de Sustentabilidade, Segundo o Ibase.

Anexo C – Critérios de Sustentabilidade Segundo a Global Reporting Initiative (GRI)

Anexo D – Indicadores Ethos de Responsabilidade Social

Anexo E – Carta de Reivindicação da Contag, Entregue ao Governo Antes da Constituição da Mesa Nacional de Diálogo para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

Anexo F – Edital de Chamada Pública N. 01/2011 – SG/PR. Consta Também a Metodologia a Ser Aplicada pelas Empresas Privadas.

Anexo G – Fotos do Evento Realizado em Brasília, em 2009, de Lançamento do Compromisso Nacional Da Cana De Açúcar.

Anexo A – Empresas Certificadas, Critérios e seus Respectivos Órgãos Certificadores.

EMPRESAS QUE RECEBERAM O SELO IBASE/BETINHO

Usina	2003	2004	2005	2006	2007
Cia Energética Santa Elisa	Sim	Sim			
Cia Industrial e Agrícola Ometto	Sim	Sim			
Cocal Com. Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda	Sim				
Unialco S/A Açúcar e Alcool	Sim				
Usina Cerradinho Açúcar e Alcool S/A	Sim	Sim	Sim	Sim	
Usina Mandu S/A	Sim	Sim	Sim	Sim	
Usina São Domingos Açúcar e Alcool S/A	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Alcool	Sim	Sim	Sim	Sim	
Usina São Martinho	Sim	Sim	Sim		
Açúcar Guarani S/A		Sim	Sim	Sim	
Açucareira Corona S/A		Sim	Sim		
Della Coletta Usina de Açúcar e Alcool Ltda		Sim	Sim		
Usina Açucareira São Manoel S/A		Sim	Sim	Sim	
Usina Vista Alegre Açúcar e Alcool		Sim	Sim		
Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda			Sim	Sim	Sim
USJ Açúcar e Alcool S/A			Sim		
Vale do Ivaí S/A Açúcar e Alcool			Sim	Sim	Sim
Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool			Sim	Sim	
Agrovale - Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A				Sim	
Ferrari Agroindústria Ltda				Sim	
Santa Cruz S/A Açúcar e Alcool				Sim	
Antônio Ruelle Agroindustrial Ltda					Sim

Fonte: Novaes (2009).

Anexo B – Critérios de Sustentabilidade, Segundo o Ibase.

Empresa: Usina Açúcar Guarani

Ano: 2006

1. Base de Cálculo		Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)		651.954		
Resultado Operacional (RO)		192.642		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		68.470		
2. Indicadores Sociais Internos		Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		6.241	9,11%	0,96%
Encargos sociais compulsórios		8.556	12,50%	1,31%
Previdência privada		50	0,07%	0,01%
Saúde		3.020	4,41%	0,46%
Segurança e medicina no trabalho		484	0,71%	0,07%
Educação		426	0,62%	0,07%
Cultura		110	0,16%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional		229	0,33%	0,04%
Creches ou auxílio-creche		5	0,01%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		4.654	6,80%	0,71%
Outros		6.343	9,26%	0,97%
Total - Indicadores Sociais Internos		30.118	43,99%	4,62%
3. Indicadores Sociais Externos		Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		140	0,07%	0,02%
Cultura		29	0,02%	0,00%
Saúde e saneamento		14	0,01%	0,00%
Habitação				
Esporte		15	0,01%	0,00%
Lazer e diversão				
Creches				
Alimentação				
Combate à fome e segurança alimentar		16	0,01%	0,00%
Outros		103	0,05%	0,02%

Total das contribuições para a Sociedade	317	0,16%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	118.571	61,55%	18,19%
Total Indicadores Sociais Externos	118.888	61,71%	18,24%

4. Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.288	3,26%	0,96%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	247	0,13%	0,04%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	6.535	3,39%	1,00%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: cumpre de 76 a 100%

5. Indicadores do Corpo Funcional	
Nº de empregados(as) ao final do período	3.146
Nº de admissões durante o período	3.438
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	34
Nº de estagiários(as)	44
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	804
Nº de mulheres que trabalham na empresa	228
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	7
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	308
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	77

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006	Metas 2007
Relação entre a maior e a menor remuneração da empresa	18,90	18,00
Número total de acidentes de trabalho	233	180
Os projetos sociais ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	direção e gerências	direção e gerências

foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)

trabalhadores(as), a empresa:

segue as normas da OIT

seguirá as normas da OIT

A previdência privada contempla:

direção e gerências

direção e gerências

A participação nos lucros ou resultados contempla:

todos(as) empregados(as)

todos(as) empregados(as)

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental

adotados pela empresa:

são sugeridos

serão exigidos

Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

apóia

Apoiará

Número de reclamações e críticas de consumidores(as):

na empresa 99
no Procon 0
na Justiça 0

na empresa 40
no Procon 0
na Justiça 0

% de reclamações e críticas solucionadas:

na empresa 100,00%
no Procon
na Justiça

na empresa 100,00%
no Procon
na Justiça

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Em 2006: 344.358

Em 2007:

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

45,00% governo 10,00%
colaboradores(as)
0,00% acionistas 8,00%
terceiros 37,00% retido

% governo %
colaboradores(as)
% acionistas % terceiros %
retido

Fonte: Ibase

Anexo C – Critérios de Sustentabilidade Segundo a *Global Reporting Initiative (GRI)*

Indicadores Gerais

1) Estratégia e análise

- Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização
- Declaração dos principais impactos, riscos e oportunidades

2) Perfil Organizacional

- Nome da organização
- Principais marcas, produtos e serviços
- Estrutura operacional
- localização da sede da organização
- Países em que opera
- Tipo e natureza jurídica da propriedade
- Mercados atendidos
- Porte da organização (número de colaboradores, vendas líquidas, capitalização total, quantidade de produtos e serviços oferecidos)
- Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária
- Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório

Parâmetros para o relatório

3) Perfil do relatório

- Período coberto pelo relatório
- Data do relatório anterior

- Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.)
- Dados para contato

4) Escopo e limite do relatório

- Processo para a definição do conteúdo
- Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, joint ventures, fornecedores)
- Declaração de quaisquer limitações específicas quanto ao escopo do relatório
- Base para a elaboração do relatório
- Técnicas para medição de dados e bases de cálculo
- Explicação das consequências de reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores (fusões ou aquisições, mudanças no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição)
- Mudanças comparativas em comparação com anos anteriores

5) Sumário de conteúdo da GRI

- Tabela que identifica a localização das informações

6) Verificação

- Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório se a verificação não for incluída no relatório, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa oferecida, bem como a natureza da relação entre a organização relatora e o(s) auditor (es)

Governança, Compromisso e Engajamentos

7) Governança

- Estrutura de governança
- Indicação caso o presidente do mais alto grau de governança também seja um diretor executivo
- Número de membros independentes ou não-executivos do mais alto grau de governança

- Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou orientem o mais alto grau de governança
- Relação entre remuneração para membros do mais alto grau de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização
- Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesses sejam evitados
- Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto grau de governança para definir as estratégias da organização
- Declaração de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos
- Procedimentos do mais alto grau de governança para supervisionar a identificação e gestão do desempenho econômico, ambiental e social
- Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto grau de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.

8) Compromissos com iniciativas externas

- Princípio da precaução
- Cartas, princípios ou outras iniciativas externas de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa
- Participação significativa em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa

9) Engajamento dos Stakeholders

- Relação dos *stakeholders* engajados pela organização
- Base para a identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar
- Abordagens para o engajamento dos *stakeholders*, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de *stakeholders*

Desempenho Econômico

10) Forma de Gestão

- valor econômico gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos
- Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas
- Ajuda financeira significativa recebida do governo

11) Impactos econômicos indiretos

- Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público
- Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos

Desempenho Ambiental

12) Energia

- Consumo de energia direto discriminado por fonte de energia primária
- Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária
- Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas

13) Água

- Total de retirada de água por fonte

14) Biodiversidade

- Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas
- Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas
- Habitats protegidos ou restaurados

15) Emissões, efluentes e resíduos

- Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso
- Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso
- Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas

16) Produtos e Serviços

- Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos .

17) Geral

- Total de investimentos e gastos em proteção ambiental²¹

Desempenho Social – Trabalho

18) Emprego

- Total de colaboradores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região
- Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva

19) Saúde e segurança no trabalho

- Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a colaboradores, suas famílias ou membros da comunidade com relação a doenças graves
- Total de colaboradores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região
- Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva

20) Treinamento e educação

- Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional
- Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e para gerenciar o fim da carreira

21) Diversidade e igualdade de oportunidades

- Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de colaboradores por indicadores de diversidade

Desempenho Social – Direitos Humanos

22) Trabalho Infantil

- Operações de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas

Desempenho Social – Sociedade

23) Comunidade

- Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída

24) Políticas públicas

- Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies

Desempenho Social – Responsabilidade Pelo Produto

25) Saúde e segurança do cliente

- Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados
- Número de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida

26) Rotulagem de produtos e serviços

- Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências
- Número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado
- Práticas relacionadas à satisfação do cliente

27) Comunicação de marketing

- Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio

28) Compliance

- Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços

Fonte: Novaes (2009)

Anexo D – Indicadores Ethos de Responsabilidade Social

Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

O documento do Instituto Ethos contém 40 Indicadores, divididos em 7 itens:

a) Valores, Transparência e Governança

Indicador 1. Compromissos Éticos

Indicador 2. Enraizamento na cultura organizacional

Indicador 3. Governança Corporativa

Indicador 4. Relações com a Concorrência

Indicador 5. Diálogo e Engajamento das partes interessadas

Indicador 6. Balanço Social

b) Público Interno

Indicador 7. Relações com sindicatos

Indicador 8. Gestão Participativa

Indicador 9. Compromisso com o futuro das crianças

Indicador 10. Compromisso com o desenvolvimento infantil

Indicador 11. Valorização da diversidade

Indicador 12. Compromisso com não-discriminação e promoção da equidade racial

Indicador 13. Compromisso com a promoção da equidade de gênero

Indicador 14. Relações com trabalhadores terceirizados

Indicador 15. Política de remuneração, benefícios e carreira

Indicador 16. Cuidado com saúde, segurança e condições de trabalho

Indicador 17. Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade

Indicador 18. Comportamento nas demissões

Indicador 19. Preparação para a aposentadoria

c) Meio Ambiente

Indicador 20. Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental

Indicador 21. Educação e conscientização ambiental

Indicador 22. Gerenciamento sobre os impactos sobre o meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços

Indicador 23. Sustentabilidade da economia florestal

Indicador 24. Minimização de entrada e saídas de materiais

d) Fornecedores

Indicador 25. Critério de seleção e avaliação de fornecedores

Indicador 26. Trabalho infantil na cadeia produtiva

Indicador 27. Trabalho forçado (ou análogo ao escravo) na cadeia produtiva

Indicador 28. Apoio ao desenvolvimento de fornecedores

e) Consumidores e Clientes

Indicador 29. Política de comunicação comercial

Indicador 30. Excelência no atendimento

Indicador 31. Conhecimento e gerenciamento dos dados potenciais de produtos e serviços

f) Comunidade

Indicador 32. Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno

Indicador 33. Relações com organizações locais

Indicador 34. Financiamento das ações sociais

Indicador 35. Envolvimento com a ação social

g) Governo e Sociedade

Indicador 36. Contribuição para campanhas políticas

Indicador 37. Construção da cidadania pelas empresas

Indicador 38. Práticas anti-corrupção e anti-propina

Indicador 39. Liderança e influência social

Indicador 40. Participação em projetos sociais governamentais

Dentro de cada indicador, a empresa deve responder à questões iniciais sobre o estágio que se encontra diante tal indicador, e depois, preencher lacunas de “sim” ou “não” sobre informações adicionais.

Ex: Indicador 40. Participação em projetos sociais governamentais

Em seu envolvimento com as atividades sociais realizadas por entidades governamentais, a empresa:

- () Estágio 1: Contribui apenas com o pagamento de impostos
- () Estágio 2: Contribui ocasionalmente com o poder público na realização de eventos e atividades pontuais e/ou apóia financeiramente programas e projetos do poder público em resposta a solicitações das autoridades.
- () Estágio 3: Contribui regularmente com recursos humanos, técnicos ou financeiros para a realização de projetos específicos e localizados de entidades governamentais.
- () Estágio 4: Participa ativamente da elaboração, aperfeiçoamento, execução, controle e avaliação de políticas públicas de interesse geral, contribuindo para seu fortalecimento.

Informações adicionais:

A empresa:

Adota ou desenvolve parcerias com organismos públicos visando objetivos como melhorar a qualidade de ensino, a assistência social, a saúde ou a infra-estrutura, erradicar o trabalho infantil e/ou o trabalho forçado, incentivar a geração de renda e/ou de emprego, promover a segurança alimentar, etc. () sim () não

Patrocina programa público ou privado de bolsa escola () sim () não

Articula e coordena parcerias nos programas de que participa () sim () não

Ao conduzir o processo de preenchimento dos indicadores, o relator deve fazer anotações que ajudarão a empresa a analisar e interpretar o relatório diagnóstico elaborado pelo Instituto Ethos, tais como:

- a) Riscos verificados
- b) Oportunidades a explorar
- c) Metas para a próxima aplicação
- d) Lideranças internas para conduzir este processo
- e) Liderança externa a serem envolvidas neste processo
- f) O que pode ser feito em relação a este indicador
- g) Aspectos a considerar em relação a este indicador

Anexo E – Carta de Reivindicação da Contag, Entregue ao Governo Antes da Constituição da Mesa Nacional de Diálogo para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA -
CONTAG**

Proposta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para a regulamentação da expansão do setor sucroalcooleiro

Em uma conjuntura nacional e internacional em que cresce a preocupação com as questões ambientais e seus impactos, os limites para a produção de petróleo e as conseqüentes altas do seu preço, são crescentes a busca por soluções alternativas na área energética, destacando-se neste campo a produção de energia de fontes renováveis. O Brasil por sua posição geográfica, pela disponibilidade de terras agricultáveis e pelo domínio da tecnologia, alcançada nos últimos 30 anos, desempenhará um papel de destaque neste cenário.

Essa oportunidade que se apresenta ao país não pode ser desperdiçada como já ocorreu no passado, incorrendo-se nos velhos erros de fomentar a concentração fundiária e de renda, a superexploração do trabalho e a ausência de benefícios que contemplem toda a população. Para a CONTAG é preciso que a política energética esteja integrada a um processo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com uma ampla e massiva reforma agrária e a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, que seja socialmente incluyente, que assegure renda e cidadania e que respeite o meio ambiente.

Não são poucos os riscos que cercam a produção de energia de fontes renováveis, entre os quais podemos destacar as relações de trabalho injustas e degradantes, prejuízos para a biodiversidade do ecossistema, consequência da extensão da monocultura em outras regiões, estrangeirização das terras ameaçando a soberania territorial, comprometimento da produção de alimentos e a inviabilização da agricultura familiar nas áreas de produção de cana-de-açúcar.

Este é um momento propício para que o Brasil enfrente essas questões, através de um amplo debate e de uma negociação envolvendo todos os setores sociais e governamentais.

Assim, o **Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais – MSTTR (CONTAG, FETAGs e STTRs):**

CONSIDERANDO que o direito à propriedade, segundo a Constituição Federal, está condicionado ao cumprimento da função socioambiental da terra, representada pelo aproveitamento racional e adequado do imóvel, preservação do meio ambiente, justas relações de trabalho e bem-estar dos proprietários e trabalhadores;

CONSIDERANDO a expansão do setor sucroalcooleiro, em razão da ampliação do mercado nacional e internacional, com incentivos dos governos federal e estaduais, resultante da preocupação de adoção de fontes alternativas de energia, e as consequências desta nos aspectos econômico, social e ambiental e em relação à segurança alimentar;

CONSIDERANDO a necessidade de ser ter uma política pública voltada para formação de estoques estratégicos de alimentos visando garantir o abastecimento da população e renda para os agricultores (as) familiares;

CONSIDERANDO que a atividade canavieira, além de avançar direta e indiretamente sobre regiões da Amazônia, está se expandindo sobremaneira em regiões que integram o Bioma Cerrado, com risco de devastação do pequeno percentual de cerrado nativo ainda existente;

CONSIDERANDO a necessidade de se efetuar o Zoneamento Agroecológico – ZAE e o Zoneamento Econômico e Ecológico - ZEE, não apenas da cultura da cana-de-açúcar, mas das atividades agropecuárias em geral, visando, sobretudo, evitar maiores agressões ambientais e a implantação da atividade canavieira em áreas necessárias à proteção dos ecossistemas e em regiões estrategicamente importantes para a produção de alimentos, tendo em vista a estratégia de garantir a segurança alimentar;

CONSIDERANDO as condições de trabalho praticadas no setor sucroalcooleiro, em especial nas atividades de plantio e corte de cana, na maioria das vezes sem o respeito às mínimas garantias fixadas na legislação trabalhista e previdenciária e na Norma Regulamentadora 31, bem como o não cumprimento, em sua totalidade, das convenções e acordos coletivos de trabalho;

CONSIDERANDO que as ações de fiscalização no campo constataram em vários casos a utilização de trabalho degradante e em condições análogas às de trabalho escravo em novos empreendimentos;

CONSIDERANDO que a atividade canavieira, em especial o corte de cana para moagem é altamente insalubre e, ainda assim, não consta na relação de atividades para as quais se estabelecem condições especiais em razão à exposição a agentes nocivos à saúde;

CONSIDERANDO a prática predominante de trabalho por produção no corte de cana, levando à superexploração e ao trabalho à exaustão, resultante do excesso de trabalho e outros problemas de saúde, com consequências como a morte;

CONSIDERANDO as práticas, cada vez mais frequentes, de terceirizar os serviços nas contratações da atividade canavieira, estimuladas pela rápida expansão da atividade e, com isso, precarizando ainda mais as relações e as condições de trabalho;

CONSIDERANDO que a migração de trabalhadores (as) que atuam nesta atividade favorecem a ocorrência de situações onde não se observam as exigências legais mínimas relacionadas à formalização do trabalho, ao transporte destes trabalhadores (as) e cumprimento das exigências em relação aos alojamentos, fornecimento de alimentação e outras garantias;

CONSIDERANDO que as condições de alimentação dos trabalhadores (as) do corte de cana são extremamente prejudiciais à saúde, em razão da baixa qualidade nutritiva, pelo sacrifício de acordar de madrugada para prepará-la e as condições de realização da refeição, freqüentemente com a alimentação já estragada, sem uma garantia de qualidade e dignidade mínima destes trabalhadores;

CONSIDERANDO que as conseqüências nocivas dos problemas acima apontados são perpetuados especialmente por falta de estrutura fiscal adequada do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, resultando em prejuízos evidentes para os trabalhadores (as);

CONSIDERANDO que os trabalhadores (as) da atividade canavieira não têm acesso ao Seguro – Desemprego, apesar do caráter sazonal da atividade expô-los, anualmente, a longos períodos de desemprego involuntário;

CONSIDERANDO a reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro, com a intensificação da mecanização, com o conseqüente aumento do desemprego no meio rural, ampliando a massa de trabalhadores (as) sem a qualificação para conquistar espaços em outras atividades no próprio setor e no mercado de trabalho;

CONSIDERANDO que não há garantia de qualificação ou requalificação profissional do trabalhador (a) em vista da perda do emprego na atividade canavieira em razão da mecanização;

CONSIDERANDO que a ausência de políticas públicas para estes trabalhadores (as) dificulta o seu acesso às alternativas de melhoria na qualidade de trabalho, renda e vida; e

CONSIDERANDO a necessidade do monitoramento e avaliação das políticas de fomento para o setor sucroalcooleiro assegurando que as mesmas sejam integradas e sistêmicas,

REIVINDICA:

DO GOVERNO

1. Assumir responsabilidades na regulamentação da expansão do setor sucroalcooleiro, estabelecendo salva-guardas, ambiental e para a agricultura familiar.
2. Construir políticas públicas que assegurem:
 - a. Elevação da escolaridade formal;
 - b. Qualificação e Requalificação Profissional; e
 - c. Reinserção profissional dos trabalhadores (as) que perderem seus postos de trabalho em virtude da mecanização.
3. Realizar o Zoneamento Agroecológico – ZAE e o Zoneamento Econômico e Ecológico – ZEE para a produção da cana-de-açúcar.

4. Estabelecer regras para os financiamentos públicos e privados e acesso às isenções fiscais que assegurem cumprimento das metas de proteção social e ambiental pelo setor sucroalcooleiro.
5. Estabelecer procedimentos normativos que coíbam a compras de terras por estrangeiros e que assegurem o controle sobre o território nacional.
6. Reestruturar, fortalecer, ampliar e qualificar a estrutura operacional dos órgãos envolvidos nas ações de fiscalização do setor sucroalcooleiro nas áreas trabalhista, previdenciária e ambiental.
7. Assegurar que a Petrobrás exija a certificação social e ambiental de seus fornecedores de álcool combustível.
8. Criar Fundo Social, com gestão tripartite, para o desenvolvimento de políticas públicas para a reinserção dos trabalhadores (as) rurais atingidos pela mecanização do setor.
9. Criar Comissão Tripartite com o objetivo de monitorar a expansão do setor, avaliar as políticas de fomento e suas consequências sociais, econômicas e ambientais.
10. Realizar estudos sobre os impactos ambiental, social e econômico da recente expansão do setor sucroalcooleiro visando subsidiar a elaboração de políticas públicas.
11. Estabelecer normas para a certificação social e ambiental do setor, que devem, além de outros, considerar os pré-requisitos mínimos apontados pelo MSTTR.
12. Desenvolver políticas públicas de fomento ao desenvolvimento no local de origem dos trabalhadores migrantes, promovendo a permanência desses trabalhadores em suas regiões.
13. Ampliar o Programa Crédito Fundiário, como uma das alternativas para a reinserção produtiva dos trabalhadores (as) atingidos pela mecanização.

DOS EMPREGADORES

1. Cumprimento por todos os integrantes da cadeia produtiva das regras para a certificação social e ambiental.
2. Responsabilização dos produtores de açúcar e álcool pelo cumprimento das metas de proteção social e ambiental por parte dos seus fornecedores de matéria-prima.
3. Estabelecer contra-partidas do setor sucroalcooleiro para a reinserção profissional dos trabalhadores (as) que perderem seus postos de trabalho em virtude da mecanização da atividade canavieira.
4. Estabelecer prazos para que todo o setor sucroalcooleiro obtenha a certificação social e ambiental.

PRÉ-REQUISITOS DA NORMA DE CERTIFICAÇÃO SOCIAL:

- a. Saúde e Segurança do Trabalhador (a) Rural (alojamento, transportes, EPIs) – Referência Norma Regulamentadora – 31 – Segurança e Saúde no Trabalho, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura
- b. Fornecimento de alimentação para os trabalhadores (as) assalariados (as) rurais
- c. Trabalho por Produção (superexploração do trabalho), Jornada de Trabalho e Remuneração – Estabelecer regras que não levem à superexploração do trabalhador (a) e que respeite a jornada de trabalho prevista em lei e nas convenções e acordos coletivos de trabalho; considerando a capacidade de esforço físico para a realização da tarefa e assegure uma remuneração justa.
- d. Insalubridade
- e. Padronização dos contratos de trabalho
- f. Terceirização – (eliminação da terceirização na contratação da atividade canavieira)
- g. Migração – Referência Instrução Normativa nº65 – Dispõe sobre os procedimentos para a fiscalização do trabalho rural (expedição de Certidão Liberatória)
- h. Qualificação/Requalificação Profissional
 - Apoio à escolaridade formal/ eliminação do analfabetismo
 - Atender novas demandas do setor
 - Reinserção – trabalhadores que perderam seus postos de trabalho em virtude da mecanização do corte da cana e para novos postos de trabalho
- i. Organização Sindical
 - Organização por Local de Trabalho – OLT;
 - Firmar e cumprir Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho; e
 - Acesso livre dos trabalhadores (as) do Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais - STTR no local de trabalho.

Fonte: CONTAG (2012).

Anexo F – Edital de Chamada Pública N. 01/2011 – SG/PR. Consta Também a Metodologia a Ser Aplicada pelas Empresas Privadas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2011 – SG/PR

A Secretaria-Geral da Presidência da República torna público, para conhecimento dos interessados, o Edital de Chamada Pública para seleção de empresas de auditoria independente, de âmbito nacional, legalmente constituídas, com o objetivo de se credenciar em junto à Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação de Compromisso Nacional, para verificação do cumprimento de práticas empresariais pelas empresas que aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, firmado em 25 de junho de 2009, prorrogado em 24 de junho de 2011, entre a Secretaria-Geral, a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Fórum Nacional Sucroenergético, a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – UNICA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP, nos termos da Portaria n.º 237, de 13 de julho de 2011, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETIVO

1.1 A realização da presente Chamada Pública está embasada em decisão formal da Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional, que promoverá o credenciamento das empresas de auditoria que cumprirem as formalidades exigidas neste edital, com vistas à verificação do cumprimento de práticas empresariais pelas empresas que aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente edital estabelecer procedimentos para o credenciamento de empresas de auditoria independente para verificação do cumprimento de práticas empresariais pelas empresas que aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, por meio da aplicação de questionário (Anexo I) elaborado pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional, consoante metodologia (Anexo II).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente seleção empresas de auditoria independente, legalmente constituídas, de âmbito nacional, estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e que apresentem a documentação necessária para o credenciamento.

3.2 Não poderão participar desta seleção as empresas:

- a) em processo de recuperação judicial ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

- c) inadimplentes em obrigações assumidas com a Presidência da República; e
- d) estrangeiras que não funcionem no País.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar da seleção, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, há pelo menos 3 (três) anos;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, se houver, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto desta seleção;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou outro equivalente;
- d) Prova de regularidade com a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, demonstrando sua situação regular mediante os dispositivos da lei;
- e) Comprovação de ter filiais de seus escritórios em, pelo menos, 5 (cinco) estados produtores de cana-de-açúcar do território nacional;
- f) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou execução patrimonial, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da empresa;
- g) Documento de Identidade do representante da empresa autenticado em cartório.
 - g.1) Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembléia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original.
 - g.2) Caso o preposto da empresa não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, com firma reconhecida, no mínimo com os poderes de representar a empresa e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. Nesse caso, o preposto também entregará cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.
- h) Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Contabilidade;
- i) Indicação do responsável técnico na área de Auditoria, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

4.2 Os interessados deverão enviar a documentação de que trata o subitem 4.1 até a data, horário e local, previstos no item 6 deste Edital de Chamada Pública, em envelope devidamente fechado, devendo ser protocolado na Presidência da República, situada na Praça dos Três Poderes, Anexo do Palácio do Planalto, CEP: 70.150-900, Brasília-DF, devendo conter, na parte externa, além da sua **RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO e TELEFONE**, os seguintes dizeres:

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

CREDENCIAMENTO

Presidência da República

Secretaria Geral

Edital de Chamada Pública Nº **01/2011**

Envelope – **CREDENCIAMENTO**

4.3 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5. DA SELEÇÃO

5.1 A Secretaria-Geral da Presidência da República enviará à Comissão Nacional de

Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional a documentação apresentada pelos interessados, para análise e seleção das empresas consideradas aptas.

5.2 Não serão consideradas aptas aquelas empresas que não preencherem os requisitos de documentação, na forma do subitem 4 deste edital.

5.3 A Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional publicará o resultado preliminar no Diário Oficial da União e divulgará no sítio www.casacivil.gov.br/licitacoes e abrirá prazo de recurso de 3 (três) dias aos interessados, devendo apreciá-lo no mesmo prazo.

5.4 Após a apreciação dos recursos, o resultado final será publicado no Diário Oficial da União e divulgado no sítio www.casacivil.gov.br/licitacoes.

5.5 Após divulgação do resultado da aprovação do credenciamento das empresas, estas serão convidadas a participar de uma reunião, na qual serão apresentados o escopo, a metodologia e o questionário a ser aplicado no trabalho e demais orientações necessárias.

5.6 Após a realização da reunião, as empresas aprovadas no credenciamento terão prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmar por e-mail o interesse na participação do projeto Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, no seguinte endereço: jose.feijoo@presidencia.gov.br.

6. DOS PRAZOS

6.1 A presente chamada pública obedecerá ao seguinte cronograma:

ETAPAS PRAZOS

Data limite para envio da documentação de credenciamento pelos interessados 22/07/2011

Prazo para análise da documentação e divulgação do resultado preliminar pela

Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional 5 dias

Prazo para interposição de recursos 3 dias

Prazo para divulgação do resultado final 3 dias

6.1.1 O recurso a ser interposto deverá ser apresentado à Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para o mesmo endereço eletrônico indicado no subitem 5.6 deste edital.

6.1.2 A Comissão Nacional terá prazo de 3 (tres) dias para análise e deliberação do recurso.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A contratação futura é uma prerrogativa das empresas que aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

7.2 Somente poderão ser contratadas as empresas devidamente credenciadas nos termos deste edital.

7.3 A empresa eventualmente contratada deverá adotar a metodologia definida pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional.

7.4 Estima-se um universo de aproximadamente 300 (trezentas) empresas a serem avaliadas, cuja carga horária está limitada a 72 (setenta e duas) horas, sendo 16 (dezesseis) horas de trabalho de campo, 40 (quarenta) horas de trabalho de escritório e 16 (dezesseis) horas de relatório.

7.5 Para fins de estimativa de custos para a execução dos serviços, a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional exigirá uma equipe mínima constituída por:

☐ 1(um) profissional sênior de auditoria, com experiência em coordenação de projetos e consultoria.

☐ 1 (um) profissional júnior/pleno de auditoria, com experiência em trabalho de campo.

7.6 Do serviço de verificação deverá ser emitido um relatório que será encaminhado à

empresa avaliada para, a seu critério, fazer a posterior remessa à Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional por meio da entidade de classe patronal.
7.7 É vedada a subcontratação do serviço objeto deste edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 O presente edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no sítio da Presidência da República, no seguinte endereço eletrônico: www.casacivil.gov.br/licitacoes.

8.2 Informações adicionais, eventualmente necessárias, poderão ser obtidas por meio do seguinte endereço eletrônico: jose.feijoo@presidencia.gov.br.

8.3 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional.

SECRETARIA-GERAL

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2011 – SG/PR

ANEXO I

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO

Empresa aderente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

Responsável pelas informações

Área No. de Empregados

Plantio de Cana *SISTÊMICA*

CONFORMIDADE

Corte de Cana *SISTÊMICA*

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Relação de entrevistados Função

Nº de Trabalhadores

Nº de Trabalhadores

Número de trabalhadores no cultivo manual

Indicador: Não utilização de empresas prestadoras de serviços para o plantio e corte manual da cana-de-açúcar.

VERIFICAÇÃO DO COMPROMISSO NACIONAL

1.) A empresa contrata diretamente os seus trabalhadores para as atividades manuais de plantio e corte da cana-de-açúcar, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS?

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

COMPROMISSO NACIONAL PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE AÇÚCAR
DADOS DA EMPRESA

Informe abaixo, a característica da empresa:

AGROINDÚSTRIA INDÚSTRIA COMPANHIA AGRÍCOLA VINCULADA

MONITORAMENTO

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

Solicitação Prévia: Por amostragem, contratos de trabalho, folha de pagamento e relação atual dos empregados.

Entrevista com trabalhadores

SISTÊMICA

Atividades Manuais *CONFORMIDADE*

Ligadas ao Cultivo

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

TRANSPORTE DE TRABALHADORES *SISTÊMICA*

Terceiros *CONFORMIDADE*

Próprios *CONFORMIDADE*

ADMINISTRAÇÃO *SISTÊMICA*

Próprios *CONFORMIDADE*

FISCALIZAÇÃO *SISTÊMICA*

Próprios *CONFORMIDADE*

SIM

NÃO

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Descrever quais as funções ligadas ao corte manual:

Indicador: Nenhum pagamento pode ter vinculação com a remuneração dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar.

3.) Eliminar a vinculação da remuneração dos serviços de transporte de trabalhadores, administração e fiscalização, executados pelas próprias empresas ou por terceiros, à remuneração dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, respeitadas as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria.

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

Em caso **POSITIVO**, responder as perguntas 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 abaixo:

Indicador: Ao ex-empregado do cultivo manual não inserir cláusula de experiência no contrato de trabalho em nova contratação.

NÃO CONFORMIDADE

Solicitação Prévia: Contratos de trabalho por amostragem e RAIS do ano anterior.

PONTUAL

2.) A empresa utiliza a cláusula de experiência no contrato de trabalho somente uma única vez, em relação à mesma empresa e ao mesmo empregado, na contratação de trabalhadores para as atividades manuais do cultivo da cana-de-açúcar?

4.) A empresa contrata trabalhadores migrantes em outras localidades?

PONTUAL

Solicitação Prévia: Verificar quais seriam as funções ligadas ao corte de cana (ex: fiscal, chefe de turma, apontador, etc...) e pedir os contratos de trabalho desses funcionários, folha de pagamento e contrato de prestação de serviço com os ônibus.

Entrevista com motoristas.

NÃO CONFORMIDADE

NÃO CONFORMIDADE

NÃO CONFORMIDADE

PONTUAL

Indicador: Comprovação documental da contratação pelo SINE ou pela tentativa da sua utilização.

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

Relação de entrevistados Função

Indicador: Certidão declaratória

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO: Solicitação Prévia: Certidão declaratória.

Indicador: NR-31

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

4.2.) Para as unidades que contratam, protocolar, junto às unidades do Ministério do Trabalho e Emprego, Certidão Declaratória, que comprove a contratação regular dos trabalhadores e as condições de seu retorno à localidade de origem ao final da safra, para os trabalhadores migrantes contratados em outras localidades e que fiquem impossibilitados de retornarem ao seu município de origem após a jornada de trabalho

PONTUAL

PONTUAL

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO: Solicitação Prévia: Contrato com o SINE. Quando não houver o SINE, apresentar contratos de trabalho direto.

Entrevistas com trabalhadores.

4.1.) Utiliza a intermediação do Sistema Público de Emprego quando for necessária a contratação de trabalhadores migrantes em outras localidades que fiquem impossibilitados de retornar ao seu Município de origem após a jornada de trabalho. Na localidade na qual não exista o Sistema Público de Emprego ou o número de trabalhadores não for suficiente, contratar diretamente

4.3) A empresa assegura alojamentos de boa qualidade e de acordo com os requisitos da Norma Regulamentadora 31 – NR 31, do Ministério do Trabalho e Emprego, para os trabalhadores migrantes contratados em outras localidades e que fiquem impossibilitados de retornarem ao seu município de origem após a jornada de trabalho?

NÃO CONFORMIDADE

NÃO CONFORMIDADE

Explique como a empresa contrata em outra localidade DETALHADAMENTE.

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

Disponibilizar áreas de vivência compostas de alojamento, lavanderia e área de lazer, quando houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho

Condições adequadas de conservação, asseio e higiene

Armários individuais para guarda de objetos pessoais

Disponibilizar alojamentos, quando houver trabalhadores alojados, com as seguintes características:

Camas com colchões, separadas por, no mínimo, um metro, sendo permitido o uso de beliches, limitados a duas camas na mesma vertical, com espaço livre mínimo de 110 centímetros acima do colchão, ou redes, de acordo com o costume local, obedecendo o espaçamento mínimo de um metro entre as mesmas

Ligação com a rede de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente

Presença de recipiente para coleta de lixo

Disponibilizar água para banho na conformidade com os usos da região ou na forma estabelecida em acordo ou convenção coletiva de trabalho

Separação por sexo

Fornecimento de roupas de cama adequadas às condições climáticas locais

Disponibilizar locais para preparo de refeições com as seguintes características

Disponibilizar local ou recipiente para guarda e conservação de refeições, em condições higiênicas, independentemente do número de trabalhadores

Portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança

Presença de recipiente para coleta de lixo

Proibição do uso de fogareiros ou similares nos alojamentos

Mesas com tampo lisos e laváveis

Assentos em número suficiente

Capacidade para atender todos os trabalhadores

Proibição da presença de pessoas com doenças infectocontagiosas no interior dos alojamentos

Piso cimentado, de madeira ou material equivalente

Cobertura que proteja contra intempéries

Disponibilizar instalações sanitárias com as seguintes características:

Porta de acesso que impeça o deversamento e construída de modo a manter o resguardo conveniente

Depósitos de lixo com tampa

Água potável em condições higiênicas

Disponibilizar locais para refeição com as seguintes características:

Boas condições de higiene e conforto

Água limpa para higienização

Separação por sexo

Fácil localização e acesso seguro

Suprimento de água e de papel higiênico

Iluminação e ventilação adequadas

Impedir o uso de áreas de vivência para outros fins

Disponibilizar instalações sanitárias na proporção de: 1 lavatório e 1 vaso sanitário para cada grupo de 20 trabalhadores e 1 mictório e 1 chuveiro para cada grupo de 10 trabalhadores ou fração

Paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Indicador: *Telefone, Caixa Postal, outros meios. (incentivo a carta social)*

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Cite as boas práticas da empresa sobre alojamento, ex.: Lazer, Cursos, Eventos e outros

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

5) A empresa dispõe de mecanismos de aferição da produção previamente acertados com as representações dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar?

4.4.) A empresa proporciona o acesso dos trabalhadores contratados em outras localidades a meios de comunicação nos alojamentos, para facilitar o contato com seus familiares?

NÃO CONFORMIDADE

NÃO CONFORMIDADE

Indicador: *Acordo/Convenção coletiva de trabalho e na ausência a demonstração de tentativa de acordo.*

Disponibilizar água potável, filtrada e fresca, em quantidade suficiente, nos locais de trabalho, sendo proibido o uso de copo coletivo

Verificação "in loco" dos alojamentos disponibilizados.

Cite as boas práticas da empresa sobre alojamento, ex.: Lazer, Cursos, Eventos e outros

Solicitação Prévia: *Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho ou documento de tentativa de negociação.*

PONTUAL

Verificação "in loco" dos alojamentos disponibilizados.

Tanques individuais ou coletivos com água limpa

Instalação em local coberto, ventilado e adequado para os trabalhadores alojados cuidarem das roupas de uso pessoal

PONTUAL

Presença de lavatórios, sistema de coleta de lixo e instalações sanitárias exclusivas para o pessoal que manipula alimentos;

Isolamento de modo que os locais de preparo de refeições não se liguem diretamente com os alojamentos

Disponibilizar lavanderias com as seguintes características

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Indicador: *Informar o preço provisório ou definitivo.*

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO: *Entrevista "in loco" com trabalhadores.*

Indicador: *Utilizar compasso com ponta de ferro e Cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo.*

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

5.1) Os mecanismos são devidamente escritos e amplamente divulgados aos trabalhadores?

NÃO CONFORMIDADE

- Solicitação Prévia: *Documento que comprove divulgação de preços provisórios ou definitivos diários.*

- Análise "in loco" (entrevistas com trabalhadores).

NÃO CONFORMIDADE

PONTUAL

7.) A empresa utiliza, para medição da cana-de-açúcar cortada, compasso com ponta de ferro, na presença dos trabalhadores respeitando as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria, qualquer que seja o sistema utilizado para pagamento dos trabalhadores - metro, tonelada ou outros?

PONTUAL

- Solicitação Prévia: *Pirulito / Espelho / Documentos de aferição.*

- Análise "in loco" (entrevistas com trabalhadores).

- Solicitação Prévia: *Convenção ou Acordo Coletivo e Recibo de compra do compasso ou demonstração de como a empresa monta o compasso.*

- Verificação "in loco": *Tamanho do compasso, sempre com base no acordo.*

NÃO CONFORMIDADE

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

PONTUAL

6.) A empresa informa o preço antecipadamente aos empregados?

Descrever como a empresa chega ao preço provisório ou definitivo., e como ela divulga a seu trabalhador.

5.2) Esses mecanismos permitem ao trabalhador avaliar o cálculo do seu salário devido?

Indicador: *Demonstrativo de pagamento/folha salarial.*

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Indicador: *Ações de segurança e saúde em atividades manuais. (CIPATR OU CIPA, que tenha trabalhadores rurais).*

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

Apurar os votos imediatamente após a eleição, em horário normal de trabalho, e permitir o acompanhamento de um representante dos trabalhadores e outro do empregador

Assegurar e processar o registro de candidatos por um período mínimo de 15, dias antes da eleição

Confeccionar cédulas com os nomes dos candidatos

Enviar para os sindicatos dos empregados e dos empregadores cópia do edital de convocação do processo eleitoral

9.1) A empresa valoriza a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural – CIPATR ? Esta encontra-se correta?

9.) A empresa adota melhores práticas de gestão em saúde e segurança?

Descrever quais as práticas:

PONTUAL

Convocar eleições 45 dias antes do término do mandato em curso, através de edital distribuído em locais de fácil acesso e visualização

Solicitação Prévia: Convenção ou Acordo coletivo com cláusula que estipule o mínimo diário, apontamento agrícola (pirulito, espelho e etc) e folha de pagamento.

Entrevista com trabalhadores.

Realizar eleições até 30 dias antes do término do mandato em curso, através de voto secreto, em dia normal de trabalho, acompanhando os horários de turno

8.) A empresa complementa o pagamento da diária correspondente ao piso salarial para os trabalhadores que não alcançarem tal remuneração com sua produção do dia?

NÃO CONFORMIDADE

Divulgar os resultados da eleição, através de lista de apuração relacionando todos os candidatos e suas votações e a indicando os nomes dos eleitos para o mandato seguinte, de acordo com o número de empregados contratados por tempo indeterminado no estabelecimento

Elaborar ata de eleição

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO: Solicitação Prévia: Edital de convocação para as reuniões da CIPATR e atas de eleições e reuniões vigentes. Certificado de treinamento dos membros da CIPATR.

Indicador: *Entrega de equipamentos com CA.*

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Dar posse aos membros da CIPA/CIPATR no primeiro dia do novo mandato

Manter cópias da convocação de eleição, comunicado aos sindicatos, lista de apuração e divulgação de resultados, atas de eleição e posse e calendário de reuniões anual pelo prazo de 5 anos

11.) A empresa realiza esforços, em conjunto com trabalhadores para adequação e melhoria de EPIs ao trabalho rural?

Verificar o uso efetivo dos EPI indicados para cada atividade

10.) A empresa fornece gratuitamente Equipamento de Proteção Individual - EPI de boa qualidade com Certificado de Aprovação – CA?

Destinar meios para o funcionamento da CIPA/CIPATR, através da liberação dos membros e fornecimento de local e apoio para treinamentos e reuniões

Atender as recomendações recebidas, dando destino e resposta ao solicitado e cumprir dentro do previsto

Indenizar o período de estabilidade de titular eleito dispensado sem justa causa e manter documentação comprobatória

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

Elaborar e manter Ficha de Controle de Treinamento com as datas, carga horária, assuntos ministrados, nomes e assinaturas dos participantes e dos instrutores do curso de formação dos membros da CIPA/CIPATR

Promover curso de formação, de acordo com a carga horária e conteúdo mínimo estabelecido na lei, para todos os membros eleitos pelos trabalhadores e indicados pelo empregador e fornecer Certificado aos participantes – o curso deve abranger todos os “titulares” e “suplentes”;

Levantar a necessidade de EPI em todas as funções e definir os tipos e quantidades necessárias

Comprovar a entrega de EPI

Adquirir e colocar a disposição para uso somente EPI com Certificado de Aprovação (CA);

Descrever as práticas de melhoria sugeridas nos EPIs

Fornecer os EPI necessários e manter controle em documento na forma e prazo definidos no procedimento

Manter estoque de EPI para reposição normal

- Solicitação Prévia: Comprovantes de compra e entrega de EPI's, devidamente assinados pelos empregados.

- Verificação "in loco".

- Entrevistas com trabalhadores

Indicador: *Na integração, conversas orientativas antes do início da jornada.*

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Descrever as práticas de conscientização do uso dos EPIs

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Descrever as práticas de conscientização da importância da hidratação no campo

- Solicitação Prévia: PPRA e PCMSO vigentes, bem como os ASO's periódicos por amostragem.

- Entrevista "in loco" com o profissional da área médica.

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

- Solicitação Prévia: Integração / CIPATR / Panfletos de campanhas relacionadas ao tema.

- Análise "in loco" com entrevistas com os trabalhadores.

OBS: Precisa ter uma correspondência do PPRA/PCMSO ao ASO.

Indicador: Ações efetivas que comprovem a orientação sobre a reidratação e fornecimento de soro

15.) A empresa promove campanhas informativas aos seus trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar sobre a importância da reidratação durante os serviços de campo?

12.) A empresa realiza esforço, em conjunto com trabalhadores, para conscientizar os trabalhadores sobre a importância do uso de EPI ?

Indicador: as pausas tem que ser coletivas.

13.) A empresa garante a realização de duas pausas coletivas por dia, sendo uma no período da manhã e outra à tarde?

PONTUAL

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

- Solicitação Prévia: Convenções ou acordos coletivos que disponham de cláusula específica e controle de jornada.

- Verificação "in loco" (entrevistas com trabalhadores).

NÃO CONFORMIDADE

- Solicitação Prévia: Ordens de serviço, documento de integração, convocação para treinamentos, lista de presença dos empregados que participaram dos treinamentos, certificados de participação dos empregados.

- Verificação "in loco" (entrevistas com trabalhadores).

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

Indicador: a: prática utilizada pelo médico da empresa

14.) A empresa tem rigor no exame admissional, lançando mão de exames complementares sempre que o médico responsável entender necessário?

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

Plantio de Cana CONFORMIDADE

SISTÊMICA

Corte de Cana CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Descrever como a empresa realiza o procedimento para a efetivação da ginástica laboral:

NÃO CONFORMIDADE

Indicador: Ações efetivas que comprovem a orientação sobre a reidratação e fornecimento de soro

16.) A empresa fornece gratuitamente o soro hidratante a critério do médico da empresa?

Indicador: Demonstração efetiva das condições de atendimento aperfeiçoada

18.) A empresa melhora as condições de atendimento médico aos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar em situações de emergência?

PONTUAL

- Solicitação Prévia: Informativos enviados aos empregados, comprovante de participação dos empregados em treinamentos específicos.

- Verificação "in loco"

- Entrevista com trabalhadores.

Indicador: TRANSPORTE GRATUITO

- Solicitação Prévia: Certificados de participação dos profissionais da área médica em cursos de atualização profissional, material didático entregue nos cursos.

- Entrevista "in loco" com o médico e com trabalhadores.

DESCREVER AS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO

NÃO CONFORMIDADE

Indicador: Profissional habilitado para treinamento de multiplicadores que orientarão a ginástica laboral em cada turma.

Entrevista com o médico da empresa "in loco" e trabalhadores.

PONTUAL

PONTUAL

19.) A empresa fornece transporte gratuito aos trabalhadores para as frentes de trabalho no campo?

NÃO CONFORMIDADE

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

17.) A empresa adota, orienta e difunde a prática de ginástica laboral nas atividades manuais de plantio e do corte da cana-de-açúcar ?

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Não

Conf.

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Descrever as práticas de implantação do PAME

A empresa possui gestão de sistema de transporte.Ex.:

*transporte de pessoas sentadas e compartimento separado das ferramentas

21.) A empresa adota Plano de Auxílio Mútuo em Emergência, com pactuação e integração local/regional de serviços privados e públicos?

20.) A empresa mantém, para o transporte seguro de trabalhadores, sistema de controle de acordo com a NR31 e as normas legais de trânsito, e que contemple:

NÃO CONFORMIDADE

A empresa faz Inspeção periódica dos veículos, uma sendo feita necessariamente antes do início da safra.Ex.:

**inspeção periodicamente nos ônibus e demais veículos de transporte de pessoas e corrigindo as não conformidades encontradas;*

**documentação que comprove que os veículos são inspecionados na periodicidade estabelecida*

A empresa possui documentos e habilitação dos condutores. Ex.:

**exames médicos específicos para os condutores dos veículos e manter documentação comprobatória;*

**habilitação e formação mínimas exigidas em lei;*

**habilitações e formação exigidas*

A empresa possui registros e licenças dos veículos. Ex.:

**registro junto aos órgãos competentes;*

**documentação que comprove o registro dos veículos e a autorização para transporte de pessoas;*

A empresa assegura condição material dos ônibus ou veículos adaptados.

Indicador: TRANSPORTE GRATUITO

PONTUAL

A empresa adota boas práticas na utilização dos veículos.Ex.:

**sistema de gerenciamento de veículos, através de tacógrafo ou computador de bordo e verificação das não conformidades mais importantes, principalmente excesso de velocidade*

- Solicitação Prévia: folha de pagamento para comprovação que não há desconto.

- Verificação "in loco".

Check list acima e verificação "in loco" por amostragem.

- Solicitação Prévia: Plano de Auxílio Mútuo em Emergência e/ou simulação ou documentos que comprovem a iniciativa da implementação do PAME.

22.) A empresa fornece gratuitamente recipiente térmico - “marmitta” - que garanta condições de higiene e manutenção de temperatura?

Indicador: Comprovante de compra e ou de entrega aos trabalhadores.

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

19.) A empresa fornece transporte gratuito aos trabalhadores para as frentes de trabalho no campo?

Conformidade **Sistêmica Pontual**

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

comprovada

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

estão inseridos ?

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

27.) A empresa divulga e apoia ações relativas à educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades em que os trabalhadores

25.) A empresa assegura acesso aos locais de trabalho de dirigentes de sindicato, federação ou confederação da respectiva base territorial, desde que esteja previamente credenciado e seja a empresa comunicada de maneira simplificada e com antecedência, para verificar eventuais problemas e buscar soluções junto aos representantes da empresa ?

NÃO CONFORMIDADE

Indicador: Informação de entidade profissional para a empresa.

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

- Solicitação Prévia: Recibo da última compra dos bancos e mesas.

Verificação "in loco".

PONTUAL

Indicador: Comprovante de negociação e cumprimento de ACT ou CCT

NÃO CONFORMIDADE

PONTUAL

PONTUAL

NÃO CONFORMIDADE

23.) A empresa assegura, nas frentes de trabalho, mesas e bancos para a realização de refeições?

Indicador: Comprovante de compras, fotos...

NÃO CONFORMIDADE

Indicador: Divulgar as ações de responsabilidade social e demonstrar o constante apoio a estas ações. O rol não é cumulativo e sim exemplificativo. Demonstrar o apoio NA COMUNIDADE.

22.) A empresa fornece gratuitamente recipiente térmico - "marmitta" - que garanta condições de higiene e manutenção de temperatura?

Indicador: Comprovante de compra e ou de entrega aos trabalhadores.

- Solicitação Prévia: Acordo ou convenção coletiva e documento gerado na integração.

- Entrevista com os representantes sindicais.

- Solicitação Prévia: Recibo de entrega gratuita e folha de pagamento para comprovação que não há desconto.

- Verificação "in loco".

26.) A empresa orienta os líderes de equipe sobre a importância do respeito às atividades sindicais?

24.) A empresa estabelece, em conjunto com entidades de trabalhadores, negociação coletiva de trabalho, esgotando todas as possibilidades de acordo, e zela pelo cumprimento das condições pactuadas ?

PONTUAL

Indicador: Explicar aos líderes de equipe o papel do dirigente sindical e a importância e suas atividades de forma a ser

Solicitação Prévia: Atas de reunião com os sindicatos / Convenções e acordos coletivos firmados.

PONTUAL

Entrevista com representantes sindicais.

NÃO CONFORMIDADE

estão inseridos ?

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

SISTÊMICA

CONFORMIDADE

MECANISMO DE VERIFICAÇÃO:

Descrever quais ações a empresa realiza:

27.) A empresa divulga e apoia ações relativas à educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades em que os trabalhadores

28.) A empresa divulga e orienta seus fornecedores de cana-de-açúcar sobre os termos deste instrumento e as boas práticas empresariais adotadas pela empresa?

Solicitação Prévia: Procedimentos relativos para informações aos fornecedores dos Termos do

Compromisso.

NÃO CONFORMIDADE

NÃO CONFORMIDADE

Indicador: Divulgar as ações de responsabilidade social e demonstrar o constante apoio a estas ações. O rol não é cumulativo e sim exemplificativo. Demonstrar o apoio NA COMUNIDADE.

Indicador: Palestras, reuniões.

PONTUAL

Solicitação Prévia: Material de divulgação de responsabilidade social e apoio às ações, como panfletos e material didático.

Descrever quais ações a empresa realiza:
PONTUAL

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2011 – SG/PR

ANEXO II

METODOLOGIA A SER APLICADA

Objetivo do Trabalho

O Compromisso Nacional tem como objeto a cooperação entre os entes privados e públicos para viabilizar conjunto de ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar, valorizando e disseminando práticas empresariais exemplares, elencadas no Anexo I (Questionário do Compromisso Nacional), que serão objeto da verificação por amostragem, de acordo com as práticas e as atividades desenvolvidas pela empresa na data da verificação.

Foi elaborado, pela Comissão Nacional, o Questionário do Compromisso Nacional (Anexo I), sendo que os membros da Comissão, um Gerente e um Sênior de uma empresa de auditoria, realizaram 4 trabalhos-piloto para verificação da sua aplicabilidade e da metodologia, com posterior ratificação pela Comissão Nacional, sendo que todas as empresas de auditorias interessadas em participar do projeto, deverão utilizar o referido questionário e seguir a metodologia já aprovada.

Metodologia

A empresa aderente solicitará a verificação para a empresa credenciada de sua escolha, devendo, após a contratação, seguir o cronograma exemplificativo de trabalho abaixo:

Os trabalhos deverão ser desenvolvidos respeitando a agenda exemplificativa abaixo:

O trabalho de campo indica 1 (um) dia para empresas sem alojamento e 2 (dois) dias para as com alojamento.

Os trabalhos deverão ser desenvolvidos por, pelo menos, 2 (dois) profissionais da empresa de auditoria credenciada, sendo obrigatoriamente um Sênior, com experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano.

Os profissionais da empresa credenciada que atendam atualmente alguma das empresas aderentes não poderão fazer parte da equipe de verificação do compromisso nacional, bem como, não deverão ter acesso às informações resultantes dos trabalhos realizados.

Questionário

O questionário é auto-explicativo, sendo fundamental o entendimento dos conceitos de inconformidade pontual e sistêmica, abaixo definidos, e objeto de detalhamento após o credenciamento.

- Inconformidade PONTUAL: quando ocorrer a verificação de cumprimento quase em sua totalidade, sendo que as irregularidades verificadas podem ser adequadas no prazo estabelecido pela empresa de verificação e antes da entrega final do relatório, a exceção para o item **I – Contrato de Trabalho**, letras **a** e **c** que, em qualquer hipótese, a inconformidade será sistêmica;

“I – Contrato de Trabalho

a) Contratar diretamente os seus trabalhadores para as atividades manuais de plantio e corte da cana-de-açúcar, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b) Eliminar a vinculação da remuneração dos serviços de transporte de trabalhadores, administração e fiscalização, executados pelas próprias empresas ou por terceiros, à remuneração dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, respeitadas as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria.”

- **Inconformidade SISTÊMICA:** quando ocorrer a verificação de descumprimento total de um item do compromisso e for necessária a realização de nova verificação, a ser solicitada pela empresa aderente;

- **Avaliação prévia de documentos**

Os documentos por amostragem deverão ser enviados, previamente, pela empresa aderente para a empresa credenciada por ela escolhida, conforme cronograma acima, **para a execução inicial dos trabalhos de verificação**, devendo ser analisados antes do início dos trabalhos de campo, visando o conhecimento prévio das atividades da empresa a ser avaliada.

Os documentos complementares solicitados durante as visitas deverão ser encaminhados à empresa que fará a verificação no prazo de até 3 (três) dias.

- **Entrevistas**

Fará parte do trabalho a realização de entrevistas com profissionais das empresas aderentes responsáveis pelas áreas envolvidas no processo durante as visitas.

Serão realizadas entrevistas com trabalhadores em campo, sem o acompanhamento do fiscal / líder de equipe dos empregados rurais.

Deverá acompanhar os trabalhos de verificação representante(s) sindical(is) dos trabalhadores, podendo, ainda, indicar previamente, uma lista de pontos, sempre relacionados ao Compromisso Nacional, que julgue mais importantes para serem observados durante a visita à empresa.

- **Fotografar os locais visitados**

Os locais visitados poderão ser fotografados com o fim de visualizar os principais itens avaliados.

- **Relatório Final**

Após a aplicação do questionário (Anexo I), a empresa contratada apresentará à empresa aderente o relatório final, no prazo de 10 dias da realização da visita, no qual constará o questionário, com as respostas obtidas no trabalho, bem como, com todas as informações e fotos que suportam o resultado do trabalho.

O relatório deverá ser enviado em caráter confidencial para a empresa aderente, acompanhado de uma carta de apresentação, com a indicação do dia da visita e dos profissionais da empresa que acompanharam os trabalhos.

Ficará a critério da empresa verificada, a decisão sobre a remessa à Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional por meio da entidade de classe patronal.

- **Treinamento da Equipe**

Os membros da Comissão Nacional farão um treinamento prévio e específico para todos os responsáveis das empresas credenciadas, visando a fornecer-lhes informações complementares e uniformizar os entendimentos sobre o questionário e metodologia.

- **Regras para contratação direta entre a empresa aderente e a empresa de auditoria credenciada por ela escolhida**

Deverá constar nos contratos, ao menos, o seguinte:

- a) As atividades desenvolvidas pela contratante que servirão de parâmetro para a verificação dos itens a serem verificados.
- b) Vigência do contrato.
- c) Metodologia conforme edital.
- d) Cláusula de confidencialidade.
- e) Profissional responsável pela Coordenação dos trabalhos.
- f) Valor dos honorários.

Anexo G – Fotos do Evento Realizado em Brasília, em 2009, de Lançamento do Compromisso Nacional Da Cana De Açúcar.



Élio Neves (presidente da Feraesp) e Lula no lançamento do Compromisso Nacional em 2009 (FERAESP, 2012).



Élio Neves ao centro, tendo Marcos Jank à sua direita, seguido de Reihold Stephanes (MAPA). A seu lado esquerdo temos Luiz Dulci (à época, secretário geral da república). Ao lado de Dulci, respectivamente, Alberto Broch (Contag), e André Rocha (SIFAEG) e representante do Sindaçúcar (PE). Ao alto, Edison Lobão (MME) e Lula.



Lula recebe os podões de cortadoras manuais da cana filiadas à Feraesp. Em outro momento, o presidente recebe rapadura do representante da Contag, com lembrança do alimento consumido pelo trabalhador durante o corte no eito.





